


**unesp**  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Faculdade de Ciências e Letras  
Campus de Araraquara - SP

**PATRÍCIA OLSEN DE SOUZA**

**FAZER CIÊNCIA, FAZER HISTÓRIA:**

A SOCIOLOGIA DA MUDANÇA SOCIAL DE FLORESTAN FERNANDES  
E DE COSTA PINTO



ARARAQUARA – S.P.  
2011

PATRÍCIA OLSEN DE SOUZA

**FAZER CIÊNCIA, FAZER HISTÓRIA:**  
A SOCIOLOGIA DA MUDANÇA SOCIAL DE FLORESTAN FERNANDES  
E DE COSTA PINTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

**Linha de pesquisa:** Cultura e ideologia

**Orientador:** Prof. Dr. Milton Lahuerta

**Bolsa:** CAPES

ARARAQUARA – S.P.  
2011

PATRÍCIA OLSEN DE SOUZA

# **FAZER CIÊNCIA, FAZER HISTÓRIA:**

## **A SOCIOLOGIA DA MUDANÇA SOCIAL DE FLORESTAN FERNANDES E DE COSTA PINTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia

**Linha de pesquisa:** Cultura e Ideologia

**Orientador:** Prof. Dr. Milton Lahuerta

**Bolsa:** CAPES

Data da qualificação: 13/05/2010

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta**

Universidade Estadual Paulista – FCL/Ar.

---

**Membro Titular: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Glaucia Villas Bôas**

Universidade Federal do Rio de Janeiro - IFCS

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Alejandro Blanco**

Universidad Nacional de Quilmes - DCS

---

**Membro Titular: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Alves Cepêda**

Universidade Federal de São Carlos.

---

**Membro Suplente: Prof. Dr. José Antônio Segatto**

Universidade Estadual Paulista – FCL/Ar

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

Àqueles que não se esqueceram da vocação pragmática da sociologia.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Neide e João Carlos, por terem dado o apoio e suportes necessários à realização deste trabalho. Ao meu marido Raphael, que esteve ao meu lado nos momentos decisivos. Ao meu orientador Milton Lahuerta, que acreditou nesta pesquisa e foi meu principal interlocutor desde a realização do trabalho de conclusão de curso da graduação em ciências sociais na UNESP – FCL/Ar, quando optei por estudar a obra de Florestan Fernandes. Agradeço às professoras Élide Rugai Bastos e Vera Alves Cepêda por terem dado contribuições valiosas a esta Tese no exame de qualificação. Aos professores Alejandro Blanco, Gláucia Villas Bôas, Vera Alves Cepêda e José Antônio Segatto por terem propiciado um debate de alto nível e feito sugestões instigantes no defesa desta Tese. Aos amigos da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Araraquara que conviveram comigo nos anos em que este trabalho foi realizado. Agradeço especialmente ao amigo Edison Bariani pela leitura atenta e pelas boas sugestões.

Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES).

“Os homens fazem sua própria história”

Karl Marx (1978: 329)

“a história se desenvolve cada vez mais em termos da interação de tais “tendências” e “movimentos” compreensivos, alguns dos quais são “progressistas” e promovem a mudança enquanto outros são “regressistas” e a retardam”

Karl Mannheim (1981: 107)

## RESUMO

Esta Tese discute as abordagens teóricas e interpretativas de Florestan Fernandes e L. A. Costa Pinto sobre a mudança social no Brasil. Os dois sociólogos participaram ativamente do debate intelectual sobre o desenvolvimento travado nas décadas de 1950 e 1960, momento decisivo para a implantação do capitalismo no Brasil, marcado pela disputa de projetos sobre os rumos do país em meio à crescente articulação da sociedade civil. Nesse contexto, distanciando-se do nacionalismo hegemônico no debate intelectual e a partir de perspectivas distintas – próximas em alguns pontos, distantes em outros – Fernandes e Costa Pinto pensaram a particularidade da mudança social nos países subdesenvolvidos, enveredando-se no debate de questões epistemológicas sobre os procedimentos adequados para a sociologia contribuir com o processo de mudança social em curso, pois, para os dois autores, o conhecimento sociológico, além de produto, era visto também como coprodutor da história. O problema central de Fernandes era o processo e os obstáculos estruturais à constituição do padrão de civilização ocidental no Brasil – baseado na democracia, na racionalidade e no uso do conhecimento científico para o planejamento social. Para enfrentar essas questões o autor cunhou um arcabouço teórico-metodológico e conceitual a partir da síntese sociológica (no sentido mannheimiano) de elementos extraídos da tradição durkheimiana, marxista e weberiana e, também, do diálogo com a sociologia norte-americana. Por meio desse procedimento identificou a demora cultural como o principal obstáculo ao avanço da sociedade de classes no Brasil – na década de 1950. Em meio à radicalização da sociedade brasileira no início dos anos de 1960, ao aprofundamento do processo e do debate intelectual sobre o desenvolvimento, Fernandes passou a compreender o padrão de mudança social no Brasil como exclusivista, unilateral, formalista, irracional e antidemocrático porque conduzido por elites de mentalidade estreita. Costa Pinto analisou a mudança social no Brasil por meio do conceito de marginalidade estrutural. A noção de estrutura social utilizada pelo autor é inspirada nas formulações de Karl Marx; a ela acoplou a ideia de contemporaneidade do não coetâneo de Willem Pinder. Nesse registro, o processo de mudança social era caracterizado pela coexistência de duas estruturas econômicas e sociais e de dois padrões de relações sociais: uma tradicional e arcaica, outra moderna e capitalista, ambas exercendo influência modeladora da vida social e por isso marginalizando a sociedade entre as alternativas apresentada pelos dois padrões, já que nenhum tinha força suficiente para se impor sobre o outro. Dessa polarização de alternativas resultava a indefinição e a descontinuidade na vida social que assinalavam o processo de mudança social no Brasil. A mudança se dava, para esse autor, por meio de ambivalências, conflitos e acomodações entre o tradicional e o moderno – este, também, concebido como problemático. Por meio de seus trabalhos analíticos e teóricos Florestan Fernandes e Costa Pinto constituíram-se em construtores privilegiados do léxico-linguístico pelo qual a sociologia pensou a mudança social no Brasil e na América Latina nas décadas de 1950 e 1960.

**Palavras-chaves:** Florestan Fernandes; Costa Pinto; Sociologia; Desenvolvimento; Mudança Social; Marginalidade Estrutural; Padrão de mudança exclusivista, unilateral, formalista, irracional e antidemocrático.

## ABSTRACT

This thesis discusses theoretical and interpretative approaches of Florestan Fernandes and L. A. Costa Pinto about social change in Brazil. These two sociologists actively participated in the intellectual debate about the development that happened in the 1950's and 1960's, decisive moment for the implantation of Brazil's capitalism, marked by project contests about the country's routes amid the rising linkage of civil society. In that context, distancing from the hegemonic nationalism in intellectual debate and from separate perspectives – close at a certain point, distant at others – Fernandes and Costa Pinto thought about the singularities of social change in underdeveloped countries, joining the debate of epistemological questions about the appropriate procedures that would allow sociology to contribute with the social change process on course, because these two authors understand the sociological knowledge simultaneously as History products and History producers. Fernandes' main problem was the process and the structural hurdles for the constitution of Brazil's civilization standard – based on democracy, on rationality and on the use of scientific knowledge for social planning. To face these questions, the author distilled a theoretical methodological and conceptual understructure from the sociological synthesis (in Mannheim's sense) of elements extracted from Durkheim, Marx and Weber tradition and, also, from the dialogue with North American sociology. By means of this procedure he identified the cultural delay as the main obstacle for the progress of class society in Brazil – in the 1950's. Amid Brazilian society's radicalisation in the early 1960's, the deepening of intellectual process about development, Fernandes was able to understand Brazil's social change standard as exclusivist, unilateral, formalist, irrational and antidemocratic because it is conducted by elites with limited mental horizons. Costa Pinto analysed social change in Brazil through the concept of structural marginality. The notion of social structure used by the author is inspired by Marx's; he added to it the idea of contemporaneity from the non-contemporary Willem Pinder. In this register, the process of social change was characterized by the coexistence of two social and economic structures and two standards of social relations : a traditional and archaic one, and another modern and capitalist one, both exercising a shaping influence on social life and, for that reason, marginalizing the society between the alternatives presented by those two standards, since none of them was strong enough to bring down the other one. From that polarization of alternatives resulted indefiniteness and discontinuity of social life that marked the social change process in Brazil. That change happened through ambivalences, conflicts and accommodations between traditional and modern – this one was also conceived as problematical. By the means of their analytic and theoretical works, Florestan Fernandes and Costa Pinto became builders of the lexical linguistic whereby sociology thought about social change in Brazil and Latin America in the 1950's and 1960's.

**Key-words:** Florestan Fernandes; Costa Pinto; Sociology; Development; Social Change; Structural Marginality; Exclusivist, unilateral, formalist, irrational and antidemocratic social change standard .



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1 PREPARANDO O TERRENO: A GESTAÇÃO DOS SOCIÓLOGOS E O PROBLEMA DA MUDANÇA SOCIAL.....</b>	<b>20</b>
1.1 O folclore e os Tupinambás: da organização social à mudança.....	24
1.2 Sociologia crítica e mudança social.....	50
1.3 A mudança social em questão: a polêmica na revista Sociologia.....	79
<b>2 SOCIOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA SOCIAL.....</b>	<b>97</b>
2.1 Florestan Fernandes; sociologia, reforma social e planejamento democrático da mudança.....	107
2.2 Costa Pinto e a marginalidade estrutural: as ambivalências da mudança social no Brasil .....	136
2.3 O debate intelectual na transição dos anos de 1950 a 1960.....	160
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>190</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>201</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>216</b>
ANEXO A – Elaboração de um esquema conceitual básico para o estudo sociológico das implicações sociais do desenvolvimento.....	217
ANEXO B – Integrantes do Comitê Diretor do CLAPCS e da FLACSO 1958/65.....	223
ANEXO C – Lista de participantes do Seminário Internacional Resistência à Mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento.....	224
ANEXO D – Sessões e programas do Seminário Internacional Resistência à Mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento.....	228

## INTRODUÇÃO

Nos anos de 1950 e 1960 a sociedade brasileira esteve profundamente marcada pelas discussões sobre o desenvolvimento do capitalismo no país. Compreendido difusamente como a internalização do processo de decisões econômicas, o desenvolvimento foi a ideia força do momento e pautou todos os espectros do debate nacional permeando os diversos grupos que compunham a sociedade (de esquerda à direita): movimentos sociais, partidos políticos, governos, grupos acadêmicos e a comunidade intelectual. De modo geral o desenvolvimento foi abordado com uma ênfase econômica, contudo, foi um tema controverso e adquiriu significações distintas para os diversos atores que o pensaram.

A sociologia brasileira – constituída como disciplina específica, gozando de reconhecimento social e praticada em diversos meios intelectuais, acadêmicos ou não – participou de forma ativa desse debate, na expectativa de explicar o processo de desenvolvimento por meio de um viés especificamente sociológico e de contribuir, por meio de análises rigorosas, para a superação da situação de subdesenvolvimento. Buscando opor-se, complementar ou corrigir as lacunas das concepções econômicas (as quais segundo as avaliações correntes no meio sociológico compreendiam o desenvolvimento de forma unilateral) o pensamento sociológico brasileiro passa a investigar os condicionantes do desenvolvimento ou os fatores extra-econômicos do desenvolvimento. Essa percepção especificamente sociológica do desenvolvimento é expressa por meio de diversas pesquisas que procuravam compreender os fatores que o determinavam (urbanização, industrialização, mobilidade social e estrutura ocupacional) e os fatores que o favoreciam ou dificultavam (educação, padrões comportamentais, organização política, estrutura agrária).

Tais questões passaram a ser abordadas como componentes de um amplo processo de mudança social, pois para os sociólogos que vivenciaram esse debate o desenvolvimento não era somente uma questão econômica, mas política, social e cultural. Compreendê-lo e orientá-lo significava um esforço no sentido de articular e compor as diversas peças do quebra cabeças da vida social, ou em outros termos, tratava-se de estudar o desenvolvimento tendo em vistas a sociedade brasileira em sua totalidade e em suas articulações com o sistema capitalista internacional, buscando explicar os seus obstáculos estruturais. E é por meio do estudo da

mudança social que a sociologia brasileira procurava estabelecer o nexos que une e dá sentido explicativo ao amplo processo de transformações pelo qual a sociedade passava.

Nesse universo no qual imergiu o pensamento sociológico brasileiro dos anos de 1950 e 1960 a mudança social pode ser compreendida com um “tema-chave”, uma “linguagem” (POCOCK, 2003: 23) utilizada pelos diversos interlocutores que examinaram a questão do desenvolvimento. Expressando-se em diversos trabalhos dos cientistas sociais da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro; de centros de pesquisa extra-universitários como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e o Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), ambos no Rio de Janeiro; nos debates travados e transcritos nos Anais do I Congresso de Sociologia (1955) e nos Anais do Seminário Internacional “**Resistência à mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento**” (1960); bem como nas revistas de ciências sociais mais significativas do período, como a **Sociologia** e a **Brasiliense**.

Não significa, em absoluto, admitir que houvesse unanimidade nas abordagens, pois os diversos sociólogos que se enveredaram pelo debate participavam de instituições específicas, compartilhavam de uma determinada cultura intelectual, tinham uma formação sociológica própria, em suma, avaliaram o fenômeno por perspectivas distintas, – o que implica em uma gama enorme de interpretações. Nesse contexto léxico, histórico, linguístico e intelectual a mudança social pode ser compreendida como uma forma de abordagem do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil utilizada pelos diversos sociólogos os quais ao “reagirem uns contra os outros” construíram suas interpretações por meio do léxico linguístico predominante naquele contexto (POCOCK, 2003: 25-27).

Ou seja, o pensamento sociológico brasileiro dos anos de 1950 e 1960 foi marcado por grandes transformações sociais e permeado por diversas propostas de desenvolvimento com as quais os sociólogos tinham que debaterem-se. A mudança social, nesse contexto, apresentou-se não somente como um conceito, mas como uma forma de posicionamento do pensamento sociológico frente às transformações sociais do período. Um posicionamento que trazia em seu bojo a expectativa de transformação da sociedade inscrita em uma agenda progressista, pois, como esclarece Villas Bôas (2006b: 116): “Naquela época, fazer ciência significava fazer história, uma vez que os resultados das pesquisas científicas levavam à transformação da sociedade brasileira em uma etapa ou nova fase da sua história”.

Animada por esse propósito “missionário”, a sociologia brasileira empreendeu diversas pesquisas, as quais a partir de suas perspectivas específicas, das polêmicas que travaram e de seus desdobramentos acabaram por propiciar um conhecimento mais amplo das diversas facetas da sociedade. Também suscitaram debates metodológicos acalorados sobre a forma como a sociologia deveria proceder para fazer frente ao estudo sociológico do desenvolvimento. Tais debates metodológicos contribuíram para a conformação de um quadro no qual a sociologia passa a encarar a si própria como um objeto de reflexões e a suscitar uma atitude epistemológica frutífera para o refinamento da teoria sociológica.

Esta pesquisa investiga as origens, a construção e os significados da mudança social (compreendidos no contexto histórico, social, econômico, cultural e léxico-linguístico) no pensamento de dois personagens centrais da sociologia brasileira dos anos de 1950 e 1960: Florestan Fernandes, da USP, e Luiz de Aguiar Costa Pinto, da Universidade do Brasil. Como é sabido, nessas instituições – além da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em São Paulo – é que foram criados os primeiros cursos destinados à formação de cientistas sociais no Brasil<sup>1</sup>, na década de 1930. Fernandes e Costa Pinto formaram-se nas primeiras levas de cientistas sociais e por meio de suas atividades como docentes e pesquisadores inserem-se como construtores privilegiados da sociologia, como campo científico, no Brasil. Por esse motivo os dois sociólogos são encarados nesta pesquisa como personalidades paradigmáticas.

Não precisamos ir muito longe para atestar a importância de Fernandes e Costa Pinto naquele contexto. Basta considerarmos que Florestan Fernandes é reconhecido pelos estudiosos da sociologia no Brasil como o principal artífice e personagem síntese da ciência social praticada na USP. Esse reconhecimento deve-se a seus esforços no sentido da institucionalização da disciplina, da elaboração teórica, das interpretações sobre o Brasil, da formação de cientistas sociais e da construção de um grupo de pesquisa – no âmbito da cadeira de Sociologia I, da

---

<sup>1</sup> Antes da criação dos primeiros cursos de ciências sociais a disciplina já era ministrada na Faculdade de Direito do Ceará e na Faculdade de Direito da Bahia; já havia sido introduzida como cadeira no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro (a cargo de Delgado de Carvalho), na Escola Normal do Distrito Federal (com Fernando de Azevedo) e do Recife (a cargo de Gilberto Freyre). A origem da sociologia no Brasil, entretanto, remonta ao final do século XIX, na obra de autores como Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Nestor Duarte, Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, Silvio Homero, entre outros. Embora haja algum consenso a respeito das obras e autores que irão pensar o Brasil, há uma grande controvérsia acerca dos marcos que estabelecerão seu caráter científico ou pré-científico. Tal dissenso tem seus alicerces nas diversas demarcações da história das ciências sociais que começaram a ser realizadas nos anos de 1950, entre as quais a de Fernando de Azevedo [1954] (1973), a de Florestan Fernandes [1958] (1977) e a de Guerreiro Ramos (1953); estendendo-se até os dias atuais em autores como Elide Rugai Bastos (1998), Renato Ortiz (2002), Sérgio Miceli (1989), entre outros. Um balanço das periodizações das ciências sociais no Brasil encontra-se em (BARIANI e SEGATO, 2009).

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP – considerado pelos especialistas como a “escola paulista de sociologia” (ARRUDA, 1995).

Luiz de Aguiar Costa Pinto é tido como “uma das principais lideranças acadêmicas das ciências sociais praticadas no Rio de Janeiro nas décadas de 1950 e 1960” (LIMA, In. MAIO e VILLAS BÔAS (orgs.) 1999: 251). Tal conceito deve-se a sua atuação como professor livre-docente de sociologia na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) e professor catedrático de sociologia da Faculdade de Economia e Administração, ambas na Universidade do Brasil; às suas elaborações teóricas e interpretativas sobre a mudança social no Brasil; à sua participação em instituições de pesquisa do Rio de Janeiro como o CBPE e o CLAPCS – do qual foi o primeiro diretor; além de sua inserção internacional no âmbito das ciências sociais: participou da comissão de peritos convocada pela UNESCO para elaborar a primeira declaração sobre raças, foi vice-presidente e membro do comitê executivo da ISA (International Sociological Association) e trabalhou como pesquisador nas Nações Unidas.

O interesse de Florestan Fernandes pelo estudo da mudança social emerge, sobretudo, a partir da pesquisa sobre relações raciais que empreendeu com Roger Bastide (BASTIDE e FERNANDES, 1959). A partir desse momento, o sociólogo paulista começa a se dedicar, paulatinamente, ao estudo da mudança social; e suas reflexões passam a centrar-se, mormente no final da década de 1950, na compreensão do processo e dos obstáculos para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Tais preocupações foram articuladas em torno de considerações sobre: a mudança social espontânea e provocada, o planejamento social, a democracia, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, os papéis intelectuais dos sociólogos nas sociedades em mudança, a sociologia aplicada (formulação teórica de uma sociologia preocupada com a conversão do conhecimento em prática social), as relações raciais em contexto de mudança e o processo da revolução burguesa no Brasil.

Luiz de Aguiar Costa Pinto também concentrou seus esforços na investigação da mudança social, conforme avaliação do próprio autor: “Eu faço sociologia (...) Com especialidade sobretudo em mudança social. É o que me fascina. Em última análise meus diferentes livros analisam a mudança social em diferentes setores da sociedade. Sobretudo da sociedade brasileira” (COSTA PINTO, 1989: 45). O sociólogo dedicou-se ao exame de questões como: o procedimento que a sociologia deveria adotar para compreender o processo de mudança social; a estrutura de classes da sociedade brasileira; o estudo sobre relações raciais em contexto de

mudança; o processo de desenvolvimento no Brasil e na América Latina (seus condicionantes, os fatores que o favoreciam ou dificultavam).

Esta Tese discute como essas questões foram construídas no pensamento de Florestan Fernandes e Costa Pinto, situando-os no debate sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil nos anos de 1950 e 1960, considerando as mediações institucionais em relação ao contexto global. Buscando compreender as indagações, as respostas e as propostas dos autores nesse momento decisivo da constituição da sociedade de classes brasileira. Qual é a contribuição dos autores para a construção do léxico sobre a mudança social? Quais as especificidades de suas formulações teóricas e interpretativas? Quais referências eles mobilizam – contra ou a favor – para a construção dessas formulações? Qual o(s) significado(s) da mudança social para Fernandes e Costa Pinto? Em que esses significados se aproximam ou diferem? Que objetivos animam suas reflexões? Quais as repercussões de suas formulações sobre a mudança social?

Essa problemática emerge e se desenvolve no pensamento de Florestan Fernandes e Costa Pinto durante as décadas de 1940, 1950 e início de 1960, período no qual se formam como sociólogos e passam a exercer atividades como docentes e pesquisadores nos referidos *lócus*. Portanto, o recorte temporal desta pesquisa inicia-se nos anos de 1940, quando Fernandes e Costa Pinto ingressam, respectivamente, nos cursos de ciências sociais da FFCL da USP e da FNFi da Universidade do Brasil. Perpassa a década de 1950, na qual os dois sociólogos atuam como formadores de novos cientistas sociais, como pesquisadores e como protagonistas no debate intelectual sobre os rumos da mudança social no Brasil; estendendo-se até o ano de 1964, momento no qual o golpe militar interrompe ou abala a regularidade de suas atividades no país. Costa Pinto deixa o Brasil em 1964, quando passa a atuar como professor visitante em universidades do EUA e do Canadá. Florestan Fernandes foi aposentado compulsoriamente em 1969, em virtude do ato institucional n. 5, de 1968, exilando-se, também, nos EUA e no Canadá.

É no momento do golpe militar de 1964, portanto, que se encerra o escopo desta pesquisa. Também consideramos o fato de que a sociologia do desenvolvimento ganhou força nos anos de 1950 e teve seu apogeu e declínio nos anos de 1960, década na qual as taxas de crescimento começam a declinar e na qual ocorreram os golpes militares no Brasil e em outros países da América Latina (MOTA, 1986: 291-5). Nesse contexto, começaram a ganhar espaço as apreciações críticas sobre o desenvolvimento, acompanhadas da crítica teórico-metodológica aos procedimentos em voga e às interpretações produzidas antes de 1964. A discussão sobre os rumos

da mudança social perdeu espaço na sociologia, e fora dela, já que o regime ditatorial interrompeu o processo democrático de debate sobre o futuro do país. Outras questões como a revolução social e a crítica e/ou luta contra o regime militar passaram a ser a ordem do dia.

Para orientar metodologicamente esta investigação procuramos conceitos inclusivos, que permitissem pensar o debate intelectual de forma dinâmica, na tentativa de interrogar o objeto sem suprimir sua complexidade. Os estudos sobre o pensamento social no Brasil têm sido pautados, geralmente, por duas vertentes metodológicas: uma que privilegia a análise da produção dos intelectuais, de seus textos e das suas contribuições para o trabalho intelectual e cultural e para o debate político (a sociologia do conhecimento – tradição inaugurada por Karl Mannheim); outra que confere relevância às relações texto/contexto, em particular as orientações que buscam explicar os condicionantes sociais do conhecimento, principalmente por meio das análises institucionais (da qual Bourdieu é o principal expoente).

As duas opções implicam em alguma espécie de risco para o estudo do pensamento social brasileiro. A sociologia das ideias pode, às vezes, esbarrar no perigo de realizar somente em um inventário das ideias (por si só pouco esclarecedor das tensões entre as ideias e a ordem social da qual elas se originam e a qual influenciam); já a orientação que busca analisar os nexos entre texto e contexto, por vezes, acaba estabelecendo relações forçadas entre as duas instâncias, aprisionando o pensamento em um contexto e não dando conta da sua complexidade como força social atuante no tempo e no espaço além do qual foi projetado.

Buscando escapar dessas armadilhas esta pesquisa aborda o pensamento como uma força viva originada em um contexto, mas que não se restringe e se explica somente em sua conexão com esse momento imediato. Pocock (2003) nos elucida a respeito dessas questões ao afirmar que o contexto não é somente histórico e social, mas também léxico e linguístico<sup>2</sup>, ou seja, o pensamento ecoa além do tempo e do espaço, influenciando o debate político e o trabalho cultural das novas gerações, adquirindo novas interpretações ao ser reutilizado por novos agentes sociais. Mobilizamos também a sociologia dos intelectuais de Karl Mannheim, pois pensamos que ela é mais adequada para apreender a intrincada teia do pensamento social, inclusive, para estabelecer as complexas conexões entre as ideias e a vida social.

O conceito de “estilo de pensamento” formulado por Mannheim (1981) foi utilizado para que pudéssemos tratar o pensamento sociológico brasileiro em sua “unidade interna”,

---

<sup>2</sup> Ou também ideológico (SKINNER, 1996).

considerando que “há diferentes escolas de pensamento distinguíveis pelos diferentes modos como utilizam diferentes padrões e categorias de pensamento” (MANNHEIM, 1981: 79), uma vez que “certos princípios determinantes, provenientes do grupo, estão atuando no indivíduo que molda, de acordo com eles, suas experiências e conhecimentos potenciais” (MANNHEIM, 1981: 83). Essa concepção permite situar Costa Pinto e Florestan Fernandes como expoentes da sociologia brasileira de meados do século XX, compreendendo-a como um “estilo de pensamento”, porque portadora de determinados padrões, categorias de pensamento e léxicos, que asseguram sua “unidade interna”.

O “estilo de pensamento”, nessa acepção, é plasmado na sua interação com a dinâmica histórica, econômica, social, política e cultural de determinada época “podendo ser mostrado, em última análise, como algo nascido das lutas e conflitos de grupos humanos” (MANNHEIM, 1981: 83), levando em conta que “a chave para a compreensão das mudanças nas idéias deve ser encontrada nas circunstâncias sociais em mudança, principalmente no destino dos grupos e classes sociais que são os “portadores” desse estilo de pensamento” (MANNHEIM, 1981: 78)<sup>3</sup>. Dessa forma, podemos conceber a sociologia brasileira daquele período como parte da história, como produto e coprodutora de sua época.

Originada no seio de uma sociedade que anseia ser moderna, nos momentos decisivos de sua transição para o capitalismo – entre o final do século XIX e meados do século XX –, permeada pelos conflitos entre os diversos sujeitos sociais que buscavam imprimir um rumo à história: uns referidos à tradição (o mundo rural, patriarcal, definido pelo latifúndio), outros com raiz na ordem moderna e urbana em formação. A sociologia figurou, nesse contexto, como um instrumento de modernização, de racionalização e de auto compreensão da sociedade, exprimindo os conflitos, as ambiguidades e as questões latentes daquele processo histórico.

É preciso considerar, no entanto, as diferenças que medram dentro de um “estilo de pensamento”. Isso porque os diversos cientistas sociais pensaram a mudança social a partir de pontos de vista específicos, o que gerou polêmicas em torno da caracterização do processo, bem como do instrumental teórico metodológico adotado nas análises. Nesse sentido buscamos compreender as particularidades das formulações de Fernandes e Costa Pinto sobre a mudança social por meio da noção de “perspectiva” do sujeito cognitivo (MANNHEIM, 1968). Perspectiva é a maneira específica pela qual o sujeito do conhecimento vê o objeto, como o

---

<sup>3</sup> Em todas as citações de texto desta Tese foram preservadas a ortografia original.



percebe e o constrói; ela é formada pela experiência humana e abrange a seleção de aspectos da realidade feita pelo sujeito, bem como sua elaboração cognitiva:

Nesse sentido, “perspectiva” significa a maneira pela qual se vê o objeto, o que se percebe nêle, e como alguém o constrói em pensamento. A perspectiva é, portanto, algo mais do que a determinação meramente formal do pensamento. Refere-se, também, a elementos qualitativos da estrutura de pensamento, elementos que devem ser necessariamente negligenciados por uma lógica formal. São precisamente tais fatores responsáveis pelo fato de que duas pessoas possam – ainda que apliquem de forma idêntica as mesmas regras lógico-formais, como, por exemplo, a lei da contradição ou a fórmula do silogismo – julgar o mesmo objeto de forma bastante diferente (MANNHEIM, 1967: 294)

Entretanto, como o pensamento é uma força coletiva, originada pelos movimentos da história, a perspectiva do sujeito do conhecimento é determinada, em última instância, por sua inserção social:

Em conexão com estas investigações, tornar-se-á cada vez mais claro que as *forças vivas e as atitudes efetivas subjacentes às atitudes teóricas não são, de maneira alguma, meramente individual*, vale dizer, não têm sua origem, em primeiro lugar, na tomadas de consciência de seus interesses pelo indivíduo, no decurso do pensar. *Antes, emergem dos propósitos coletivos de grupos, subjacentes ao pensamento do indivíduo, e de cuja visão prescrita ele apenas participa*. Nesse sentido, torna-se mais claro que não se pode compreender corretamente uma grande parte do pensar e do saber, enquanto não se levar em consideração suas conexões com a existência ou com as implicações sociais da vida humana (MANNHEIM, 1968: 290) – grifos nossos.

Buscamos apreender as “perspectivas” pelas quais Costa Pinto e Florestan Fernandes analisaram a mudança social a partir de suas relações com os grupos dos quais eles participaram ou com os quais polemizaram: as instituições de ensino e pesquisa de ciências sociais das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro<sup>4</sup> – compreendidas em suas conexões com contexto mais amplo. Esse procedimento visa perceber como se formam as “perspectivas” dos dois sociólogos a partir de sua interação com determinadas maneiras de conceber e praticar a sociologia. Como as ciências sociais praticadas nas universidades e centros de pesquisa de São Paulo e do Rio de Janeiro – por meio de seus personagens, das questões consideradas centrais ou periféricas, dos instrumentos teóricos e metodológicos privilegiados e de suas relações com a sociedade – concorreram para formar a visão sociológica de Florestan Fernandes e de Costa Pinto? Como se edifica o *approach* conceitual, teórico e metodológico por meio do qual cada autor pensa a

---

<sup>4</sup> Em São Paulo a USP e a ELSP, no Rio de Janeiro a Universidade do Brasil, o CLAPCS e o ISEB.

mudança social? Com quais e contra quais referências eles se armaram para interpretar a sociedade brasileira?

É para responder a essas questões que tratamos as particularidades das ciências sociais nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro (objetivando revisitar os diálogos entre cientistas sociais e instituições). Reconhecendo que há diferenças que caracterizam os dois processos de institucionalização – o que não implica em encará-los como casos diametralmente opostos e nem em mobilizar as especificidades de cada processo para estabelecer a primazia científica de um deles. Consideradas dessa forma, a ciência social praticada no Rio de Janeiro poderia ser vista como a expressão de interesses políticos e ou estatais enquanto a ciência social paulista seria pautada por critérios puramente científicos. Pensamos, inclusive, que a reiteração desse tipo de interpretação da história das ciências sociais no Brasil concorre para que a obra de Luiz de Aguiar Costa Pinto permaneça relativamente “esquecida”, já que: “tais formas de explicação da criação e desenvolvimento, cientificidade e legitimação, tornaram-se também critérios de valoração, instrumento de marginalização e até de inviabilização da produção que não se norteia pelo apelo cientificista e institucional” (BARIANI e SEGATO, 2009: 13).

Esta Tese foi viabilizada, principalmente, por meio da pesquisa bibliográfica intensiva, lançando mãos da análise da produção sociológica de Florestan Fernandes e Luiz de Aguiar Costa Pinto. Nesse sentido, compreende também o estudo da produção dos principais interlocutores dos dois sociólogos – no intuito de situar as suas formulações no debate intelectual do contexto – em especial, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) – mentora de projetos de desenvolvimento para a América Latina – e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – instituição relevante no âmbito do debate sobre o desenvolvimento nos anos de 1950 e 1960.

Outro procedimento adotado é a investigação bibliográfica das principais fontes com as quais Fernandes de Costa Pinto dialogaram para extrair a matéria-prima (metodológica, teórica e temática) de suas análises. Entre elas a sociologia norte-americana em autores como William Ogbourn, Donald Pierson, Talcott Parsons e Robert Merton; os clássicos das ciências sociais como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim; e também de autores filiados a outras áreas do conhecimento, em especial a economia, como Raúl Prebisch, Gunnar Myrdal, Paul Sweezy, Paul Baran, entre outros. Fez-se necessária, ainda, a consulta da bibliografia que informa sobre a estrutura social e os componentes históricos do contexto que compõe o escopo desta pesquisa;

tendo em vistas que o contexto não é um dado, mas uma construção intelectual, o que implica na seleção de textos e argumentos por parte do pesquisador. Foi contemplado, igualmente, o estudo de textos que se debruçam sobre o ambiente institucional das ciências sociais entre os anos de 1940 e 1960, pois como sugere (OLIVEIRA, 1995: 243): “se as instituições não dão conta por si só de explicar as ciências sociais ou mesmo de lhes conferir legitimidade, elas “definem temas relevantes, reforçam esquemas de percepção e de interpretação da experiência social”.

No primeiro capítulo desta Tese discutimos a formação das perspectivas sociológicas por meio das quais Fernandes e Costa Pinto pensaram a mudança social nas décadas de 1950 e 1960. No período em que se formou como sociólogo, Fernandes dedicou-se a pesquisas em torno da organização social no registro estrutural funcionalista. Assinalamos as continuidades entre esse momento e os estudos da mudança social nas décadas de 1950 e 1960 por meio de uma visão de sociedade ancorada na estrutural funcionalismo. Luiz de Aguiar se dedicou ao estudo da mudança social desde suas primeiras investigações, quando começou a construir os elementos que juntos compuseram, na década de 1950, o conceito de marginalidade estrutural, a saber: a noção de estrutura social de inspiração marxiana e a ideia da coexistência de conflitos entre valores referidos às ordens tradicional e moderna, no Brasil.

No segundo capítulo abordamos a sociologia da mudança social dos dois autores em relação ao contexto histórico, social, político, econômico e léxico-linguístico dos anos de 1950 e 1960 – momento em que as disputas de projeto de desenvolvimento para a sociedade brasileira se acirraram e no qual o debate intelectual sobre o desenvolvimento ganhou densidade. Nesse ínterim, Florestan Fernandes reorientou suas posições sobre as relações entre a sociologia e a mudança social, refutando, no começo dos anos de 1960, hipóteses utilizadas para pensar a mudança social no Brasil durante a década de 1950; defendendo, inclusive, uma postura mais incisiva dos intelectuais diante dos desafios colocados pelos problemas da mudança social em países subdesenvolvidos. Buscamos mostrar como esse movimento do pensamento de Fernandes está intimamente ligado às profundas transformações pelas quais a sociedade brasileira e o debate intelectual passaram naquele contexto.

No mesmo momento, L. A. Costa Pinto formula o conceito de marginalidade estrutural, com o qual realiza análises sobre a mudança social no Brasil ressaltando suas ambiguidades, expressas na convivência entre elementos de duas estruturas sociais distintas: uma tradicional e patrimonialista, ancorada no passado colonial e escravocrata; outra moderna e capitalista, mas,

nem por isso, virtuosa em si mesma ou redentora da tradição. Buscamos demonstrar, também, como Luiz de Aguiar se afirmou, durante os anos de 1950 e 1960, como um expoente da sociologia no âmbito internacional. O exame do pensamento de Florestan Fernandes e Costa Pinto, realizado neste capítulo, procurou salientar também as proximidades e divergências entre suas proposições teóricas e interpretativas sobre a mudança social no Brasil.

## 1. PREPARANDO O TERRENO: A GESTAÇÃO DOS SOCIÓLOGOS E O PROBLEMA DA MUDANÇA SOCIAL

Neste capítulo, discutimos os primeiros trabalhos de Florestan Fernandes e Costa Pinto, situando-os no contexto histórico, cultural, político, social e léxico linguístico dos anos de 1940. Nessa década, as ciências sociais praticadas no meio acadêmico começavam a adquirir seus contornos por meio da jovem experiência universitária iniciada nos anos de 1930 no eixo Rio - São Paulo. Tal experiência adquire inteligibilidade quando compreendida como um dos desdobramentos do processo de modernização do país em curso naquele momento – mais uma das etapas da transição da ordem social tradicional para a ordem capitalista.

A revolução de 1930 representou um movimento contra o liberalismo oligárquico da Primeira República, articulado em torno da política café-com-leite<sup>5</sup>. A Primeira República foi permeada pelo patrimonialismo, pois, embora assentada em uma constituição de viés liberal caracterizou-se pela continuidade do poder do latifúndio e pelo monopólio do Estado pelas oligarquias. Configurou-se, portanto, como uma “república sem cidadãos” à medida que o espaço público destinado à participação política era usufruído unilateralmente pelos coronéis (LAHUERTA, 2003: 220-5). Entretanto, o caráter do Estado e das relações sociais nas quais ele se assentava passou a ser questionado, pois se formava no país um “embrião de sociedade civil” decorrente da embrionária experiência capitalista internalizada. Nos anos de 1920, novas classes e camadas sociais se anunciavam no cenário político brasileiro: a classe operária e suas associações (o Partido Comunista Brasileiro – criado em 1922, sindicatos e a imprensa operária) e a classe média, expressa, principalmente, no movimento tenentista (COUTINHO: 2000: 26-7)<sup>6</sup>.

Esses novos elementos da engrenagem social concorreram, junto a outros fatores, para a crise do liberalismo oligárquico. No plano mundial o *laissez-faire* enteva em franco declínio devido às crises geradas pela 1ª. Guerra Mundial, pela revolução russa de 1917, pela *débâcle* financeira de 1929 e pela ascensão do movimento nazifascista na Europa. Nesse cenário desfavorável ao liberalismo é que se formaram as forças sociais que levariam adiante a Revolução de 1930:

---

<sup>5</sup> Aliança política entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, que ao se alternarem no poder, convertiam o espaço público do Estado em instância dedicada à satisfação de interesses particularistas.

<sup>6</sup> A Semana de arte moderna de 1922, realizada em São Paulo, dando forma ao movimento modernista também se situa como ator social importante para a crítica dos fundamentos sociais da Primeira República, contribuindo para que se formasse, no país, um “caldo cultural antiliberal” (LAHUERTA, 2003: 224).

É por isso que, ao longo dos anos 20, de vários pontos do espectro ideológico – da esquerda e da direita –, há uma profunda demanda de ordem que exige a unificação do país, recusa o liberalismo da Carta de 1891 por seu caráter excludente e pretende afirmar um projeto moderno de nação. Ainda, os sujeitos políticos que vão realizar a ruptura com o regime vigente na República Velha compartilham a idéia de que o moderno representa o fim dos particularismos e consideram que a condição para a mudança exige a superação do liberalismo, fundamento constitucional da apropriação da esfera pública pela privada (LAHUERTA, 2003: 224-5).

Em meio a esse caldo cultural ocorreu uma ruptura no seio das elites agrárias, o pacto oligárquico foi rompido quando Washington Luiz (Presidente paulista) indicou, para a sucessão presidencial de 1930, Júlio Prestes (também paulista). Então, o governador de Minas Gerais, Antonio Carlos, articulou uma candidatura de oposição (a Aliança Liberal) formada por Getúlio Vargas – Ex-governador do Rio Grande do Sul e Ex-ministro da Fazenda de Washington Luiz – para presidente e João Pessoa – governador da Paraíba – para vice (AGGIO et all, 2002: 19-20). Os reveses políticos da eleição<sup>7</sup> ajudaram a precipitar o movimento que colocaria um novo bloco de poder na direção do país.

A revolução de 1930 foi um movimento marcado por continuidades e mudanças: “manteve, por um lado, muitas das velhas instituições, costumes e práticas sócio-políticas; por outro, operou mudanças fundamentais que permitiriam o desenvolvimento do capitalismo e a constituição de um Estado burguês moderno no Brasil” (SEGATO, apud, AGGIO et all, 2002: 09-10). O Estado, no período Vargas, centralizou e disciplinou as atividades econômicas, políticas e sociais, e implementou o esboço de um projeto de desenvolvimento do capitalismo em bases autônomas e nacionais, criando o arcabouço institucional minimamente necessário à modernização do país. Dentre essas iniciativas contam a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, juntamente à regulamentação das relações de trabalho e à criação de uma legislação trabalhista; o Ministério da Educação e Saúde, articulador de uma política nacional de educação; e a intervenção estatal visando planejar o desenvolvimento econômico do país por

---

<sup>7</sup> Júlio Prestes venceu as eleições de 1º. de março de 1930, mas a oposição acusou os governistas de fraude eleitoral, expediente comum nos processos eleitorais da 1ª. República. A partir desse momento o caminho das armas começou a figurar como alternativa para a Aliança Liberal, sendo insuflado pelo assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930.

meio de investimentos em infraestrutura (estradas, usinas) e pela gestação das indústrias de base (energia e motor-mecânica)<sup>8</sup>.

A modernização posta em marcha pela revolução de 1930 foi um processo contraditório, uma vez que alterou e redefiniu o pacto oligárquico colocando um novo bloco de poder – modernizador e autoritário – à frente das tarefas de construção do Estado e da cultura nacional. O projeto de desenvolvimento do capitalismo no país, alavancado por Vargas, deu-se como obra do Estado à medida que este assentou as bases para a industrialização, subsidiando-a e planejando-a. No entanto, o novo bloco de poder conduziu o processo de modernização mantendo o monopólio do exercício da política nas mãos das classes dominantes, instaurando um poder autoritário e centralizador que reprimiu duramente os setores subalternos que tentaram participar do processo. Dessa forma, o Estado concedeu direitos sociais aos trabalhadores urbanos<sup>9</sup>, sem, no entanto, reconhecer seus direitos políticos – assegurando aos debaixo uma “cidadania regulada”, associada a uma estrutura sindical corporativista, atrelada ao Estado (LAHUERTA, 2003).

Nesse sentido, o projeto de modernização levado adiante por Getúlio Vargas caracterizou-se pelo predomínio de uma cultura política ibérica, marcada por concepções organicistas e comunitaristas da ordem nacional. Fazendo com que a economia, a política e a organização social fossem articuladas e centralizadas pelo Estado corporativo (VIANNA, 1997). No entanto, o Estado procurou dialogar com a sociedade no que diz respeito à construção da identidade nacional, chamando os intelectuais para participarem de sua obra de edificação nacional no âmbito da organização da cultura, atribuindo à intelectualidade a “missão” de criar a cultura nacional (LAHUERTA: 1997).

No campo da organização da cultura a construção de um sistema nacional de educação foi uma das tarefas centrais enfrentadas pelo Estado modernizante. Embora chamasse os intelectuais para participarem da obra cultural o Estado buscou estruturar e exercer o controle sobre o sistema educacional emergente. Com esse intuito o governo provisório estabelecido após a revolução de 1930 criou o Ministério da Educação e Saúde; com objetivos semelhantes nasceu, posteriormente, o Conselho Nacional de Educação (instrumento da Reforma Francisco Campos,

---

<sup>8</sup> Nesse momento foram criadas também instituições, conselhos e departamentos para regular e controlar a economia, entre eles: Instituto de Açúcar e Alcool (IAA), Instituto Brasileiro de Café (IBC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Serviço Nacional de Indústria (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), etc. (SEGATO, apud, AGGIO et al, 2002: 10).

<sup>9</sup> Os direitos trabalhistas assegurados no período e sistematizados na Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 excluiu a massa de trabalhadores rurais.

de 1931) o qual “arma, portanto, o Estado para exercer sua tutela sobre todos os domínios do ensino.” (MARTINS, 1987: 81). Foi em meio a esse processo de formação do campo cultural no Brasil que medrou o projeto de implantação de universidades – sendo permeado, portanto, pelas disputas entre os setores da sociedade que almejavam participar e/ou dirigir a cultura, principalmente os intelectuais ligados ao movimento escola nova e a igreja católica.

Nesse contexto é que a *intelligentzia* formada ao longo dos anos de 1920 (em especial os intelectuais que compunham o movimento escola nova) pôde implementar o seu projeto de universidade. Tanto a Universidade de São Paulo (USP)<sup>10</sup> como a Universidade do Distrito Federal (UDF)<sup>11</sup>, no Rio de Janeiro, foram concebidas no espírito proposto pelos reformadores, com o objetivo de serem “instituições modernas, abertas ao espírito de renovação e de pesquisa” (MARTINS, 1987: 80). Em meio a esse processo histórico-social é que foram criadas as primeiras instituições destinadas à formação de cientistas sociais no Brasil: a Escola Livre de sociologia e Política (ELSP)<sup>12</sup>, em 1933, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL)<sup>13</sup> da USP, em 1934, ambas em São Paulo; e a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi)<sup>14</sup> da UDF, em 1935, no Rio de Janeiro.

Na década de 1940, Florestan Fernandes se formou como sociólogo na FFCL da USP e na ELSP; e Luiz de Aguiar Costa Pinto realizou o mesmo processo na FNFi da Universidade do Brasil. Este capítulo versa sobre as principais influências teóricas, metodológicas e temáticas que concorreram, por meio dessas instituições de ensino e dos personagens que dela participaram, para a edificação do *approach* sociológico dos dois cientistas sociais. Consideramos as relações dessas instituições com a sociedade daquela época a fim de compreender o significado da universidade e da ciência social nos anos de 1940, abordando a sociologia como um estilo de pensamento – para apreender tanto sua unidade interna quanto as particularidades das instituições das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Revisitamos, também, os debates travados nas ciências sociais daquele período, com o objetivo de situar Fernandes e Costa Pinto naquele contexto léxico linguístico.

Florestan Fernandes dedicou-se, ao longo dos anos de 1940, a análise do folclore na cidade de São Paulo e ao estudo da sociedade tupinambá, de sua organização e da função social

---

<sup>10</sup> Daqui em diante USP.

<sup>11</sup> A partir daqui UDF.

<sup>12</sup> Daqui em diante ELSP.

<sup>13</sup> Deste ponto em diante FFCL.



que a guerra nela exercia. Costa Pinto pesquisou as lutas de família na sociedade colonial brasileira, buscando apreender os significados das formas tradicionais e modernas de repressão aos delitos em seu movimento de transição; estudou, também, a estrutura da sociedade rural brasileira interpretando-a por meio da noção de classes sociais. Há, portanto, certa proximidade entre as temáticas trabalhadas pelos dois autores; entretanto, eles pensaram os temas ligados às sociedades tradicionais e/ou à transição entre tradição e modernidade por meio de perspectivas distintas, adotando arcabouços teórico-metodológicos diferentes em suas análises: Fernandes privilegiou o método de interpretação funcionalista, já Costa Pinto adotou, centralmente, um instrumental teórico-metodológico mais afinado com o marxismo. A que se devem essas similitudes e diferenças? Como a mudança social emerge nas análises sociológicas de Fernandes e Costa Pinto a partir do tratamento de temas ligados à sociedade tradicional?

### **1.1 O folclore e os Tupinambás: da organização social à mudança**

Florestan Fernandes é considerado pela bibliografia uma figura emblemática por ter realizado um trânsito entre a origem social humilde ao reconhecimento internacional como *Scholar*. Nascido na cidade de São Paulo, no ano de 1920, Florestan sofreu as vicissitudes e também se beneficiou dos influxos de um meio urbano que se industrializava e se modernizava. Filho de mãe lavadeira e pai desconhecido, desde cedo – aos seis anos de idade – teve que enfrentar a questão da subsistência, recorrendo a diversos tipos de trabalho como engraxate, garçom e balconista (FERNANDES, 1977: 142-3).

Essa ascendência social marcou decisivamente sua vida como estudante. Fernandes adentrou ao ensino primário por volta dos sete anos, deixando a escola no terceiro ano e voltando aos bancos escolares somente aos dezessete anos para fazer o curso de madureza no ginásio Riachuelo, combinando-o com o trabalho na farmácia Novoterápica (FERNANDES, 1975: 19), (FERNANDES, 1977, 140-154).

É com essa trajetória, marcada pela ausência de escolaridade e de ilustração, que Florestan adentrou ao curso de ciências sociais na FFCL da USP, no ano de 1941. Qual o perfil dessa faculdade quando Florestan Fernandes ingressou em suas fileiras? Qual tipo de ensino – orientação teórico-metodológica e temática – estavam em voga? Quais eram as relações entre a

---

<sup>14</sup> Daqui em diante FNFi

USP e o contexto inclusivo? Em suma, como essa etapa de sua formação concorreu para o edifício de sua perspectiva sociológica?

Em meados dos anos de 1920 foi desencadeada a campanha pela criação da USP, tendo como elemento central a instituição de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, aos moldes franceses. A campanha foi articulada por meio de uma aliança entre os educadores ligados ao movimento escola nova e a elite cultural paulista vinculada ao jornal **O Estado de São Paulo**. Em linhas gerais, a aliança entre os dois grupos sustentou-se em torno da ideia de criação de uma faculdade destinada à formação de elites técnicas e desinteressadas<sup>15</sup>. A campanha pela criação da USP ganhou publicidade ao repercutir na imprensa por meio do jornal **O Estado de São Paulo**, veículo ligado a uma fração ilustrada da elite de São Paulo que se apresentava como a “comunhão paulista”, cujo principal expoente era Júlio de Mesquita Filho, dono do referido meio de comunicação. Este grupo assumiu a postura de um “partido ideológico”, de um “estado maior intelectual”, postulando um projeto político que, em última instância, almejava ao poder central da nação, numa tentativa de reconquistar a hegemonia que os paulistas haviam perdido após a revolução de 1930 (CARDOSO, 1982).

As aspirações de direção nacional do grupo implicaram em um projeto de universidade por estarem ligadas aos anseios de obtenção de hegemonia para as elites ligadas ao campo cultural<sup>16</sup>. Conforme o projeto ideológico da “comunhão paulista”, a universidade deveria ter uma orientação técnica e se situar acima dos interesses partidários, ou seja, sua missão seria a de formar as elites desinteressadas para a obra de reconstrução nacional – da qual ela, a “comunhão paulista”, seria a diretora (CARDOSO, 1982: 29-31). Aportada nesse projeto, USP foi criada no ano de 1934 em uma situação de compromisso entre os grupos que compunham a aliança em

---

<sup>15</sup> É preciso distinguir, no entanto, os ideais propugnados pelos educadores do projeto que resultou de sua aliança com o grupo do jornal **O Estado de São Paulo**. O projeto articulado pelos educadores em torno do movimento pela renovação do ensino, ao longo dos anos 20, é expressão de uma *intelligentia* moderna e reformadora; entre seus expoentes contavam Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. O projeto dessa intelectualidade deita raiz na ausência de canais mais amplos de participação e de meios de afirmação social para seus membros e seus ideais modernizadores em uma sociedade comandada pelas oligarquias e caracterizada pela cultura ornamental. Tais intelectuais postulavam uma proposta de reforma da sociedade viabilizada pela reforma do sistema educacional, passando pela expansão da rede pública de ensino como um todo e tendo como ponto central a criação de universidades. Para esses pensadores a reforma do ensino possibilitaria a criação de cidadãos, a reprodução e ou modernização das elites, bem como a criação dos “*loci* para a fundação, o reconhecimento e a expansão de sua identidade social e mesmo de sua ‘missão’ na sociedade” (MARTINS, 1987: 80).

<sup>16</sup> O “Grupo de o Estado de São Paulo” começou a desenvolver uma proposta de universidade quando houve o divórcio entre seus quadros e o Partido Republicano Paulista, indicando o afastamento da elite cultural do campo político. Esse fato levou a “comunhão paulista” a afirmar a existência de uma “crise nacional”, a qual só poderia ser resolvida com o retorno da elite cultural à arena política (LIMONGI, 2001: 124-5).

torno da qual se desenrolou a campanha por sua formação e o Governo Federal<sup>17</sup>. Naquele momento Armando de Sales Oliveira (membro da “comunhão paulista”) era interventor estadual e os educadores do movimento pela renovação do ensino ocupavam a direção do aparelho de educação paulista<sup>18</sup>.

Werneck Vianna (1997) nos fornece um quadro interessante para pensarmos os primórdios da universidade no Brasil *vis a vis* ao projeto modernizador e autoritário posto em marcha pela revolução de 1930. O cientista político busca explicar as particularidades da institucionalização das ciências sociais no Brasil – país periférico, no qual o desenvolvimento do capitalismo deu-se de forma tardia – confrontando-as com os casos clássicos inglês, francês e norte-americano. Nesses países as ciências sociais teriam nascido como expressão da sociedade civil, articuladas às diversas propostas de reforma social (como o socialismo, o positivismo e o puritanismo liberal) em um contexto de democracia política e de democratização social, e só posteriormente, institucionalizadas como disciplinas universitárias (VIANNA, 1997: 173-5). Já no Brasil, as ciências sociais teriam se originado distante das demandas da sociedade civil porque ancoradas no projeto das elites paulistas, em meio a um contexto histórico-social cada vez mais repressivo – que teve seu ápice na Constituição antidemocrática e antiliberal de 1937, fruto do golpe que instaurou a ditadura do Estado Novo.

Para Werneck Vianna as ciências sociais institucionalizadas no Brasil na década de 1930 nasceram com “existência universitária antes de encontrarem expressão na vida social, com seus praticantes isolados dos seres subalternos e dos seus problemas” (VIANNA, 1997: 173), longe de uma tradição de reforma social que expressasse os anseios da sociedade civil. Isso porque as ciências sociais não teriam se beneficiado de uma tradição universitária prévia, pois antes de 1930 só havia centros de formação profissional – não concebidos como *locus* de construção de uma identidade nacional, nem de reflexão crítica sobre o país. E, também, porque não existia, no

---

<sup>17</sup> Essa situação de compromisso deu-se em torno da necessidade, por parte de governo federal, de apaziguar o descontentamento dos paulistas, alijados do poder em 1930. A insatisfação das elites de São Paulo já havia se acentuado em 1932, expressando-se na revolta constitucionalista. Embora derrotado militarmente, o movimento constitucionalista obteve vitórias políticas, uma vez que deixou claro para o governo federal a impossibilidade de ser indiferente ao Estado de São Paulo no arranjo político do regime. (AGGIO et al, 2002: 26-9).

<sup>18</sup> Um ano antes, em 1933, a ELSP já havia sido criada. As duas escolas, embora concebidas no movimento de afirmação realizado pelas elites paulistas na década de 1930, possuíam características distintas, pois seus projetos expressavam as aspirações de diferentes facções da elite paulista. A FFCL da USP foi projetada pela elite paulista ligada aos empreendimentos culturais, já a ELSP foi criada pela elite industrial de São Paulo, tendo Roberto Simonsen como seu principal articulador. As diferenças entre as duas instituições e no tipo de ciências social por elas praticadas será discutida adiante.

Brasil, a tradição de uma sociologia de sociedade civil, já que a ensaística de autores como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana, entre outros, orientava suas reflexões em torno da questão da reforma do Estado. Todos esses fatores teriam concorrido para que “As ciências sociais institucionalizadas surg[iss]em ex-novo, [representando] uma efetiva descontinuidade no campo da organização da cultura” (VIANNA, 1997: 181).

Nesse universo, a orientação posta em prática pelos professores franceses teria sido responsável, conforme Vianna, pela primeira ruptura com o projeto fundador da USP. Isso porque a pesquisa etnográfica, ancorada em métodos e técnicas científicas, bem como em objetos circunscritos, teria resguardado a universidade das pressões das elites ao garantir a sua autonomia intelectual. Entretanto, a temática impressa na antropologia social – centrada no estudo do folclore, do negro e do imigrante e também no impacto do processo de modernização sobre comunidades tradicionais – não teria colocado a universidade em contato com a sociedade civil. Esse processo teria contribuído para a formação de uma “comunidade científica mertoniana orientada por um *ethos* próprio e exercendo autojurisdição sobre a sua produção” (VIANNA, 1997: 185-6).

Sergio Miceli (1989) advoga a primazia da FFCL da USP no que tange à institucionalização das atividades acadêmicas e à formação e reprodução dos profissionais de ciências sociais. Para isso, teria concorrido a hierarquia acadêmica baseada em critérios de avaliação, titulação e promoção da carreira universitária, moldada pelos professores franceses, aliada a um meio social que demandava crescentemente profissionais especializados em virtude da diferenciação social posta em marcha pela economia capitalista.

Tal organização universitária, ao atender uma clientela não originária dos setores dirigentes, teria se convertido no centro das expectativas profissionais e pessoais de seus formandos, configurando-se como “centros autônomos de estudos e pesquisas, voltadas sobretudo para a formação de seus futuros quadros “reprodutores”” (MICELI, 1989: 80). Nesse sentido, teria ocorrido “em São Paulo uma colisão entre o “projeto iluminista” das elites locais e a irresistível profissionalização dos setores médios em ascensão social” (MICELI, 1989: 84-5).

Na mesma linha da argumentação de Miceli, Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001: 191-3) afirma que foi na FFCL da USP, *locus* privilegiado da sociologia acadêmica por garantir as condições de sua reprodução, que se deu a institucionalização da linguagem sociológica. Esta seria, portanto, uma expressão da produção acadêmica de São Paulo, da qual

Florestan Fernandes é tido como referência paradigmática. Para a autora, a institucionalização da linguagem sociológica em São Paulo exprimiria o “processo de racionalização da produção do conhecimento” e teria se viabilizado “por estar acoplada a um tecido social que marchava em sentido análogo” (ARRUDA, 2001: 196). Ou seja, para a autora há uma correspondência entre o estilo de reflexão sociológica praticada na FFCL – pautado pela profissionalização do cientista social e pelo emprego rigoroso de teorias, métodos e técnicas – e a modernização capitalista da cidade de São Paulo.

Os argumentos de Werneck Vianna (1997), Miceli (1989) e Arruda (2001) podem ser mobilizados para a compreensão das principais características das ciências sociais praticadas na FFCL da USP entre as décadas de 1930 e 1960. Há um consenso entre os intérpretes da história das ciências sociais no Brasil quanto ao caráter predominantemente institucional da FFCL da USP, calcada na rotinização das atividades acadêmicas conforme os cânones científicos. Entretanto, há grande polêmica no que diz respeito às interpretações que emergem dessa caracterização. Se os estudos de Miceli (1989) e Arruda (2001) nos ajudam a pensar as particularidades das ciências sociais na cidade de São Paulo, eles pecam ao afirmarem uma suposta superioridade científica das instituições de ensino paulista.

É evidente que as ciências sociais laboradas na FFCL e na ELSP ajudaram a construir a linguagem sociológica por meio da rotinização de procedimentos de pesquisa, da criação de grupos de investigação e da reprodução de quadros para as ciências sociais. Do mesmo modo, as características da ciência social paulista, entre anos de 1930-1960, se desenvolveram em conexão com o processo de modernização capitalista brasileiro, do qual a cidade de São Paulo foi vanguarda. Sem dúvida, o papel estratégico ocupado por São Paulo no processo de modernização capitalista, aliado ao fato da cidade não ser a capital da República e por isso não estar diretamente sujeita à interferência do governo federal, favoreceram o desenvolvimento da vida universitária, bem como de um saber racionalizado. Entretanto, nos parece questionável a afirmação de que a “institucionalização da linguagem sociológica” tenha sido obra somente das instituições paulistas – como insinua o trabalho de Maria Arminda (2001). Isso porque, mesmo em condições institucionais diversas, as ciências sociais eram realidade na cidade do Rio de Janeiro<sup>19</sup>, tanto na

---

<sup>19</sup> Discutiremos as particularidades das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro quando formos tratar da formação sociológica de Costa Pinto. Cabe lembrar que as ciências sociais também estavam presentes outros estados do Brasil, entre eles, Ceará, Bahia e Recife.

universidade como em centros de pesquisa extrauniversitários, como indicam as obras de (ALMEIDA, 1989), (OLIVEIRA: 1995a), (VIANNA, 1997).

Desse ponto de vista mais problemática ainda é a interpretação de Miceli (1989), por caracterizar, no período que compreende as décadas de 1930 a 1960, a ciência social de São Paulo como estritamente científica em oposição à ciência social do Rio de Janeiro, compreendida pelo autor como a expressão de interesses políticos e/ou estatais:

Enquanto na *capital federal* vai se construindo uma hierarquia de objetos e problemas em função de sua relevância para o debate político mais amplo, o que equivale a dar prioridade aos conteúdos em detrimento dos procedimentos científicos, em São Paulo logo prevaleceu uma hierarquia propriamente acadêmica privilegiando os métodos de apropriação científica (a começar pelo trabalho de campo) e os focos de interpretação, substituindo a relevância política pela excelência intelectual (MICELI, 1989: 84) – grifos nossos.

As obras de autores como L. A. Costa Pinto, Guerreiro Ramos<sup>20</sup> e Vitor Nunes Leal<sup>21</sup>, formados na UDF e na Universidade do Brasil, seriam menos científicas por tratarem de problemas estruturais? Qual é a relação entre a abordagem de temas relevantes “para o debate político mais amplo” e a negligência de procedimentos científicos? O autor não esclarece essas questões. O fato é que ao privilegiar a “institucionalização” das atividades acadêmicas como único critério para avaliar a produção de cientistas sociais, Miceli deixa de conferir a devida relevância à vasta produção das ciências sociais brasileira desenvolvida fora de São Paulo. É, também, no sentido de resgatar a importância dessa produção sociológica que realizamos um diálogo entre as obras de Florestan Fernandes e Costa Pinto. Isso porque a obra de Costa Pinto

---

<sup>20</sup> Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo baiano radicado no Rio de Janeiro, formou-se na primeira turma de ciências sociais da FNF, da Universidade do Brasil. Foi técnico do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), integrante do Grupo de Itatiaia e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); docente da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas, da Universidade do Sul da Califórnia e na Universidade Federal de Santa Catarina. Autor de vasta obra sociológica, polêmico, crítico da importação de ideias, estabeleceu um diálogo com a tradição do pensamento social brasileiro em autores como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna – os quais na sua visão compunham uma linhagem crítica. Foi defensor de uma sociologia que se colocasse a serviço da autonomia do país, de sua industrialização, desalienação e desenvolvimento. Algumas de suas principais obras são (RAMOS, 1975, 1965, 1960). Sobre Guerreiro Ramos e sua obra ver: (OLIVEIRA, 1995b), (BARIANI, 2003 e 2008) e (MARTINS, 2008).

<sup>21</sup> Vitor Nunes Leal bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Nacional de Direito, da UDF, no ano de 1936. Foi professor de Política da Universidade do Brasil entre os anos de 1943 e 1969, e tornou-se catedrático dessa disciplina em 1947, quando defendeu a tese **O municipalismo e o regime representativo no Brasil**: uma contribuição para o estudo do coronelismo, publicada, posteriormente, em 1949, com o título **Coronelismo enxada e voto** (LEAL, 1976) – um clássico das ciências sociais brasileira. Atuou, também, como jornalista e advogado na cidade do Rio de Janeiro.

não é menos relevante que a de Florestan Fernandes para pensar a mudança social no processo de formação do capitalismo no Brasil, conforme demonstraremos nesta Tese.

Para esse fim pensamos ser mais proveitosa à compreensão das ideias numa perspectiva que pense o trabalho cultural como obra coletiva, no sentido apontado por Pocock (2003) e Mannheim (1981). Como os diálogos e as polêmicas entre os cientistas sociais contribuíram para o desenvolvimento da sociologia – praticada nas universidades e centros de pesquisas extrauniversitários do Brasil? A interpretação de Werneck Vianna (1997) se aproxima mais desse ponto de vista ao mobilizar as especificidades das ciências sociais das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro no intuito de apontar a vocação de cada uma delas, pensando sua contribuição para o trabalho cultural.

Para o autor, se em São Paulo a institucionalização das ciências sociais teria se dado de forma regular, ela teria, também, convergido para o isolamento da universidade, afastando as ciências sociais paulistas da sociedade civil e de seus dilemas, bem como do estudo de temas mais amplos como os ligados ao processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil (até meados dos anos de 1950). Já no Rio de Janeiro, se a rotinização das atividades acadêmicas encontrou maiores problemas, sobretudo, devido à ingerência do governo federal; lá emergiram primeiramente os temas (desenvolvimento, mudança social) que pautariam o debate intelectual nos anos de 1950 e 1960. Isso devido à particularidade da cidade do Rio de Janeiro (capital da República naquele momento), propiciando aos intelectuais uma perspectiva analítica mais próxima dos temas estruturais, em virtude da proximidade com o debate político mais amplo.

Há um consenso implícito entre os intérpretes de Florestan Fernandes ao caracterizá-lo como símbolo de uma carreira acadêmica brilhantemente construída sob o marco do rigor teórico-metodológico. Florestan pode ser considerado o “homem-síntese” da orientação acadêmica desenvolvida nas ciências sociais praticadas na USP, pois se formou no seio desta instituição ao mesmo tempo em que se construiu como seu principal artífice. Como se deu esse processo?

Nos anos de 1940, ao ingressar no curso de ciências sociais da FFCL da USP, Fernandes encontrou um ambiente marcado pela orientação dos professores estrangeiros que vieram ao Brasil, nas missões francesas, colaborar com os novos empreendimentos universitários da década de 1930. Qual é o caráter das ciências sociais introduzidas por esses professores? Para Fernanda Peixoto (2001) as missões francesas na FFCL da USP caracterizaram-se pela ênfase à formação

de docentes, pois trouxeram “os ensinamentos científicos e humanistas cá para os trópicos” (PEIXOTO, 2001: 478). Isso porque na França a sociologia deitava raiz em uma longa tradição filosófica; e a pesquisa empírica, até os anos de 1930, ocupava um lugar secundário tanto na sociologia como na etnologia, devido à falta de incentivos financeiros. Dessa forma, a orientação francesa – presente na FFCL – seria completamente distinta da norte-americana:

Tratam-se de duas escolas que nascem e se ramificam em contextos distintos, de dois paradigmas opostos pelo vértice, com léxicos absolutamente particulares. Enquanto a “Escola Sociológica Francesa” fala em *universalidade*, em *homem* e em *sociedade*, a “Escola Culturalista Americana” trata do *particular*, de *indivíduos* e de *culturas*. A primeira busca recorrências para chegar a leis gerais; a segunda quer diversidades, diferenças. Os franceses trabalham com dados levantados por terceiros e a partir deles constroem explicações sociológicas. Os norte-americanos fogem às grandes sínteses generalizadoras – tão caras aos evolucionistas – apoiando-se no trabalho empírico (PEIXOTO, 2001: 510) – grifos da autora.

Florestan Fernandes, em um depoimento sobre sua trajetória intelectual, corrobora os argumentos de Peixoto (2001):

A regra era esta: por uma grande ênfase no aspecto teórico (...) Assim o que se entendia por teoria, realmente era um ensino altamente abstrato e que levava os estudantes a trabalhar principalmente com idéias (...) É o trabalho intelectual do professor. Não é o trabalho intelectual do investigador. O treinamento do investigador foi negligenciado; nós não tínhamos condições para fazer isso (FERNANDES, 1975: 7-8).

Para Antonio Cândido (2006: 292) o desenvolvimento da sociologia no Brasil foi marcado pelo “sincretismo”, pois incorporou procedimentos e temáticas da história social, da etnologia, da antropologia cultural, do folclore e da política. No mesmo sentido Fernandes (1975: 7) afirmou que “O ensino era eclético. Visava combinar as várias correntes de pensamento”. Os mestres estrangeiros que estavam na FFCL da USP no primeiro quinquênio dos anos de 1940 eram Paul Arbousse Bastide (ciências sociais), Jean Magué (filosofia), Pierre Monbeig (geografia), Jean Cagé (história), Roger Bastide (ciências sociais) e Paul Hugon (economia) (PEIXOTO, 2001: 486). Entre eles Roger Bastide teve um papel central na formação de Florestan. Isso porque Bastide orientou Florestan em sua primeira pesquisa sobre o folclore na cidade de São Paulo<sup>22</sup>, o

<sup>22</sup> Florestan Fernandes se aproximou de Roger Bastide, regente da Cadeira de Sociologia I da FFCL da USP, quando lhe pediu para analisar sua monografia sobre o folclore – um trabalho de conclusão para o curso que Bastide havia ministrado – pois a professora Lavínia da Costa Vilela, assistente de Bastide na mesma cadeira, é que fizera a correção do texto. Florestan avaliou da seguinte forma as apreciações do mestre francês ao seu trabalho: “A consequência da sua leitura foi que eu pude ter uma discussão com ele, fato que raramente os estudantes conseguiam.



convidou para participar do projeto UNESCO sobre relações raciais, e por fim, Florestan Fernandes acabou por substituí-lo na direção da Cadeira de Sociologia I da FFCL, em 1954.

No primeiro ano do curso de ciências sociais, em 1941, Florestan Fernandes realizou a coleta de documentação empírica para a elaboração de uma monografia sobre o folclore na cidade de São Paulo, para ser apresentada à cadeira de Sociologia I. Florestan fala de seu primeiro contato com a pesquisa empírica como “alguns acidentes secundários na minha vida de estudante” (FERNANDES, 1977: 9), já que esse tipo de treinamento não era a tônica da FFCL da USP. O trabalho sobre o folclore foi bem recebido por Roger Bastide, cuja personalidade foi definida por Antonio Cândido como:

Espírito menos sistemático e mais inquieto, deu sobretudo exemplo de tolerância teórica e liberdade de crítica, utilizando pontos de vista da Sociologia francesa, alemã e americana, da Antropologia americana e inglesa, da tradicional “etnologia” francesa, da psicanálise e da filosofia social. Preocupado principalmente em “interpretar”, desenvolveu em seus discípulos a confiança nos fatores individuais do pesquisador, fundamentados todavia pelo rigor da posição teórica (CANDIDO, 2006: 288)

Para efetuar seu primeiro trabalho de pesquisa Fernandes recolheu dados sobre o folclore infantil, cantigas de ninar e de acalanto, cantigas de piquenique, brinquedos de salão, adivinhas populares, sonhos, superstições, ditos e provérbios. Realizou a coleta do material em diversos bairros da cidade de São Paulo como o Brás, Bela Vista, Lapa, Pinheiros e Bom Retiro. Esses dados foram utilizados pelo autor como referência para a análise do folclore paulista em textos escritos entre os anos de 1941 a 1962, alguns deles foram publicados na **Revista Anhembi**, outros no jornal **O Estado de São Paulo**<sup>23</sup>, e foram reunidos posteriormente, no ano de 1959, em **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo** (FERNANDES, 1961).

**As trocinhas do Bom retiro** (FERNANDES, 1961), trabalho apresentado e premiado, em 1944, no concurso “Temas brasileiros”, organizado pelo Grêmio da FFCL da USP, é um texto expressivo das pesquisas por meio das quais Fernandes adentrou ao *métier* de sociólogo. Nesse trabalho Florestan restringiu o objeto de estudo ao folclore infantil e para compreender as circunstâncias nas quais ele se formava passou ao estudo dos grupos infantis, considerando os “conteúdos culturais” em conexão com as “formas sociais correspondentes”. Tratava-se de

---

O professor Bastide tinha muito interesse por coleta de material e eu próprio, já a partir daí, andava coletando biografias de algumas personalidades negras que ele queria conhecer. Mas, em relação ao meu trabalho, a discussão foi muito mais concentrada nos quadros da interpretação de dados. (FERNANDES, 1975: 9).

analisar o folclore a partir de um ponto de vista sociológico. Para isso utilizou a técnica de pesquisa da observação direta no intuito de “compreender certos aspectos do comportamento dos imaturos em seus próprios grupos sociais” (FERNANDES, 1961: 156). Além disso, realizou entrevistas com crianças com as quais tinha amizade, organizou estatísticas sobre os dados coletados e recorreu ao trabalho de gabinete para determinar as fontes imediatas.

Fernandes caracterizou as trocinhas como grupos infantis formados nas ruas com o objetivo de recreação. A condição social para sua emergência era a vizinhança e sua causa o fator recreativo unido ao elemento tradicional como, por exemplo, brinquedos de roda e de jogos (FERNANDES, 1961: 159). Partindo desse ponto de vista Florestan abordou as trocinhas como fato social, embasando sua análise no funcionalismo de Émile Durkheim. As trocinhas seriam, portanto, um dos grupos primários nos quais se dão o início dos “contatos da criança com o meio social” (FERNANDES, 1961: 161). O autor procedeu em seu argumento demonstrando como os grupos infantis apresentavam as características do fato social.

As trocinhas, como grupo social, possuíam caráter coletivo e se situavam acima dos indivíduos; pois, conforme demonstram os dados apresentados por Fernandes, mesmo quando alguns de seus membros se mudaram da vizinhança “a “trocinha” resistiu, o que prova que pode colocar-se acima dos indivíduos que a constituem” (FERNANDES, 1961: 160). Além disso, elas possuiriam regras próprias, bem como sanções para seus transgressores, elementos que caracterizam seu poder coercitivo:

As relações intragrupais se definem em torno dos indivíduos do mesmo sexo (...) Há, todavia, transgressores, isto é, indivíduos que brincam num e noutro grupo. Mas são designados pejorativamente entre os companheiros, perdendo a sua reputação dentro do grupo (FERNANDES, 1961: 162).

Na análise interpretativa realizada por Florestan os grupos infantis foram concebidos como a base social sob a qual se desenvolvia a “cultura infantil”, caracterizada como “uma cultura constituída de elementos culturais quase que exclusivos dos imaturos e caracterizado por sua natureza lúdica” (FERNANDES, 1961: 170). Essa cultura seria formada, em sua maior parte, por elementos provenientes da cultura do adulto. Isto significa que a matéria prima do folclore infantil seriam restos de romances antigos transformados em jogos cênicos. Esses elementos teriam sido transferidos para as crianças, conservando-se, entretanto, “a mesma função social,

---

<sup>23</sup>Quando Roger Bastide soube das dificuldades financeiras de Florestan o apresentou a Sérgio Milliet. Por meio deste contato Fernandes passou a escrever artigos no jornal **O Estado de São Paulo** (FERNANDES, 1977).

congregando os valores sociais e tradicionais padronizados e os transmitindo, pela recreação, aos indivíduos, membros da mesma sociedade” (FERNANDES, 1961: 170).

Com base nessa matéria prima as crianças também elaboravam seus próprios elementos culturais, mas esses elementos passavam por um processo de institucionalização por meio do qual:

Tornaram-se, por sua vez, traços folclóricos, coisa cristalizada e tradicional. O papel da criança consiste em recebê-los e em executá-los (...) Exemplos dessa criações – que supomos infantis – são os brinquedos como “Papai e Mamãe”, “Banqueiro”, “Polícia”, “Melancia”, “Fitas”, etc., quase todos calcados sobre motivos da vida social” (FERNANDES, 1961: 170).

Encarados como fato social à medida que são transmitidos de forma coletiva, tais brinquedos preservariam apenas o caráter genérico dos conteúdos sociais a partir dos quais foram elaborados: “No ato de brincar de “papai” a única coisa importante, para a criança, consiste na função social do Pai” (FERNANDES, 1961: 172-3). Florestan salienta o caráter social dos folguedos ao refutar a visão psicológica expressa por Mac Dougall:

Além das situações localizáveis dentro do campo restrito da inter-psicologia, há um campo muito rico e ainda pouco estudado, o qual coloca os grupos infantis em equivalência com os grupos paroquiais, escolares, familiares, etc., quanto à socialização da criança, agindo no mesmo sentido que êstes na formação do “ser social” e no desenvolvimento da personalidade dos imaturos (FERNANDES, 1961: 174).

Florestan Fernandes finaliza sua análise interpretativa do folclore infantil paulista apontando a função social dos folguedos, bem como sua particularidade. Tratar-se-ia de um processo específico de socialização realizado por intermédio da própria cultura infantil, na qual se daria “a educação da criança, entre as crianças e pelas crianças” (FERNANDES, 1961: 175). Por isso Fernandes caracterizou o grupo infantil como “uma sociedade em crisálida”, a qual possuía a mesma função socializadora de outras agências como a família e a paróquia, por exemplo, pois:

Verificamos que os valores adquiridos são praticamente os mesmos. Os imaturos são transformados em “ser social” através dessa aquisições; como vimos, recebem as formas de comportamento preponderantes no grupo, as representações éticas, estéticas, etc., que futuramente os caracterizarão como membros de uma certa comunidade e contribuirão para que formulem “suas” idéias sobre os diversos aspectos da vida social, tenham consciência dos padrões de comportamentos aprovados, etc. (FERNANDES, 1961: 179).

Florestan estende sua interpretação sociológica demonstrando como o conteúdo socializador se apresenta em alguns folguedos. Entretanto, não nos estenderemos mais nesta questão, pois a discussão realizada é suficiente para salientar nosso ponto de vista. A escolha do folclore como objeto de pesquisa é expressiva de um conjunto de temas caros às ciências sociais praticadas em São Paulo nos anos de 1940: os temas ligados à tradição e/ou ao seu impacto em “comunidades urbanas”, impresso em estudos sobre o negro, o imigrante, assimilação, aculturação, comunidades, etc. – em um registro no qual a sociologia, a antropologia e a etnologia se confundiam. (CÂNDIDO: 2006). Além disso, o estudo do texto de Florestan evidencia a escolha do método funcionalista como recurso teórico e guia interpretativo; aliado, entretanto, às técnicas de pesquisa de campo que estavam em voga nos anos de 1940, sobretudo, na sociologia norte-americana.

A opção metodológica de Florestan Fernandes reflete as influências do meio no qual se formou, exprimindo a orientação impressa pelos professores estrangeiros, em particular a sociologia francesa; destacando-se, nesse caso, a ascendência de Roger Bastide – principalmente no que diz respeito ao encaminhamento da interpretação dos dados baseada no funcionalismo. Na pesquisa sobre o folclore Florestan empregou o funcionalismo em seu registro elementar, formulado por Émile Durkheim. Entretanto, o sociólogo paulista o utilizou – de forma cada vez mais refinada e atualizada, devido à incorporação da bibliografia contemporânea – em suas pesquisas de mestrado e de doutorado sobre a sociedade Tupinambá.

Após graduar-se em ciências sociais na FFCL da USP Florestan Fernandes foi cursar a pós-graduação na ELSP, entre os anos de 1946 e 1947, obtendo o título de Mestre em Sociologia com a dissertação **A organização social dos tupinambás** (FERNANDES, 1963a), realizada sob orientação de Herbert Baldus. A ELSP, criada no ano de 1933, teve seu projeto assinalado por uma proposta de ensino com finalidades práticas, objetivando formar elites técnicas para a administração pública e privada de São Paulo. Entre os personagens que participaram da formação da escola destacam-se os norte-americanos Samuel Lowrie e Horance Davis, além de “engenheiros e médicos ligados ao IDORT [presentes] na fundação e manutenção da ELSP, como Roberto Simonsen, Jorge Street, Armando de Salles Oliveira, A. C. Pacheco e Silva, Raul Briquet e André Dreyfuss” (LIMONGI, 2001: 221).

Para Limongi a chegada de Donald Pierson, em 1939, representou uma guinada no plano original da ELSP (voltado para o Estado) em direção a uma base acadêmica propriamente dita,

inspirada na sociologia norte-americana da escola de Chicago (LIMONGI, 2001: 223). Fernanda Peixoto (2001) corrobora o argumento de Limongi ao afirmar que:

Na ELSP não houve uma “missão” norte-americana organizada, ainda que houvesse uma inspiração original no caráter prático e aplicado das ciências sociais dos EUA (...) e se um certo modelo americano se impôs, isto se deve menos ao número de norte-americanos ali presentes do que *à marca que Donald Pierson iria imprimir ao projeto da Escola* (PEIXOTO, 2001: 505) – grifos nossos.

Donald Pierson fez seus estudos pós-graduados (mestrado e doutorado) na Universidade de Chicago, convivendo com os maiores expoentes daquela escola sociológica como Robert Park – com quem colaborava quando veio ao Brasil – George Herbert Mead, Robert Redfield, Radcliffe-Brown, Herbert Blumer, Louis Wirth e Ernest Burgess. A escola sociológica de Chicago representava, nas primeiras décadas do século XX, uma inovação no campo da pesquisa sociológica, devido ao desenvolvimento de técnicas de pesquisa empírica como a observação direta, a coleta de depoimentos, os estudos de caso e de comunidade, etc.. – alavancados, principalmente, por Thomas, Znanieck e Robert Park. A sociologia praticada nessa escola<sup>24</sup> influenciou a geração de cientistas sociais brasileiros dos anos de 1930-1960, gerando controvérsias a cerca de seus procedimentos à medida que serviu de modelo para muitos pesquisadores (entre eles Florestan Fernandes), mas também foi duramente criticada por outros – como L. A. Costa Pinto.

Donald Pierson foi o principal introdutor dessa vertente sociológica no Brasil, por meio da formação de pesquisadores, dos cursos e palestras que ministrou e também pelo trabalho como tradutor de conceitos para as ciências sociais<sup>25</sup>. Realizou um trabalho intensivo na ELSP dirigindo os cursos de Sociologia e Antropologia Social; abrindo, em 1940, um seminário sobre

---

<sup>24</sup> Em linhas gerais a sociologia praticada em Chicago caracterizou-se pelo emprego da pesquisa empírica com a finalidade de produzir conhecimentos úteis para a solução de problemas concretos, possuindo uma orientação essencialmente pragmática. Tratava-se de uma sociologia urbana, debruçada sobre os problemas sociais da cidade, em especial, da assimilação de imigrantes à sociedade norte-americana. O tema privilegiado por essa escola era as relações étnicas e os principais conceitos com que laborava eram os de: interacionismo simbólico, atitude social, organização e desorganização social, assimilação, isolamento, rivalidade, conflito, assimilação, adaptação, marginalidade, demora cultural, entre outros. Em relação aos métodos a sociologia de Chicago caracterizava-se pelo trabalho empírico (intitulado como sociologia qualitativa) operacionalizado por técnicas de pesquisa como documentos pessoais (autobiografias, correspondência particular, diários e relatos feitos pelos indivíduos); estudos de caso (a partir de técnicas como a observação, a entrevista e o testemunho) e a observação participante (COULON, 1995).

<sup>25</sup> Donald Pierson organizou os manuais **Estudos de Ecologia Humana** (1942) e **Estudos de Organização Social** (1949), e também foi autor da obra **Teoria e Pesquisa em Sociologia** (1945) – todos se tornaram referências

“Métodos nas ciências sociais”; organizando no ano seguinte o Departamento de Sociologia e Antropologia Social, transformado, em 1943, em uma Divisão de Estudos Pós-graduados (LOURENÇO FILHO, apud, PIERSON, 1975: 9-10). Além disso, criou, junto com Herbert Baldus e Emílio Willems, a revista **Sociologia** – considerada a primeira revista especializada em ciências sociais no Brasil. Com Donald Pierson a ELSP adquiriu os contornos de uma instituição voltada especialmente para a formação de pesquisadores na área de ciências sociais<sup>26</sup>.

Foi na ELSP que Florestan Fernandes entrou em contato direto com a sociologia e a antropologia social norte-americanas, especialmente a partir do convívio com Emílio Willems e Donald Pierson. Emílio Willems, sociólogo alemão radicado no Brasil em 1931, permaneceu no país até o ano de 1949, é considerado uma personagem importante para as ciências sociais devido a sua atuação como professor de sociologia na FFCL da USP e de antropologia social na ELSP, e, também, pelas pesquisas que por aqui realizou e orientou. Foi, inclusive, uma figura chave na organização do campo teórico e conceitual da sociologia e da antropologia como tradutor de conceitos<sup>27</sup>; além de ter sido editor da revista **Sociologia**. Para Villas Bôas “a importância de Emílio Willems (...) encontra-se antes na perspectiva que imprimiu ao seu trabalho intelectual, voltado enfaticamente para o conhecimento da mudança cultural” (2006a: 83).

Willems realizou pesquisas que versavam sobre a cultura rural, a urbanização e a religião, interessando-se, principalmente, pela convivência de modos distintos de condutas referidos a valores diferentes. Entre suas obras a que angariou maior atenção e crítica foi **Cunha**; tradição e transição em uma cultura rural do Brasil (1947), “tornando-se um marco, um divisor de águas entre vertentes distintas do conhecimento sociológico” (VILLAS BÔAS, 2006a: 97). Antonio Candido avalia que Cunha “inicia o estudo dos agrupamentos caboclos, utilizando os métodos, inéditos entre nós, das pesquisas de comunidade” (CANDIDO, 2006: 287)<sup>28</sup>.

---

obrigatórias nas ciências sociais brasileira dos anos de 1940-1960 (tanto na formação dos cientistas sociais como no debate intelectual, seja afirmando ou negando suas concepções).

<sup>26</sup> Fernando Limongi (2001: 223) argumenta que a Escola passou a ser uma alternativa para os alunos graduados da FFCL, por representar a oportunidade de adquirir um treinamento sistemático em pesquisa na pós-graduação. Isso porque a pesquisa, em especial a empírica, não era a tônica da FFCL, e, também pelo fato de que a pós-graduação ainda não havia sido criada naquela Faculdade (LIMONGI, 2001: 223).

<sup>27</sup> Foi o primeiro tradutor de *Ideologia e Utopia* de Karl Mannheim (1968) para o Brasil – livro que foi referência para o debate intelectual nas ciências sociais dos anos de 1940-1960.

<sup>28</sup> Para Gláucia Villas Bôas as controvérsias acerca da obra de Emílio Willems devem-se: “A adoção de uma perspectiva de trabalho para a qual importam os valores que dão sentido e significado às ações humanas, aliada à discordância e ao abandono de uma visão histórica enquanto processo, concorreu para que Willems fosse alvo de duras críticas e se tornasse, para alguns, o representante de uma via culturalista, empiricista e conservadora, de interpretação dos fatos sociais” (VILLAS BÔAS, 2006a: 96).

O sociólogo alemão esteve em Cunha – município do interior do estado de São Paulo, próximo de Parati – no ano de 1945, efetuando trabalho de campo junto a um grupo de alunos, entre eles estava Florestan Fernandes. A participação de Florestan Fernandes no trabalho de campo em Cunha junto a Emílio Willems e nos cursos ministrados por esse professor contribuiu para que o sociólogo paulista adquirisse um treinamento em métodos de pesquisa empírica como a observação participante, o depoimento de vida, as entrevistas, entre outros – praticados pela sociologia norte-americana – os quais o autor empregaria posteriormente na pesquisa sobre relações raciais do projeto UNESCO. Além disso, a questão da mudança sociocultural privilegiada por Willems seria um tema caro a Florestan Fernandes, sobretudo, a partir dos anos de 1950.

Na esteira da formação do arcabouço teórico-metodológico e da visão sobre a sociologia de Fernandes encontra-se, também, Donald Pierson. O sociólogo norte-americano além de ter sido um dos introdutores dos estudos de comunidade no Brasil, foi responsável, também, pela transplantação de um modelo institucional, conforme avaliação de Fernanda Peixoto:

Quando tomamos contato com o funcionamento de Chicago, vemos que Pierson tentou fazer em São Paulo uma réplica deste modelo: primazia dos estudos pós-graduados, formação de grupos de trabalho, onde a cada estudante corresponde a um subtema da pesquisa mais ampla, sob a direção de um Professor Doutor (...) Ou seja, com Pierson chegou a São Paulo não só uma problemática de trabalho pela sociologia de Chicago (os estudos de comunidade), mas também um modelo institucional (PEIXOTO, 2001: 519).

Cruz das almas (PIERSON, 1951), livro que resultou de uma pesquisa que Pierson realizou com alguns alunos entre os anos de 1947 e 1951, é expressivo da orientação posta em prática pelo mestre norte-americano na ELSP. Trata-se de um estudo de comunidade realizado no município de Araçariguama, no interior do estado de São Paulo, com a finalidade de compreender os traços básicos da “cultura de *folk*” predominante naquela localidade, e, também, com o objetivo de fazer da investigação um estágio prático para a formação dos sociólogos em pesquisa de campo. Para Peixoto (2001: 521) a preocupação fundamental impressa por Pierson nos estudos de comunidade centrava-se na “fidelidade máxima à realidade empírica”, ancorada na observação e na descrição rigorosa dos fenômenos.

A empiria tem lugar de destaque na concepção sociológica de Donald Pierson. O sociólogo distinguiu filosofia social de sociologia; a primeira seria caracterizada pelo pensamento

---

sistemático e racional constituindo um sistema lógico e coerente, entretanto, suas generalizações se baseariam somente em uma “atividade verbal e lógica, por meio da qual se ajustam e se reajustam as relações internas entre as idéias em questão” (PIERSON, [1945]1975: 24). A filosofia social praticada por autores como Aristóteles, Platão, Voltaire, St. Simon, Spencer, Comte, Hobbes e Vico, por exemplo, teria contribuído por meio de suas teorias para o desenvolvimento da sociologia, mas se diferenciaria da sociologia porque “os seus conhecimentos não eram formulados *como hipóteses* e submetidos deliberadamente à verificação *no mundo exterior*, mas somente no mundo das *idéias*; não eram sujeitos à verificação, modificação, ou abandono à luz das descobertas de pesquisa” (PIERSON, 1975: 24 – grifos do autor).

Para Donald Pierson os sociólogos eram os sujeitos que estavam realizando a sistematização ou síntese das teorias herdadas do passado, submetendo-as à prova empírica. Desse processo emergiria uma ciência universal, a exemplo das ciências naturais, em oposição às antigas escolas sociológicas e ao pensamento referido a realidades nacionais:

*Em segundo lugar, não se deve supor, que estou apresentando, aqui, um tipo peculiar de sociologia, ao qual se possa chamar de “nacional” ou que provenha de alguma “escola” sociológica particular. Em ciências – ao contrário do que se passa na Literatura ou na Arte – não há “escolas”. Além disso, a ciência nunca é nacional; é sempre universal. Portanto, na medida em que qualquer disciplina esteja em processo de formação, enquanto as escolas florescem aí dentro – ou enquanto seu corpo de conhecimentos não seja universal – não é ciência (PIERSON, 1975: 4) – grifos do autor.*

Dessa forma, o autor estabeleceu as fronteiras entre o científico e o pré-científico.

Além disso, a sociologia era particularizada por uma atitude descritiva, analítica e explicativa e por isso não deveria ser confundida com planos ou programas de reforma social, embora pudesse ser aplicada à realidade, como qualquer ciência. E também não era uma espécie de ciência geral que englobaria as demais ciências sociais, ao contrário disso, a sociologia “é ciência especial”, com objeto próprio, tendo como problemas principais o estudo da organização social (ou das instituições, de seu aparecimento, natureza e funções), da psicologia social (análise da influência da associação humana sobre o indivíduo) e da mudança social (análise da mudança nas associações humanas). No mais, a sociologia seria “ciência natural”, por ser capacitada a dar explicações, no nível social, da mesma natureza que as explicações das outras ciências (PIERSON, 1975: 28-31).



Esse modelo de ciência, baseado no acúmulo de dados empíricos e na explicação indutiva foi adotado por Florestan Fernandes, conforme veremos adiante, e transformado em um projeto em torno do qual se desenrolou sua carreira acadêmica: o projeto de construção da sociologia científica no Brasil (ARRUDA, 2001: 241), leia-se: da sociologia empírica e indutiva – entendida como o único caminho seguro para as generalizações nesse campo do conhecimento. Tal concepção de sociologia – praticada, mormente, em São Paulo e tendo Florestan Fernandes como representante máximo na década de 1950 – causou enorme polêmica no interior das ciências sociais brasileira, sofrendo as críticas implacáveis de sociólogos como Guerreiro Ramos e Costa Pinto<sup>29</sup>.

A dissertação de Mestrado de Florestan Fernandes, **A organização social dos Tupinambás** foi escrita entre os anos de 1946 e 1947, e publicado em 1949; na introdução de desse trabalho Fernandes esclarece como os índios tupinambás foram eleitos como tema da pesquisa. Herbert Baldus – orientador do trabalho – é quem colocou Florestan em contato com a bibliografia sobre os indígenas a partir das leituras das obras de Hans Stadem e Gabriel Soares porque “acreditava ser possível um trabalho de caráter exaustivo, que abrangesse tôdas as fontes relativas aos Tupi da costa brasileira” (FERNANDES, 1963a: 13). Florestan passou então a reunir dados a partir das leituras das obras de autores quinhentistas, estendendo a pesquisa até o século XVII. Embora os estudos de comunidade alicerçados na pesquisa empírica fossem a tônica na ELSP, o mestrado de Florestan foi uma pesquisa de ordem diversa, pois tratou da reconstrução interpretativa da sociedade tupinambá (extinta naquele momento) por meio da análise dos dados extraídos de fontes históricas, em particular dos relatos dos viajantes.

O sociólogo paulista realizou um estudo sobre “a morfologia e a organização dos grupos locais, o sistema de parentesco, as categorias de idade e as formas tradicionais de dominação” (FERNANDES, 1963a: 14). Para construir o conceito de organização social dialogou com as obras de Mannheim, Durkheim, Radcliffe-Brow, Rivers, Linton, Gordon, Barnett, Wisse, Cooley, Park, Burgess, Sol Tax, Warner e Lunt a procura de um conceito amplo o suficiente, que permitisse uma explicação extensa dos dados históricos. A partir do estudo das obras de sociólogos e antropólogos filiados à tradição da interpretação funcionalista, especialmente do

---

<sup>29</sup> Florestan Fernandes, Costa Pinto e Guerreiro Ramos travaram debates acalorados em torno da concepção de sociologia, especificamente, do tipo de sociologia que seria adequado ao Brasil no contexto da década de 1950. Essas polêmicas serão revisitadas ao longo desta tese.

funcionalismo presente nas ciências sociais norte-americanas, Florestan adotou como guia de sua pesquisa o seguinte conceito de organização social:

Por isso, de acordo com o ponto de vista adotado neste trabalho, encaro a organização social como o *conjunto de atividades, de ações e de relações sociais dos seres humanos* em condições determinadas de existência social. É desnecessário dizer que tal conceituação de organização social abrange todos os tipos de comportamento: a) os comportamentos ligados às *formas grupais de adaptação ao meio natural circundante*, ao adestramento das capacidades biopsíquicas herdadas e à educação dos sentidos; b) os *comportamentos subordinados às formas estandarizadas de controle e de ajustamento recíprocos*; c) os *comportamentos vinculados aos modos preestabelecidos de pensamento*, determinados em grande parte por interesses coletivos, restritos a certas categorias, camadas ou classes sociais (FERNANDES, 1963a: 19-20) – grifos nossos.

Trata-se, portanto, do estudo das atividades dos tupinambás em seu caráter adaptativo e integrativo em determinadas condições de existência social, operacionalizado pela reconstrução da morfologia da sociedade indígena em seus diversos sistemas sociais e na maneira como esses sistemas se imbricavam. Ao laborar com esse conceito Fernandes realizou a descrição e análise do comportamento tupinambá segundo sua distribuição espacial, descrevendo a organização dos grupos locais; do sistema de parentesco em conexão à ordenação das relações sexuais, à concepção de parentesco, o culto dos antepassados, à nomenclatura do parentesco, os comportamentos recíprocos; as categorias de idade e sexo em sua relação com papéis e status atribuídos aos indivíduos; e a organização política dos silvícolas no conselho de chefes – órgão que congregava os grupos locais.

Em linhas gerais, os aspectos morfológicos do sistema tribal de organização tupinambá eram compostos de três complexos de relações sociais, cada um com força e dinâmica própria, embora interdependentes: o sistema comunitário, o sistema intercomunitário ou tribal e o sistema intertribal. Os dois primeiros baseavam-se em “sentimentos de afinidade e padrões de cooperação” (FERNANDES, 1963a: 351), já o terceiro caracterizava-se por “sentimentos de ódio e padrões de antagonismo” (FERNANDES, 1963a: 352). Dessa forma, o autor pode perceber como os indígenas “estavam sempre envolvidos em uma complexa rede de ações e interações sociais” (FERNANDES, 1963a: 352). Dentre os três sistemas Florestan classificou o comunitário como o mais importante, já que ele era a base do sistema de parentesco – compreendido pelo autor como a estrutura fundamental da sociedade tupinambá – isso porque a forma como o indivíduo se inseria nesse sistema definia seu status naquela sociedade.

Por fim, o autor concluiu sua pesquisa salientando a importância do sistema religioso e dos valores religiosos e guerreiros na sociedade tupinambá: “a organização social se subordinava estreitamente ao sistema religioso tribal [ele determinava] o tipo de comportamentos dos indivíduos (...) Sua influência exercia-se através de todas as estruturas sociais referidas acima” (FERNANDES, 1963a: 353), em particular no sistema de parentesco. Por isso “as relações com os antepassados possuíam uma função importante: impor aos vivos uma série de obrigações e um modelo moral de conduta” (FERNANDES, 1963a: 353).

Nesse universo, os valores guerreiros – associados aos religiosos, pois adquiriam importância em virtude de obrigações dessa natureza, como a vingança ritual da morte de parentes e amigos – foram concebidos pelo autor como os mais altos da sociedade tupinambá. Tais valores levariam os silvícolas à competição pela aquisição de dotes carismáticos, processo que contribuiria para “restabelecer o estado de eunomia da vida tribal” (FERNANDES, 1963a: 354). Ao apontar a importância do sistema religioso e dos valores guerreiros Florestan vislumbrou as pistas que perseguiria em seu doutorado sobre a função social da guerra na sociedade tupinambá.

Para fins analíticos interessa-nos destacar a orientação metodológica e os conceitos utilizados por Fernandes em sua pesquisa de mestrado. A descrição morfológica da sociedade tupinambá evidencia a orientação metodológica funcionalista dada à pesquisa, uma vez que compreende aquela sociedade em sua organicidade articulada pela interdependência de sistemas. Entretanto, trata-se, aqui, do funcionalismo atualizado pela sociologia e antropologia norte-americanas, pois o conceito de sistema na acepção de Talcott Parsons constitui o núcleo da interpretação morfológica realizada por Florestan. Parsons dá a seguinte definição para o conceito: “Por sistema social, entendo o sistema constituído pela interação direta ou indireta de seres humanos entre si” (PARSONS, in CARDOSO e IANNI (orgs.), 1973: 49) e a complementa com a noção de subsistemas:

Evidentemente, uma comissão, um grupo de trabalho ou uma família, não constituem, no sentido usual, uma sociedade. Mas é evidente também que para os fins da teoria sociológica, constituem sistemas sociais. Uma sociedade não é somente um sistema social, mas também uma rede muito complexa de subsistemas inter-relacionados e interdependentes, cada um dos quais constitui de per si um outro sistema social autêntico (PARSONS, in CARDOSO e IANNI (orgs.), 1973: 50).

Filiando-se a essa vertente teórica Florestan também identificou os papéis e os status atribuídos aos indivíduos dentro da rede de sistemas da sociedade tupinambá, explicando “como o indivíduo age em virtude de ocupar determinado status na sociedade ou de pertencer a determinada camada ou grupo social” (FERNANDES, 1963a: 20).

Do ponto de vista adotado nesta Tese **A organização social dos tupinambás** (FERNANDES, 1963a) representa mais um dos elementos que contribuíram para a formação da perspectiva sociológica de Florestan Fernandes. Elemento esse caracterizado por uma aplicação mais refinada do método de interpretação funcionalista, construído em um contexto no qual a orientação teórica e metodológica norte-americana era predominante.

O funcionalismo não foi, todavia, a única vertente teórico-metodológica exercitada por Florestan, já que no decorrer de seu mestrado o autor realizou um estudo analítico da obra **Ideologia e utopia** de Karl Mannheim (1968). Esse trabalho, intitulado “A concepção de ciência política de Karl Mannheim” (FERNANDES, 1970b: 221-292), foi escrito no ano de 1946 e apresentado como trabalho de aproveitamento do curso ministrado por Emílio Willems na Cadeira de Antropologia do Departamento de Estudos pós-graduados da ELSP. Nele Florestan Fernandes fez uma discussão sobre as articulações entre teoria e prática e sobre a definição da política como ciência na obra do sociólogo alemão, salientando as implicações das relações entre existência e pensamento para a teoria sociológica, bem como para seu *métier*. Esse estudo foi um dos primeiros contatos de Florestan com a obra de Karl Mannheim – autor que se tornaria referência central em suas proposições sobre o planejamento racional da mudança social.

Ainda, enquanto realizava seu mestrado, em 1946, Florestan traduziu a obra de Karl Marx, **Contribuição à crítica da economia política**, para a qual escreveu uma introdução. O autor esclarece que esse trabalho não foi realizado na academia, mas no âmbito “da atividade intelectual dos socialistas na cidade de São Paulo” (FERNANDES, 1975: 11).

Paralelamente ao mestrado, Florestan Fernandes iniciou suas atividades como docente no ano de 1944 auxiliando Fernando de Azevedo na Cadeira de Sociologia II da FFCL da USP. Florestan permaneceu como professor-assistente dessa Cátedra até 1953, pois no ano seguinte substituiu Roger Bastide na Cadeira de Sociologia I. A atuação como professor-assistente foi essencial para a construção da carreira acadêmica de Florestan e, além disso, propiciou o espaço para o sociólogo desenvolver e por em prática sua principal preocupação intelectual enquanto

docente da USP – o projeto de construção da sociologia como ciência empírico-indutiva no Brasil (ARRUDA, 2001: 241).

Tal preocupação desenvolveu-se no jovem sociólogo principalmente a partir de sua passagem pela ELSP. Nesse universo a influência de Donald Pierson, em especial, de sua concepção de sociologia (ciência essencialmente empírica e indutiva) é imprescindível para a compreensão da orientação que Florestan Fernandes deu às suas atividades docentes – já que o autor vislumbrou na sociologia norte-americana um modelo. A atuação como professor teria propiciado à Fernandes a ocasião para imprimir na FFCL o treinamento por ele considerado necessário à formação do pesquisador, transmitindo aos alunos suas preocupações centrais:

Os professores franceses citavam muitos autores, mas eu imprimi outra diretriz ao seu aproveitamento, preocupado que estava com a pesquisa empírica sistemática e com a construção ou a verificação das teorias. Daí o impulso no aproveitamento de Mannheim, Freyer, a “Escola de Chicago”, os antropólogos ingleses, além dos autores clássicos e de Mauss ou Durkheim (...) Não fiquei preso àquela idéia de que quem vai para a faculdade de filosofia deve ter uma formação apenas teórica e geral. E separei os papéis, pensando que a Faculdade de Filosofia deveria formar, simultaneamente o professor, que era a solicitação maior, o investigador e o técnico (FERNANDES, 1975: 13-15).

Há, ainda, outro fator que merece ser considerado no concurso das condições mediante as quais o sociólogo paulista forjou o seu projeto de construção da “sociologia científica”. É nota corrente nos estudos sobre Florestan Fernandes o reconhecimento de seu empenho (fora do comum) na construção de uma carreira científica sólida e estável no âmbito da universidade. Isso porque a profissão teria o significado de afirmação social para o jovem oriundo dos baixos escalões da sociedade paulista. As considerações de Maria Arminda lançam luz sobre a relação entre o projeto de “construção da sociologia científica” e as necessidades de afirmação social de Fernandes:

Esclarece-se, assim, a natureza do projeto, evidente no modo como concebeu seu empreendimento. A carreira é a sua oportunidade de vida e expressão da sua competência (...) A carreira universitária foi, para Florestan, a sua escalada social, não comportando qualquer atitude de fastio, ou a menor dispersão (ARRUDA, 2001: 257-8 – grifos nossos).

Fernando de Azevedo, um dos artífices da FFCL e regente da Cadeira de Sociologia I entre os anos de 1942 e 1961, foi outra figura importante na formação de Florestan Fernandes. Azevedo costuma ser lembrado por sua produção e atividade como educador, entretanto, foi uma personagem importante para as ciências sociais brasileiras devido a sua atuação institucional, à

suas contribuições teóricas e analíticas e às suas atividades como editor<sup>30</sup>. Azevedo foi autor de obras significativas no campo das ciências sociais brasileiras, entre elas estão: **Princípios de sociologia** (AZEVEDO, [1935] 1973) e **Sociologia Educacional** (AZEVEDO, [1940] 1961), a primeira é um manual de sociologia geral – largamente utilizada nos primeiros cursos de sociologia realizados no país – a segunda um compêndio de sociologia da educação, ambas se inserem na preocupação de auxiliar a formação de pesquisadores e de mestres<sup>31</sup>.

Para Fernando de Azevedo a sociologia representou uma forma de conhecer a sociedade brasileira, de identificar seus problemas e de apontar soluções para eles – reflexões que adquiriram corpo em seu pensamento a partir da problemática educacional. Nesse sentido, Azevedo seria um representante da vertente sociológica que advoga a necessidade da pesquisa em ciências sociais para a compreensão da realidade brasileira, bem como para a orientação de planos de reforma que visassem corrigir os desequilíbrios dessa sociedade (QUEIRÓZ, 1994: 53).

Como assistente da cadeira de Sociologia I da FFCL da USP Fernandes esteve em contato direto com Fernando de Azevedo, atuando nos cursos em que o mestre era responsável e se relacionando, a partir dessa vivência, com sua visão de mundo. Muitas das considerações de Fernandes sobre a mudança social foram balizadas por problemáticas caras à Azevedo – em especial, as conexões entre sociologia, sociedade, educação e reforma. Além disso, foi Fernando de Azevedo que orientou a pesquisa de doutorado de Florestan na FFCL da USP, realizada entre os anos de 1947 e 1951, da qual resultou a Tese **A função social da guerra na sociedade tupinambá**.

O sociólogo paulista norteou seu trabalho de doutorado pelo método de interpretação funcionalista, uma vez que encarou a guerra como uma instituição social, buscando compreendê-

---

<sup>30</sup> No campo editorial, Fernando de Azevedo foi um dos principais divulgadores da sociologia, criando junto à editora Nacional as coleções **Iniciação científica** e **Brasileira** (esta última responsável pela edição de mais de duzentas e cinquenta obras, nacionais e estrangeiras, sobre o Brasil, em seus aspectos históricos, políticos, econômicos e sociológicos). Foi diretor da FFCL entre os anos de 1941-1942, dando à faculdade um perfil organizacional a partir da criação de sua Congregação e de seus estatutos. Além disso, Fernando de Azevedo foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), no ano de 1935, e um dos principais articuladores do primeiro congresso dessa entidade, realizado no ano de 1953. No ano de 1950 participou do Congresso Mundial de Sociologia em Zurich no qual foi eleito Vice Presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA – International Sociological Association), assumindo a presidência da associação devido à morte de Louis Wirth. (IEB, 2000).

<sup>31</sup> Fernando de Azevedo foi autor de uma vasta obra, 26 volumes ao todo, a maior parte de sua produção esteve centrada na problemática educacional, entretanto, suas reflexões sobre a educação foram balizadas pela sociologia. Nesse sentido, o conjunto de sua obra se insere nas ciências sociais e representa um esforço de interpretar a sociedade brasileira, destacando-se: **A cultura Brasileira** (AZEVEDO, [1943] 1996), **Canaviais e engenhos na**

la em termos de função em suas conexões com a integração e o funcionamento da estrutura social. Fernandes esclarece que subordinou a seleção dos problemas investigados às fontes empíricas, ou seja, ao inventário crítico das observações dos cronistas, isso porque para ele “A seleção dos problemas por meios empíricos se impõem como condição de trabalho, especialmente em pesquisas de caráter indutivo” (FERNANDES, 1970b: 12). Partindo dessa constatação é possível afirmar que essa pesquisa de Florestan também se filia à concepção de ciência postulada pela sociologia norte-americana da escola de Chicago, pois nela está impressa a noção de que a sociologia é uma ciência empírico-indutiva.

Nesse sentido, **A função social da guerra na sociedade tupinambá** (FERNANDES, 1970b) representou um passo decisivo na formatação do projeto sociológico que Florestan imprimiu na USP, isso porque se trata do momento no qual autor realizou uma pesquisa que além de compreender todos os procedimentos da sociologia em seu registro empírico-indutivo, alinhava-se aos objetivos propostos nessa concepção. Nas palavras do próprio autor:

Nada justifica a preocupação, tão difundida infelizmente, que tem conduzido muitos especialistas a tratar os problemas em questão como se fôsse possível à sociologia reduzir a complexidade do real, a ponto de fornecer explicações capazes de esclarecer de uma vez por tôdas a origem, a integração, a função e a evolução da guerra. Para chegarmos a um conhecimento sintético dêste fenômeno, mas que seja ao mesmo tempo positivo, é preciso lançar mão do método comparativo. Ora, a menos que se pretenda reincidir em erros do passado, a aplicação do método comparativo, com o propósito indicado – isto é, tendo em vista a formulação de generalização válidas de maneira universal, à medida em que estas são possíveis na sociologia – exige, preliminarmente, a realização de pesquisas com objeto particular rigorosamente delimitado (FERNANDES, 1970b: 11) – grifos do autor.

A escolha do método funcionalista teria de dado em virtude das possibilidades que ele abriria à exploração das fontes empíricas. O funcionalismo permitiria mais que a explicação descritiva da guerra tupinambá (de suas ligações com o desequilíbrio do sistema social e com o restabelecimento do equilíbrio desse sistema), pois ele possibilitaria, também, a explicação causal das condições e dos fatores sociais do fenômeno. Isto é “abriria perspectivas para descobrir a parte tomada pela guerra na dinâmica da sociedade tupinambá” (FERNANDES, 1970b: 14). Em que registro se encerra o funcionalismo empregado por Florestan Fernandes em sua pesquisa de doutorado? O termo função adotado pelo autor:

---

vida política do Brasil (AZEVEDO, [1948] 1958), **Um trem que corre para o oeste** (AZEVEDO, [1950] 1958), **A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos** (AZEVEDO, 1962).

Foi manipulado de maneira a exprimir as diversas modalidades de *relação da guerra com a satisfação de necessidades sociais* proporcionadas pelas condições de existência social dos Tupinambás e *por eles sentidas coletivamente*, não importa com que intensidade ou de que forma (*consciente ou inconsciente*) (FERNANDES, 1970b: 14) – grifos nossos.

O conceito adotado pelo sociólogo paulista indica que a função social da guerra na sociedade Tupinambá definir-se-ia pelas necessidades sociais que ela satisfaz, tanto no plano consciente quanto no inconsciente. Para responder às questões impressas nesse enunciado Fernandes mobilizou os conceitos de função manifesta e função latente cunhados pelo sociólogo norte-americano Robert K. Merton (1970). Nessa acepção a função manifesta define-se pelos motivos sociais explícitos e conscientes da ação, ou seja, é a “razão alegada pelos agentes das ações guerreiras” (FERNANDES, 1970b: 351). Para Fernandes, a função manifesta da guerra na sociedade Tupinambá era a vingança, pois ela constituía-se em:

*Obrigação imperativa para com o “espírito” de um parente morto ou de um ancestral mítico. Caia na esfera de consciência social, fornecendo os motivos ideológicos de explicação da conduta guerreira, quer quanto a seu ethos, quer quanto a seu eidos. Fonte de segurança psíquica em escala grupal* (FERNANDES, 1970b: 339) – grifos nossos.

Ao definir a função manifesta da guerra Florestan pode esclarecer a natureza social da contenda na sociedade indígena – definida pelos seus fins e por suas consequências. A guerra aborígene possuiria, em todas as suas dimensões, um significado mágico religioso e não militar, pois:

As conseqüências por ela [guerra] produzidas repercutiam na vida social não por causa de seu sentido “militar”, mas em virtude do seu significado mágico-religioso (...) A luta à mão armada, apesar de suas “condições militares” e de suas conseqüências físicas, traduzia o embate ou o conflito de “forças” sobrenaturais. A vitória e a derrota estabeleciam uma situação no comércio com o sagrado e marcavam a posição recíproca de “poder” dos antagonistas, considerados coletivamente (FERNANDES, 1970b: 352-3).

A fim de exaurir as possibilidades explicativas do método funcionalista o autor prossegue em sua interpretação da guerra Tupinambá buscando compreender a função latente da contenda. Florestan definiu função latente (baseando-se em Merton) como os motivos profundos da ação, ocultos à consciência, os quais possibilitariam “conhecer os elementos internos ou imanentes da guerra e os seus resultados e reflexos” (FERNANDES, 1970b: 354). Para Fernandes a função latente da guerra tupinambá era a de:



*Promover a restauração da integridade do Nós coletivo (...) Fundamentalmente a guerra representava (...) uma reação social e um meio grupal de defesa contra as ameaças à comunhão sagrada e inviolável do Nós coletivo (...) graças à relação que ela estabelecia entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos (FERNANDES, 1970b: 354) – grifos nossos.*

Após estabelecer as funções manifestas e latentes da guerra Tupinambá Florestan concluiu a sua pesquisa definindo sociologicamente o conflito indígena: “a guerra tinha por função, nessa sociedade: *preservar o equilíbrio social e o padrão correspondente de solidariedade tribal*” (FERNANDES, 1970b: 360). Isso porque as condições que garantiriam a estabilidade da sociedade Tupinambá dependeriam das consequências e dos efeitos sociais que a guerra produzia. Tais consequências e efeitos repercutiriam em toda a estrutura daquela sociedade, isto é, nos sistemas material, moral e mágico religioso dos indígenas, fazendo-se sentir na:

Adaptação ao meio natural circundante, [n]a conformação social dos conteúdos e dos processos da vida anímica dos homens (e, em menor escala, das mulheres), [n]o ajustamento dos *socii* uns aos outros e sua distribuição no sistema de posições sociais, [n]a integração da estrutura social e [n]a comunicação com o sagrado (FERNANDES, 1970b: 360).

As relações da guerra com esses processos sociais se dariam à medida que eles criariam situações ou produziram necessidades que implicariam, necessariamente, o recurso à guerra.

A interpretação da guerra Tupinambá realizada por Florestan Fernandes evidencia a centralidade da função social do conflito armado (de significado mágico-religioso) para a manutenção do equilíbrio daquela sociedade. A guerra seria o alicerce da organização e da estrutura social dos Tupinambás, satisfazendo suas necessidades mais gerais e determinantes, garantindo, dessa forma, a continuidade do padrão de solidariedade tribal. Dessa forma, Fernandes deixou claro que “atrás de uma aparente simplicidade técnica ou material se escondia uma extensa e profunda complicação das relações humanas” (FERNANDES, 1970b: 350).

O trabalho de doutorado do sociólogo paulista representa um movimento decisivo na arquitetura do projeto de uma sociologia em bases empírico-indutivas no Brasil e, também, para a centralidade que o método e a teoria sociológica assumiriam, progressivamente, entre suas preocupações intelectuais (ARRUDA, 2001: 230); significa, também, mais um passo em direção ao refinamento do método de interpretação funcionalista já que em sua pesquisa Florestan aplicou este método no registro do estrutural funcionalismo de Robert Merton – a concepção mais

apurada do funcionalismo naquele momento. Essa faceta da obra sociológica de Florestan Fernandes tomaria forma acabada em sua tese de livre-docência **Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia**, defendida em 1953 na FFCL da USP.

Ao procuramos compreender quais os conceitos, métodos e técnicas de pesquisa foram predominantes na conformação da perspectiva sociológica do autor – no momento de sua formação – pudemos constatar o predomínio do funcionalismo como método de interpretação. Pensamos que ao reconstruir a estrutura e a organização da sociedade Tupinambá e ao compreender a função social que a guerra nela exercia, Florestan cunhou, também, as armas teóricas, metodológicas e conceituais para a compreensão da mudança social a partir do método de interpretação funcionalista, sobretudo, nos anos de 1950. Isso porque este método foi fundamental na formação de sua perspectiva sociológica, ajudando a construir seu esquema de percepção da realidade social, como sugere Mannheim:

Dentre os traços pelos quais se pode caracterizar a perspectiva de uma afirmação, e dentre os critérios que nos auxiliarão a atribuí-la a uma dada época ou situação, exporemos apenas uns poucos exemplos: *a análise do significado dos conceitos utilizados; os fenômenos do contraconceito; a ausência de certos conceitos; a estrutura do aparato categórico; os modelos dominantes de pensamento; o nível de abstração; e a ontologia pressuposta* (MANNHEIM, 1968: 294) – grifos nossos.

Perspectiva essa formada junto às instituições de ensino de pesquisa em ciências sociais da cidade de São Paulo, nas quais além da orientação predominantemente teórica – impressa pelos professores que vieram nas missões francesas ajudar na construção da FFCL da USP – contavam também a influência da sociologia e da antropologia norte-americanas, de seus métodos e técnicas de pesquisa, de sua ênfase ao trabalho empírico e de sua concepção de ciência – as quais penetraram em São Paulo por meio da atuação de professores como Donald Pierson e Emílio Willems.

Isso por que as instituições “definem temas relevantes, reforçam esquemas de percepção e de interpretação da experiência social” (OLIVEIRA, 1995a: 243). Embora seja preciso considerar que as instituições por si sós não definem *tout court* a perspectiva do sujeito cognitivo, pois elas – mesmo possuindo uma dinâmica própria e tendo ritmos e rumos que não se ajustam automaticamente ao movimento da sociedade global (MERTON, 1970) – não são uma realidade independente, mas apenas um dos processos do meio social no qual se inserem. É nesse sentido que a formação sociológica de Florestan Fernandes na FFCL da USP e na ELSP concorreram

para que ele se filiasse a uma tradição sociológica que privilegiava a pesquisa empírica e, também, para a ênfase dada pelo autor à questão da teoria e do método na sociologia.

## 1.2 Sociologia crítica e mudança social

Luiz de Aguiar Costa Pinto nasceu no Estado da Bahia no ano de 1920, em uma família tradicional, proprietária de engenhos no recôncavo baiano. Sua família não foi uma exceção à regra que marca as linhagens tradicionais no Brasil, já que ela manteve relações estreitas com a política: seu avô, Joaquim Costa Pinto, foi Senador da República pelo Estado da Bahia, seu pai, José de Aguiar Costa Pinto, foi Deputado Estadual pela mesma unidade da federação. Como desdobramento de uma condição social privilegiada os Costa Pinto também tiveram pleno acesso à escolarização e à ilustração: José de Aguiar Costa Pinto era médico, doutorou-se em medicina pública na Universidade de Baltimore, nos Estados Unidos, foi professor de medicina legal e diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, bem como assistente de Nina Rodrigues<sup>32</sup> e professor de Arthur Ramos<sup>33</sup> (COSTA PINTO, 1989: 1-2).

Luiz de Aguiar pôde auferir os frutos dessa condição social privilegiada, tanto do acesso à educação regular e de qualidade como das relações sociais travadas por sua família. Tornou-se bacharel em Ciências e Letras no Ginásio São Salvador, na capital da Bahia. Em seguida, inspirado pela trajetória do pai, foi estudar medicina na Universidade da Bahia, mas desistiu do curso quando seu pai faleceu. Iniciou também o curso de direito na mesma universidade, abandonando-o nos primeiros anos. Radicou-se junto à sua família no Rio de Janeiro, no ano de

---

<sup>32</sup> Nina Rodrigues (1862-1906), médico legista, psiquiatra e antropólogo físico, foi professor na Faculdade de Medicina da Bahia; é considerado um dos introdutores da antropologia criminal, da antropometria e da frenologia no país. Nina Rodrigues defendeu teses racistas consideradas como científicas e modernas na época – advogando a inferioridade do negro e a degeneração das raças representada pela mestiçagem – nas obras **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**, **O animismo fetichista dos negros da Bahia** e **Os africanos no Brasil**. Um estudo sobre a obra de Nina Rodrigues e seu legado foi realizado por (CORREA, 1998).

<sup>33</sup> Arthur Ramos, alagoano, antropólogo e médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, foi, também, professor na mesma faculdade. Migrou para Rio de Janeiro em 1933, a convite de Anísio Teixeira (também baiano). Em 1936, tornou-se professor de psicologia social da UDF, com o fechamento dessa universidade foi incorporado, em 1939, ao corpo docente da FNFi da Universidade do Brasil, assumindo a Cátedra de Antropologia e Etnologia – na qual foi professor de Costa Pinto. Começou a se destacar no campo da antropologia a partir de suas pesquisas sobre o negro, desenvolvidas nos anos de 1930 e 1940; foi responsável, junto com o médico Afrânio Peixoto, pelo resgate da obra de Nina Rodrigues na década de 1930 e um dos criadores da Escola Nina Rodrigues. Foi o principal articulador da criação da Sociedade Brasileira de Antropologia (ABA). A obra de Arthur Ramos foi centrada na temática do negro, transitando das interpretações baseadas na antropologia física à perspectiva culturalista. Os dados

1937, e ingressou no curso de ciências sociais da FNFfi da Universidade do Brasil, no ano de 1939 (COSTA PINTO, 1989: 2-3). Qual é a origem da FNFfi? Qual era o perfil dessa instituição de ensino quando Costa Pinto ingressou em suas fileiras? Como a FNFfi se relacionava com o contexto inclusivo? Para responder a essas questões é preciso remontar à discussão sobre a breve existência da UDF – instituição de ensino superior da cidade do Rio de Janeiro, criada em 1935 e extinta em 1938 –, pois sobre os escombros dessa experiência universitária é que foi criada a FNFfi da Universidade do Brasil no ano de 1939.

Por ter sido a sede do Império e a Capital Federal da República no ínterim de 1889 a 1959, a cidade do Rio de Janeiro era o centro das discussões sobre os problemas nacionais. Além de *lócus* do governo federal o Rio de Janeiro abrigava muitas das instituições culturais e científicas brasileiras, entre elas o Museu Nacional, o Instituto Oswaldo Cruz, a Academia Brasileira de Letras, as Escolas Militares, as Faculdades de Direito, Medicina e Politécnica, etc. Devido a essas particularidades a compreensão do processo de criação dos cursos de ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro implica em “dar conta de uma conjuntura onde múltiplos fatores políticos e questões ideológicas estão compondo um verdadeiro *melting pot*” (OLIVEIRA, 1995a: 244).

Os anos de 1930 representam um momento de radicalização das disputas políticas e ideológicas que marcaram o processo de modernização capitalista no Brasil. Em meio ao governo centralizador de Vargas formava-se a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora, além disso, a igreja católica ganhava força dentro do governo federal devido às relações amistosas de Alceu Amoroso Lima (principal liderança intelectual católica daquele tempo) com Francisco Campos e Gustavo Capanema (Ministros da Educação entre os anos de 1934 e 1945). As disputas entre esses atores sociais bem como a ingerência do governo federal marcaram a jovem experiência universitária carioca. Maria Hermínia Tavares de Almeida (1989: 189) avalia que se nos anos de 1930 a modernização da sociedade foi funcional à afirmação das ciências sociais, o caráter do sujeito modernizante (um Estado forte e centralizador) também marcou decisivamente mais este episódio da ciência social no Brasil, conferindo singularidade ao caso do Rio de Janeiro.

---

da trajetória de Arthur Ramos foram extraídos de (MAIO, 1997). Entre as obras do autor estão: (RAMOS [1934] 1940 e 1942).

A UDF – uma instituição municipal da cidade do Rio de Janeiro criada em 1935 na Gestão de Pedro Ernesto – foi fruto do projeto liberal formulado por Anísio Teixeira (um dos quadros do movimento escola nova), então Diretor de Instrução Pública da cidade. Anísio evocou em seu projeto de universidade temas caros à *intelligentzia* modernizante dos anos vinte, como “a luta contra a “ilustração”, a invenção, a interrogação sobre o presente, a vontade de agir, o espírito de reforma” (MARTINS, 1987:83). Foi em consonância com esse espírito que diversos intelectuais do núcleo inovador de 1922, como Mário de Andrade, Villa-Lobos e Portinari, assumiram tarefas na nova instituição de ensino; já que ela foi concebida para ser um “lugar da atividade científica livre e da produção cultural desinteressada” (ALMEIDA, 1989: 196). Nesse sentido, o projeto fundador da UDF era semelhante ao da USP e para a construção do empreendimento universitário também foram mobilizadas as missões francesas.

O projeto liberal sobre o qual se erigiu a UDF foi pautado pela proposta de autonomia administrativa e liberdade de criação e de pensamento (ALMEIDA, 1989: 197) e por isso se chocou com as perspectivas do governo federal para a educação. Isso porque o governo federal advogava para a União a definição do ensino superior em todo o país<sup>34</sup>. Portanto, para o Ministério da Educação e Saúde “a existência da Universidade do Distrito Federal constitui uma situação de indisciplina e de desordem no seio da administração pública do país” (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 1984: 210-14 citado por ALMEIDA, 1989: 197).

Os anseios de regulamentação e centralização do Governo Federal se intensificaram em meio às turbulências do contexto político e ideológico. Como resposta à insurreição promovida pela Aliança Nacional Libertadora, Anísio Teixeira foi afastado do cargo de diretor de Instrução Pública da cidade do Rio de Janeiro, em 1936. Em 1938, Alceu Amoroso Lima foi alçado à Reitor da UDF, permanecendo no cargo até a extinção da universidade em 1939. Nesse contexto, “A igreja e o ministério da Educação se unem não só para impedir a continuação da UDF, mas também para a montagem da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil, em 1939” (OLIVEIRA, 1995a: 246).

---

<sup>34</sup> Lúcia Lippi avalia essa questão da seguinte forma: “Para o Ministério da Educação, cabia à união definir os padrões do ensino superior em todo o país, não sendo possível a convivência com iniciativas que não se submetessem ao modelo. O fechamento da UDF segue este caminho. Os argumentos levam em conta que o decreto municipal que definia a organização da UDF era inconstitucional por faltar competência ao prefeito; que seus estatutos também haviam sido aprovados pelo prefeito e não pelo Ministério da Educação, e, por fim, que a UDF não tinha todos os institutos previstos na Lei Federal para este tipo de instituição.” (OLIVEIRA, 1995a: 246).

Com relação a esse episódio é importante salientar que a condição de sede do Governo Federal fazia com que a cidade do Rio de Janeiro não tivesse autonomia política. Esse fato contribuiu para a ingerência do Estado sobre a universidade, conformando um rumo triste à experiência universitária de caráter liberal. Além da intromissão do Governo Federal outros fatores exógenos teriam concorrido para o fracasso da UDF:

Semelhante à USP na concepção, a UDF não dispunha, contudo, da mesma rede social de apoio. A instituição paulista foi percebida, pelas elites locais, como parte de um projeto de redenção política através da afirmação de hegemonia cultural paulista. E, como tal, legitimou-se e pôde ficar relativamente ao abrigo de tempestades políticas. Já a UDF não contou com o mesmo tipo de escora social no momento em que foi sacudida pela reverberação do processo de radicalização política de meados da década de 30 (ALMEIDA, 1989: 197).

O desmonte da UDF foi seguido pela criação da Universidade do Brasil e da Faculdade Nacional de Filosofia – a qual abrigou o curso de ciências sociais. Conforme Lúcia Lippi, a FNFi foi centralmente articulada pelos pensadores católicos: “a doutrina católica e os pensadores católicos – especialmente Alceu Amoroso Lima – foram os eixos centrais deste projeto. Católicos e/ou integralistas tiveram papel ou postos fundamentais na origem da FNFi”. (OLIVEIRA, 1995a: 252) Quanto à montagem do corpo docente da Universidade do Brasil a autora apresenta um quadro marcado pela intromissão do governo federal, pois era Getúlio Vargas que decidia a questão em última instância. Além disso, a supremacia da igreja católica na orientação da Universidade do Distrito federal e da FNFi fez com que a contratação dos professores estrangeiros fosse submetida ao critério de se filiarem à tradição católica (OLIVEIRA, 1995a: 249-256).

Almeida (1989) corrobora os argumentos de Lúcia Lippi ao afirmar que a instituição da Universidade do Brasil “constituiu, também, a concretização do autoritarismo governante com o conservadorismo católico, que garantiu ao último apreciável ascendência intelectual sobre a montagem das áreas de ciências sociais e humanidades” (ALMEIDA, 1989: 197-8). A ausência de autonomia associada à hegemonia católica deixou marcas na FNFi, a bibliografia sobre o assunto expressa o consenso quanto as dificuldades de institucionalização das atividades científicas nessa faculdade, inclusive no que diz respeito aos critérios de promoção da carreira docente. Para Lúcia Lippi:

Esta breve visão da montagem inicial da FNFi nos alerta sobre a complexa relação entre instâncias políticas e a organização de uma faculdade de filosofia que pretendia ser o padrão das demais no Brasil. A falta de autonomia didática e

administrativa, a ausência de critérios explícitos ou mesmo a não obediência aos implícitos por ocasião de quadros novos levaram de fato à ausência de uma carreira universitária e, principalmente, à ausência de um espaço social onde deveria acontecer a vida acadêmica. Não houve a construção de um espaço institucional onde quadros de referência do conhecimento sociológico fossem selecionados, apreendidos e transmitidos. (OLIVEIRA, 1995a: 260).

Maria Hermínia tece uma avaliação na mesma direção afirmando que “a atividade de pesquisa parece não ter logrado se institucionalizar na FNFi, nem da forma embrionária e precária com que se vinha desenvolvendo na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – ELSP – e na USP” (ALMEIDA, 1989: 198). Se a bibliografia que versa sobre as ciências sociais no Rio de Janeiro é consensual ao afirmar as dificuldades que perpassaram a “institucionalização” no espaço acadêmico, ela, de forma alguma, aponta para a ausência das ciências sociais no contexto carioca; ao contrário, ela busca apontar as especificidades das ciências sociais na então Capital da República. Almeida (1989), Oliveira (1995) e Vianna (1997) ao discutirem os caminhos pelos quais as ciências sociais se desenvolveram no Rio de Janeiro chamam a atenção para a sua presença em instituições extrauniversitárias como Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP), criado em 1937, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1938, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), de 1955, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), de 1957, e o Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS), de 1958.

Para Werneck Vianna a predominância das ciências sociais em instituições extra-acadêmicas no Rio de Janeiro, explica-se pela conjugação de múltiplos fatores associados à circunstância da cidade ter sido a Capital da República e, mais que isso, a sede do Estado Novo. Nesse sentido, o Estado atuaria como catalisador da dinâmica social no Rio de Janeiro, fazendo as demandas da sociedade se articularem e se expressarem por meio dele, tanto no que diz respeito aos atores fundamentais da sociedade capitalista – os empresários e trabalhadores cujos sindicatos “tinham seu destino entrelaçados aos rumos da política do Estado” (VIANNA, 1997: 194) – quanto à intelectualidade – chamada a participar da obra de construção nacional como “intérpretes do moderno e da modernização localizados em posições-chave no Estado” (VIANNA, 1997: 193).

Na argumentação de Vianna o movimento da intelectualidade no Rio de Janeiro seria diverso do que ocorria em São Paulo, devido às particularidades da dinâmica do processo de constituição do capitalismo nas duas cidades:

Nada mais distante da experiência de um cientista social carioca do que uma comunidade científica mertoniana (...) A cultura política do Rio de Janeiro, mais as condições organizacionais do seu ambiente cultural favoreciam em sua *intelligentzia* uma perspectiva de modernização e de reformas *por cima*, privilegiando o papel do Estado na “mudança social provocada” (VIANNA, 1997: 194).

A interpretação de Werneck Vianna evidencia que o ideal de uma comunidade mertoniana não se apresentou como realidade plausível no Rio de Janeiro no momento inicial da implantação dos cursos de ciências sociais; entretanto, a proximidade com o sistema político teria favorecido a formação de uma *intelligentzia* mannheimiana<sup>35</sup> que “consciente de que porta uma síntese nova para a divisão da sociedade entre o atraso e o moderno, assume a representação *em geral* dos temas da modernização e da mudança social” (VIANNA, 1997: 195). Por isso o cientista político caracterizou as ciências sociais praticadas no Rio de Janeiro como ciência da intervenção, ou seja, uma sociologia em “mangas de camisa” porque associada diretamente à perspectiva de contribuir com a mudança social.

Maria Hermínia (1989) tece uma argumentação semelhante a de Werneck ao afirmar que “a discussão sobre a relevância política do conhecimento produzido e sobre seu compromisso com a ação transformadora constitui-se o tema recorrente, quase obsessão, das Ciências Sociais feitas na capital do país” (ALMEIDA, 1989: 201). Dessa forma, podemos compreender as diferenças entre as ciências sociais praticadas em São Paulo – uma comunidade científica fechada e voltada para a sua reprodução – e no Rio de Janeiro – uma *intelligentzia* que se caracteriza pela intervenção no processo de mudança social – como a expressão de “formas distintas de conceber a função das Ciências Sociais e, sobretudo, as condições em que ela começou a se transformar em disciplina acadêmica, nos dois principais centros urbanos do país” (ALMEIDA, 1989: 201).

Na avaliação de Werneck Vianna os temas relevantes para o debate político e o trabalho cultural nas décadas de 1950 e 1960 teriam emergido primeiramente no Rio de Janeiro e só depois, em meados da década de 1950, se manifestado em São Paulo à medida que a

---

<sup>35</sup> Em sua sociologia dos intelectuais, Karl Mannheim compreende a *intelligentzia* como uma camada social intersticial, capaz de realizar uma síntese dos diversos pontos de vista presentes na sociedade devido à sua posição privilegiada. Situada para além dos interesses particulares de apenas um agrupamento social a *intelligentzia* seria capaz de submeter à crítica seu próprio ponto de vista, elevando à luz da consciência as origens sociais de seu pensamento e as limitações a ele intrínsecas, bem como poderia captar o mesmo processo em todas as correntes de pensamento de sua época. Dessa forma, a inteligência conseguiria realizar a síntese das perspectivas dos diversos grupos sociais, produzindo uma nova interpretação que poderia orientar racionalmente e acima de quaisquer limitações as transformações sociais. Sobre essa questão ver: MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968; e MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1974 (Estudos, 32).



“comunidade mertoniana” incorporou a noção de *intelligentzia* de Mannheim (VIANNA, 1997: 186-7). O debate sobre as relações entre a sociologia e a mudança social travado por Florestan Fernandes e Costa Pinto na Revista **Sociologia**, em 1947, expressa de forma exemplar essas diferentes concepções de sociologia e de seu papel social, como veremos adiante.

A produção sociológica de Luiz de Aguiar nos anos de 1940 é representativa da vocação das ciências sociais carioca à medida que se pautou por uma perspectiva que privilegiava a mudança social como ótica analítica. Essa dimensão já estava presente em **Lutas de famílias no Brasil** (COSTA PINTO, [1943] 1980a)<sup>36</sup>, livro que resultou da primeira pesquisa realizada por Costa Pinto quando ele cursava ciências sociais na FNFi. A história de lutas de famílias remonta ao ano de 1939; logo após ingressar na universidade Costa Pinto foi preso pela polícia de Felinto Miller, pois havia se envolvido na luta contra o Estado Novo. O cárcere durou oito meses, levando Costa Pinto a empreender estudos intensivos a fim de realizar as provas de segunda chamada no curso de ciências sociais e não perder o ano letivo. Foi no decorrer destes estudos que Luiz de Aguiar “tomo[u] as notas que depois elaboradas resultaram na **Lutas de famílias no Brasil**” (COSTA PINTO, 1989: 4).

Costa Pinto utilizou a pesquisa empírica documental (baseada em fontes históricas primárias) para empreender os estudos de caso sobre as *vendettas* entre os Pires e os Camargo (na capitania de São Vicente, em São Paulo, durante o século XVII) e entre os Montes e os Feitosas (no Ceará, durante o século XVIII). Ao investigar as formas particulares de manifestação da vingança privada no Brasil e, também, o processo de mudança que nela se operou em virtude da complicação da estrutura social, Costa Pinto se enveredou pelo estudo das complexas relações (de competição, conflito e amalgama) entre as esferas públicas e privadas na história do Brasil – apontando-as como constitutivas da sociabilidade do brasileiro.

Jacques Lambert – professor que veio junto à missão francesa ajudar a criar a FNFi, em 1939, permanecendo nela até 1945 – foi uma figura importante na formação da perspectiva sociológica de Costa Pinto. Lutas de família foi inspirada na obra **La vengeance privée et lês fondements Du droit internacional public** (LAMBERT, 1936); nesse caso, a ascendência do mestre francês pode ser apreciada na escolha do objeto de estudo, o fenômeno jurídico da

---

<sup>36</sup> O estudo sobre as lutas de famílias foi publicado no ano de 1943 pela **Revista do Arquivo Municipal**, de São Paulo, e editada posteriormente em formato de livro na Coleção Brasileira, no ano de 1949, tendo uma segunda edição por esta coleção em 1980 – a qual não foi alterada pelo autor. Esta impressão (COSTA PINTO, 1980) é que foi utilizada nesta Tese.

vingança privada e, também, na discussão por meio da qual Costa Pinto construiu o aparato conceitual que guiou sua pesquisa. Lambert também foi uma figura importante para a inserção profissional de Costa Pinto, pois este, logo após graduar-se, em 1942, tornou-se assistente do sociólogo francês no Departamento de Ciências Sociais da FNFi. Neste período, os dois autores publicaram conjuntamente um estudo sobre demografia intitulado **Problèmes démographiques contemporains** (LAMBERT & COSTA PINTO: 1944), e mantiveram, durante suas trajetórias, relações profissionais e de amizade (COSTA PINTO, 1989).

Na primeira parte de seu trabalho, Luiz de Aguiar construiu o arcabouço conceitual por meio do qual operacionalizou sua investigação discutindo com estudiosos do direito internacional e com cientistas sociais como Jacques Lambert, Prins, Lammers, Richard Thurnwald, Garraud, Fernando de Azevedo, Émile Durkheim, Fauçonnet, Gurvitch e Fredriech Engels. Da discussão com os estudiosos do direito Costa Pinto extraiu o conceito de “vingança privada”, caracterizado pelo ponto de vista jurídico, e o reelaborou – como “guerra privada” ou “lutas de famílias” – adequando-o ao ponto de vista sociológico.

O sociólogo baiano compartilhou com seus interlocutores a ideia de que as guerras privadas – fenômeno geral da história da humanidade – teriam como pressuposto a ausência de uma ordem social mais complexa, integrada em diversas instituições no âmbito urbano, bem como a decorrente ausência de um poder público (ou suprafamiliar) capaz de impor o primado do interesse coletivo sobre o privado. Nesse contexto, a grande família (compreendida como organização gentílica) desempenhava as “funções de grupo social total”, exercendo as atividades econômicas, religiosas, políticas e jurídicas (PINTO, 1980a: p. 3). Com essas atribuições a família patriarcal, ou a sociedade de parentes, assumiria feições hipertróficas, constituindo-se, também, em agência de repressão ao delito, já que não havia outra instituição social encarregada dessa tarefa.

O diálogo com a sociologia francesa de tradição durkheimiana se evidencia na construção conceitual de Costa Pinto à medida que ele adota as noções de “função” e “solidariedade social”. Em conformidade com essa tradição – expressa, sobretudo, por Lambert (**La vengeance privée et lês fondements Du droit public international**) – Costa Pinto caracterizou a vingança privada como uma consequência (ou manifestação) da solidariedade que uniria os membros da família; isso porque o papel proeminente da família fazia com que o status do indivíduo se definisse em função de sua relação com esse agrupamento. Dessa forma, o desagravo à família lançaria seus

membros, coletivamente, à prática da vingança privada, o que conferiria à *vendetta* um caráter eminentemente social:

Ao desencadear a vingança, a família luta por seus interesses, sua honra, seu culto, pela integridade de seus membros – tudo sem o que não conseguiria sobreviver. Daí a violência brutal da *vendetta* (...) A *vendetta* é radical. Para que se realize, todos os meios e recursos se justificam, inclusive a traição mais sórdida, sem que importe em nenhuma diminuição moral para o vingador. Antes, da brutalidade advém-lhe fama e prestígio. (COSTA PINTO, 1980a: p. 5-6).

A violência impressa nas contendas entre famílias não foram percebidas por Costa Pinto como indícios de um estado anômico ou anárquico da sociedade, mas sim como expressão de seu caráter coletivo e social. Isso significa que as lutas de famílias foram concebidas pelo autor como mecanismos típicos de manutenção da ordem em sociedades tradicionais; isto é, como uma forma específica (a única possível) de se exercer a sanção penal em um ambiente no qual o poder público estava ausente. Nas palavras do autor: “A repressão privada, que se impõe satisfazendo uma necessidade de ordem, segurança e equilíbrio existente em todo agregado social, o faz, nesse tipo de organização social, por intermédio da autoridade da família” (COSTA PINTO, 1980a: p. 5-6).

Após apresentar os caracteres genéricos das guerras privadas Costa Pinto passou à discussão sobre o declínio da vingança privada, a fim de traçar um quadro conceitual que lançasse luz sobre as especificidades do fenômeno das lutas de famílias no Brasil. Para isso utilizou-se da perspectiva histórico-social impressa na dialética de Karl Marx – particularmente, em **A Ideologia Alemã**:

Dialeticamente, dentro da própria organização social fundada em laços pessoais, transformações importantes se produzem na infra-estrutura social, na base material da sociedade, as quais, entrando em contradição com as relações sociais até então existentes, passa a determinar mudanças mais amplas em toda a estrutura, ultrapassando, em suma, a organização gentílica e exigindo e condicionando formas sociais de âmbito maior, onde possa caber atuações e processos, estados de consciência e de espírito, usos e costumes, leis e normas – nova ideologia que decorre das novas maneiras de viver e produzir (COSTA PINTO, 1980a: p. 16-7).

E, assim, admitiu que as guerras privadas, fenômeno típico de sociedades tradicionais, declinam ao passo que as condições de manutenção desta ordem começam a se desfazer e a se transformar, engendrando, dentro de si mesmas, as novas formas de sociabilidade que caracterizarão a ordem social emergente do processo de mudança.

Em posse dessa perspectiva analítica Costa Pinto apontou as características das lutas de famílias em momento de transição. Os processos de divisão social do trabalho e de urbanização originariam as instituições da sociedade moderna e a decorrente complexificação do meio social; fazendo emergir grupos profissionais com consciência de classe definida, intensificando o comércio, impulsionando uma economia monetária que começaria a substituir os expedientes tradicionais de troca. Desse processo de mudança social emergiriam as instituições que passariam a concorrer com a família, retirando-lhe o caráter de grupo social total e minando a solidariedade entre seus membros ao passo que estes começariam a participar de outros ciclos e esferas sociais (COSTA PINTO, 1980a: 17). Esse processo histórico também engendraria a ordem política e o poder público, os quais passariam a concorrer, progressivamente, com a família nas questões relativas à manutenção da ordem, criminalizando a vingança privada.

Para o autor, a especificidade das lutas de famílias no Brasil encontrava-se no fato delas se apresentarem aqui com os traços característicos do conflito em fase de transição, constituindo: “uma forma *ilegal*, mas *efetiva*, de repressão ao delito, coexistindo com formas *legais* e *efetivas* também de sanção penal, ambas opondo-se e contradizendo-se formalmente, embora não raro, *de facto*, completando-se um à outra”. (COSTA PINTO, 1980a: 18). Isso porque as guerras privadas teriam aparecido no país quando o fenômeno já se encontrava em extinção nas sociedades nas quais ele, historicamente, ocorreu primeiro.

A busca das particularidades do caso brasileiro levou o sociólogo a realizar um diálogo profícuo com a nossa tradição de pensamento social a fim de apontar os traços da nossa formação social responsáveis pelo “re-aparecimento” das guerras privadas – já que elas estavam em declínio na ordem internacional. Para isso mobilizou autores como Nestor Duarte (1939), **A ordem privada e a organização política nacional**; contribuição a sociologia política brasileira; Sergio Buarque de Holanda (1936), **Raízes do Brasil**; Gilberto Freyre (1933), **Casa Grande & Senzala**; Roberto Simonsen (1937), **História econômica do Brasil: 1500-1820**; Caio Prado Júnior (1933), **Evolução política do Brasil** e Oliveira Vianna (1923), **Evolução do povo brasileiro**. Analisando o diálogo de Costa Pinto com essas teses, Villas Bôas afirma que:

Costa Pinto evoca positivamente as reflexões inscritas nestes livros a respeito do poder das famílias na Colônia. *Há, porém, uma diferença. Ele não cai na tentação de explicar a hipertrofia dos núcleos privados de autoridade pelas raízes ibéricas do país ou pelo insolidarismo, definido como falta de capacidade associativa do povo brasileiro.* Sua interpretação se distingue tanto dos que apostavam na positividade da cultura cordial e autoritária dos brasileiros, como Gilberto Freyre (1933), como daqueles que, a exemplo de Sergio Buarque de

Holanda (1936), ajuizavam que a cordialidade brasileira era um problema para a edificação do Estado moderno, cujo fundamento estava nas regras abstratas, impessoais e iguais para todos. (VILLAS BÔAS, 2005: 91) – grifos nossos.

Em sua discussão sobre a obra de Costa Pinto Villas Bôas destaca a particularidade do viés analítico do autor. A interpretação de Luiz de Aguiar distinguia-se das análises vigentes na época por centrar-se na “importância da vida associativa para a explicação dos fatos sociais em detrimento de uma ontologia do brasileiro” e também devido à “comparação entre sociedades tradicionais com efetiva ausência de poder público e a sociedade brasileira colonial, onde apesar de sua “fraqueza” o poder público se mistura ao poder privado, assinalando um caminho próprio e singular de constituição do país” (VILLAS BÔAS, 2005: 91).

Seguindo as pistas lançadas por Gláucia Villas Bôas (2005) André Botelho (2009) aprofunda a análise do diálogo de Costa Pinto com o pensamento brasileiro, ressaltando, também, a originalidade de sua interpretação. Para este autor Costa Pinto não tratou “a relação público/privada de uma perspectiva dualista” e por isso lutas de famílias representaria “uma posição definida de Costa Pinto no debate mais amplo sobre as relações entre sociedade e Estado no Brasil” (BOTELHO, 2009: 153). Para Botelho (2009) Costa Pinto dialogou centralmente com a tese de Oliveira Vianna (1973) em **Populações meridionais do Brasil**, na qual as relações público/privado se originaria “nas formas sociais assumidas pela propriedade fundiária no Brasil (...) sua desmedida amplitude, dispersão pelo território e feição autonômica” (BOTELHO, 2009: 156). Nesse registro, o clã rural seria a força motriz da história política do Brasil, impondo seus interesses a um poder público fraco. Ao compartilhar esta tese com Oliveira Vianna Costa Pinto teria mobilizado os demais autores para corroborar os argumentos de Vianna.

Botelho (2009) assinala em sua análise comparativa de **Lutas de famílias no Brasil** (COSTA PINTO, 1980a) com a tradição do pensamento social brasileiro a crítica às explicações dualista das relações público/privado no Brasil. Costa Pinto não teria explorado a herança cultural do colonizador português, a exemplo de Nestor Duarte (1939) e Sérgio Buarque de Holanda (1936), para explicar a especificidade do Brasil, mas teria “se concentra[do] antes, no que considera o conjunto fundamental de recursos materiais de que disporia a sociedade colonial para tentar assegurar a conformidade do comportamento de seus membros às regras socialmente prescritas” (BOTELHO, 2009: 164). A negação de explicações ancoradas na psicologia social expressaria as “características da ênfase dada pela sociologia brasileira dos anos de 1950 às

“relações sociais” como domínio cognitivo sociológico por excelência, além de princípio autônomo explicativo da vida social” (BOTELHO, 2009: 164).

Para explorar as possibilidades explicativas das relações sociais (a guerra privada) e das condições materiais nas quais ela se deu no Brasil Costa Pinto dialogou também com Caio Prado Júnior – expoente da aplicação do método histórico, inspirado na obra de Karl Marx, aos estudos de história social no Brasil. Dialogando positivamente com as teses impressas em **Formação do Brasil contemporâneo** (PRADO JÚNIOR, [1942] 1996) e **Evolução política do Brasil** (PRADO JÚNIOR, [1933] 1994) o sociólogo admitiu a forma de exploração da colônia (baseada no tripé latifúndio, monocultura e escravidão) como responsável pela criação dos condicionantes que concorreram para a hipertrofia do poder privado e para a dispersão e fraqueza do poder público no Brasil:

*De fato, na colônia, nas condições da economia agrícola – monocultura, latifundiária e escravagista –, o grupo econômico quase que por completo se identificou com o grupo de parentesco, acrescido dos agregados e dependentes que constituíam a vasta clientela da família patriarcal. A família-grande, hipertrofiada e multifuncional, em que os laços de sangue se aumentavam pelos de servidão, foi a unidade econômica colonizadora do Brasil e, por isso mesmo, fez-se centro e núcleo, quase absoluto, da vida social. (COSTA PINTO, 1980a: 25) – grifos nossos.*

Para a supremacia do poder privado sobre o poder público teria colaborado, também, o caráter da colonização portuguesa: realizada de forma irregular (não planejada), feita quase que exclusivamente pela iniciativa privada – da qual as bandeiras seriam o exemplo máximo. Esse conjunto de fatores teria feito do poder público, no Brasil colonial, uma agência fraca e dispersa, com pequena capacidade de exercer o controle social, embora sempre presente, pois havia aqui toda uma hierarquia e organização física dos órgãos de justiça públicos. Nesse contexto, o banditismo e o crime só não eram excessivos porque o clã patriarcal, por meio da vingança privada, exercia o poder de controle social e a função jurídica (COSTA PINTO, 1980a: 33).

Na argumentação de Costa Pinto as condições sociais do Brasil Colônia fizeram o poder público buscar afirmação frente ao domínio privado de forma ambígua: ora de maneira conflituosa, ilegalizando a vingança privada e rivalizando com ela, ora de forma acomodatória, compondo e aliando-se aos focos de sanção penal particulares. Tal dinâmica social teria caracterizado um processo histórico marcado pela ambivalência e pelas disputas entre a esfera pública e a privada. Para Botelho (2009) Costa Pinto ao realçar a ambivalência impressa nas

relações público/privado “soube valorizar as tensões constitutivas entre esses domínios para investigar, através da ação coletiva, a dinâmica conflituosa e ambígua da vida social” (BOTELHO, 2009: 167).

Villas Bôas (2005) também reconhece a originalidade da interpretação de Luiz de Aguiar na hipótese de um “entrelaçamento conflituoso e dinâmico de condutas sociais referidas a ordens sociais distintas” (pública e privada), as quais “não se opunham de forma dicotômica, mas criavam elas próprias uma ordem social singular” (VILLAS BÔAS, 2005: 89). Na avaliação da autora Costa Pinto teria começado a esboçar uma interpretação baseada na ideia de coexistência de duas ordens sociais. Portanto, em Lutas de família estaria o embrião do conceito de marginalidade estrutural – formulado pelo autor em **Recôncavo**: laboratório de uma experiência humana (COSTA PINTO, 1958)<sup>37</sup> – pois é nessa obra que Luiz de Aguiar “relaciona a conjugação de duas ordens sociais distintas à conjugação de temporalidades diferentes” (VILLAS BÔAS, 2005: 92).

As ambivalências impressas no entrelaçamento entre as ordens pública e privada teriam se manifestado de forma particular nos vários momentos do processo de mudança social por meio do qual o Estado brasileiro foi plasmado:

Se assim foi na era colonial, o problema assumiu outro aspecto no Império. Aí os fatores de politização fortalecem a organização estatal e lhe dão predomínio. Então, vão se confundir *propriedade e autoridade*, fazendo da aristocracia rural a classe dominante. E o *familismo*, antes em oposição aberta ao Estado, agora nele guindado, sinônimo de administração pública, vai impregnar a engrenagem burocrática do paternalismo da casa-grande (COSTA PINTO, 1980a: 30).

Na análise de Costa Pinto o processo de mudança social no Brasil se deu acomodando os interesses privados na agência estatal, metamorfoseando as lutas de famílias em disputas pela obtenção de postos nos diversos setores da administração pública. No caso das contentas entre os Pires e os Camargo, em São Vicente, a luta de famílias se transformou em luta de facções ou partidos e a *vendetta* se desdobrou na batalha por postos na Câmara da Capitania de São Paulo (COSTA PINTO, 1980a: 61). Nesse registro, os condicionantes sociais responsáveis pelo amalgama conflituoso entre as ordens pública e privada não teriam sido apagados nem mesmo

---

<sup>37</sup> Trata-se de uma pesquisa sobre os impactos da industrialização do recôncavo baiano, escrita em 1953.

pelo processo de transição<sup>38</sup> entre a sociedade tradicional (patriarcal, agrícola, escravagista) e a sociedade moderna (urbana, industrial, capitalista):

*Perdura por muito tempo a antinomia que constitui o problema básico da unidade política: mesmo quando o progresso da colônia leva-a a ajustar seu estatuto político ao seu estado econômico nas lutas pela independência, e por todo o 2º. Império; mesmo quando o poder central se fortalece no choque com as forças liberais e regionalistas e adquire aquela estabilidade de fachada; ainda mesmo na República, em que a unidade nacional sustentar-se-ia pela participação, ao menos teórica, do povo na governança do Estado democrático; mesmo, por fim, nos últimos tempos, apesar dos ensaios a que se tem submetido o regime político da nação – permanecem em grande parte, embora com variantes, os fatores predisponentes à rarefação da autoridade e antagônicos à sua consolidação numa organização estatal forte, indiscutida, surgida do povo, e não a ele superposta. (COSTA PINTO, 1980a: 34) – grifos nossos.*

Em **Lutas de famílias no Brasil** (1980a) Luiz de Aguiar dá sua contribuição – como assinalado por Botelho (2009) e Villas Boas (2005) – para a vertente do pensamento social que aponta as relações de promiscuidade entre as esferas pública e privada como constituintes da sociedade brasileira e de seu Estado. Nesse sentido, se o autor realizou uma “ruptura” com a tradição do nosso pensamento social ao negar as explicações baseadas na psicologia social e adotar o primado durkheimiano de que “a causa determinante de um fato social deve ser procurada entre os fatos sociais antecedentes: não entre os estados da consciência individual, mas sim na constituição do meio social interno” (COSTA PINTO, 1980a: 21); ele também demonstrou como a antinomia público/privado, impressa no pensamento social brasileiro do final do século XIX e começo do século XX, pode ser mobilizada como um recurso profícuo para a análise sociológica da sociedade brasileira. Por isso **Lutas de famílias no Brasil** (1980a) serviu como referência para a construção de interpretações clássicas sobre as relações entre as esferas públicas e privadas no Brasil, entre elas **Coronelismo, enxada e voto: o município e o sistema representativo no Brasil** (1975), de Vitor Nunes Leal.

Vitor Nunes Leal bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Nacional de Direito da UDF, no ano de 1936. Foi professor de Política da Universidade do Brasil entre os anos de 1943 e 1969, e tornou-se catedrático<sup>39</sup> dessa disciplina em 1947, quando defendeu a tese

<sup>38</sup> Desencadeada por diversos fatores, entre eles: a crise dos produtos agrícolas, o aparecimento de outros núcleos econômicos, o desenvolvimento das comunicações, o incremento da urbanização, a penetração de formas capitalistas no campo, a educação do povo, o aparecimento da classe média e do proletariado (COSTA PINTO, 1980a: 33).

<sup>39</sup> Antes de tornar-se regente da Cátedra de Política da Universidade do Brasil Nunes Leal foi professor assistente dessa cadeira, iniciando as atividades docentes em 1943 - mesmo ano em que L. A. Costa Pinto tornou-se assistente de Jacques Lamber na Cadeira de Sociologia da mesma universidade.



**O municipalismo e o regime representativo no Brasil:** uma contribuição para o estudo do coronelismo, publicada, posteriormente, em 1949, com o título **Coronelismo enxada e voto**. Costa Pinto e Nunes Leal compartilharam do mesmo ambiente universitário nas décadas de 1940 a 1960 e, não por acaso, as teses por eles defendidas em **Lutas de famílias no Brasil** (1980a) e **Coronelismo enxada e voto** (1975) se aproximam por interpretarem as relações sociais e de poder, no Brasil, como frutos de uma sociabilidade específica, assentada na interpenetração entre as esferas públicas e privadas.

**Corenelismo enxada e voto** (LEAL, 1975) é uma pesquisa sobre o papel do município e da política local no sistema representativo do país. Vitor Nunes Leal construiu sua investigação a partir da interpretação de fontes históricas primárias e de dados estatísticos. E de maneira semelhante à Costa Pinton (1980a) realizou um diálogo com o pensamento social brasileiro nas obras de Gilberto Freyre **Casa Grande & Senzala** e **Sobrados e Mucambos**; Joaquim Nabuco **Um estadista do império**; Oliveira Viana **Evolução do povo brasileiro** e **Populações meridionais do Brasil**; Nestor Duarte **A ordem privada e a organização política nacional** e Caio Prado Júnior **Formação do Brasil contemporâneo** e **História econômica do Brasil** – a fim apontar os traços da formação social do país responsáveis pela hipertrofia do poder privado e pela rarefação do poder público. Foi com base nas características da formação social do Brasil que Nunes Leal desenvolveu uma interpretação do sistema representativo brasileiro, assinalando suas particularidades.

Nunes Leal definiu o fenômeno do “coronelismo” como um compromisso entre a autoridade pública (progressivamente fortalecida) e o poder privado dos potentados rurais (em decadência), assentado em um sistema de troca de favores que garantiria proveitos para ambos os lados. No pacto do coronelismo os chefes políticos locais (proprietários de terras) arregimentavam os votos do eleitorado rural (predominante, no momento em que obra foi escrita), pois os trabalhadores do campo a eles estavam ligados por laços de dependência pessoal uma vez que “é dele [coronel], na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece.” (LEAL, 1975: 25). Devido ao poder de arregimentar os “votos de cabresto” o coronel se constituía em peça central do jogo político estadual e nacional, pois se tornava o intermediário entre as massas de eleitores e os partidos no sistema representativo brasileiro (LEAL, 1975: 42).

Esse arranjo configuraria, conforme Nunes Leal, o pacto de reciprocidade por meio do qual se dava a composição entre os interesses públicos e os privados:

De um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõem do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça (LEAL, 1975: 43).

Portanto, seria por meio da concessão de autoridade ao coronel para dispor de cargos na administração pública, bem como da liberação de verbas para a realização de benfeitorias em suas paragens que o poder estatal agraciaria o seu parceiro, fortalecendo-o no âmbito local. Desse sistema de reciprocidade derivariam outros fenômenos que caracterizavam a política e a administração pública brasileira, como o paternalismo (concessão de benefícios do chefe local a seus aliados) e o mandonismo (baseado na hostilidade, na negação de favores e na perseguição dos adversários do coronel).

Para Vitor Nunes Leal, o fenômeno do coronelismo tem raiz social na estrutura agrária do Brasil Colônia, marcada pela presença do latifúndio, da monocultura e da escravidão. O arranjo desses fatores é que teria concorrido para a rarefação do poder público e para o fortalecimento da autoridade privada. Fazendo com que o patriarca do clã rural encarnasse as diversas instituições sociais, exercendo e centralizando sob seu mando pessoal as funções econômicas, políticas e jurídicas – daí a dependência da plebe rural para com ele (LEAL, 1975: 19-57). Em linhas gerais, o coronelismo é:

resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. *Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado*, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. *É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa (...)* Paradoxalmente, entretanto, *esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público*, e isto se explica justamente em função do regime representativo, com sulfrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável. (LEAL, 1975: 20) – grifos nossos.

A comparação entre as obras de Nunes Leal (1975) e Costa Pinto (1980a) revela vários pontos de convergência. Ambos lançaram seu olhar sobre o fenômeno da constituição do Estado brasileiro e das relações sociais que o caracterizam, entretanto, os autores focalizaram o objeto

por meio de recortes diferentes. Costa Pinto centrou-se no estudo da guerra privada no Brasil e das formas de sanção penal que lhe eram correspondentes; e, também, investigou o processo de transição pelo qual essas formas passaram à medida que a estrutura social se complicava e o poder público passava a competir, progressivamente, com o poder privado nas questões relativas à manutenção da ordem. Ao trabalhar com essa problemática o autor explicitou como o entrelaçamento entre as ordens pública e privada constituía e singularizava o poder público e a sociabilidade do brasileiro. Já Vitor Nunes Leal construiu sua interpretação das relações de poder no Brasil examinando-as a partir de um momento mais recente da história do país – a 1ª. República –, pois o cerne de seu estudo foi o sistema representativo. Assim, por meio da caracterização do pacto do “coronelismo” apontou as relações acomodatórias entre as esferas pública e privada como características da forma de se fazer política no Brasil.

Costa Pinto não concebeu a interpenetração do poder particular nas agências de autoridade públicas como simples reminiscência do passado, mas sim como uma forma singular de sociabilidade determinada pela maneira como se realizava o processo de mudança social no Brasil – entrelaçando comportamentos sociais típicos de ordens sociais distintas. Em **Coronelismo, enxada e voto** (LEAL, 1975), Vitor Nunes Leal analisou as relações público/privado, na vida política brasileira, de forma análoga à Luiz de Aguiar. Para Nunes Leal o poder dos coronéis no regime representativo brasileiro não era uma mera sobrevivência da autoridade privada hegemônica no período colonial, ao invés disso, tratava-se de “uma forma peculiar de manifestação do poder privado” (LEAL, 1975: 20). Isso porque o mando dos particulares pôde se adaptar às estruturas do poder público, pois os fatores responsáveis pela dependência da plebe rural, na colônia, não se desfizeram ao ponto de romper aquelas relações de subserviência.

Na interpretação de Costa Pinto as lutas de famílias travadas pelas sociedades de parentes se generalizavam e polarizavam os cenários nos quais elas se davam, pois envolviam também os “agregados e dependentes que constituíam a vasta clientela da família patriarcal” (COSTA PINTO, 1980a: 25). De modo similar, os coronéis mobilizavam seus curráis eleitorais nas batalhas políticas da 1ª. República. Assim, as obras de Nunes Leal (1975) e Costa Pinto (1980a) podem ser vistas como complementares no estudo das relações de poder no Brasil, pois a família patriarcal – núcleo das guerras privadas – se transmuta nos partidos e facções (COSTA PINTO,

1980a: 61) que vão se digladiar para arregimentar os votos do trabalhador rural nos primórdios do sistema representativo brasileiro.

“Filotismo”, “paternalismo” e “mandonismo”, práticas derivadas do pacto “coronista” (LEAL: 1975), são, nesse sentido, atualizações das relações de dependência que arrastavam a plebe rural para as guerras privadas junto à grande família. Trata-se, portanto, de manifestações da antinomia entre as ordens pública e privada em momentos distintos da história brasileira. A situação de dependência da plebe rural, característica do Brasil Colônia, só pôde se atualizar no regime representativo, gerando os “votos de cabresto”, porque o processo de mudança social do qual emergiu a sociedade moderna e o Estado republicano, no Brasil, se deu por meio das acomodações entre elementos da ordem tradicional e da ordem moderna.

Está presente nas obras de Costa Pinto (1980a) e Nunes Leal (1975) uma visão análoga da formação do Estado brasileiro. Para os dois autores esse processo histórico-social não se realizou por meio da ruptura com os elementos típicos da sociedade tradicional, ao contrário, ele se deu mediante a composição e o entrelaçamento dos interesses tradicionais e dos modernos (mesmo que esse amalgama se processasse de forma conflituosa, por vezes) – conferindo singularidade à organização social brasileira. Pensamos que a semelhança nas interpretações dos dois autores está intimamente ligada ao diálogo que eles realizaram com o pensamento social brasileiro. Isso porque foi esse diálogo que possibilitou a Costa Pinto e Nunes Leal a visão histórica da formação social do Brasil e também um olhar analítico pautado pela mudança social. Foi por meio da união dos métodos científicos em voga nas ciências sociais dos anos de 1940 (os estudos de caso, a manipulação de dados estatísticos) com a perspectiva histórica impressa na tradição do pensamento social brasileiro que os dois autores deram suas contribuições para a compreensão das particularidades da sociabilidade do brasileiro.

Após o término da graduação em ciências sociais no ano de 1942 Costa Pinto iniciou sua carreira como docente e pesquisador na Universidade do Brasil; a trajetória do autor nessa instituição é expressiva das condições particulares mediante as quais as ciências sociais foram construídas no âmbito universitário na cidade do Rio de Janeiro. Como dito anteriormente, o sociólogo passou a assistir Jacques Lambert na cadeira de sociologia da FNFi, em 1943, atuando como professor no curso de ciências sociais; mas não se tornou titular dessa cadeira devido aos problemas gerados pela indefinição de regras para a promoção da carreira docente, bem como

pela intromissão de critérios não acadêmicos no processo. Em entrevista, quando indagado sobre as razões de não ter feito concurso para a cadeira de sociologia da FNFfi, Costa Pinto afirmou:

Porque o Lidelbrando Leal<sup>40</sup> não queria fazer concurso comigo nem morto. Ele morreu sem fazer concurso comigo. O hildebrando Leal, coitado, era uma excelente pessoa. Muito boa pessoa. Cristão desses papa-hóstias. (...) Ele era muito ligado ao Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde. E ele tinha pavor de mim. Parece óbvio que ... nunca escreveu nada, coitado. Nunca estudou sociologia. E ficou lá (COSTA PINTO, 1989: 24).

Em 1944, Luiz de Aguiar pleiteou junto à Donald Pierson<sup>41</sup> a possibilidade de cursar doutorado em sociologia na Universidade de Chicago, foi aceito pela instituição; entretanto, não pode realizar o curso, pois o governo norte-americano lhe negou o visto de entrada no país devido ao seu envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e à prisão em virtude da luta contra o Estado Novo (MAIO, apud COSTA PINTO, 1998: 21). Esse fato aliado à ausência de pós-graduação na Universidade do Brasil levou Costa Pinto a realizar o concurso para livre-docência em sociologia, em 1947, com a tese **O ensino de sociologia na escola secundária**. Maria Stella Amorin esclarece o significado da livre-docência na Universidade do Brasil:

A livre-docência não era cargo na UB (...) e sim título, obtido mediante concurso público em universidades federais (...) O significado que pode ser atribuído a esse título é de que, mediante aprovação em concurso público, o docente conquistava o privilégio de professar livre e individualmente o saber relativo à área de conhecimento concursada. Isto era considerado, na época, uma inovação que vinha democratizar o magistério, então enclausurado pelas cátedras vitalícias (AMORIM, In. MAIO e VILLAS BÔAS (orgs), 1999: 30-1).

Com esse concurso o sociólogo tornou-se livre-docente na cátedra de sociologia da FNFfi, entretanto, nunca teve a possibilidade de substituir o catedrático. No mesmo ano em que obteve a livre docência, Luiz de Aguiar prestou concurso para a cátedra de sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (na qual passou a exercer atividade docente em 1946), foi aprovado e exerceu o cargo até sua aposentadoria em 1979.

A bibliografia que versa sobre os primórdios da FNFfi é consensual ao afirmar as dificuldades no campo da pesquisa. Marcos Chôr avalia que “Ao longo dos anos 40, a FNFfi

<sup>40</sup> Hidelbrando Leal foi professor assistente de Lambert na cadeira da sociologia da FNFfi desde a criação da faculdade e assumiu interinamente o cargo, sem a realização de concurso, em 1945, quando Lambert retornou à França (OLIVEIRA, 1995), (AMORIM, In. MAIO e VILLAS BÔAS (orgs), 1999).

<sup>41</sup> As relações entre Costa Pinto e Donald Pierson se travaram por intermédio de Arthur Ramos – professor de antropologia da FNFfi. Luiz de Aguiar conheceu Donald Pierson no curso que este ministrou no DASP, quando passaram a manter correspondência (MAIO, apud COSTA PINTO, 1998: 21).

esteve voltada essencialmente para o ensino” (MAIO, apud COSTA PINTO, 1998: 24). O depoimento de Costa Pinto corrobora a afirmação acima: “a pesquisa era uma aspiração. Nunca houve pesquisa propriamente. O Ramos [Arthur] fazia alguma coisa, mas de uma maneira muito individual. Era dele, não da faculdade” (COSTA PINTO, 1989). Para Maria Stella Amorim:

A FNFi não criara, desde a fundação, qualquer estrutura que permitisse a institucionalização da pesquisa. A carga horária docente não excedia 12 horas semanais e a grande maioria de seus professores acumulava funções docentes, ou a docência com outra atividade. A pesquisa, quando realizada, era individual e autodidata e poucos – a exemplo de Costa Pinto – obtinham patrocínio de entidades da sociedade civil, governamentais e internacionais para seus trabalhos” (AMORIM, In. MAIO e VILLAS BÔAS (orgs), 1999: 32).

Buscando driblar os contratemplos causados pela ausência de uma estrutura destinada à pesquisa e pela inexistência de tempo integral, Costa Pinto – a exemplo de grande parte da intelectualidade carioca dos anos de 1930-1960 – atuou como pesquisador em institutos extrauniversitários. Entre os anos de 1948 e 1952 o sociólogo baiano realizou pesquisas na área de demografia (na qual já tinha experiência devido à formação junto à Jacques Lambert) e sociologia das profissões na Divisão de Pesquisas do Instituto Mauá – órgão vinculado à Confederação Nacional do Comércio. Desse trabalho resultaram as investigações: **Pesquisa sobre o padrão de vida do comerciário no Distrito Federal** (COSTA PINTO, 1949b) e **Migrações internas no Brasil** (COSTA PINTO, 1952b).

Durante a década de 1940 Costa Pinto publicou, também, vários artigos em **Sociologia**, revista didática e científica da ELSP, considerada como o primeiro periódico especializado em ciências sociais no Brasil. **Sociologia** foi criada em 1939 por Emílio Willems e Romano Barreto, seus editores entre os anos de 1939-1948; em 1949 Oracy Nogueira assumiu a direção da revista junto à Willems e Donald Pierson, permanecendo como editores até 1957, último ano de circulação da revista (PEIXOTO e SIMÕES, 2003: 386). Os artigos publicados por Costa Pinto em **Sociologia** são: O ensino das Ciências Sociais no Brasil (COSTA PINTO, 1944a), Sobre as classes sociais (COSTA PINTO, 1946), Sociologia e mudança social (COSTA PINTO, 1947), A estrutura da sociedade rural brasileira (COSTA PINTO, 1948), Ensino de sociologia nas escolas secundárias (COSTA PINTO, 1949a) – sua tese de livre-docência – e Sobre as relações de raça (COSTA PINTO, 1950).

No artigo **Sobre as classes sociais** (COSTA PINTO, 1946) Luiz de Aguiar realizou um balanço crítico da produção sociológica sobre o assunto e traçou o quadro teórico a partir do qual

situou sua concepção de classes sociais. O interesse de Costa Pinto pela discussão das classes sociais estava intimamente ligado à dinâmica do processo histórico nacional e internacional, bem como ao debate intelectual que se desenrolou nesse contexto. Para o autor, a questão de classes assumia naquele momento uma importância teórica e prática jamais vista na história, isso porque:

A política interna de cada Estado, bem como as relações entre os Estados no âmbito internacional têm sido dominadas pelo problema das relações entre as classes, aos seus esforços para se organizarem, para se combaterem, para se reconciliarem, ou para se absorverem numa sociedade sem classe (COSTA PINTO, 1946: 242).

Entretanto, na avaliação de Costa Pinto as classes sociais eram um problema pouco explorado na sociologia devido à hegemonia de uma “concepção segunda a qual a destruição dos privilégios feudais e o estabelecimento da igualdade jurídica significavam a criação de uma sociedade sem classes” (COSTA PINTO, 1946: 242). Para o autor essa posição estaria ameaçada pela dinâmica das transformações sociais, principalmente pelo “acúmulo de uma das maiores crises cíclicas do regime capitalista com a crise histórica do próprio regime” (COSTA PINTO, 1946: 243) – o que colocaria a discussão sobre as classes sociais na ordem do dia.

Luiz de Aguiar referia-se ao contexto turbulento da primeira metade do século XX assinalado pela polarização da conjuntura internacional principada pela revolução russa de 1917, e, também, à ascensão do capitalismo monopolista, no qual a economia do *laissez-faire* perdia espaço para o intervencionismo, como assinalam: a ascensão do nazi-fascismo; o New Deal nos EUA e a crescente influência de teorias econômicas como o Keynesianismo. (BARBER, 1971).

No plano interno, entre os anos de 1930 e 1940, a sociedade brasileira também esteve profundamente marcada pela dinâmica de formação, de conflitos e ou de acomodações entre as classes sociais. O governo instaurado após a revolução de 1930 atuou no sentido de disciplinar o conflito de classes, criando uma legislação trabalhista, uma estrutura sindical atrelada ao Estado e também reprimindo as forças sociais – ligadas ao operariado ou à classe média – que almejavam participação no processo político. As tensões e disputas entre os sujeitos sociais daquele período se aguçaram com o golpe de 1937, que instaurou a ditadura do Estado Novo. Nesse momento, o governo Vargas fechou o Congresso Nacional, suprimiu os partidos políticos, interveio nos sindicatos submetendo-os definitivamente ao Estado e começou uma caçada aos comunistas – considerados “inimigos da nação” pelos idealizadores do regime. (AGIO et al, 2002)

Em seu balanço histórico da produção sociológica sobre as classes sociais, Costa Pinto indicou os que negavam a existência das classes, não por manifestarem essa opinião, mas “pelo quasi *completo* descaso que relegam o assunto” (COSTA PINTO, 1946: 243). Nessa acepção as classes sociais teriam existido, mas não existiriam mais. Tal visão ligava-se, conforme o autor, à abstração das condições históricas que geraram o princípio de igualdade jurídica, já que o próprio Estado liberal criou um sistema jurídico que reconhecia as classes sociais (no direito trabalhista, por exemplo). Para Costa Pinto a emergência da discussão sobre as classes, nas ciências sociais, foi marcada pelo próprio antagonismo de classe, como sugere a abordagem dos cientistas da segunda metade do século XIX – Spencer, Le Play, Pareto, Comte e Sorel, os quais “percebe-se que foram arrastados ao assunto pela necessidade de se defenderem do ataque frontal que representava a ideologia do proletariado” (COSTA PINTO, 1946: 245).

O sociólogo apontou, também, os que ligaram mecanicamente o conceito de classe ao de raça (num registro biológico), assinalando a “hierarquização das classes na sociedade como consequência natural da hierarquia das raças em escalas de superioridade e inferioridade biológica e cultural” (COSTA PINTO, 1946: 246). Entre os expoentes dessa visão estariam os “selecionistas de todos os matizes” como Ammom, Lapouge, Gobineau, Chamberlain e Oliveira Vianna; os “darwinistas sociais” como Kidd, Niceforo, Schaeffle e os “biologistas em excursão no campo sociológico” como Alexis Carrel e H. Ellis. Costa Pinto teceu duras críticas a essa concepção de classe asseverando que ela se inscrevia na perspectiva de “justificar uma política de peneiramento dirigido que permita promover a elite (...) e recalcar a “massa” a níveis mais subalternos” (COSTA PINTO, 1946: 247) – mesmo admitindo que tal concepção havia sido superada pelo ponto de vista antropológico.

Luiz de Aguiar encerrou seu balanço da bibliografia sobre as classes sociais discutindo as proposições de autores que trataram o assunto por meio de “fatores mais nitidamente sociológicos”. Para Costa Pinto, mesmo nesse terreno, “não se encontra a menor coerência e um acordo mínimo está longe de ser encontrado como só não percebem os cegos ou os poucos familiarizados com a bibliografia especializada” (COSTA PINTO, 1946: 249). O autor teceu, então, uma crítica implacável às várias visões sociológicas sobre as classes sociais. A começar pelos alemães Von Wiese e A. Bauer, os quais:

apesar de procurar um fundamento objetivo para o conceito – a ocupação – são excessivamente vagos os outros fatores “mesma educação” e “meio análogo” posto que meio análogo e mesma educação têm os indivíduos que pertencem a



variados tipos de agrupamento social que não só a classe (COSTA PINTO, 1946: 249).

Passando por G. Schmoller – cuja visão seria representativa da opinião de um grande número de sociólogos – para quem as classes sociais seriam definidas por fatores como direitos políticos, interesses comuns e tipo de trabalho realizado. Segundo Costa Pinto “Esse ponto de vista, vulgarmente entendido como sendo a opinião do Marxismo, confunde *classe* com *partido*, não distingue *classe* de *organização de classe*, não sabe distinguir *classe em si* de *classe para si*” (COSTA PINTO, 1946: 252).

Nesse universo, o economista francês François Simiand ao definir classe social por meio dos critérios renda, recursos e pelo emprego destes representaria “uma tentativa de por os pés na terra, entendendo classe como uma relação social definida sobre a posição que cada um ocupa na produção social” (COSTA PINTO, 1946: 253); entretanto, Luiz de Aguiar lamentou o fato desse conceito ter sido empregado por Simiand de forma inoperante.

O autor discutiu, também, as proposições dos sociólogos norte-americanos que lhes eram contemporâneos. William F. Ogburn, Meyer Nimkoff e Mac Iver – da Escola de Chicago – confundiriam classe social com status, já que para os dois primeiros, por exemplo, classe seria “o agregado de pessoas tendo essencialmente o mesmo status numa dada sociedade” (OGBURN e NIMKOFF, citados por COSTA PINTO, 1946: 253). Já R. L. Sutherland e J. L. Woodward abstrairiam qualquer fundamento objetivo do conceito de classe ao defini-lo como um estado de espírito. Tal proposição teria sido exagerada por O. Spann para quem “classe dominante é o conjunto dos mais inteligentes, classe dominada o conjunto dos menos inteligentes” – Costa Pinto não poupou o autor ao afirmar “ainda que seja duvidoso, à luz desse critério, saber-se a classe a que o autor pertence” (COSTA PINTO, 1946: 254). Por fim, Luiz de Aguiar também não considerou como satisfatórios os conceitos de autores como Max Weber e C. H. Cooley, os quais definiam classe social a partir de uma pluralidade de fatores.

As críticas de Costa Pinto asseverando a inadequação das diversas proposições sobre as classes sociais adquirem inteligibilidade quando confrontas à luz dos critérios que ele mobilizou para construir o seu conceito de classe social. O autor buscou um fundamento objetivo para definir sociologicamente classe social em contraposição aos critérios rechaçados – variantes temperamentais, traços psicológicos ou grau de inteligência. Para isso apoiou-se na obra de Karl

Marx<sup>42</sup>, admitindo que a definição precisa de classes sociais deveria partir “da noção de associação humana”, já que classe seria “essencialmente uma relação social, objetiva e concreta (...) ligada diretamente a determinadas formas de existência social” (COSTA PINTO, 1946: 256). Ou seja, para o autor o critério objetivo a partir do qual se poderia definir classe social eram as relações sociais de produção, isso porque partindo delas seria possível construir um conceito que levasse em consideração: “a) as classes como um conjunto de *relações sociais*; b) que definem uma *situação objetiva* dentro da sociedade; c) que aquelas relações sociais são *variáveis*; d) de acordo com a *organização social da produção*” (COSTA PINTO, 1946: 257).

Sendo assim, para Luiz de Aguiar:

As classes sociais são grandes grupos, ou camadas de indivíduos, que se diferenciam pela posição orgânica ou objetiva que ocupam na organização social da produção, historicamente determinada; que se caracterizam por sua relação – que pode ou não estar definida e formalizada pela lei – com os meios de produção; que se identificam pelo papel que têm na organização social do trabalho, e daí pelo volume, pelo modo de obter e pelo modo de empregar a porção de riqueza de que dispõem (COSTA PINTO, 1946: 258).

O autor ainda esclareceu sua posição afirmando em nota de rodapé que “Sem apelo à bibliografia do materialismo histórico parece-nos impossível desenvolver qualquer estudo sobre as classes sociais” (COSTA PINTO, 1946: 257) e cita as obras de Karl Marx, Friedrich Engels e Vladimir Lênin como leituras fundamentais.

Os argumentos presente neste artigo de Costa Pinto evidenciam como o autor erigia sua perspectiva sociológica assumindo uma posição teórico-metodológica afinada com o marxismo. Tal postura se alicerçava a partir de um diálogo amplo com as proposições – em especial com o materialismo histórico – que pretendiam compreender a dinâmica das relações sociais por meio da análise histórica. Daí as críticas às diversas vertentes da sociologia, em particular da sociologia norte-americana da Escola de Chicago – a qual se aproximava da psicologia e se pautava, sobretudo, pelos estudos de caso localizados, abstraindo ou secundarizando os fatores

---

<sup>42</sup>Embora longa, reproduzimos essa passagem do artigo de Costa Pinto a fim de esclarecer sua referência a Karl Marx: “Se a sociedade é um mundo de relações sociais, estas, por sua vez, sociologicamente encaradas, apresentam duas faces absolutamente inseparáveis: a) as relações entre os homens e as coisas; b) as relações dos homens entre si. Noutras palavras, mais fiéis à realidade: juntamente às relações que se estabelecem, *necessariamente*, entre os homens e a natureza, para criar as condições de sua existência, estabelecem-se também entre os homens, *necessariamente*, relações básicas e fundamentais que são o suporte de toda a organização social. Essas relações fundamentais surgem, portanto, da *produção*. Para viver o homem precisa sobreviver; e para isso carece de produzir. Noutros termos – para termos existência precisamos criar as condições de nossa existência. Eis uma verdade

históricos e estruturais de suas pesquisas. Essa dimensão da formação da perspectiva sociológica de Costa Pinto fica mais clara no artigo “A estrutura da sociedade rural brasileira” (COSTA PINTO, [1948] 1980b)<sup>43</sup>.

Luiz de Aguiar principia sua discussão sobre a estrutura da sociedade rural brasileira marcando posição ao avaliar que o tratamento sociológico do tema teria sido eclipsado tanto “pelo falso dogma liberal, que imaginara estabelecer igualdade real entre os homens mediante a decretação da igualdade jurídica entre os cidadãos” (COSTA PINTO, 1980: 259) – argumento semelhante ao desenvolvido em (COSTA PINTO, 1946) – quanto pela ênfase dada ao conceito de comunidade (abstratamente compreendida) em detrimento da “estrutura social concreta”. Para o autor a adoção desse ponto de vista desembocava na admissão de que na sociedade rural brasileira não existiam estratos superpostos. Isso porque o conceito de comunidade estaria baseado em aspectos típicos do passado e sua operacionalização abstrairia as mudanças pelas quais a “estrutura social concreta” passava:

*O conceito de comunidade, entendido dessa forma, tão difundido e utilizado pelos antropólogos culturalistas, como instrumento de trabalho, é, entretanto, um desses em que se sente o ranço ideológico de um sistema econômico e social que desapareceu, ou está desaparecendo sob o impacto da Great Society, que o capitalismo gerou em sua expansão (COSTA PINTO, 1980b: 260) – grifos nossos.*

Portanto, o conceito de comunidade foi visto por Costa Pinto como anacrônico e inadequado para o estudo das transformações pelas quais passava a sociedade brasileira em seu processo de modernização capitalista, pois nessa acepção “a “comunidade rural” e a “comunidade urbana” [eram vistas] como estruturas internamente igualadas e reciprocamente diferenciadas pelo *habitat*, e somente pelo *habitat*” (COSTA PINTO, 1980b: 260). Daí a crítica do autor às investigações baseados no conceito de comunidade:

*A falsa noção de “o campo”, de “comunidade rural”, entendida como organização social homogênea, sem segmentos, não resiste, entretanto, à mais superficial análise. Ainda assim, a falta de vigilância intelectual com que se costuma estudar sociologia, especialmente no Brasil, onde se imagina que os fenômenos que a sociologia estuda se passam noutro mundo que não o nosso, permite que essa falsa noção esteja no fundo do pensamento da maioria dos que*

---

tautológica e elementar de onde se pode partir em busca de um conceito sociológico de classe social. (COSTA PINTO, 1946: 256).

<sup>43</sup> Para a análise desenvolvida nesta Tese utilizamos a versão presente em **Sociologia e desenvolvimento** (COSTA PINTO [1963] 1980b), pois o autor afirmou, em nota preliminar, que não fez modificações no original publicado em **Sociologia** (1948).

*falam e escrevem sobre o problema rural brasileiro, dando preeminência aos aspectos intensamente dramáticos, ou aos pitorescos, que o problema assume, em detrimento dos aspectos fundamentais* (COSTA PINTO, 1980b: 260) – grifos nossos.

A metralhadora de Luiz de Aguiar direcionava-se principalmente aos estudos de comunidade que estavam sendo realizados por cientistas sociais da USP e da ELSP nos anos de 1940, inspirados na sociologia e na antropologia norte-americanas. Entre esses trabalhos estavam os de Emílio Willems (1947) **Cunha; tradição e transição em uma cultura rural do Brasil** e também a pesquisa que vinha sendo realizadas por Donald Pierson e por seus orientados no interior de São Paulo, da qual resultou a obra **Cruz das almas** (PIERSON, 1951). Antes desses estudos a obra de Gilberto Freyre ([1933] 1999) **Casa Grande & Senzala** havia sido a precursora, no Brasil, da perspectiva culturalista criticada por Costa Pinto. Dentre outros aspectos da formação social brasileira (latifúndio, monocultura e família patriarcal) Freyre destacou em sua análise os traços psicológicos e comportamentais, descrevendo os costumes culinários, religiosos, etc. que caracterizariam as relações entre a casa grande e a senzala – fatores compreendidos como secundários (ou “dramáticos” e “pitorescos”) em estudos estruturais como o de Luiz de Aguiar.

É interessante notar, também, que o culturalismo já penetrava no Brasil, na década de 1930, pelo Rio de Janeiro. Fernanda Peixoto (2001: 513) nos esclarece a esse respeito comentando a vinda de pesquisadores norte-americanos ao Brasil por meio de um acordo entre o Museu Nacional e a *Columbia University*, articulado por Heloísa Alberto Torres, Franz Boas e Ruth Benedict. Charles Wagley<sup>44</sup> estava entre os pesquisadores que para cá vieram e nos informa sobre o episódio:

A Universidade de Columbia tinha um acordo informal com o Museu Nacional do Rio de Janeiro para co-financiar estudos etnológicos no Brasil. Eu já mencionei William Lipkind, cuja pesquisa foi financiada pelo Museu, mas dois outros colegas, Ruth Landes e Bell Quain, também estavam trabalhando no

---

<sup>44</sup> Charles Wagley, antropólogo da Universidade de Columbia, passou quinze meses no Brasil entre 1939/40 realizando pesquisas sobre os índios Tapirapé. Retornou ao Brasil para realizar outras investigações sobre comunidades camponesas, relações raciais e sobre a Amazônia (PEIXOTO, 2001: 514). O antropólogo norte-americano trabalhou com Costa Pinto no projeto de pesquisa que resultou de um acordo entre o governo do Estado da Bahia e a *Columbia University* no início da década de 1950. A atuação de Luiz de Aguiar na investigação sobre a vida social no estado da Bahia resultou na obra **Recôncavo: laboratório de uma experiência humana** (COSTA PINTO, 1958) – a participação de Costa Pinto neste projeto e a análise da obra que dela resultou serão realizadas no item II desta Tese.

Brasil sob os auspícios do Museu (WAGLEY, citado por PEIXOTO, 2001: 513)<sup>45</sup>

A crítica de Costa Pinto ao culturalismo se aprofundou à medida que ele começou a desenvolver a pesquisa sobre relações raciais na cidade do Rio de Janeiro para o projeto UNESCO – ponto que trataremos no próximo item deste trabalho. O que interessa destacar nesse momento é o ambiente cultural no qual se formou a perspectiva sociológica de Costa Pinto. O sociólogo baiano construiu sua visão sociológica negando as abordagens culturalistas predominantes nas ciências sociais brasileiras dos anos de 1940 e alinhando-se à perspectiva que privilegiava a análise histórica e estrutural da sociedade por meio do conceito de classes sociais. Para o autor a compreensão “objetiva e científica” da sociedade rural brasileira passaria pelo estudo do que ele considerava como seus aspectos fundamentais:

do sistema de classes da sociedade rural, de sua estrutura, bem como dos fatores básicos que determinam essa estrutura, quais sejam, antes e acima de tudo, a distribuição da propriedade dos meios de produção, especialmente a terra, e as relações de produção que daí emanam (COSTA PINTO, 1980b: 261).

A postura teórico-metodológica de inspiração marxiana adotada por Costa Pinto para o estudo da sociedade rural brasileira e sua crítica à noção de comunidade, impressa nos estudos de viés culturalistas, se aproxima da posição de Caio Prado Júnior naquele momento. Caio Prado teceu duras críticas ao livro de Emílio Willems (1947) **Cunha; tradição e transição em uma cultura rural do Brasil**, em 1948, na revista **Fundamentos** – publicação ligada ao partido comunista brasileiro.<sup>46</sup> Conforme Gláucia Villas Bôas, no artigo intitulado Métodos sociológicos:

O historiador paulista reclamava da exterioridade e superficialidade dos fatos sociais. Willems os apresentara como se não houvesse nenhum nexo significativo entre eles, e acreditara que a objetividade estava na descrição rigorosa do que observara. No entanto, *a objetividade só era possível com a adoção de uma concepção moderna de história, cujas leis permitiriam revelar o que havia por detrás das aparências da vida caipira fincada ali no vilarejo*. O conceito de cultura utilizado por Willems, enquanto realidade em si, imanente

<sup>45</sup> Sobre os trabalhos desenvolvidos por esses pesquisadores norte-americanos no Brasil: “William Lipkind passa quatorze meses entre os Carajás e, sobre eles, escreve um capítulo do *Handbook of South American Indians*; Ruth Landes, interessada no estudo das relações raciais entre brancos e negros, faz pesquisas na Bahia, cujos resultados encontram-se em *Cidade das mulheres*, Bell Quain pesquisa entre os Trumai e publica em 55, com Robert F. Murfey, *The Trumai Indians of Central Brazil*” (PEIXOTO, 2001: 513-4).

<sup>46</sup> A revista **Fundamentos** foi lançada pela editora brasiliense em 1948, um ano após o partido comunista brasileiro ter sido posto na ilegalidade, e teve como objetivo central a discussão do Brasil, de seus problemas e de sua posição no cenário político e econômico internacional – informações extraídas de <http://www.bn.br/site/pages/visitavirtual/caioprado/pubrevistasfb.htm> - acessado em 16 de março de 2011.

aos grupos estudados, não levava ao conhecimento verdadeiro. (VILLAS BÔAS, 2006a: 101) – grifos nossos.

O que há de comum na crítica de Caio Prado Júnior à obra de Willems e na rejeição de Costa Pinto à aplicação do conceito de comunidade ao estudo da sociedade rural brasileira é a ideia de que: a noção culturalista de comunidade centraria sua análise nos aspectos acessórios da sociedade rural brasileira e, portanto, abstrairia os fatores fundamentais (as classes sociais e a estrutura social) passíveis de conhecimento pelas leis da história formuladas por Karl Marx. A proximidade entre as abordagens de Costa Pinto e Caio Prado fica mais clara a partir da definição que o sociólogo baiano deu à estrutura social:

Quando falamos em estrutura social referimo-nos a uma *sociedade encarada do ângulo das relações dos homens entre si e dos homens com as coisas materiais que os cercam, relações interdependentes e geradas historicamente na atividade social de produzir e reproduzir as condições essenciais de sobrevivência do grupo*. Desse modo, toda estrutura social tem por base uma forma histórica de produção, por corpo um sistema de estratificação social e por cúpula um conjunto de instituições de valores sociais nela cristalizados, cujo escopo é sancionar e manter, como um todo, o sistema estreitamente interdependente formado por estas partes (COSTA PINTO, 1980b: 261) – grifos nossos.

Desse modo, fica evidente que o estudo da estrutura de classes da sociedade rural brasileira, como proposto por Luiz de Aguiar, só poderia ser operacionalizado pelas leis da história – num registro marxiano.

De posse desse escopo teórico-metodológico Costa Pinto realizou sua análise sociológica da estrutura da sociedade rural brasileira por meio da operação dos dados estatísticos extraídos do censo de 1940. A partir desses dados o sociólogo elaborou uma “pirâmide social da sociedade rural brasileira” composta da seguinte forma: Classe I – empregadores – caracterizados por “empregarem mão-de-obra assalariada, salários que são pagos de diversas formas”, sendo os empregadores de três tipos – médios ou grandes proprietários que recebem renda da terra, empresários que auferem lucro e não renda da exploração agrícola, e os que são os dois tipos simultaneamente; Classe II – pequeno proprietário – “trabalha em terra própria, com a cooperação dos membros de sua família, não empregando mão-de-obra assalariada”; Classe III – parceiro, ou rendeiro, ou colono – “trabalhando em terra alheia em regime de parceria, que pode assumir formar diversas; não emprega, em regra, força de trabalho assalariada”; Classe IV – trabalhadores assalariados – os empregados (COSTA PINTO, 1980b: 267-275).

Em sua análise Costa Pinto rechaçou as teses que viam a dubiedade típica da Classe I – dominante – como indícios de feudalismo no Brasil. Para o autor o fato de grande parte da classe dominante receber renda da terra e lucros, simultaneamente, indicaria as particularidades do processo de constituição do capitalismo no Brasil. Se na Europa acentuavam-se as distâncias sociais entre o dono da terra e o arrendatário-capitalista – classes que se opunham no processo de revolução burguesa – no Brasil:

Nem o capital nacional levou às últimas conseqüências a chamada “acumulação primitiva”, nem procurou em larga escala, a não ser sob a forma mercantil e hipotecária, penetrar na senda da renovação das bases e da estrutura da economia e da sociedade rural deste País (...) Ocorreu, então uma espécie de junção dos dois tipos de organização econômica e social (COSTA PINTO, 1980b: 277).

A junção de elementos do mundo tradicional e do mundo capitalista seria a principal característica da transição que se processava no Brasil, indicando a diferença do processo de construção do capitalismo neste país em relação aos casos clássicos.

Para Luiz de Aguiar o aumento numérico da classe II – pequenos proprietários – não representaria a emergência de “uma sólida classe de prósperos pequenos camponeses”, ao contrário, ele indicaria a “Proletarização das grandes massas rurais, já que os proprietários dessas glebas ínfimas não raro se engajam como assalariados em certas épocas do ano agrícola” (COSTA PINTO, 1980b: 278). A classe IV – trabalhadores rurais assalariados – seria a que “inverte força de trabalho na produção e dela só recebe salário” (COSTA PINTO, 1980b: 278), ou seja, as relações entre a Classe I e a classe IV seriam tipicamente capitalistas.

Já a classe III – parceiros, rendeiros ou colonos – apresentaria maiores dificuldades à definição sociológica devido às várias formas que as relações de produção entre ela e a Classe I assumiriam no Brasil. Resumindo o argumento do autor a classe III se inscreveria entre o proletariado rural, pois:

Com a *abolição do regime do escravo*, que libertou juridicamente a força de trabalho, *não ocorreu nenhuma alteração básica na posição jurídica, econômica e social da propriedade, que libertasse a terra. O regime escravo, então, foi substituído* numa parte, pelo trabalho assalariado puro – pagamento em dinheiro, ou por tarefa, em troca da prestação de serviços – e, *doutra parte, pelo salariedade espúrio, que é a parceria*, em que o produto de cada lavrador é dividido em partes, uma cabendo ao dono da terra como renda, paga in natura ou em dinheiro, outra ao lavrador, como remuneração de serviço, como mínimo necessário à reprodução de sua força de trabalho, de sua existência física (COSTA PINTO, 1980b: 284) – grifos nossos.

O sociólogo prossegue em seu exame das relações de produção entre a classe I e a classe III para provar a existência da mais-valia. Entretanto, não nos alongaremos nesse ponto, pois a discussão realizada é suficiente para indicarmos nosso ponto de vista. A análise desse texto de Costa Pinto evidencia a centralidade da mudança social em suas preocupações, bem como o intuito de compreender as particularidades do processo de transição entre a ordem social tradicional e a capitalista no país.

Além disso, seu estudo da sociedade rural brasileira se inscreve no mesmo registro da pesquisa sobre as lutas de famílias no Brasil (COSTA PINTO, 1980a) uma vez que ambos não foram pautados por uma visão dualista mecânica da sociedade brasileira. Na interpretação do autor as ambigüidades da estrutura da sociedade rural brasileira – vislumbradas tanto na figura do colono como na junção entre o dono da terra e o empresário agrícola – representam a singularidade do processo de mudança social no país, particularizando as relações sociais que nele se desenrolam. Não se trata da simples presença de relações sociais contraditórias porque referidas a ordens sociais distintas (a tradicional e a capitalista), mas do amalgama entre elas – característica do processo de mudança social no Brasil.

Ao buscar as particularidades das relações sociais no Brasil em seu processo de transição para o capitalismo o autor construía, ao mesmo tempo, o instrumental teórico, metodológico e conceitual com o qual pensaria a mudança social nas décadas de 1950 e 1960. Em “A estrutura da sociedade rural brasileira” (COSTA PINTO, 1980b) o professor da Universidade do Brasil deu mais um passo em direção ao edifício do conceito de marginalidade estrutural, pois além de interpretar as relações sociais do Brasil rural como um amalgama de relações referidas a ordens sociais distintas, ele também as pensou em termos de estrutura social. Nesse trabalho Costa Pinto utilizou a mesma noção de estrutura social – extraída da obra de Karl Marx – que imprimiria ao conceito de marginalidade estrutural.

### **1.3 Sociologia e mudança social em questão**

No ano de 1947, Costa Pinto e Florestan Fernandes, dois jovens sociólogos, ambos com 27 anos, travaram uma polêmica epistemológica em torno das relações entre a sociologia e a



mudança social no n. 4 da revista **Sociologia** – publicada pela ELSP<sup>47</sup>. As controvérsias acerca da questão foram iniciadas pelo artigo de Costa Pinto (1947) **Sociologia e mudança social**<sup>48</sup> no qual o autor discutiu os “aspectos fundamentais do método da sociologia contemporânea” em suas relações com a estrutura social. Isso significa que Luiz de Aguiar se propôs a pensar como a mudança social, “lei fundamental da organização social e da cultura”, age sobre o aparato teórico-metodológico e conceitual da própria ciência da sociedade – encarada como “parte da cultura, da superestrutura de um tipo histórico de organização social” (COSTA PINTO, 1947: 288).

O autor definiu a sociologia como “o estudo científico da formação, da organização e da transformação da sociedade humana” e concebeu a ciência como a “sincronização do pensamento às leis que regem o movimento das coisas” (COSTA PINTO, 1947: 292). Nesse sentido, a atitude científica adequada a “uma época de transformações aceleradas” (COSTA PINTO, 1947: 28) seria o compromisso com a mudança social.

Costa Pinto defendeu e cobrou da sociologia uma postura crítica frente aos desafios que a sociedade capitalista lhe impunha e alçou a discussão epistemológica à ordem do dia ao diagnosticar o final dos anos de 1940 como um momento de crise, tanto da sociedade capitalista quanto da sociologia. A sociedade capitalista teria seu colapso anunciado “pelo fim da grande conjuntura e pelos problemas que está acarretando através de seus “traumatismos de morte””<sup>49</sup> (COSTA PINTO, 1947: 290). O diagnóstico de crise formulado por Luiz de Aguiar passava pelo fim da era de ouro do liberalismo; pelos conflitos impressos na 1ª e na 2ª guerras mundiais, sobretudo, na celeuma da ideologia nazifascista; e, também, pela alternativa ao capitalismo que a revolução russa, a União Soviética e a teoria marxista representavam naquele contexto. Já a crise da sociologia, ou melhor, da sociologia acadêmica, residiria em sua incapacidade de fazer a crítica da sociedade capitalista por não conseguir se abstrair dessa ordem social uma vez que a ela esteve atrelada desde sua origem.

O sociólogo baiano elegeu a sociologia acadêmica como adversária e contra ela disparou suas armas: por ser “gerada e sustentada material e ideologicamente” pela ordem social

---

<sup>47</sup> Uma análise dos principais pontos desse debate entre Costa Pinto e Florestan Fernandes foi realizado por (BARIANI, 2003: 49-58).

<sup>48</sup> Publicado posteriormente em **Sociologia e desenvolvimento** (COSTA PINTO [1963] 1980b).

<sup>49</sup> Costa Pinto parafraseou Hans Freyer para quem a sociologia foi “a autoconsciência científica da crise gerada pela expansão da sociedade capitalista e pelos problemas que acarretou através de *seus traumatismos de nascimento*” (COSTA PINTO, 1947: 290) – grifos nossos.

capitalista a sociologia acadêmica a trataria “como uma forma definitiva, única, última e perfeita de organização social” (COSTA PINTO, 1947: 292), daí seu critério de objetividade pautar-se em “não ter compromissos com a ordem social que se transforma” – o que a reduziria, na concepção do autor, “a mero subproduto cultural dos fatores de estagnação social e histórica” (COSTA PINTO, 1947: 289).

O tom impresso na caracterização crítica da sociologia acadêmica enuncia a referência central adotada por Costa Pinto: a obra de Karl Marx, em especial, a crítica a economia política: “Na análise das forças econômicas e (sociais) - já dizia Marx no prefácio ao **Capital** – não se pode empregar o microscópio nem reativos químicos. *A capacidade de abstração há de substituir esses meios*” (MARX, citado por COSTA PINTO, 1947: 295-6). Seria justamente a capacidade de abstração que faltaria à sociologia acadêmica, fazendo com que ela não percebesse o seu caráter histórico e contingente – daí sua recusa a discutir o corpo conceitual com o qual laborava em um contexto marcado pela aceleração do processo de mudança social. O que implicava, na visão de Costa Pinto, em uma atitude anticientífica dissimulada por uma visão enviesada da objetividade do conhecimento nas ciências sociais:

Entre os sociólogos há os que (...) aceitam que toda ciência tem sua práxis menos as ciências sociais (...) Vêm todos os fenômenos como algo em mudança – menos os regimes sociais de cuja ideologia faz parte a ciência social acadêmica; concordam em que tôdas as ciências procurem conhecer o estado futuro dos fenômenos que estudam – menos as ciências sociais para que não deixem de ser objetivas. *Estranha objetividade essa que deixa de “objetivar” o que há de mais importante na nossa sociedade em crise e que é precisamente a transformação profunda de todos os seus quadros institucionais, dos alicerces à cúpula! O que daí resulta é uma profunda mistificação da realidade tanto mais profunda quanto, apresentando-se esta atitude como a atitude da ciência, transfere-se para a ideologia de um tipo de organização social e de cultura todo o prestígio e a autoridade quase mágica que a palavra ciência adquiriu no último século* (COSTA PINTO, 1947: 296-7) – grifos nossos.

Luiz de Aguiar teceu, então, sua crítica ácida ao que ele considerou como a sociologia acadêmica. A começar pelos pioneiros, Comte, Spencer e Le Play – considerados como precursores da sociologia acadêmica – cujas obras “leva [ria]m ao estudo da sociedade o selo da ideologia”, pois representariam, em conjunto, “a síntese perfeita” de “uma estrutura social [a capitalista] que eles representam como expressão intelectual” (COSTA PINTO, 1947: 306). Nesse universo, o método de Karl Marx seria a “expressão intelectual de uma revolução social

em processo”, pois ele permitiria “tomar consciência do processo histórico de transformação da sociedade que se desenrola aos nossos olhos” (COSTA PINTO, 1947: 307).

Costa Pinto estava entre os que negavam a unidade de concepções dentro da sociologia, opondo-se a visões como a de Donald Pierson para quem: “*Em ciências – ao contrário do que se passa na Literatura ou na Arte – não há “escolas”*”. Para o professor da ELSP as divergências teórico-metodológicas expressariam um estado pré-científico da sociologia, já que esta teria caráter eminentemente universal à medida que seus postulados deveriam ser submetidos à prova empírica (PIERSON, 1975: 4).

Baseando-se na noção marxiana de que a existência condiciona a consciência, Luiz de Aguiar encarou os diversos pontos de vistas pelos quais os precursores olharam a sociedade capitalista emergente como a, “expressão intelectual, de situações sociais diversas e até antagônicas, que lhes deu, desde logo, *esse caráter irredutível que apresentam umas em relações às outras*” (COSTA PINTO, 1947: 308 – grifos nossos). Ou seja, na visão de Costa Pinto a sociologia estaria cindida em duas concepções: a acadêmica – ligada à ordem social capitalista – e o materialismo histórico – expressão da mudança social em curso e por isso alternativa à primeira; daí o fato “das grandes crises da ciência social serem quase sempre “crises de conciliação”, com uma, ou algumas, das teses fundamentais do materialismo histórico” (COSTA PINTO, 1947: 308).

Como exemplo das “crises de conciliação” Costa Pinto citou Karl Mannheim; e num diálogo irônico com as proposições do sociólogo alemão acerca das formas da “mentalidade utópica” (MANNHEIM, 1968: 216-285) apontou três utopias que entravariam o estudo científico da sociedade: a “utopia reformista” que confundiria a “sociologia com programas ideais de um estado social futuro” (COSTA PINTO, 1947: 321); a “utopia normativa” cuja “intenção é fazer da ciência da sociedade um repertório de regras de bem viver” (COSTA PINTO, 1947: 323) e a “utopia conservadora” a mais perigosa, pois “seu dogma – que é o dogma da sociologia acadêmica – é o da imutabilidade da ordem social baseada numa economia de lucro” (COSTA PINTO, 1947: 324). Ainda no escopo das “crises de conciliação” a noção mannheimiana de *intelligentzia* parece estar na mira de Costa Pinto. Ou seja, a *intelligentzia*, concebida como uma camada intelectual capaz de realizar a síntese entre os diversos pontos de vista que dilaceravam a sociedade na primeira metade do século XX – o liberalismo, o comunismo, o fascismo e o

conservadorismo – (MANNHEIM, 1968: 178-188), pode ser interpretada, em uma visão afinada com a proposta de Costa Pinto, como expressão das “crises de conciliação”.

No artigo de Luiz de Aguiar a sociologia norte-americana aparece como a principal representante do que ele chamou de sociologia acadêmica. Por isso o autor criticou de forma incisiva o “psicologismo”; os estudos de comunidade; as noções de estratificação social que confundiriam classe e status; a adoção do *laissez-faire* como “filosofia imutável da vida social”; os conceitos de normal/patológico e desorganização social; a incapacidade de uso prático dos conhecimentos; a inaptidão para discernir o fundamental do secundário no estudo da sociedade (COSTA PINTO, 1947: 325-6).

O professor da Universidade do Brasil também condenou a proliferação de “micro-sociologias” dedicadas “ao estudo de setores microscópicos da vida social” em detrimento da construção de uma teoria geral da sociedade. Esse procedimento contaria entre os esforços que objetivavam dar a sociologia um caráter meramente instrumental e tecnicista a pretexto da necessidade de “fazer pesquisa empírica para reunir os materiais com se construiria, no futuro, uma ciência da sociedade e que a missão do sociólogo de hoje é acumular dados para o dia do grande evento” (COSTA PINTO, 1947: 317-7). Costa Pinto citou os sociólogos Lundberg, Ernest W. Burgess e Florian Znanieck, da escola de Chicago, como expoentes dessa visão. Cabe lembrar que tais concepções estavam sendo difundidas no Brasil por Donald Pierson<sup>50</sup>.

Os sociólogos que defendiam essa posição acreditavam que a prova empírica era a única garantia de objetividade nas ciências sociais; portanto, a construção de teorias gerais deveria ser subordinada ao acúmulo de dados empíricos e operacionalizada por procedimentos indutivos. Entretanto, tal concepção do trabalho sociológico ia na contra mão das proposições metodológicas defendidas por Luiz de Aguiar, pois o materialismo histórico se baseia em procedimentos opostos: pressupõem uma ontologia da vida social e procede a dedução analítica a partir das leis gerais da história, portanto, a teoria geral é, nesse caso, pressuposto para o estudo dos vários aspectos da vida social; e a práxis a medida da objetividade do conhecimento.

Em suma, Costa Pinto lançava sua artilharia em direção às concepções de ciência e aos procedimentos de pesquisa que estavam em voga na sociologia paulista – assimilados, sobretudo,

---

<sup>50</sup> Conforme discutido nas páginas 29 – 31 deste trabalho. Sobre as concepções de sociologia do autor consultar (PIERSON, [1945]1975).

da sociologia norte-americana da Escola de Chicago. Nesse sentido, a importação ou transplantação de ideias também não foi poupada por Luiz de Aguiar:

No Brasil, especialmente, surge imperiosa a necessidade de uma atitude rigorosamente crítica ante todo êsse *material* que, mais ou menos desorganizadamente, está sendo importado e amontoado em nossas Faculdades e bibliotecas – e que hoje é, principalmente, *norte-americano* – material que *já vem semimorto da origem e aqui é apresentado não raro como ciência pura, autêntica e fecunda*. Pretender, como se tem pretendido “plantar de galho” em nosso meio, sem tradições universitárias neste domínio, fórmulas acadêmicas já ultrapassadas no próprio berço – eis uma tentativa que já trouxe, e ainda está trazendo, desilusões a muita gente e que, *longe de contrabalançar nossa temperamental “sociologia pitoresca”, dá-lhe vida, campo e meios de continuar fazendo os seus sucessos de fogo de artifício* (COSTA PINTO, 1947: 290-1) – grifos nossos.

Os métodos e técnicas de pesquisa desenvolvidos pela sociologia norte-americana já viriam para o Brasil “semimortos” porque criados por uma sociologia que seria a expressão intelectual do *status quo*. Nesse sentido o “material” “norte-americano” estaria datado porque a ordem social que ele representaria estaria em crise. Ainda, na visão de Costa Pinto, os estudos de comunidade (assentados na noção de cultura de *Folk*), por exemplo, dariam fôlego ao que ele chamou de “sociologia pitoresca”, ou seja, as interpretações da sociedade brasileira que ressaltavam os traços comportamentais, folclóricos e/ou exóticos, a originalidade da mistura de raças, etc. São justamente esses os aspectos da vida social considerados como secundários por Luiz de Aguiar e por isso ele advogou em favor de uma interpretação da sociedade que levasse em conta o que ele considerava como fundamental: os problemas da transformação social.

Na argumentação de Costa Pinto a sociologia acadêmica estaria em crise porque a ordem social da qual ela seria a expressão ideológica (a capitalista) estaria passando por seus “traumatismos de morte”. Dessa forma, a crise da sociedade capitalista se refletiria na metodologia da sociologia acadêmica conferindo a ela um caráter ideológico, pois atrelada ao *status quo* se tornaria incapaz de abstrair-se dele para criticá-lo. A única saída para a sociologia acadêmica passaria pela “negação de si mesma e pela crítica dessa ordem social [capitalista] – pois só assim e à proporção em que tomar consciência dos fatores que lhe limitam a perspectiva – ela será livre, realmente, objetiva” (COSTA PINTO, 1947: 329). Ou seja, para ser objetiva a sociologia deveria participar do processo de mudança social já que “o problema da verdade objetiva é um problema prático e que só pela prática é possível integrar o conhecimento à realidade” (COSTA PINTO, 1947: 329). Luiz de Aguiar buscava em Marx a definição de

objetividade e, também, a metodologia que permitiria o estudo científico da realidade social – um expediente incomum às ciências sociais praticadas nas universidades brasileira daquele momento.

Emílio Willems e Florestan Fernandes, por sua vez, saíram na defesa dos postulados científicos praticados pela sociologia paulista. Na avaliação de Edison Bariani, Costa Pinto:

ao estender-se nas críticas e não definir claramente a quem as endereçava, a vagueza do termo “sociologia acadêmica” tornou-se o ‘calcanhar de aquiles’ das formulações do autor. Entendeu-se por tal a praticada pelos sociólogos ligados à academia ou às instituições de ensino superior e/ou pesquisa. Sob fogo, era mister para estes definir claramente como os condicionantes sociais influíam no trabalho do sociólogo e se os levavam à defesa da ordem. (BARIANI, 2003: 44).

Ao artigo de Costa Pinto seguiu-se, no mesmo número da revista **Sociologia**, o comentário de Emílio Willems (1947) **Sociologia “acadêmica” e Sociologia “Socialista”**. Willems, professor da ELSP e da USP naquele momento, principiou seus apontamentos ao artigo de Luiz de Aguiar atacando a indefinição dos conceitos por ele utilizados e também colocando o que seria a “sociologia não acadêmica” na berlinda:

Acadêmicos seriam, portanto, segundo parece, aqueles que ocupam alguma posição em escolas e institutos universitários. Pode-se supor, embora o artigo seja omissivo neste ponto, que os sociólogos não acadêmicos, mais independentes e portanto aptos a realizar projetos de pesquisa “perigosa” para a estabilidade da ordem social existente, estejam a salvo das injunções verberadas por Costa Pinto. Todavia, não vejo razão nenhuma para excluí-los, pois os vínculos que podem ligar o sociólogo a uma determinada estrutura social, nem sempre se resumem em dependências meramente econômicas (WILLEMS, 1947: 347).

Além disso, Luiz de Aguiar teria simplificado a discussão ao omitir a participação de intelectuais socialistas na vida acadêmica (européia, principalmente), relegando, portanto, o debate sobre as injunções sociais do conhecimento sobre o pensamento socialista. O sociólogo alemão terminou sua breve nota colocando em dúvida a capacidade – advogada por Costa Pinto – do marxismo ser a metodologia mais consistente para o estudo da mudança social: “o conceito de “socialismo” ou “marxismo”, em hipótese algumas, abrange todos os fatores e fenômenos básicos da mudança que essa civilização está sofrendo” (WILLEMS, 1947: 349).

A polêmica, entretanto, tomou forma com a réplica de Florestan Fernandes (1947) **O problema do método na investigação sociológica**<sup>51</sup>. O sociólogo paulista também problematizou os conceitos utilizados por Costa Pinto:

<sup>51</sup> Publicado posteriormente em **Ensaio de sociologia geral e aplicada** (Fernandes, [1959] 1976).

A história da sociologia não se reduz à história do marxismo; e também é algo duvidoso que a parte da história da sociologia que se distingue da história do marxismo possa ser indicada com suficiente clareza pela expressão “sociologia acadêmica”. É preciso que se diga, embora de passagem, que *as perspectivas mais completas e as tentativas mais fecundas de fundamentação teórica da sociologia, em nossos dias, provêm exatamente de “conciliadores” como Mannheim, Freyer, Halbwachs, Linton, etc.* (FERNANDES, 1947: 334) – grifos nossos.

Eis os termos do debate: a questão do método na sociologia. Fernandes remeteu os próprios argumentos de Costa Pinto contra ele ao comparar metodologicamente seu artigo com a crítica da economia política de Marx, apontando as diferenças entre eles. Marx teria realizado exatamente o que Costa Pinto censurou – uma síntese da economia política, aproveitando as contribuições dos filósofos da antiguidade aos economistas contemporâneos, por meio da identificação entre o método histórico e o método lógico possibilitado pela inversão da dialética hegeliana. Dessa forma, Marx:

*Abandonando a via analítica de seus predecessores, empregou a síntese em larga escala, pois considerava-a “o método científico exato”;* somente ela fornecia uma reconstrução da realidade empírica, elaborada na base de um amplo conhecimento analítico e apresentado “como resultado, não como ponto de partida”. Em linguagem etnológica, pode-se dizer que Marx dispunha de um método de reconstrução histórica, por meio do qual pôs-se em condições de restabelecer as fases do desenvolvimento da economia capitalista nas sociedades européias. *Qualquer contribuição anterior adquiria sentido em função desta finalidade, sendo surpreendente o número de teorias antagônicas utilizadas por Marx* (FERNANDES, 1947: 336) – grifos nossos.

A questão das vinculações sociais do conhecimento, proposta por Costa Pinto, seria de suma importância, entretanto, ele não teria extraído dela todas as potencialidades porque desprezou o método de análise ideológica: “O aproveitamento intensivo da contribuição de “conciliadores” como Mannheim, por paradoxal que pareça, teria certamente favorecido esta parte do trabalho, pois eles deram particular atenção ao refinamento daquele tipo de abordagem” (FERNANDES, 1947: 337). Ao proceder de tal forma Costa Pinto “viu-se forçado a estabelecer relações de caráter muito geral entre as categorias do conhecimento sociológico e a estrutura social” (FERNANDES, 1947: 337) – o que seria a principal lacuna metodológica de seu trabalho.

No entender de Fernandes a discussão de Costa Pinto estaria mais direcionada para a tomada de posição dos cientistas sociais frente à realidade do que para a contribuição ao estudo sociológico dessa posição (FERNANDES, 1947: 337). É justamente nesse ponto que se situa a

diferença de interesses dos dois sociólogos. Luiz de Aguiar estava preocupado com o processo de mudança social, a partir dele é que o debate metodológico adquire sentido em seu trabalho; tratava-se de determinar qual método seria o mais adequado ao estudo sociológico das transformações sociais. Ou seja, para Luiz de Aguiar o imperativo num contexto de mudança social acelerada era a busca da sincronia entre o pensamento e as coisas – o estabelecimento de um método que adequasse a sociologia ao estudo e a atuação (práxis) nas transformações sociais. Já em Fernandes essa equação estava invertida, o método era a centro do debate, portanto, ele subordinou as contribuições da sociologia à mudança social ao refinamento metodológico da disciplina.

Nesse sentido, o estudo das relações entre a visão de mundo do sujeito do conhecimento e os resultados de suas pesquisas – como proposto por Mannheim (1968) em **Ideologia e Utopia** – seria fundamental à exploração das possibilidades práticas da sociologia por “abrir novas oportunidades de observação, de controle e de refinamento do equipamento conceptual e metodológico da sociologia” (FERNANDES, 1947: 337). Esse procedimento, ao contrário do adotado por Costa Pinto, também propiciaria um entendimento mais elaborado das várias vertentes do pensamento sociológico, proporcionando o aproveitamento de suas contribuições parciais por meio da síntese.

Florestan Fernandes advogava um tratamento diferenciado para a investigação sociológica da sociologia, pois ela seria uma “dimensão cultural precisa do pensamento científico e da civilização ocidental” (FERNANDES, 1947: 339). A análise do “método sociológico”, ou “atitude sociológica”, deveria levar em conta suas especificidades, já que ele seria composto por uma esfera que se sobreporia ao “influxo imediato das mudanças sociais” – na qual se processaria o consenso dos conhecimentos positivos sobre o funcionamento da sociedade. Isso porque o “método sociológico”:

Equipa o sociólogo com uma série de categorias intelectuais e com uma visão autêntica da realidade social. Estas, por sua vez, não se confundem com as categorias intelectuais e com a visão da realidade social adquiridas pelos indivíduos como membros de certas classes ou camadas sociais. Ao contrário, sua aprendizagem processa-se por um adestramento especial (FERNANDES, 1947: 339).

Por método sociológico Fernandes compreendia os procedimentos científicos de observação, recolhimento e elaboração dos dados, formulação de hipóteses e verificação destas. Essa metodologia é que estaria acima dos influxos da mudança social e criaria uma visão de



mundo específica da sociologia. O sociólogo paulista realizou uma leitura da ciência da sociedade num registro mannheimiano ao afirmar as particularidades do conhecimento sociológico em relação aos demais. Na argumentação de Fernandes a sociologia se apresenta como a *intelligentzia* de Mannheim (1968): dotada de uma visão de mundo peculiar, pois elaborada para além dos interesses pontuais de classes ou outros agrupamentos da sociedade.

No entanto, haveria uma parte do conhecimento sociológico “sujeita a flutuações, aberta ao impacto direto da perspectiva do sujeito” (FERNANDES, 1947: 340), ou seja, sensível à posição do sujeito frente à realidade social e à mudança desta. Nesta esfera da sociologia é que se situariam as correntes sociológicas, refletindo as diferenças culturais, nacionais e as posições do sujeito na estrutura social: “o condicionamento das teorias sociológicas por fatores sociais manifestar-se[ia] através da escolha do equipamento metodológico de investigação da realidade” (FERNANDES, 1947: 340).

Dotado dessa metodologia Florestan Fernandes se colocava na condição de poder “sugerir as conexões realmente tópicas do conhecimento sociológico com a organização social” e “indicar como e em que medida a posição social e a concepção de mundo do sujeito interferem em suas pesquisas sociológicas” (FERNANDES, 1947: 340). Essa seria a posição adequada ao estudo das vinculações entre o conhecimento sociológico e a organização social, pois ao invés de estabelecer relações gerais entre as duas instâncias – como teria feito Costa Pinto – ela demonstraria as conexões pontuais entre as várias vertentes do pensamento sociológico e a estrutura social.

Em seguida, Florestan realizou uma análise sumária dos vários métodos sociológicos a fim de demonstrar a validade das proposições por ele compartilhadas. O método positivo seria baseado numa separação acentuada entre teoria e prática, como se houvesse uma barreira entre o sujeito do conhecimento e a realidade social devido à transferência do equipamento metodológico e conceitual das ciências naturais para as ciências sociais. Daí sua tendência à generalização, à proposição de modelos teóricos para a explicação sociológica, à preocupação com o ajustamento dos indivíduos ao meio e com a solução dos desajustamentos (FERNANDES, 1947: 341).

Já no método histórico, por estar fundamentado no afastamento entre o mundo natural e o humano,

o determinismo mecanicista dos fenômenos naturais é substituído pelo devenir perpétuo, no qual a vontade desempenha um papel criador. Por isso, a apreensão intelectual dessa esfera do fluir das coisas apenas adentra a experiência e aguça a penetração dos espíritos. Em nada contribui, porém, como base para a

previsibilidade dos movimentos sociais e como fundamento da domesticação racional das forças sociais (FERNANDES, 1947: 341).

O materialismo histórico seria um intermediário entre os métodos anteriores. Nele o mundo social seria uma força operada por leis imanentes de desenvolvimento no qual a dinâmica interna se daria por relações necessárias em constante reajustamento às novas condições de existência social; e o conhecimento seria parte integrante do processo social à medida que o sujeito faz parte dele. Por isso o materialismo histórico “circunscreve o conhecimento positivo da sociedade aos limites da situação histórico-social investigada e reconhece a validade dos mesmos por testes práticos” (FERNANDES, 1947: 341); estabelecendo a necessidade de revisão do conhecimento à proporção que ele se mostrar incapaz de introduzir mudanças nas situações estudadas.

Isto posto

Quando se liga Comte, Durkheim e Sumner, por exemplo, à primeira orientação metodológica; Burke à segunda; Marx e Engels à terceira, evidenciam-se claramente os laços que articulam a perspectiva social do sujeito à escolha do método de investigação da realidade social. Enquanto o método positivo e generalizador se subordina aos ideais conservadores do liberalismo burguês, o método histórico – tal como é descrito neste trabalho – prende-se à orientação política de uma elite aristocrática e burguesa reacionária. O materialismo histórico reflete, por sua vez, a atitude do socialista diante dos problemas criados pelo capitalismo<sup>52</sup> (FERNANDES, 1947: 342).

Na visão de Florestan Fernandes esse tipo de análise complementar a realizada por Costa Pinto ao invés de opor-se a ela. O sociólogo paulista prosseguiu realizando uma síntese das teorias sociológicas, a exemplo da síntese manheimiana (MANNHEIM, 1968) das múltiplas perspectivas (liberalismo, conservadorismo, fascismo e socialismo) que se confrontavam no cenário político e ideológico da primeira metade do século XX. O ponto de vista de Durkheim – centrado nos aspectos estáveis da vida social, nos costumes e nas instituições – resultava em boas possibilidades teóricas por meio da aplicação do método positivo, já que colocaria em relevo “noções de caráter universal e axiomático”. Entretanto, seria limitado no que diz respeito ao tratamento dos problemas sociais já que propunha o reajustamento “dos indivíduos a situações de existências dificilmente variáveis (...) [que] situam-se em camadas profundas da cultura e estão

---

<sup>52</sup> É notável a semelhança entre as análises desenvolvidas pelo sociólogo paulista e por Karl Mannheim (1968) em **Ideologia e Utopia**.

ao abrigo das mudanças ocorridas nas esferas sociais não sujeitas a normas estabelecidas” (FERNANDES, 1947: 342-3).

As possibilidades da teoria de Karl Marx se situariam exatamente nas brechas durkheimianas, pois o pensador alemão teria se dedicado ao estudo das esferas irracionais do capitalismo e assim “conhecendo-as em seu contexto mais do que analisando os aspectos recorrentes da vida social, podia achar uma direção para a ação política” (FERNANDES, 1947: 343). Nesse sentido, as duas teorias seriam complementares e não excludentes e a escolha de uma delas seria uma saída falaciosa, pois:

Assim, as tarefas de seleção do conteúdo positivo das várias teorias sociológicas e a integração do mesmo no **corpus teórico** da sociologia são singularmente facilitadas. *Uma análise crítica bem orientada revela, sem grandes facilidades, o caráter complementar das diferentes teorias* (FERNANDES, 1947: 343) – grifos nossos.

Com esse expediente analítico Florestan Fernandes buscou evidenciar as limitações e as contribuições das duas teorias sociológicas. Cada uma possibilitaria o conhecimento de um aspecto da sociedade: Durkheim proporcionaria a compreensão das esferas estáveis da vida social, já Marx possibilitaria a ciência da dinâmica social – concebida no campo da mudança social e da ação política e não dos ajustamentos funcionais da organização social. Essa síntese metodológica é que permitiu o reconhecimento de Florestan Fernandes como um exemplo de “ecletismo bem temperado” no campo da sociologia (COHN, 1987), (ARRUDA, 1995 e 2001).

Outro aspecto importante do ponto de vista analítico é a ênfase dada pelo autor à questão metodológica na sociologia, pois ela torna-se central em sua obra à medida que ele vai se construindo como sociólogo. Outra face dessa mesma discussão é o lugar, ou posição, do método na investigação sociológica. Para Florestan Fernandes os métodos não teriam relevância em si mesmos, mas em relação ao objeto de pesquisa, ao aspecto da realidade social a ser estudado. Os métodos deveriam ser subordinados aos fatos, isto é, ao tipo de problema estudado – como sugerem os trabalhos de (ARRUDA, 1995 e 2000), (BASTOS, 2002) e (COHN, 1986). A atitude impressa nesse artigo vai ao encontro à perspectiva adotada pelo sociólogo paulista em seus trabalhos de mestrado e doutorado. Neles o método de interpretação funcionalista foi eleito para a análise e interpretação dos dados à medida que proporcionava, em sua avaliação, a melhor operacionalização sociológica do objeto: a reconstrução da organização social dos Tupinambás e a inferência da função social que a guerra exercia naquela sociedade.

Por fim, Florestan Fernandes tratou das relações entre a sociologia e as expectativas da sociedade quanto a sua finalidade prática, salientando os obstáculos à aplicação do conhecimento sociológico:

na atual organização das sociedades ocidentais: a) colocam-se óbices insuperáveis à pretensão de extrair do conhecimento sociológico meios amplos de controle racional das forças sociais; b) solapam-se as tentativas mais radicais de aproveitamento prático dos conhecimentos sociológicos, quer em se tratando da iniciativa privada quer em se tratando da ação partidária ou oficial; c) enfim, não existem condições sociais favoráveis para qualquer espécie de aplicação do conhecimento sociológico, mesmo nos casos em que o sucesso parece já de antemão assegurado (FERNANDES, 1947: 344).

Esse foi o diagnóstico realizado pelo sociólogo paulista: a civilização ocidental não estaria preparada, desenvolvida ou equipada o suficiente para aproveitar praticamente as possibilidades abertas pelas descobertas sociológicas. Havia um hiato entre as expectativas da sociedade em relação à sociologia e o consenso para sua utilização prática. Entretanto, esse diagnóstico foi seguido de uma terapêutica dotada da prescrição da atitude correta a ser tomada pelos cientistas sociais:

Os sociólogos não devem tratar apenas do enquadramento teórico dos problemas práticos da sociologia, esperando ocasião mais oportuna para defini-los de modo concreto. Precisam tomar parte ativa neste processo, aplicando com coragem e decisão os conhecimentos sociológicos, em todas as situações em que isso fôr possível, independentemente das limitações evidentes dos primeiros resultados positivos; e introduzindo, nos setores sociais capacitados para uma ação de maior envergadura, a consciência da necessidade do aproveitamento intensivo da sociologia, como fonte de controle racional dos processos sociais (FERNANDES, 1947: 345)<sup>53</sup>.

Uma análise das dificuldades do aproveitamento prático da sociologia semelhante à realizada por Florestan havia sido citada no artigo de Luiz de Aguiar como exemplo da incapacidade do pensamento acadêmico em compreender-se como histórico e submeter sua metodologia à crítica. Costa Pinto desenvolveu esse argumento ao objurgar as formulações de

---

<sup>53</sup> É interessante notar que no texto “O padrão científico dos sociólogos brasileiros” (FERNANDES, 1977), escrito em 1958, Florestan teceu o mesmo diagnóstico e a mesma terapia ao tratar das relações entre a sociologia e as “expectativas práticas da sociedade”. Nesse caso, o sociólogo paulista não polemizava com Costa Pinto, mas com outro sociólogo baiano radicado no Rio de Janeiro: Alberto Guerreiro Ramos – o qual atuava no ISEB, naquele momento. Uma discussão preliminar das posições de Florestan Fernandes no texto supracitado encontra-se em (SOUZA, 2005); para a discussão da contenda entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos consultar: (BARIANI, 2003 e 2008) e (MARTINS, 2008).

Talcott Parsons bem como as saídas por ele apontadas para o problema do financiamento das pesquisas sociológicas nos EUA, num parecer da American Sociological Society:

O autor [Parsons] refere-se à pressão exercida sobre as ciências sociais pelos interesses privados, pelas fundações, pelos “brain trusts” das universidades, pelo Estado e outros núcleos de pressão, concluindo, um tanto ingenuamente, que a situação ideal seria aquela em que as universidades, o governo, as empresas privadas, as uniões trabalhistas, as fundações – *todos, enfim, estabelecessem entre si uma competição amável, cada um dando mais dinheiro para a pesquisa de maneira que o cientista social, nesta espécie de leilão, não fôsse obrigado a alienar-se por completo a nenhum desses grupos*. Trata-se de uma situação de equilíbrio profissional que poderia agradar muito aos cientistas mas que está remotamente afastada das perspectivas imediatas da pesquisa científica nos Estados Unidos, onde a convergência e a concentração do poder econômico e do poder político atinge hoje um ritmo sem precedentes na história (COSTA PINTO, 1947: 328) – grifos nossos.

Nessa acepção o “consenso social” para a aplicação prática da sociologia, proposto por Fernandes, seria tão pueril quanto a “situação de equilíbrio profissional” de Parsons. Ou seja, para o professor da Universidade do Brasil qualquer sugestão de síntese, tanto da teoria sociológica quanto das expectativas da sociedade em relação a ela, seria tola ou impossível em uma realidade social caracterizada pelo antagonismo de classes.

No que diz respeito à análise comparada das perspectivas sociológicas dos dois autores é interessante notar a diferença nos termos do debate: Florestan Fernandes fala em “aproveitamento prático dos conhecimentos sociológicos”, “controle racional das forças sociais”, “expectativas práticas da sociedade”, “refinamento do equipamento conceitual e metodológico da sociologia”, “organização social”, “perspectiva do sujeito”; ao passo que Costa Pinto versa sobre “mudança social”; “estrutura social”, “sociologia acadêmica”, “época de transformações aceleradas”, “compromisso com a ordem social que se transforma”, “crise da ordem social capitalista”, “crise da sociologia acadêmica”, “negação”, “crises de conciliação”.

Em Florestan Fernandes é evidente a centralidade do método sociológico na discussão. A sociologia ocupa o primeiro lugar na ordem de prioridades, daí ser necessário o refinamento do método sociológico para que ele possa ser aplicado na realidade social (concepção presente nas demais obras do autor nos anos de 1940 e 1950). A adoção do ponto de vista mannheimiano é inegável e aparece, sobretudo, na defesa da síntese das teorias sociológicas e na aplicação do denominado “método ideológico”. Já Costa Pinto preocupa-se centralmente com a mudança social, com a práxis, com o compromisso que a sociologia deveria ter com a realidade social em

transformação – critério de objetividade científica em sua visão. Daí a defesa do materialismo histórico como método adequado ao estudo e à tomada de posição frente à mudança social. A sociedade e a teoria sociológica, em decorrência, estariam cindidas em interesses antagônicos, por isso a negação da síntese, tanto dos interesses sociais quanto das teorias sociológicas.

Um aspecto relevante da contenta travada por Florestan Fernandes e Costa Pinto é a apreciação distinta da obra de Karl Mannheim. A produção do sociólogo alemão foi referência obrigatória para a geração de cientistas sociais brasileiros das décadas de 1940 – 1960<sup>54</sup>, penetrando no país em um contexto no qual imperavam os debates sobre a construção da sociologia como disciplina científica e da sociedade moderna (VILLAS-BÔAS, 2006a: 124). Por isso na discussão de Fernandes e Costa Pinto o acerto de contas com as proposições de Mannheim impôs-se, já que eles trataram da questão do papel da sociologia e dos cientistas sociais na mudança social. Nesse sentido, a polêmica de Fernandes e Costa Pinto anunciava o debate que marcaria as ciências sociais nos anos de 1950 e início dos anos de 1960: as discussões acerca do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o papel do conhecimento sociológico e dos cientistas sociais nesse processo.

Entretanto, nesse momento, as controvérsias dos dois sociólogos acerca das proposições de Mannheim situavam-se não só no sentido de pensar o papel da sociologia num contexto de mudança social – esse é o registro no qual se deu a recepção de Mannheim no Brasil, conforme Villas-Bôas (2006a) –, mas, também, no debate dos vínculos e condicionantes do pensamento pela estrutura social. Daí a centralidade do tema da objetividade do conhecimento e do método na discussão de Florestan e Costa Pinto. Nos próximos capítulos voltaremos a discutir a recepção da obra de Mannheim no Brasil devido à relevância do tema para a compreensão do debate sociológico brasileiro dos anos de 1950 e 1960.

Por fim, pensamos que as diferenças das perspectivas dos dois sociólogos no debate sobre as relações entre a sociologia e mudança social expressam de forma exemplar “a relação entre formas distintas de conceber a função das Ciências Sociais e, sobretudo, as condições particulares

---

<sup>54</sup> Gláucia Villas-Bôas (2006a: 114-115) nos informa que a obra de Mannheim foi traduzida, no Brasil, antes de títulos importantes de Weber e Durkheim – logo após sua publicação nos EUA e Inglaterra – fomentando grande interesse editorial por aqui: “As obras de Mannheim interessaram a editoras de porte, conhecidas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, e foram organizadas, prefaciadas e traduzidas por sociólogos e cientistas sociais. As *diversas reedições de alguns livros* (a de *Ideologia e Utopia* em 1968 é sintomática) e o fato de que o mercado editorial brasileiro estava se formando nos anos 50, não havendo, portanto, a quantidade de títulos e autores que tem hoje à disposição dos leitores, evidenciam a existência de grande interesse pelo pensamento de Mannheim. Entre os

em que ela começou a se transformar em disciplina acadêmica, nos dois principais centros urbanos do País” (ALMEIDA, 1989: 201).

A defesa de uma postura engajada da sociologia em relação aos desafios impostos pelo capitalismo, como a realizada por Costa Pinto, se inscreve no âmbito de uma intelectualidade preocupada com “a relevância política do conhecimento produzido e sobre seu compromisso com a ação transformadora” (ALMEIDA, 1989: 201). Essa intelectualidade (a carioca) possuía um perfil politicamente engajado devido à sua localização no centro político do país; e por estar estrategicamente posicionada para a discussão dos problemas nacionais produzia uma ciência social “em mangas de camisa” (VIANNA, 1997). Nesse registro, a crítica de Luiz de Aguiar à proliferação de “microsociologias”, ou seja, ao estudo empírico dos mais variados aspectos da realidade social se coaduna às especificidades das ciências sociais carioca, espelhando a predileção desta pelo estudo de problemas estruturais.

As formulações de Florestan Fernandes sobre o primado do método sociológico bem como sobre a necessidade de refinamento deste para que a sociologia pudesse exercer sua vocação pragmática é expressiva da postura de uma “comunidade científica mertoniana” (VIANNA, 1997: 186). Tal comunidade científica – caracterizada pelo distanciamento das questões políticas – produzia uma ciência social centrada em seus cânones, na qual as descobertas científicas deveriam “ser submetidas ao escrutínio de seus pares” antes de se converter em “uma ação racional para o enquadramento e eventual solução de determinados problemas da coexistência humana” (VIANA, 1997: 186). Além disso, nessa acepção, a sociologia deveria se voltar para o estudo empírico das várias partes da realidade social, pois somente dessa forma ela poderia lançar luz sobre os problemas sociais e dar sua contribuição para a solução desses problemas.

Temos, portanto, no Rio de Janeiro, uma ciência social voltada para o estudo de temas estruturais relevantes para uma compreensão mais global da sociedade brasileira e preocupada com o compromisso desse conhecimento com a ação transformadora; mais próxima, portanto, da nossa tradição de pensamento social. E, em São Paulo, uma ciência social envolvida no estudo empírico das diversas facetas da sociedade por compreender que esse era o procedimento mais adequado ao estudo científico da realidade social; por isso acreditavam que seria preciso

---

cientistas sociais envolvidos nas edições brasileiras dos livros do sociólogo encontram-se Emílio Willems, Florestan Fernandes, Marialice Forachi, César Guimarães, Moacir Palmeira, Antônio Bertelli e Otávio Velho.” – grifos nossos.

acumular conhecimentos e criar as condições operacionais para que a sociologia pudesse contribuir para a solução dos diversos problemas sociais do Brasil – num registro adjacente ao das ciências sociais norte-americanas.

As divergências em torno das distintas concepções de ciência social em São Paulo e no Rio de Janeiro se estenderam ao longo dos anos de 1950. A polêmica de Florestan Fernandes e Costa Pinto foi seguida por outras. Guerreiro Ramos tomou posição no debate ao apresentar suas teses para o II Congresso Latino-Americano de Sociologia, em 1953. Entre suas propostas constava a seguinte:

4ª - No estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, *é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais*; (RAMOS, 1957: 77) – grifos nossos.

Conforme Edison Bariani (2003) nas proposições de Guerreiro Ramos:

há um evidente repúdio aos estudos “sobre minudências da vida social” (item 4), isto é, estudos basicamente empiricistas, à maneira da sociologia americana e seus estudos de caso, que focalizariam pequenos grupos e comunidades - um exemplo seria a obra de Emílio Willems, *Cunha; tradição e transição em uma cultura rural do Brasil* (1947). Em contrapartida, deveriam ser prestigiados os estudos dedicados à compreensão da nação e que explicitassem os rumos possíveis para o desenvolvimento, seja em explicações de caráter geral e sintético - como as elaboradas por Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Caio Prado Jr. -, seja iluminando aspectos parciais relevantes da realidade brasileira - tais como *Geografia da fome* (de Josué de Castro) e *A vida privada e a organização política nacional* (de Nestor Duarte) (BARIANI, 2003: 15-16).

Florestan Fernandes, representante máximo da ciência social paulista e defensor árduo das pesquisas empíricas, se opôs frontalmente às posições defendidas por Guerreiro Ramos. As críticas de Fernandes à Guerreiro foram formuladas no texto “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”, de 1958<sup>55</sup>. Para Fernandes havia um grave equívoco na tradição do pensamento social brasileiro: a dissociação entre a pesquisa empírica e a interpretação da realidade social. Essa separação foi caracterizada pelo sociólogo paulista como uma anomalia, da qual ele citou Guerreiro Ramos como exemplo (FERNANDES, 1977: 50-5).

<sup>55</sup> Publicado posteriormente em **A sociologia no Brasil** (FERNANDES, 1977: 50-76) – essa versão é que foi utilizada nesta tese.



As querelas entre Florestan e Guerreiro Ramos são mais um episódio das batalhas travadas por cientistas sociais paulistas e cariocas em torno da concepção ideal de ciência: a sociologia deveria se dedicar ao estudo de temas globais a fim de desvelar os impasses da estrutura social brasileira ou construir paulatinamente essa totalidade, como se ela fosse uma colcha de retalhos, por meio da pesquisa empírica dos diversos fragmentos da realidade social? Assim como a polêmica entre Costa Pinto e Florestan Fernandes, a contenda entre este e Guerreiro Ramos expressa visões distintas sobre a função ou papel da sociologia em um momento decisivo da constituição da ordem social capitalista no Brasil. Nesse caso, as semelhanças entre as posições de Costa Pinto e Guerreiro Ramos encerram-se na defesa dos estudos de caráter estrutural da sociedade brasileira. Isso porque, os dois sociólogos também travaram uma contenda em torno da questão racial no Brasil. Além disso, Guerreiro Ramos se situava no debate sobre o desenvolvimento dentro da trincheira nacionalista, da qual Costa Pinto era avesso e por isso crítico fervoroso.

Se os debates entre os cientistas sociais paulistas e cariocas expressam entendimentos diversos sobre o ideal de ciências sociais e sobre seu papel na sociedade brasileira; pensamos que antes de concepção totalmente estanques e intercambiáveis, tais debates exprimem os movimentos da sociologia – compreendida em sua “unidade interna” – no momento de sua constituição como disciplina científica no Brasil. Ou seja, se considerarmos que “a unidade mais importante deve ser todavia o estilo de uma época e é contra esse pano de fundo que a contribuição especial de cada indivíduo aparece e adquire importância” (MANNHEIM, 1981: 80), os diferentes pontos de vista dos cientistas sociais podem ser compreendidos como contribuições singulares ao desenvolvimento da sociologia no Brasil. Sem prejuízo do entendimento das particularidades de suas formulações.

## 2. SOCIOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA SOCIAL

Este capítulo aborda os significados dos conceitos de mudança social nas obras de Florestan Fernandes e Luiz de Aguiar Costa Pinto no período que se inicia em 1950 e se estende até 1964. Buscando apreender as particularidades de suas formulações teóricas e interpretativas no contexto histórico-social e léxico-linguístico no qual se inserem; e também assinalando os pontos de convergência e divergência entre suas visões sobre a mudança social no Brasil. Para isso realizamos uma reconstrução sumária dos principais aspectos que compõem o contexto histórico social do período e também revisitamos as abordagens (e léxicos) que predominavam no debate intelectual – estabelecendo o pano de fundo com qual Fernandes e Costa Pinto dialogaram ao construir suas interpretações sobre a mudança social no Brasil.

A organização adotada para a exposição dos argumentos neste capítulo se pautou em um critério cronológico. Primeiro apresentamos uma discussão sucinta do contexto histórico social e léxico linguístico da sociedade brasileira da década de 1950, focalizando o período histórico até o ano de 1958. Em seguida realizamos a exposição analítica das principais formulações teóricas e interpretativas de Florestan Fernandes e Costa Pinto sobre a mudança social no Brasil, construídas no período indicado. Na sequência fizemos uma reconstrução, também sumária, do contexto histórico social e léxico-linguístico da transição da década de 1950 até o ano de 1964, no intuito de estabelecer os marcos dentro dos quais os dois sociólogos refletiram sobre esse momento emblemático da constituição do capitalismo no Brasil, marcado por crises econômicas e sociais, mas também por uma mobilização da sociedade civil inédita na história do país.

Optamos por dividir analiticamente o período histórico dos anos de 1950 a 1964 porque consideramos a radicalização social do final de década de 1950 e início dos anos de 1960 e, também, a intensidade do debate intelectual sobre o desenvolvimento naquele momento como fatores essenciais para o (re)direcionamento das proposições de Florestan Fernandes e Costa Pinto, sobretudo do primeiro. Com esse critério objetivamos, principalmente, assinalar os fatores histórico, sociais, políticos e léxico linguísticos que concorreram para a mudança das formulações do sociólogo paulista sobre as relações entre sociologia e mudança social – dos quais destacamos a sua participação na campanha em Defesa da escola pública e no Seminário Internacional Resistência à mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento, organizado pelo CLAPCS. Por fim realizamos a análise comparativa das formulações teóricas e

interpretativas de Florestan Fernandes e Luiz de Aguiar (re)contextualizando-os em face de algumas das interpretações sobre o desenvolvimento e a mudança social em voga na intelectualidade brasileira dos anos de 1950 a 1964.

\*\*\*

O processo de redemocratização da sociedade brasileira iniciado em 1945 com o fim do Estado Novo foi caracterizado por aspectos de continuidades e descontinuidades. Os elementos de continuidades se expressaram principalmente na manutenção de alguns pilares do Estado Novo, entre eles a estrutura sindical corporativista e a possibilidade do Estado intervir nas associações de classes – garantida pela Constituição liberal-democrática de 1946. A democracia se erigia restringindo a livre manifestação dos setores subalternos – como atesta o fato do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ter sido posto na ilegalidade em 1947 (AGGIO et al, 2002: 51-3), (LAHUERTA, 2003: 232-3).

Os ecos do novo cenário mundial configurado no pós-guerra começavam a repercutir no país, refletindo a intensidade da polarização político ideológica da guerra fria. Além disso, as discussões e as possibilidades de planejamento estatal da economia se ampliavam devido à conjuntura que havia se inaugurado desde o início do século XX com a crise do liberalismo e a emergência de políticas intervencionistas como o keynesianismo, o crescimento da economia da União Soviética e também à emergência do *Welfare State* na Europa.

A despeito das características de continuidade em relação ao período anterior começava a fortalecer-se no Brasil um “embrião de sociedade civil”, constituindo os pressupostos de “uma autonomia cultural”. O PCB se transformava em partido de massas ampliando sua influência nos sindicatos e conquistando representação eleitoral, as classes médias se organizavam em associações profissionais independentes (escritores, advogados, etc.). “Tudo isso amplia o campo da organização material da cultura; uma ampla e muitas vezes fecunda batalha das ideias começa a ter lugar entre nós” (COUTINHO, 2000: 30). Nesse cenário as classes dominantes se polarizavam em duas tendências, uma ligada ao setor industrial, do qual se originava o impulso do desenvolvimento econômico; outra representante do setor agrário-exportador, mais atrasada e de feição política marcadamente liberal e conservadora.

Na década de 1950 a dinâmica de conflitos e acomodações entre os principais atores sociais que compunham o cenário de modernização capitalista do país se acentuou. Getúlio Vargas voltava à presidência pelo voto popular com a plataforma política de acelerar o

desenvolvimento do país e ampliar a proteção aos trabalhadores, alicerçado numa ampla aliança política entre seu partido o PTB, o PSD e o PSP de São Paulo – liderado por Adhemar de Barros, o qual indicou o candidato à vice-presidente, João Café Filho. Os dois primeiros anos do governo (1951-1952) foram de estabilidade política, pois Vargas adotou uma tática de conciliação a fim de transmitir confiança às elites empresariais e políticas do país. Nesse sentido, o processo de modernização capitalista realizava-se sem rupturas com o setor agrário-exportador.

Nos anos anteriores começavam a tomar forma as correntes que marcariam o debate econômico e também o processo político da década de 1950. Ricardo Bielchowsk (1988) assinala a presença de cinco correntes que caracterizaram o pensamento econômico do período. Os **neoliberais** representados por Eugênio Gudin e Octávio Bulhões, defensores do crescimento econômico equilibrado via forças de mercado, contrários à intervenção estatal na economia e favoráveis à penetração do capital estrangeiro no país; porta-vozes das políticas de estabilização monetária e retração dos níveis de investimento, posicionavam-se criticamente ao processo de desenvolvimento por considerá-lo desequilibrado e ineficiente; politicamente conservadores eram contrários à reforma agrária e representavam os interesses do setor agrário-exportador.

Os desenvolvimentistas, favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo no país pelo incremento da industrialização planejada, agrupados pelo autor em três tendências: o **setor público não nacionalista**, formado por uma elite técnica que atuava nos organismos do Estado, especialmente no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e na Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, propositores de um projeto de industrialização aberto ao capital estrangeiro no qual deveria se compatibilizar crescimento econômico com estabilidade monetária; o setor privado, composto pelos industriais brasileiros agregados em torno da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Fiesp, propugnavam um projeto de industrialização baseado na proteção do Estado ao capital industrial nacional, defendiam a política de substituição de importações e no campo social posicionavam-se em prol da defesa do lucro e de uma reforma agrária limitada; o setor público nacionalista, localizado em organismos do Estado como o BNDE e a assessoria econômica de Vargas e também em instituições como o ISEB, a CEPAL e o Clube dos Economistas, entre seus expoentes estava Celso Furtado; propunham um projeto de industrialização planejada e fortemente apoiada por empreendimentos estatais, defendiam as teses cepalinas, eram favoráveis à reforma agrária e à distribuição de renda. E por fim, a corrente socialista, representada pelo PCB e também situada no ISEB,

congregando intelectuais como Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, defensores de um projeto de revolução democrático-burguesa por caracterizarem que o Brasil necessitava atravessar a etapa antifeudal e anti-imperialista para caminhar rumo ao socialismo, eram contrário à participação do capital estrangeiro no país e totalmente favoráveis à distribuição de renda e à reforma agrária (BIELCHOWISK, 1988).

No início da década de 1950 as teses da recém criada Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)<sup>56</sup> já penetravam no Brasil e passavam a fazer parte tanto do léxico do debate sobre o desenvolvimento como da orientação de políticas no interior do Estado<sup>57</sup>. A Cepal caracterizou o subdesenvolvimento como a baixa capacidade produtiva das nações periféricas (colônias ou ex-colônias) em relação às riquezas potenciais aliada ao predomínio da economia agrária, voltada para a exportação, sobre a industrial. Esses aspectos típicos das economias periféricas forma engendrados, de acordo com as ideias da Cepal, pela dinâmica da divisão internacional do trabalho do sistema capitalista – a qual concorria para a concentração dos benefícios da produção e do comércio internacional nas nações centrais, pólos do desenvolvimento tecnológico (BIELCHOWISK, 1988: 18-9).

O desenvolvimento foi compreendido pela Cepal como o padrão de transformação das economias periféricas iniciado na década de 1930 em virtude das mudanças na economia internacional geradas pela Primeira Guerra Mundial. Esse padrão era assinalado pela mudança do “crescimento para fora”, no modelo agrário-exportador, para o “crescimento para dentro”, propiciado pela substituição de importações alavancadas pela transferência de tecnologia para as

---

<sup>56</sup> A Cepal foi criada em 25 de fevereiro de 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago, Chile. Seu objetivo era monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Informações extraídas do site do escritório da Cepal em Brasília, disponível em <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&ase=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>, acessado em 19 de abril de 2011.

<sup>57</sup> As principais ideias da comissão eram: a caracterização de que estava ocorrendo um profundo processo de transformação nas economias latino-americanas, desde os anos de 1930, liderado pela industrialização espontânea; esse processo correspondia a um novo estágio da humanidade, pois era a única forma de se fazer chegar aos países subdesenvolvidos o progresso técnico gerado e contido nas economias avançadas – contrariando a teoria econômica clássica das vantagens comparativas já que as teses de Prebisch e Singer afirmavam que as economias desenvolvidas não transferiam seus benefícios por meio do comércio internacional, pois haveria uma deterioração dos termos de troca; a industrialização dos países subdesenvolvidos era problemática, porque enfrentava várias dificuldades inerentes às suas estruturas econômicas pouco diversificadas, caracterizadas pela baixa produtividade e pela especialização em alguns produtos primários de exportação; por isso o sucesso do processo histórico em curso dependia de um esforço de planejamento, capaz de conferir racionalidade à alocação de recursos (BIELCHOWISK, 1988: 386).

nações periféricas. O padrão de desenvolvimento das economias periféricas foi entendido pela Cepal como problemático à medida que ele se desenrolava em meio aos caracteres típicos das economias subdesenvolvidas, a saber: as tendências ao desemprego, à deterioração dos meios de troca, ao desequilíbrio externo e à inflação. Daí a necessidade de planejamento para o desenvolvimento (BIELCHOWISK, 1988: 20-4).

A conceituação cepalina de desenvolvimento e subdesenvolvimento foi largamente utilizada nos anos de 1950 e 1960, não só no Brasil, mas no âmbito internacional. Entretanto, a participação das ciências sociais nas discussões acerca do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, realizadas *vis a vis* ao debate internacional sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento dos países periféricos – no contexto da luta anticolonial dos países africanos e asiáticos e, também, da mudança social em toda a América latina – concorreu para a ampliação daquelas noções, como veremos adiante.

As discussões em voga no cenário internacional da década de 1950 ajudam a compreender como se deu a penetração da ideia de planejamento estatal da economia no Brasil. Apoiado em algumas das noções cepalinas o governo Vargas promoveu uma política de aceleração da modernização do país, provocando a acumulação de capital e implantando a indústria de base (combustível, energia) e a infraestrutura fundamental ao desenvolvimento econômico (serviços de transporte e comunicações); criou também organismos estatais para promover e planejar o desenvolvimento como a Comissão de Desenvolvimento Industrial e o BNDE. Com Getúlio Vargas o projeto de industrialização integral era encampado pelo Estado, expressando-se na hegemonia dos setores desenvolvimentista na condução da economia brasileira (BIELCHOWISK, 1988). O nacionalismo foi a tônica do projeto de desenvolvimento varguista – capitaneado, sobretudo, pela campanha em prol da exploração nacional do petróleo, a qual culminou na criação da Petrobrás – criando um sentimento que unia os brasileiros a despeito de suas diferenças de classe. O projeto de desenvolvimento nacionalista havia chegado ao poder, assumindo caráter oficial.

Nesse contexto se acirravam as disputas entre os atores sociais que defendiam um projeto de desenvolvimento do capitalismo autônomo e os liberais, congregados na UDN, propositores do cancelamento da participação estatal na economia e sua abertura ao capital estrangeiro. Os anos de 1953-1955 foram caracterizados por grande instabilidade política. No plano econômico as taxas de crescimento, especialmente do setor industrial, foram acompanhadas pelo aumento da

inflação, bem como pelo desequilíbrio no balanço de pagamento. Tais aspectos foram explorados politicamente pela UDN, a qual lançava contra o governo acusações de corrupção, ineficiência administrativa e tendência socializante.

Como desdobramento da crise econômica o ano de 1953 foi marcado por agitações em todo o país, da qual a greve geral dos 300 mil, em São Paulo, foi uma expressão. Numa tentativa de apaziguar os ânimos dos trabalhadores e também de angariar seu apoio, Vargas nomeou João Goulart (próximo dos meios sindicais) para o Ministério do Trabalho – o que soou como uma bomba para as classes médias e as elites brasileiras. O agravamento dessa complicada conjuntura culminou na morte trágica de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. (AGGIO et al, 2002).

No breve governo de Café Filho os liberais conquistaram postos no Estado, entretanto, as políticas estabilizadoras não conseguiram adesão por serem incompatíveis com os interesses dos vários setores favoráveis à industrialização, projeto hegemônico naquele momento. A transição presidencial foi marcada pelos reveses políticos que caracterizaram boa parte do período de 1950-1964. Isso porque a UDN havia iniciado, desde o início da década de 1950, uma tradição de contestação da legalidade institucional orquestrando várias tentativas golpistas. No segundo quinquênio dos anos de 1950 o projeto de desenvolvimento do capitalismo no Brasil se renovava no governo de Juscelino Kubitschek sob o lema “cinquenta anos em cinco”. Superados os reveses que antecederam a posse de JK o período é considerado como de estabilidade política, pois a aliança que elegeu Juscelino (PSD-PTB) conseguiu maioria no Congresso e aprovou o Plano de Metas – orientador dos esforços governamentais até o final da década.

Elaborado para acelerar o desenvolvimento, o Plano de Metas continha trinta e um objetivos, distribuídos em seis setores (energia, indústria de base, alimentação, transportes, educação e a construção de Brasília – meta-síntese do projeto desenvolvimentista). O plano de JK combinou intervenção estatal na economia associada ao capital privado nacional e internacional. Teve sucesso inegável no que diz respeito à expansão do parque industrial e ao crescimento econômico, nesse sentido significou um “salto para a frente” no processo de modernização capitalista do Brasil, possibilitado, contudo, pelo aumento do endividamento externo. O incremento da economia motivou um clima de otimismo generalizado na sociedade brasileira no segundo quinquênio da década de 1950. Conforme Benevides (1975) o projeto de desenvolvimento alavancado por Juscelino ganhou legitimidade à medida que conseguiu se

afirmar como um ponto de convergência para os vários interesses presentes na sociedade, desde os industriais e os militares aos trabalhadores e demais setores subalternos.

Além da Cepal, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) – criado em 1953 e depois transformado no ISEB em 1955<sup>58</sup> – pode ser compreendido como uma expressão intelectual dos esforços de orientar e planejar o processo de desenvolvimento no Brasil. Por meio da revista **Cadernos de Nosso Tempo** (publicada entre 1953 e 1956) os intelectuais que atuavam no instituto, entre eles o sociólogo Guerreiro Ramos e o filósofo Hélio Jaguaribe<sup>59</sup>, começavam a dar forma e divulgar as interpretações de viés nacionalista que ganhariam força nos anos posteriores. A principal preocupação dos ibespianos era com as possibilidades e caminhos para se alcançar o desenvolvimento, compreendido como modificação qualitativa de caráter geral (econômico, político, cultural, etc.) capaz de redimir a miséria brasileira.

O processo de desenvolvimento teria como pressuposto a formação de uma ideologia (em sentido amplo) orientadora dos objetivos dos atores sociais que lutavam contra o atraso. Em linhas gerais essa ideologia consistiria “na formulação de uma pauta de valores e de sua articulação num projeto social dotado de eficácia histórica” (JAGUARIBE, 1979: 148); sua validade seria comprovada de forma prática à medida que se adequasse às condições sociais e históricas do período. As preocupações com o desenvolvimento levaram os ibespianos às reflexões sobre a formação histórica do Brasil no intuito de caracterizar suas fragilidades. Daí emergiram as interpretações do Brasil como um país colonial (até meados do século XIX), semicolonial (de meados do século XIX até os primeiros decênios do século XX) ou subdesenvolvido (a partir dos anos de 1930 e da segunda guerra mundial)<sup>60</sup>.

Nas análises realizadas no interior do IBESP também havia um exame sobre as classes sociais e suas relações, no intuito de identificar os interesses e possibilidades de ação política que pudessem viabilizar o desenvolvimento. Em linhas gerais:

Uma “comunidade de interesses” uniria o proletariado ao setor industrial da burguesia, sendo indispensável para ambos uma aliança para alavancar o desenvolvimento, pois, tal como esse setor burguês (dentro das circunstâncias de solidariedade nacional que o momento exigia), o proletariado não teria autonomia e representatividade suficiente para encampar autonomamente um

<sup>58</sup> Para um aprofundamento das questões relativas ao IBESP e a Revista **Cadernos de Nosso Tempo** consultar (SCHWARTZMAN, 1979).

<sup>59</sup> Também fizeram parte do IBESP Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier, Inácio Rangel, entre outros.

<sup>60</sup> É notável a influência das teses Cepalinas sobre as interpretações realizadas no IBESP.



projeto (...) A *classe média* tenderia a reivindicar “facilidades de consumo” e persistiria no “parasitismo burocrático”, engalfinhando-se na disputa de empregos públicos; consideraria os problemas sociais e econômicos em termos idealistas e moralistas, beneficiando com suas posições a *burguesia mercantil* e as *oligarquias* (BARIANI, 2008: 67-8).

A caracterização da dinâmica das classes sociais no Brasil realizada pelo instituto apontava para um hiato entre a “vida civil” impulsionada pela burguesia industrial na direção do desenvolvimento e a “vida política” controlada pelas velhas elites (setor agrário-exportador). O rearranjo entre as partes

Caberia à *intelligentzia* – como “vanguarda esclarecida” e ator social privilegiado em termos de consciência – propor alternativas, pensar a reforma do Estado, esclarecer e sintetizar interesses, em suma, elaborar um projeto que unisse – reorganizando – sociedade civil e Estado, a partir desse como instância proeminente da transformação. Tal papel de vanguarda, ao que parece, era reivindicado pelo próprio IBESP (BARIANI, 2008: 69).

Esse quadro – mesmo que sintético – ilustra a aceleração das transformações (na década de 1950) pelas quais a sociedade brasileira passava em virtude do processo de modernização capitalista iniciado na década de 1930. E, também, elucida a dimensão alcançada pelo debate sobre o desenvolvimento entre os vários atores sociais que compunham o período, entre eles os intelectuais de diversas matrizes. Nesse contexto a sociologia brasileira, envolvida pelo espírito de sua época (MANNHEIM, 1981), tomou parte ativa na discussão intelectual sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo no país (OLIVEIRA, 1995a e 2005), (VILLAS- BÔAS, 2006b), (VIANNA, 1997). Por meio de um viés especificamente sociológico buscava compreender e, também, orientar o processo de mudança social em curso. Isso porque os cientistas sociais acreditavam, naquele momento, que a sociologia era uma forma de conhecimento superior, um saber racional capaz de contribuir para a realização de uma nova etapa da civilização no Brasil. Para Gláucia Villas Bôas:

O projeto que eles esboçavam para o seu campo intelectual é de importância para o entendimento da *noção de tempo*, que fundamenta não apenas os ideais de mudança que almejavam para o país, como também a sua função intelectual inscrita no trabalho de pesquisa e análise dos fatos sociais. Seu grande desafio era estabelecer uma correspondência entre *fazer ciência* e *fazer história*. O cumprimento dessa dupla tarefa estava no ponto comum que os unia, a despeito de suas diferenças e divergências. (VILLAS BÔAS, 2006b: 65).

Como não poderia deixar de ser – a menos que prescindisse de sua “natureza sociológica”<sup>61</sup> e se colocasse à margem do espírito de sua época flutuando em uma dimensão meta-social – a sociologia brasileira da década de 1950 ao participar da discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo no país, por meio do léxico-linguístico da mudança social, formulou interpretações que marcaram época e inspiraram as gerações futuras de cientistas sociais. Sociólogos como Florestan Fernandes, Costa Pinto e Guerreiro Ramos, a despeito e junto às diferenças que assinalaram suas produções intelectuais, protagonizaram debates fundamentais para o desenvolvimento da disciplina e para a compreensão da sociedade brasileira.

As discussões sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento pautavam a intelectualidade não apenas no Brasil, mas no âmbito internacional. Nesse sentido, os sociólogos brasileiros dialogaram com várias teorias e interpretações sobre o processo de mudança social, formuladas e em formulação, principalmente, nos EUA (nas décadas de 1920 e 1930), na América Latina (nas décadas de 1950 e 1960) e nos países africanos (estes, mormente, a partir do final da década de 1950).

Os acontecimentos internacionais, marcados pela polarização política e ideológica da guerra fria e de seus desdobramentos, concorreram para a formação de projetos políticos e de léxicos-linguísticos em termos opostos (HOBSBAWM, 2004). Os pares de oposição arcaico/moderno; desenvolvimento/subdesenvolvimento; leste/oeste; centro/periferia; autonomia/alienação; capitalismo/socialismo foram os léxicos predominantes no debate sobre a mudança social. O que estamos querendo assinalar é que a dualidade fez parte das interpretações sobre o processo de modernização capitalista do Brasil realizado pela geração de cientistas sociais brasileiros da década de 1950 – tradição essa já presente em nosso pensamento social desde o final do século XIX. Nesse sentido, a despeito de filiar os autores às interpretações dualista, tão criticadas nas décadas de 1960 e 1970, alguns dos pares de oposição mencionados estiveram presentes nas análises de Florestan e Luiz de Aguiar sobre a mudança social no Brasil.

Outro aspecto importante no que diz respeito ao léxico-linguístico junto ao qual e com o qual os dois sociólogos refletiram sobre a mudança social é a identidade do fundamento de seus instrumentos metodológicos. Sztompka (1998) distingue três paradigmas teóricos a partir dos

---

<sup>61</sup> Expressão cunhada posteriormente por Florestan Fernandes (1980) para designar o caráter crítico da sociologia – em sua capacidade de analisar a vida social para além dos interesses dos grupos dominantes, concatenada com as questões elementares que emergem da dinâmica da sociedade – em oposição ao caráter conservador (de defesa do

quais a mudança social foi pensada na sociologia: o evolucionismo, o materialismo histórico e as teorias cíclicas. Destacando os dois primeiros paradigmas apontados pelo autor é possível desenhar um quadro metodológico no qual estão de um lado os conceitos de sistema social, função social, crescimento orgânico, organismo social, universalização da história e mudança progressiva e gradual; de outro lado, a metodologia baseada na dialética hegeliana e na concepção materialista da história de Karl Marx.

Conforme Sztompka (1998) o materialismo histórico compartilha com o evolucionismo a crença no progresso, a noção do desenvolvimento como processo assinalado por estágios, a concepção do desenvolvimento como obra de forças endógenas e a ideia de complexificação e diferenciação social crescentes a partir da divisão social do trabalho. Nesse registro, a noção de **progresso** concebida como a melhoria geral do homem e de sua sociedade esteve no bojo das diversas formulações teóricas e interpretativas sobre a mudança social em âmbito nacional ou internacional; e por isso, fizeram parte das reflexões de Florestan e Costa Pinto sobre a sociedade brasileira em seu processo de transformação.

Por fim, cabe considerar que tanto o *approach* evolucionista como o do materialismo histórico penetraram no Brasil por meio do viés estruturalista (ALEXANDER, 1987), (DOSSE, 1993). O estruturalismo esteve na base das teorias sociais em voga nos anos de 1950 e 1960, fundamentando, inclusive, as teorias econômicas da Cepal (BIELCHOWISK, 1988). O estruturalismo enquanto fundamento teórico (ou visão de mundo) esteve no bojo das formulações de Florestan Fernandes e Costa Pinto sobre a mudança social. Embora os dois sociólogos tenham feito uso dos mais variados conceitos impressos na sociologia da década de 1950 em suas reflexões sobre a mudança social, a análise da formação das perspectivas dos autores, realizada no capítulo anterior, e o exame que se segue sobre as suas proposições teóricas e interpretativas acerca da mudança da sociedade permite aproximá-los de duas vertentes do estruturalismo. Florestan Fernandes construiu sua interpretação sobre a mudança social no Brasil a partir do estrutural-funcionalismo; e Costa Pinto realizou o mesmo processo por meio de uma perspectiva mais afinada com o materialismo histórico, também, no registro estrutural.

---

*status quo*, e alienação dos processos de transformação social) que a disciplina tenderia a assumir na ordem social que a engendrou, a capitalista.

## 2.1 Florestan Fernandes; sociologia, reforma social e planejamento democrático da mudança

No início da década de 1950, Florestan Fernandes realizou um trânsito entre as pesquisas de orientação etnográfica, centradas no estudo da organização social, para as investigações de feição macro-estrutural sobre o processo de mudança social no Brasil. Esse movimento de Fernandes pode ser compreendido como parte de um processo maior que concorreu para que as ciências sociais praticadas em São Paulo saíssem do isolamento que lhes resguardou das pressões das elites fundadoras. Werneck Vianna (1997) avalia que os cientistas sociais da USP passaram a tratar mais diretamente dos problemas da sociedade de seu tempo quando associaram a seu perfil de “comunidade mertoniana” a “sociologia do conhecimento e dos intelectuais de Karl Mannheim”, no momento em que ciências sociais realizavam sua primeira experiência em um contexto democrático com a queda do Estado novo (VIANNA, 1997: 186).

Para Vianna a noção mannheimiana de *intelligentizia* teria suscitado nos cientistas sociais da USP<sup>62</sup> a percepção de que eles eram os sujeitos portadores de um conhecimento capaz de desvelar os impasses de uma sociedade que realizava o trânsito entre a ordem patrimonialista e a ordem social competitiva: “A comunidade científica deve[ria], então intervir, e é dela que a sociedade deve[ria] esperar a “síntese total” que capta o sentido de seu movimento e a orientação em geral para o caminho que deve[ria] perseguir sob a iluminação do conhecimento produzido pela ciência social” (VIANNA, 1997: 187-8). Entretanto, a intervenção postulada por esses cientistas sociais se daria no campo da sociedade civil, por meio da influência que exerceriam sobre a opinião pública, e não na atuação no Estado ou em partidos políticos. O sentido de sua atividade pública – de inspiração mannheimiana – se inscreveria no registro da reforma social “Essa *intelligentizia* não se move no terreno da revolução, e sim no da reforma, identificando-se tacitamente com o que se pode designar como processo transformista em chave positiva” (VIANNA, 1997: 189).

---

<sup>62</sup> Werneck Vianna refere-se a Florestan Fernandes e seus assistentes na cadeira de sociologia I da FFCL da USP, cujos principais expoentes foram Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni. Esse grupo ficou conhecido como a “escola paulista de sociologia” a partir da interpretação de Maria Arminda Arruda do Nascimento (1995). Entretanto, a sociologia desenvolvida na USP nos anos de 1950 e 1960 não se resume a esses intelectuais; Fernando de Azevedo, Ruy Coelho, Maria Isaura Pereira de Queiróz, Aziz Simão e Antônio Cândido também atuavam naquela faculdade, na cadeira de Sociologia II. Para uma visão mais completa dessas questões consultar (ARRUDA, 2001) e (PULICI, 2004)

Florestan Fernandes foi o maior expoente dessa orientação realizando, entre os anos de 1950 e 1964, várias reflexões sobre a transição entre a sociedade tradicional e a capitalista, assinalando as particularidades desse processo no Brasil, procurando identificar os obstáculos ao pleno desenvolvimento do padrão de civilização ocidental entre nós (democrático-burguês), bem como as formas para superá-los. Nessa operação a obra de Mannheim exerceu influência decisiva já que “permitiu a formulação mais clara de uma série de problemas e forneceu o equipamento conceitual para levar adiante o trabalho” (COHN, 1986: 133-4).

Gabriel Conh avalia que a relação entre Florestan Fernandes e a obra de Mannheim e, também, de Durkheim teria se dado principalmente em face do problema central por ele enfrentado:

Algo semelhante dizia eu ser aplicável à relação entre Florestan Fernandes e a obra de Mannheim nas décadas de 40 e 50, porque lhe permitia na época tentar levantar – em termos que mais tarde ele redefiniria – as condições mediante as quais poderia conceber uma Sociologia que fosse, nas suas palavras, uma sociologia aplicada, capaz de detectar os problemas no interior de uma ordem social e capaz de formular condições de intervenção que fizessem frente a esses problemas, não apenas para resolvê-los e voltar tudo à normalidade do *status quo* anterior, mas no sentido de resolvê-los dinamicamente, através de um tipo de intervenção que fosse – num registro, e eu diria agora, não apenas mannhemiano, mas bastante durkheimiano – *capaz de solucionar os pontos de estrangulamento no interior da sociedade, permitindo-lhe avançar, mas avançar dentro de um certo padrão que seria precisamente o padrão intrínseco àquele tipo de sociedade que se estava construindo* (COHN, 1986: 134-5) – grifos nossos.

Vejamos como essas questões se desdobraram no pensamento de Florestan Fernandes, no plano teórico e no analítico, entre os anos de 1950 e 1964, configurando sua sociologia da mudança social. Na década de 1950 a sociedade brasileira passava por um momento decisivo do processo de modernização capitalista. O projeto de desenvolvimento posto em marcha no segundo governo de Getúlio Vargas, ancorado na industrialização intensiva e marcado pelo apelo nacionalista, acelerava as transformações – não só econômicas, mas sociais, políticas e culturais – que vinham se realizando na sociedade brasileira desde os anos de 1930. É nesse contexto que Florestan Fernandes passa a dedicar-se ao estudo da mudança social no Brasil. Entretanto, pensamos que os novos problemas trabalhados pelo sociólogo não emergem por meio de uma ruptura com a sua produção do período anterior. Obviamente há um trânsito entre o estudo da organização e da estrutura social realizado nos trabalhos sobre os Tupinambás para as pesquisas que privilegiavam os vários aspectos da sociedade brasileira em transformação. Há, porém, um

elo entre os problemas trabalhados por Florestan nos dois períodos: a questão do método na sociologia, em especial, os problemas relacionados à indução.

No capítulo anterior discutimos a centralidade do método sociológico nas preocupações do autor; salientamos a sua visão sobre a adequação dos métodos ao objeto de estudo; a concepção de que a sociologia é uma ciência empírico-indutiva; a sua perspectiva de síntese das várias teorias sociológicas e a prioridade do refinamento metodológico para aplicação da sociologia (FERNANDES, 1947). Essas questões foram aprofundadas pelo autor em suas diversas obras na década de 1950. Entre elas, no **Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia** – tese de livre-docência defendida em 1953 na FFCL da USP, e depois publicado em **Fundamentos empíricos da explicação sociológica** (FERNANDES, [1959]1972) com título **O método de interpretação funcionalista na sociologia**<sup>63</sup> - obra que segundo Maria Arminda representa a “independência intelectual do sociólogo paulista” e na qual “O escopo do seu projeto são pintados com tintas fortes, pois significa a assunção da sua maturidade, evidente na tentativa de repensar os fundamentos teóricos da disciplina” (ARRUDA, 2001: 231).

Além disso, a tese de livre-docência de Fernandes representa o ponto máximo de refinamento do método de interpretação funcionalista adotado em suas pesquisas de mestrado e doutorado. Esse trabalho do sociólogo paulista se inscreve no registro da sistematização da teoria sociológica advogada por PIERSON ([1945]1975); nele, Florestan dá sua contribuição teórica para a o estabelecimento de “inferências indutivas, concernentes às relações dos fenômenos sociais entre si, em contextos empíricos determinados” (FERNANDES, 1972: 178).

Florestan Fernandes revisou criticamente os trabalhos dos principais teóricos do funcionalismo agrupados, por ele, em três períodos: “o período organicista”, tendo Spencer como principal representante; “o período de construção dos conceitos e das orientações interpretativas”, cujos expoentes são Émile Durkheim, Marcel Mauss e Radcliffe-Brown; e “o período de revisão crítica e de sistematização teórica”, iniciado na década de 1930, tendo em Robert K. Merton seu principal representante.

Em linhas gerais Merton teria criado um “paradigma” – estrutural – na análise funcionalista na sociologia ao distinguir sua aplicação na disciplina em relação às demais, apontando um contraste entre as investigações de função na fisiologia e na sociologia; ao

---

<sup>63</sup> Essa publicação é que foi utilizada nesta Tese; o autor afirmou não ter realizado modificações no texto.

especificar os processos sociais nos quais o emprego do método funcionalista seria adequado, racionalizando os procedimentos de definição, sistematização e interpretação dos dados; e ao refinar o conceito de função distinguindo-o em função manifesta e função latente (FERNANDES, 1972: 217-225). Florestan salientou em sua análise os méritos realizados por Merton, entretanto, como o período de sistematização estava em pleno andamento, também fez várias críticas às proposições do norte-americano<sup>64</sup>. Ao repensar os fundamentos teóricos da sociologia Florestan apresentou as suas contribuições para o refinamento do método funcionalista, principalmente no que diz respeito às suas possibilidades teóricas para o estudo da mudança social.

Após a delimitação do conceito de função<sup>65</sup> Florestan Fernandes discutiu as possibilidades de aplicação do método funcionalista. Principiou estabelecendo “os limites lógicos da análise funcionalista”; um deles seria a “elaboração do fator tempo” – noção basilar da sociologia da mudança social (SZTOMPKA, 2005). As dificuldades operacionais do fator tempo se apresentariam tanto em pesquisas de reconstrução histórica quanto em investigações de campo, pois “a análise funcionalista exige uma delimitação temporal precisa e restrita do objeto” – condição para “A descoberta da variedade, natureza e importância relativa das conexões funcionais” (FERNANDES, 1972: 249).

Por isso no estudo de sociedades nas quais “o ritmo de mudança é lento” a escolha de um período mais amplo não representaria inconvenientes; já nas sociedades que se transformam “com alguma intensidade” as “conexões funcionais” que explicariam determinados fenômenos poderiam ser “insuficientes ou até irrelevantes para explicar os mesmos fenômenos nas constelações sociais subsequentes” (FERNANDES, 1972: 249). O autor apontou como exemplo

---

<sup>64</sup> Em especial à ideia de que a “estrutura afeta a função e a função afeta a estrutura” – o que considerou um truísmo antiquado e impreciso para o estágio em que a sociologia se encontraria, por isso assinalou sua visão: “à medida que se pode falar da realidade de uma ou de outra, a “função” é imanente à estrutura e a “estrutura” é condição da função” (FERNANDES, 1972: 225-6).

<sup>65</sup> Segundo o autor o método de interpretação funcionalista, em sua acepção moderna, estaria plenamente fundamentado no princípio da natureza humana como produto das condições de existência social, o que implicaria na centralidade da noção de “necessidade social” na interpretação funcionalista (FERNANDES, 1972: 236). A operacionalização de todas as possibilidades do método funcionalista dependeria da articulação entre dois níveis do conceito de função: o de conotação pragmática – que compreenderia as concepções “teleológica” (necessidades e fins conscientes) e “mecanicista” (correspondência entre o fato social e seus fins no plano inconsciente) – e o de conotação lógica, a “concepção positiva” (relação de interdependência entre atividade parcial e total, em graus variáveis como determinado e determinante) (FERNANDES, 1972: 234); as três concepções corresponderiam sucessivamente às funções latente, manifesta e derivada. A interpretação funcionalista completa se daria à medida que o confronto entre as explicações de conotação pragmática possibilitaria a descoberta de novas conexões funcionais, mais abstratas e sintéticas, no nível da conotação lógica (FERNANDES, 1972: 242).

do segundo caso a pesquisa sobre relações raciais que ele empreendeu junto a Roger Bastide (BASTIDE e FERNANDES: [1953] 1959).

Ao identificar os limites temporais da interpretação funcionalista Fernandes estabeleceu os problemas aos quais ela poderia ser aplicada: “As conexões e as determinações que revelam a vida social em seu funcionamento: sob os aspectos da dinâmica social (fisiologia social) os quais abrangem tanto a operação dos processos sociais recorrentes, *quanto certas condições de alteração da ordem*” (FERNANDES, 1972: 251-2 – grifos nossos). Ou seja, o método funcionalista poderia ser mobilizado tanto para o estudo da organização social quanto da mudança. Durkheim, Mass e Radcliffe-Brow teriam avançado sucessivamente no exame do primeiro caso, entretanto, o principal limite de suas contribuições ao funcionalismo residiria na concepção de que este método só poderia ser aplicado ao estudo de problemas sincrônicos (FERNANDES, 1972: 259).

A partir dessa caracterização o sociólogo paulista passou à discussão com os autores que utilizaram o método funcionalista no estudo da mudança social, com o claro objetivo de particularizar as suas contribuições nesse aspecto:

Os autores que apelaram para o conceito de função, como recurso para análise dos fenômenos dinâmicos em geral, não se ligam às correntes tradicionais da teoria funcionalista na sociologia (por exemplo Parsons e Merton; e, de forma diferente, Renner e Mannheim); e os problemas que compeliram alguns autores funcionalistas, em parte, com a exceção de Malinowski, a tratar funcionalmente os problemas da mudança, concernem a fenômenos de contactos raciais e culturais. Entretanto, *pensamos que, devido à sua própria natureza, é esse método bastante sensível aos problemas sociológicos de mudança social, só não se aplicando à sua investigação quando a análise requeira a manipulação de séries causais contínuas em relação de seqüência* (FERNANDES, 1972: 259) – grifos nossos.

Ou seja, as possibilidades de aplicação do método funcionalista aos estudos de mudança social seriam amplas, pois “as mudanças podem operar-se graças a determinações funcionais” (FERNANDES, 1972: 259). O estudo da mudança social comportaria duas ordens de fatores: os que dizem respeito ao ritmo da mudança – aos quais não se aplicaria a análise funcionalista – e os relacionados aos graus de estabilidade e instabilidade social – cuja focalização dependeria do emprego do método funcionalista. Isso porque “as possibilidades de mudança social não são ilimitadas (...) elas dependem da forma através da qual esteja organizada a vida em sociedade” (FERNANDES, 1972: 261).



Para o sociólogo paulista o conhecimento dos componentes funcionais do sistema social e das suas formas e ritmos de integração e reintegração à estrutura permitiriam explicar, por exemplo, porque as modernas sociedades ocidentais “possuem uma grande capacidade de reajustamento e de sobrevivência, expressa na plasticidade com que nelas se enfrentam as mais profundas alterações nas relações adaptativas ou nos ajustamentos sociais internos” ao passo que as sociedades primitivas seriam “organizações em que o equilíbrio social tende para um padrão estável, mas não podem suportar a operação contínua de mecanismos de alteração da ordem social” (FERNANDES, 1972: 262).

A organização e as conexões funcionais de um tipo de sociedade são, nessa acepção, fatores determinantes para o processo de mudança social. A adoção desse ponto de vista permitiu que Florestan Fernandes focalizasse, teoricamente, a mudança a partir do prisma da (re)organização social e de seu equilíbrio, bem como de suas tendências (num lapso curto de tempo) de transformação; seja em sociedades como a moderna ocidental, nas quais as conexões funcionais concorreriam para a continuidade do sistema por meio de mudanças contínuas “organizações em que o equilíbrio social interno é instável e dá origem a mecanismos de alteração da ordem social, que operam continuamente” (FERNANDES, 1972: 262); seja em sociedades (como as primitivas) nas quais as conexões funcionais operariam de forma cataclísmica colocando em jogo a continuidade do padrão social.

Florestan estabelecia, assim, um diálogo crítico com os autores que pensavam a mudança social somente em termos de evolução global das sociedades humanas. Para ele, o método de interpretação funcionalista ampliaria o escopo de entendimento dos processos de mudança social, pois “a análise funcionalista pode ser um instrumento sensível para a análise das mudanças em emergência ou *in flux*, que estão em processo, pelo simples fato de retê-las e interpretá-las nas condições imediatas de sua atualização” (FERNANDES, 1972: 263). Isto é, o método de interpretação funcionalista concorreria para uma maior racionalização nas investigações dos processos de mudança social.

Esta discussão nos permite compreender como o funcionalismo se vincula ao estudo da mudança social na sociologia de Florestan Fernandes. No período considerado neste trabalho o sociólogo paulista concentrou suas energias no projeto de construção da sociologia no Brasil como ciência empírico-indutiva, por isso debateu-se, constantemente, com a questão da indução

na disciplina. Em **Os problemas da indução na sociologia** (FERNANDES, 1972)<sup>66</sup> Florestan Fernandes apontou os procedimentos mediante os quais seria possível o estabelecimento de inferências indutivas nas principais correntes sociológicas a partir das obras de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Portanto, para o sociólogo paulista o funcionalismo era um dos métodos a partir dos quais a indução poderia ser realizada na sociologia.

Entretanto, a sociologia era vista pelo autor como uma disciplina em fase de elaboração empírico-indutiva, necessitando do acúmulo de “dados de fato”, ou seja, das “instâncias empíricas, que reproduzem os aspectos essenciais dos fatos ou fenômenos investigados” (FERNANDES, 1972: 4). Nesse universo o método funcionalista abriria maiores possibilidades à exploração de problemas empíricos “Ainda que não seja universalmente aceito por todos os sociólogos, o método que oferece maiores garantias de exatidão à sociologia empírica é aquele que considera os fenômenos particulares investigados em seu modo de integração ao contexto social” (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 325)<sup>67</sup>; por isso o funcionalismo foi utilizado por Florestan Fernandes como recurso interpretativo da mudança social em projetos de pesquisa empírica, como o estudo do preconceito de cor na sociedade paulistana.

Há, por fim, uma conexão entre o estrutural funcionalismo e a percepção de Florestan Fernandes sobre o processo de mudança social. A argumentação desenvolvida nesta Tese demonstra que para Florestan Fernandes o estudo da mudança social estava associado à compreensão dos mecanismos de organização da sociedade. Nesse sentido, o autor concebeu (no plano lógico) a sociedade moderna como um padrão de organização instável cujo equilíbrio se daria por meio de diversas conexões funcionais, ou seja, uma estrutura diferenciada e integrada em suas partes (sistemas). O estudo da mudança social passaria pela apreensão dos movimentos mediante os quais a estrutura social transitava do padrão tradicional, por meio de sua desintegração operada por modificações nas conexões funcionais, para o padrão de civilização ocidental (democrático-burguês), reconstruindo sua estrutura a partir do estabelecimento de novas conexões funcionais. Contudo, sua visão do processo de mudança social não se limita às perspectivas abertas por esse método.

Florestan Fernandes cunhou um arcabouço teórico-metodológico e conceitual na busca da compreensão do processo de mudança social no Brasil. Tal empresa deu-se a partir da síntese

---

<sup>66</sup> Escrito em 1954.

<sup>67</sup> “O preconceito racial em São Paulo: projeto de estudo”; redigido por Florestan Fernandes e discutido e editado por Roger Bastide, em 1951.

sociológica (no sentido mannheimiano) de elementos extraídos da tradição durkheimiana, marxista e weberiana. Sobre esse aspecto são elucidativas as afirmações de Gabriel Cohn (1986: 127-130), para quem a síntese realizada por Fernandes entre as linhas do pensamento sociológico clássico, associada à ideia de planejamento democrático de Mannheim, corresponde à busca de uma interpretação original (e, também, de formas de intervenção especificamente sociológica) para uma sociedade complexa e multifacetada como a brasileira. A síntese teórica para o estudo da mudança social foi formulada pelo sociólogo paulista em alguns textos que compõem os **Ensaio de sociologia geral e aplicada** (FERNANDES, 1976), como veremos adiante.

Agora centraremos nossa discussão no trabalho de Fernandes que resultou do projeto UNESCO sobre relações raciais, pois ele foi um momento importante no trânsito temático realizado pelo autor no início da década de 1950 – desse projeto resultou a primeira análise de Fernandes sobre um processo de mudança social. O programa de estudos patrocinado pela agência internacional abrangeu pesquisas sobre relações raciais nos estados da Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro e foi realizado entre os anos de 1951 e 1952<sup>68</sup>. A princípio a pesquisa seria realizada somente na Bahia, pois, conforme a visão predominante na UNESCO, esse Estado era representativo de contatos raciais amistosos, ou seja, era o paradigma do que se convencionou chamar de democracia racial. Entretanto, os rumos do projeto foram alterados, agregando investigações em regiões “da sociedade brasileira em contexto de acelerado processo de modernização capitalista” (MAIO, 1999: 141).

Conforme Marcos Chor os rumos da pesquisa sobre relações raciais foram estabelecidos em meio a um complexo processo no qual interferiram diversos cientistas sociais (Arthur Ramos, Alfred Métraux, Charles Wagley, Roger Bastide, Costa Pinto, entre outros) e instituições (UNESCO, FFCL-USP, ELSP, Universidade da Bahia, entre outras). Costa Pinto e Roger Bastide foram os principais articuladores da extensão das pesquisas às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (MAIO, 1999). O primeiro ficou responsável pela investigação no Rio de Janeiro; em São Paulo o programa de estudos sobre o preconceito de cor ficou a cargo de Roger Bastide e Florestan Fernandes<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> Para um exame detalhado do projeto UNESCO consultar (MAIO, 1997a). Em sua tese de doutorado o autor discute a história do projeto apontando seus antecedentes (no plano institucional e das ideias sobre raça que vigoravam no Brasil e no exterior); o processo de construção do projeto; os trabalhos que dele resultaram; e apresenta o contraponto representado por Guerreiro Ramos.

<sup>69</sup> O trabalho de Bastide e Fernandes foi publicado pela primeira vez na Revista **Anhembi**, em 1953. Foi reeditado pela Anhembi e acrescido dos relatórios de outros pesquisadores, entre eles Oracy Nogueira, com o título **Relações**

A obra de Bastide e Fernandes (1959) trata da formação, manifestações e efeitos do preconceito de cor na cidade de São Paulo, focalizando o fenômeno em meio ao processo de mudança social pelo qual a cidade passava desde a abolição da escravatura até o início da década de 1950. Nesse sentido, aquela cidade fornecia um ângulo singular não só para o estudo do preconceito cor, mas, também, para a análise de um amplo processo de mudança social que reconfigurava a sociedade brasileira em todos os seus aspectos. Nas palavras de Roger Bastide:

A cidade de São Paulo apresenta, para o estudo do preconceito de cor, um significado especial, pois *transformou-se, em menos de meio século, de uma cidade tradicional numa metrópole tentacular, o maior centro industrial da América Latina*. O processo realizou-se com tal rapidez que ainda coexistem, lado a lado, sobrevivências da sociedade escravista e inovações da sociedade capitalista (BASTIDE e FERNANDES, 1959: XIII) – grifos nossos.

Os resultados da pesquisa foram apresentados em cinco capítulos: I. Do escravo ao cidadão; II. Cor e estrutura social em mudança; III. Manifestações do preconceito de cor; IV. Efeitos do preconceito de cor; V. A luta contra o preconceito de cor. Os capítulos I, II e V foram redigidos por Florestan Fernandes, os demais por Roger Bastide. Sitaremos nossa análise nas contribuições de Fernandes, utilizando os apontamentos de Bastide à medida que forem necessários para o desenrolar da argumentação<sup>70</sup>.

No primeiro capítulo de **Branco e Negro em São Paulo** (BASTIDE e FERNANDES, 1959) Florestan trata do processo de transformações econômicas e sociais na cidade de São Paulo responsável pela conversão do escravo em cidadão. O ponto nevrálgico desse processo teria se dado na segunda metade século XIX, momento no qual a grande lavoura cafeeira, ancorada no trabalho escravo, se expandia vertiginosamente. Entretanto, o período de maior prosperidade econômica da província teria coincido com “colapso do sistema de trabalho escravo no Brasil”, pois o tráfico negreiro havia sido proibido e aquele tipo de trabalho tornava-se cada vez mais

---

**raciais entre negros e brancos em São Paulo:** ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo (BASTIDE e FERNANDES, 1955). A pesquisa de Fernandes e Bastide teve, ainda, uma segunda edição com o título **Branco e Negro em São Paulo:** ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestação atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana (BASTIDE e FERNANDES, 1959) – esta versão é que foi utilizada nesta Tese.

<sup>70</sup> Para uma comparação entre as visões de Roger Bastide e Florestan Fernandes sobre as relações raciais e o processo de modernização da sociedade brasileira consultar (PEIXOTO: 2004). Conforme a autora “O foco da análise de Florestan recai preferencialmente sobre o processo de integração do negro na estrutura social e econômica em vias de transformação, e sobre a luta política dos negros. O de Bastide, por sua vez, incide preferencialmente sobre o plano das mentalidades e sobre as formas de manifestação do preconceito na vida social.” (PEIXOTO: 2004).

dispendioso – o que colocou a questão do sucedâneo para a mão-de-obra escrava na ordem do dia (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 38).

Em meio ao processo de desagregação da ordem social escravocrata as elites dirigentes resolveram o impasse da transição entre os regimes de trabalhos escravo e livre por meio da política de imigração – o que, na avaliação de Fernandes, gerou consequências perversas para o negro no Brasil:

Apesar dos ideais humanitários que inspiraram as ações dos agitadores abolicionistas, a *lei que promulgou o fim do cativo* consagrou uma autêntica *expoliação dos escravos pelos senhores*. Aos escravos foi concedida uma *liberdade teórica*, sem qualquer garantia de segurança econômica ou de assistência compulsória; aos senhores e ao Estado não foi atribuída nenhuma obrigação com referência às pessoas dos libertos, abandonados à própria sorte daí em diante. Em suma, *prevaleceram politicamente os interesses sociais dos proprietários dos escravos* (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 48) – grifos nossos.

Esse processo teria culminado na “eliminação parcial do negro do sistema de trabalho” (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 50). Isso porque as oportunidades de trabalho livre geradas pelo incremento da economia e da urbanização da cidade de São Paulo teriam beneficiado o imigrante europeu e, em menor grau, o “trabalhador nacional” – brancos e mestiços. Segundo o autor, a “herança negativa deixada pela escravidão” (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 55) concorreu para que o negro não conseguisse competir em pé de igualdade com o imigrante europeu no mercado de trabalho. O trabalho escravo, por ser essencialmente físico e especializado, teria colocado o negro em desvantagem em relação aos imigrantes, fazendo com que os primeiros não tivessem uma orientação capitalista – fundamental para o ajustamento na sociedade de classes – confinando-os aos trabalhos mais humildes e mal remunerados.

Por essas razões, a reabsorção do negro no mercado de trabalho teria se processado de forma lenta. Na transição entre o regime de trabalho escravo e o livre o negro, enquanto coletividade, não teria se inserido nas posições de trabalhador assalariado e de empreendedor, típicas da sociedade de classes (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 62-3). Em linhas gerais, com a abolição da escravatura a transformação do escravo em cidadão teria se dado de forma imediata no plano político e legal – processo que teria conferido direitos formais aos ex-escravos. Florestan caracterizou o status de homem livre concedido aos negros como formal porque ele não se concretizou em oportunidades reais de inserção na sociedade de classes por meio do trabalho

livre. Daí o autor ter identificado uma “desproporção” entre o ritmo do processo político e do econômico (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 67).

Entretanto, o processo de mudança social estava em pleno andamento e começava, principalmente a partir da modernização capitalista iniciada em 1930, a produzir efeitos positivos para o ajustamento do negro às condições de trabalho livre:

Essa transição parece ter entrado em sua fase inicial em nossos dias. A proletarianização dos indivíduos de cor e a integração concomitante de uma porção deles às classes médias marcaram o fim de um período e o começo de uma nova era na história do negro na vida econômica de São Paulo. Estamos diante de um processo de recuperação econômica desse elemento, de sua reabsorção pelas condições materiais e morais de existência social vigentes contemporaneamente na cidade (FERNANDES, 1959: 67).

Ao buscar compreender as formas de (des)ajustamento do negro à sociedade de classes Florestan Fernandes apontou as principais características da transição entre a ordem social escravocrata e a capitalista. Na visão do autor a mudança social se deu sob a direção das elites escravistas e em função de seus interesses. A unilateralidade na condução do processo configurou um descompasso entre a ordem legal (o estatuto de homem livre conferido ao negro) e a econômica (a lenta reabsorção do negro ao regime de trabalho livre). Começava a emergir na análise de Fernandes um aspecto que marcaria suas reflexões sobre a mudança social no Brasil: o caráter do poder conservador e sua capacidade de resiliência.

O sociólogo paulista continuou sua análise estabelecendo as relações entre cor e a estrutura social em mudança; tratava-se de saber se e como a cor da tez atuava no sentido da segregação social na sociedade de classes, como ela influenciava os ajustamentos inter-raciais e a estratificação social da cidade de São Paulo. Ao perseguir essas questões o autor acabou produzindo uma visão inovadora, para a época, sobre as relações entre “raça” e estratificação social em São Paulo. Esta não seria um produto das diferenças raciais, mas sim das conexões que se davam entre a cor da pele e a posição dos indivíduos nas relações de trabalho – “no plano econômico da vida social” (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 79). Na escravidão estaria a origem da associação entre a cor da pele e a posição social, pois o “trabalho sob a escravidão estabeleceu uma relação tal entre o branco, o negro e o mestiço, que estes estavam para aquele assim como o senhor estava para o escravo” (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 81). Daí a tendência da **estratificação social da cidade de São Paulo** “*expressar concomitantemente as*

*diferenças de situação econômica, de posição social, de raça ou de cor*” (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 81 – grifos nossos).

Na sociedade escravocrata a cor traduziria simbolicamente as distâncias sociais entre senhores e escravos “distinguindo indivíduos por meio de caracteres exteriores, de acordo com sua posição na estrutura social” (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 82); e, também, atuaria como elemento de justificação e legitimação da exploração dos escravos pelos senhores “funcionando como um núcleo de condensação e de ativação de uma série de forças sociais, que mantinham a unidade e a estabilidade da ordem vigente” (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 82).

Portanto, para Florestan Fernandes o preconceito de cor na sociedade escravocrata brasileira (uma sociedade de castas) tinha por função social assegurar a continuidade da ordem senhoreal à medida que operava como um fator de “segregação social”, garantindo a integridade racial do grupo dominante (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 87). Esse mecanismo se dava, segundo o autor, por meio da proibição do casamento inter-racial, já que o parentesco era o principal critério de atribuição de status em uma sociedade de castas – o que não implicava na restrição da miscigenação “Mas, ao contrário, [em] fazer [com] que esta se processasse sem afetar substancialmente as posições recíprocas dos dois grupos de raças no sistema social” (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 88).

Se o preconceito de cor tinha a função social de manter a ordem senhoreal, a discriminação racial era inerente à sociedade escravocrata e gerava, a despeito da miscigenação e dos contatos íntimos, duas camadas sociais que se cindiam, cultural e socialmente, em dois mundos:

*As diferentes modalidades através das quais se processou a discriminação racial, tinham por função manter as distâncias sociais intransponíveis, que dividiam os dois mundos coexistentes e superpostos, e garantir a partilha desigual de direitos e deveres, assegurada pelo regime servil* (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 88) – grifos nossos.

Nesse sentido, em termos de função, o preconceito de cor e a discriminação racial foram vistos pelo Florestan como processos completos na preservação da ordem social escravocrata – duas faces da mesma moeda, pois: “Se um produzia efeitos que implicavam na defesa da integridade social das “raças” dominantes, outro produzia efeitos que asseguravam a continuidade da dominação senhoreal sobre as raças reduzidas à escravidão” (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 113). Por ter sofrido uma elaboração cultural que a associou ao trabalho

escravo a cor teria sido funcionalmente significativa na sociedade escravocrata, gerando um padrão de ajustamentos inter-raciais baseado na justaposição de casta e de raça:

*Negro* equivalia a “indivíduo privado de autonomia e liberdade”; *escravo* correspondia (em particular do século XVIII em diante), a “indivíduo de côr”. Daí a dupla proibição, que pesava sobre o negro e o mulato: o acesso a papéis sociais que pressuponham regalias e direitos lhes era simultâneamente vedado pela “condição social” e pela “côr” (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 114).

Como esse padrão de ajustamentos inter-raciais reagiu ao processo de mudança social em curso desde o final do século XIX? O preconceito de cor e a discriminação racial tinham uma função social definida na sociedade de classes? Para Florestan Fernandes o regime servil teria se desagregado sem destruir a equivalência entre a estrutura social da sociedade paulistana e seu padrão de estratificação social. Por isso no plano das relações entre brancos, negros e mestiços não teria ocorrido mudanças substantivas, pois o trabalho livre não pôde operar como um meio de revalorização social dos libertos, alçando-os às posições sociais conspícuas:

Em conseqüência, *mantem-se o velho padrão de relações assimétricas no comércio social dos negros com os brancos e perpetuam-se*, com o sistema de controles sociais correspondentes, *as manifestações de preconceito e de discriminação*, que antes se aplicavam ao escravo e ao liberto (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 140) – grifos nossos.

Essa visão do autor sobre os ordenamentos raciais associava-se a sua caracterização do processo de transição entre a ordem social escravocrata e a sociedade de classes. Para Fernandes a abolição da escravatura teve resultados limitados devido à sua condução unilateral; as camadas senhoriais dirigiram a transição entre o trabalho escravo e o livre de forma a eliminar somente certas normas (como a própria relação senhor/escravo) que obstaculizavam a expansão da ordem social capitalista. Por isso o impulso do processo de mudança social teria se dado por mecanismos que concorreram para a manutenção da velha etiqueta de relações raciais entre brancos e negros – a qual, no passado, assegurava a dominação de uma raça e uma casta (brancos/senhores) sobre a outra (negros, mestiços/escravos), e no presente concorria para a manutenção de representações e expectativas de comportamento incompatíveis com uma sociedade de classes.

Em outras palavras: a precária integração do negro na sociedade de classes – devido ao predomínio dos interesses econômicos da elite senhoreal na transição entre a sociedade escravocrata e a de classes – foi apontada por Florestan Fernandes como a causa da manutenção



do preconceito de cor. Na interpretação de Fernandes há uma associação entre casta e “raça” na sociedade escravocrata, e entre classe e “raça” na sociedade capitalista. A reintegração na sociedade de classes de um padrão de estratificação social que superpõem elementos “raciais” e posição social é que singularizava as relações entre brancos e negros em São Paulo.

Para o autor as distâncias sociais entre brancos e negros se perpetuaram na sociedade de classes e com elas os estereótipos negativos sobre o negro. No plano das expectativas de comportamento é que se manifestariam as maiores resistências à mudança:

Os mesmos estereótipos surgem em outras esferas da cultura, identificando o negro através de caracteres físicos grosseiros, ou de um estado de ignorância extremo, ou de uma situação social subalterna, como *criado* do branco, ou objeto de sua “piedade” e da sua “proteção” (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 146).

Florestan Fernandes identificou as assimetrias nas relações entre brancos e negros na sociedade de classes como um caso de demora cultural – hipótese formulada originalmente por William Ogburn, um dos expoentes da escola de Chicago. Para Ogburn existiria uma dificuldade (ou certa lentidão) para que a esfera cultural estabelecida em uma dada sociedade assimilasse as inovações geradas pela mudança social (sobretudo, pelas inovações tecnológicas representadas na modernidade pela industrialização e, em decorrência, pela urbanização). Esse processo configuraria uma relação de tensão entre os elementos antigos e novos que compõem uma sociedade. Tais tensões manifestar-se-iam devido à demora necessária para que o conjunto da sociedade assimilasse a nova ordem que emerge da mudança social, o que concorreria para uma situação de desorganização social temporária. Contudo, as tensões tenderiam a ser superadas, uma vez que a esfera cultural acabaria assimilando, obrigatoriamente, as inovações operadas pelo processo de mudança social (OGBURN, 1922)<sup>71</sup>.

Para o sociólogo paulista a demora cultural teria se manifestado à medida que

o sistema de relações raciais não se transformou tão rapidamente quanto o sistema total e inclusivo de relação sociais. Depois do esfacelamento da ordem escravocrata e senhoreal, continuaram a ter plena vigência normas sociais e tipos de controle das relações sociais, aplicáveis a situações de contato entre *brancos, negros e mestiços*, que só tinham sentido naquela ordem social (...) a

---

<sup>71</sup> Depois de Ogburn, vários cientistas sociais norte-americanos aplicaram a hipótese da demora cultural para explicar os conflitos que marcavam o processo de mudança social em curso naquele país (COLOUN, 1995). A hipótese da demora cultural foi difundida no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, pela absorção da teoria social produzida nos Estados Unidos na primeira metade do século XX – país no qual ocorreu um grande desenvolvimento da sociologia empírica – sendo aceita por muitos cientistas sociais, entre eles Florestan Fernandes, mas, também, criticada por outros como Costa Pinto.

*representação social da personalidade-status do negro, elaborada pelos brancos, não encontrou até o presente condições que determinassem a sua transformação em sentido radical (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 154-5) – grifos nossos.*

No plano sócio-cultural, ou no horizonte mental predominante na sociedade de classes, o negro deveria permanecer nas posições subalternas que lhes fora reservada na ordem social escravocrata. A transformação das representações sociais sobre o negro e, por conseguinte, seu ajustamento ao sistema de relações sociais da sociedade de classes dependeria da modificação radical de sua posição social, ou seja, da inserção coletiva do negro na sociedade de classes como trabalhador assalariado ou empreendedor. Na avaliação de Elide Rugai Florestan Fernandes teria introduzido um elemento novo nas pesquisas sobre relações raciais, pois não questionava “apenas as relações naquele momento existentes entre negros e brancos em São Paulo, mas buscavam[va]-se, na escravatura, as raízes desse relacionamento” (BASTOS, 2004).

Se Fernandes identificou “na herança do passado (...) tendências que atuam como forças de conservantismo cultural e social” (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 156), ele também apontou os fatores que operavam de forma construtiva. Tais fatores foram vistos pelo autor como “tendências emergentes” dos processos de secularização e de urbanização que caracterizam a modernização capitalista – os quais contribuiriam para a mudança dos ajustamentos raciais entre brancos e negros em São Paulo:

*1º.) os padrões de comportamento e as ações sociais deixam de objetivar-se, progressivamente, como valores característicos do nível de vida e da capacidade de poder de um setor da população, dos brancos; 2º.) os controles sociais que se aplicavam indiscriminadamente nas relações entre negros e brancos tendem a desaparecer ou a ser substituídos por contrôles sociais conformados aos padrões de comportamento vigentes no seio de cada classe social e às normas de relação categórica e impessoal, criadas pelo desenvolvimento da economia urbana; 3º.) a assimilação dos negros e dos mulatos às classes sociais está favorecendo a emergência de atitudes e de movimentos de inconformismo contra as manifestações do preconceito de cor e da discriminação econômica ou social com base na cor, os quais sublinham a tendência dos indivíduos de cor a modificarem a representação que mantinham da personalidade-status do branco e da própria autoconsciência de status e papéis, em um sentido nivelador e igualitário (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 157-8).*

As tendências de modificação nos ajustamentos entre brancos e negros na cidade de São Paulo foram assinaladas pelo autor a partir da análise do processo de modernização capitalista iniciado na década de 1930 e das mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que dele

resultaram. A industrialização e a urbanização postas em marcha no Brasil estariam abrindo espaços à inserção do negro enquanto membro efetivo da sociedade de classes; o negro começava, progressivamente, a se proletarizar e, também, a adentrar a classe média. Com esse processo iniciava-se a mudança de posição social do negro, concorrendo para transformações que se situariam mais na esfera da discriminação econômica e social, com base na cor, que na do preconceito de cor propriamente dito.

Ou seja, Florestan identificou em seu exame das mudanças nas relações raciais a propensão dos brancos a aceitarem os negros mais “no plano das relações categóricas e formais, que dependem em maior ou menor grau da convergência de interesses sociais” (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 159) do que nas relações afetivas e íntimas. A convergência de interesses sociais e de classes, favorecidos pela urbanização e pela industrialização, concorreriam para o estabelecimento de relações sociais entre brancos e negros com base em critérios impessoais; no entanto, tais critérios teriam dificuldade de adentrar a esfera das relações pessoais e íntimas – mais resistentes à mudança.

Outro aspecto que contribuiria para a mudança do padrão de ajustamentos raciais herdados do passado é a emergência coletiva de atitudes inconformistas, por parte dos negros, em relação às desigualdades econômicas e sociais e ao preconceito de cor – da qual as associações e os movimentos negro seriam a maior expressão. A própria origem do movimento negro estaria associada ao processo de mudança social, já que ele teria emergido (tem como causa) sob o influxo da crescente inserção do negro na sociedade de classes. Para Fernandes os movimentos negro teriam significado positivo no processo de mudança em curso, pois a função social destes movimentos estaria ligada ao ímpeto da integração do negro ao regime de trabalho livre e ao sistema de classes sociais:

São movimentos que procuram libertar os negros de uma herança social incômoda e aniquiladora, a qual dificulta e impede a sua incorporação ao regime de trabalho livre e ao sistema de classes sociais, *substituindo-os por valores sociais novos, coerentes com a configuração emergente da vida urbana* (BASTIDE e FERNANDES, 1959: 285-6) – grifos nossos.

Ou seja, o movimento negro impulsionaria a mudança social no plano sócio-cultural – exatamente o ponto que apresentaria maiores resistências à transformação – contribuindo para o sepultamento dos estereótipos negativos sobre os negros que dificultariam sua plena integração à sociedade de classes.

A análise do estudo de Florestan Fernandes sobre o preconceito de cor na sociedade paulistana evidencia como o autor mobilizou proficuamente o método de interpretação funcionalista para o exame de um processo de mudança social. Inserindo-se no registro do estrutural funcionalismo Florestan concebeu a cidade de São Paulo como uma estrutura social em mudança – de acordo as formulações presentes em **O método de interpretação funcionalista na sociologia** (FERNANDES, 1972). Por meio do emprego desse método o autor pôde identificar a função social do preconceito de cor e da discriminação racial na sociedade escravocrata; a causa da manutenção do preconceito de cor na sociedade de classes (de ordem econômica) – a partir da análise das condições sociais de existência; os fatores de resistência à mudança que contribuíam para a manutenção do preconceito de cor (de ordem sócio-cultural); e, também, apontou as tendências que concorriam para a transformação do padrão de ajustamentos entre brancos e negros.

Florestan Fernandes aprofundou a discussão teórica sobre a mudança social em alguns textos que compõem os **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**<sup>72</sup> (FERNANDES, 1976); nesses escritos se evidencia a preocupação de unir “ciência e cidadania”, “teoria e prática” (COHN, 1986: 126) ou de “estabelecer uma correspondência entre *fazer ciência e fazer história*” (VILLAS BÔAS, 2006b: 66) – tensão equacionada por meio de um diálogo frutífero com a obra de Karl Mannheim. Nos ensaios o autor consolidou a síntese das várias teorias sociológicas por ele empregada para o estudo da mudança social no Brasil.

Florestan Fernandes realizou uma apreciação crítica da tradição sociológica alemã (em autores como Tönnies, Hans Freyer, Karl Marx e Karl Mannheim), francesa (em especial, Émile Durkheim), inglesa (Hebert Spencer) e norte-americana (Thomas, Znanieck e Ogburn) e identificou os avanços na construção da sociologia aplicada como insatisfatórios. Por isso se incumbiu da tarefa de dar fundamento positivo à sociologia aplicada, restringindo seu objeto e campo, concebendo-a, portanto, como um ramo especial e autônomo da sociologia. Em linhas gerais a sociologia aplicada dedicar-se-ia ao estudo dos problemas sociais a partir do ponto de vista sociológico – sem abrir mão das “normas do conhecimento científico e de acordo com os

---

<sup>72</sup> Os ensaios que compõem essa obra datam da segunda metade dos anos de 1950, são textos elaborados pelo autor para um curso de sociologia aplicada ministrado na FFCL – USP entre 1956-1959. A primeira edição do livro é de 1959, na redação desta Tese foi utilizada a terceira edição: (FERNANDES, 1976).

requisitos empíricos e lógicos da explicação sociológica” (FERNANDES, 1976: 109) – e da conversão desse conhecimento em intervenção racional na sociedade.

O substrato da aplicação do conhecimento sociológico era a aposta na capacidade da ciência em projetar o futuro, em reconstruir as bases da vida humana, pois a ciência era compreendida pelo autor como um fator de modernização e de desenvolvimento por ser uma forma de conhecimento típica do mundo secular, racional e democrático – produto e ao mesmo tempo coprodutora dessa civilização (FERNANDES, 1976 e 1977). Por isso o pensamento científico concorreria para a manipulação racional dos problemas sociais, pois o conhecimento objetivo da realidade social seria indispensável para o progressivo incremento do padrão de civilização exigido pelo mundo moderno. Tal padrão seria caracterizado pelo emprego crescente de técnicas racionais (leia-se científicas) para o controle dos problemas sociais e pela preponderância da democracia como forma de organização social. Daí a importância que autor conferiu ao desenvolvimento da sociologia como um fator dinâmico de reorganização da sociedade brasileira e de superação de suas inconsistências:

Contudo, os leigos não percebem esse fato. Ignoram que as ciências sociais só podem tornar-se verdadeiramente úteis à coletividade quando as atividades de ensino, de pesquisa, de sistematização teórica e de aplicação podem ser organizadas institucionalmente, desenvolvidas de forma contínua e orientadas de acordo com motivos teóricos ou práticos que aconselham a realização de determinadas pesquisas, independentemente das preferências individuais dos próprios investigadores (...) Daí resultam conseqüências danosas para o progresso da sociologia como ciência, tanto quanto para a sociedade brasileira, que se defronta com problemas sociais cujo conhecimento positivo e tratamento prático muito teriam a ganhar se os cientistas sociais pudessem dedicar-se ao estudo deles de modo sistemático (FERNANDES, 1977, p.53 – grifos nossos).

A atitude positiva de Fernandes frente à capacidade da ciência de lançar luz sobre os problemas sociais e contribuir para a sua superação por meio do planejamento racional e democrático é inspirada na obra de Karl Mannheim (ARRUDA, 2001), (COHN, 1986), (VILLAS BÔAS, 2006a). A noção mannheimiana de planejamento social tem suas raízes em um contexto complexo e turbulento. A primeira edição de **Ideologia e utopia** (MANNHEIM, 1968) data de 1929 e expressa os dilemas históricos daquele momento: as transformações decorrentes da revolução russa de 1917, as intempéries do cenário internacional do entre - guerras e a ascensão da ideologia fascista. A avaliação de Mannheim sobre esse contexto remete à ideia de crise, pois o mundo estaria dilacerado pela diversidade de opiniões e pela polarização de perspectivas,

configurando um cenário no qual não havia um consenso mínimo de valores e objetivos que orientassem moralmente a civilização ocidental.

Tal heterogeneidade foi concebida pelo sociólogo alemão como uma característica da sociedade de massas; o que o levou à abordagem do planejamento como uma forma de imprimir racionalidade ao processo histórico por meio do controle democrático das “técnicas sociais”<sup>73</sup>. Para este autor controle significava capacidade de previsão e planejamento social – num registro oposto ao totalitarismo, uma vez que se baseava na afirmação da liberdade do homem e da diversidade – o planejamento mannheimiano repousava, essencialmente, em uma aposta na coordenação da vida social, subordinada ao princípio democrático. Caberia aos homens controlar as técnicas sociais por meio do consenso democrático para que elas não servissem a fins exclusivistas.

O princípio mannheimiano de planejamento democrático tinha a ciência como um de seus fundamentos, pois o conhecimento da realidade social é que permitiria o seu controle. Nesse sentido, o planejamento democrático e racional implicava na negação do ponto de vista liberal, pois “O princípio do *laissez-faire* não nos ajudará mais: *teremos de enfrentar os acontecimentos do porvir no plano do pensamento consciente em termos de conhecimento concreto da sociedade*” (MANNHEIM, 1967, p. 17). De modo semelhante, Florestan Fernandes afirmava que a sociologia aplicada estava engatinhando porque o ideal de ciência propugnado pelo *laissez-faire* teria concorrido para a formação de um hiato entre a investigação produtora de conhecimentos (ciência) e sua aplicação à realidade social (tecnologia). Na acepção de Fernandes o divórcio entre o cientista e o técnico teria de ser superado, pois a visão de mundo liberal não se adequaria mais ao padrão de civilização do ocidente. Eram tempos de planejamento democrático, de intervenção racional na sociedade, de participação dos cientistas sociais em projetos de reconstrução social.

Gláucia Villas Bôas avalia da seguinte forma a recepção de obra de Karl Mannheim por Florestan Fernandes:

---

<sup>73</sup> Para Mannheim as “técnicas sociais” eram elementos típicos de sociedades de massas (planificadas), tais como os meios de comunicação terrestres e midiáticos bem como a educação. A importância que o autor atribuiu a essas técnicas deve-se à sua grande capacidade de influência sobre o comportamento humano, pois “nas mãos do governo, agem como meios especialmente poderosos de controle social (...) A recente mudança do governo democrático para sistemas totalitários também se deve, a este respeito, não tanto às mudanças nas idéias dos homens quanto às mudanças de técnica social” (MANNHEIM, 1967, p.12). Entretanto, as técnicas sociais não seriam intrinsecamente malignas – como técnicas elas eram neutras – as consequências de sua aplicação estariam ligadas às formas de sua

Florestan Fernandes argumentava em favor da relação próxima e indispensável entre a sociologia geral e a sociologia aplicada para mostrar que é possível converter o conhecimento sociológico em “força” para as mudanças sociais no Brasil, sem que tal postura ferisse as regras do afazer científico (...) Somente essa relação entre teoria e prática daria sentido ao trabalho do cientista social numa sociedade em construção, na qual a ordem moderna e o conhecimento científico não tinham surgido de condições históricas e culturais. *No Brasil, era preciso planejar e provocar a mudança. A “intervenção racional nos processos de mudança” tornou-se, através da argumentação do autor, atribuição e competência do cientista social* (VILLAS BÔAS, 2006a: 126-7) – grifos nossos.

Florestan extraiu do diálogo com Mannheim a matéria prima para formular as conexões entre ciência e prática na sociedade brasileira – uma sociedade na qual a modernidade estaria em construção, seria um projeto. O sucesso do desenvolvimento do padrão de civilização ocidental no Brasil dependeria da participação dos cientistas sociais. Em um momento histórico marcado pelas reflexões sobre a construção da modernidade e da sociologia no Brasil, a obra de Mannheim ecoou entre os cientistas sociais<sup>74</sup>, servindo para “justificar a *atribuição de um papel histórico à sociologia*, como técnica capaz de distinguir as tendências racionais e irracionais da sociedade” (VILLAS BÔAS, 2006a: 126 – grifos nossos).

Para o sociólogo paulista a intervenção racional era um “processo de natureza sócio-cultural” (FERNANDES, 1976: 122) e, também, uma “técnica social (...) algo que se opõe à *mudança social espontânea*, em virtude do caráter “artificial” que assume, como *mudança social provocada de modo consciente e deliberado*” (FERNANDES, 1976: 145-6). O papel dos cientistas sociais no processo de intervenção racional estaria associado à produção de conhecimentos que assegurassem a mudança social provocada: “o que lhes compete não é traçar planos ideias de organização das sociedades humanas. Mas produzir conhecimentos que expliquem esse processo cientificamente e assegurem o maior domínio possível sobre as diversas fases de intervenção racional na realidade social” (FERNANDES, 1976: 123).

---

manipulação, aos valores que a orientam. Daí Mannheim defender a necessidade de um controle democrático para que as técnicas fossem utilizadas em benefício da coletividade e do progresso da civilização.

<sup>74</sup> Além da questão do transplante da modernidade para o Brasil Villas Bôas aponta outra vertente da incorporação das ideias de Mannheim no país, representada por Guerreiro Ramos – o qual teria aliado as reflexões sobre a construção da modernidade à questão dos nexos entre o pensamento e o ser. “Nessa outra vertente da recepção do pensamento de Mannheim, representada por Guerreiro Ramos, apostava-se que o transplante da ordem moderna pressupunha uma assimilação crítica das teorias importadas” (VILLAS BÔAS, 2006a: 128). A autora refere-se ao papel que Mannheim desempenhou na crítica de Guerreiro à importação de teorias sociológicas de outros países – vista pelo autor como despropositada à medida que tais ideias teriam sido criadas para pensar contextos distintos do brasileiro e, portanto, seriam inadequadas para a realidade nacional. O uso profícuo do pensamento sociológico

Fernandes postulava uma forma de intervenção dos sociólogos no processo de mudança social que fosse especificamente científica, por isso ela passava pela construção da sociologia aplicada. Por ser um conhecimento peculiar porque dotado de finalidades práticas a sociologia aplicada demandaria a combinação entre os raciocínios indutivo e pragmático. Tal combinação foi arquitetada pelo sociólogo paulista tendo em vista as particularidades da teoria sociológica e suas implicações práticas. O raciocínio indutivo não seria suficiente para orientar o processo de intervenção na realidade social, isso porque o alcance da teoria sociológica seria limitado devido à natureza dos sistemas sociais (abertos e descontínuos), não possibilitando o estabelecimento de prognósticos seguros (FERNANDES, 1976: 110-1).

O conhecimento teórico das “tendências espontâneas de alteração do sistema social”, obtido por vias indutivas, possibilitaria somente o desencadeamento do processo de intervenção. Após esse passo surgiriam novas situações que precisariam ser sistematicamente investigadas, dando origem ao raciocínio pragmático, pois

o sucesso passa a depender, quantitativa e qualitativamente, da capacidade dos agentes de rever e ampliar os conhecimentos iniciais, mediante a pesquisa fundamental, pelo estudo dos efeitos provocados no comportamento dos fatores, através de sucessivas tentativas de controle racional desenvolvidas (FERNANDES, 1976: 110).

A sociologia aplicada representa um esforço de estender a racionalização, a capacidade de controle e previsão ancorada no conhecimento científico a todos os campos da vida social. Inclusive, aos processos dotados de considerável grau de irracionalidade, como a mudança social. Nesse sentido, Florestan estabeleceu um diálogo com as proposições de Mannheim (1968) sobre as relações entre a teoria social e a prática política, mediada pela noção de *intelligentzia*. A partir desse colóquio advogou a necessidade de controle científico (por meio da pesquisa) do processo de intervenção racional pelos cientistas sociais. Na era do planejamento o destino das pesquisas científicas, sua conversão em forças sociais, não poderia ficar “entregue às reações seletivas dos grupos ou camadas sociais” (FERNANDES, 1976: 113). O ideal do *laissez-faire* obstruiria os processos de mudança social provocada – requeridos pelo padrão de civilização ocidental.

A correção do ponto de vista liberal se daria pela combinação entre o raciocínio indutivo e o pragmático – arranjo intrinsecamente virtuoso na concepção de Florestan. Ele abriria novas

---

estrangeiro passaria por uma síntese crítica dessas ideias, a fim de acomodá-las as especificidades do Brasil (RAMOS A. G, 1965).



possibilidades às ciências sociais ao ampliar o conhecimento das condições mediante as quais a intervenção social se processaria:

a faculdade de comunicar-se simbolicamente com o “objeto” da investigação e, mesmo, de compartilhar de sua ordem existencial conferiu ao sujeito investigador a *vantagem de poder operar com categorias de pensamento carregadas de sentido subjetivo supra-individual e de plena eficácia práticas, nas condições correspondentes de existência* (FERNANDES, 1976: 120) – grifos nossos.

O que favoreceria a análise de processos nos quais o

comportamento de indivíduos ou de massas de indivíduos parece relacionar-se com polarizações do “querer comum”<sup>75</sup> (...) Contudo, isso não significa que a teoria resultante seja mera transcrição semântica mais abstrata das expressões subjetivas do “querer comum” (o que decorre, por exemplo, da orientação de Freyer). Desde que a análise se mantenha num ponto de estrita objetividade, *a teoria resultante pode incorporar os elementos subjetivos que operam como fatores radicais de mudança social* (o que se evidencia nas interpretações de Marx) *ou exprimir tendências médias, caracterizáveis a partir dos elementos dinâmicos em determinadas condições histórico-sociais* (consequência da síntese de “perspectivas”, defendida por Mannheim) (FERNANDES, 1976: 120) – grifos nossos.

Além de possibilitar uma forma de intervenção científica na sociedade contribuindo para a mudança social provocada, a sociologia aplicada ampliaria o conhecimento sobre os processos de mudança social. Por isso a ciência da sociedade em sua formulação pragmática iria ao encontro dos “alvos centrais da explicação sociológica”<sup>76</sup>, contribuindo para o avanço da teoria na disciplina já que “os “interesses da ação” e as “preocupações teóricas” podem conciliar-se sem prejuízo mútuo e segundo propósitos que asseguram extrema objetividade aos conhecimentos obtidos, desde que a posição do sujeito-investigador seja determinada em função de razões científicas” (FERNANDES, 1976: 127).

---

<sup>75</sup> Na acepção de Hans Freyer “Como a realidade social em todas as suas estruturas não é outra coisa senão homens em sua relação recíproca, o seu movimento é sempre e essencialmente querer humano – não como liberdade para qualquer coisa, naturalmente, mas querer concreto em certas situações, diante de um certo presente e no sentido de um certo futuro” (FREYER, citado por FERNANDES, 1976: 120).

<sup>76</sup> Para Florestan Fernandes os “alvos centrais da explicação sociológica” seriam norteados pelos requisitos de desenvolvimento teórico da sociologia, universalmente estabelecidos. Os sociólogos, por sua vez, deveriam ajustar seus interesses particulares – permeados pela perspectiva de reconhecimento social e identificação com o objeto de análise – aos imperativos de desenvolvimento da sociologia como ciência. Sobre essa questão ver (FERNANDES, 1977), em especial, o texto “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”.

Em suma, a sociologia aplicada de Florestan Fernandes emergiu de uma síntese de várias contribuições teóricas ao estudo da mudança social. Seu objetivo era proporcionar a intervenção racional (cientificamente orientada), alavancando processos sócio-culturais de mudança social provocada. Entretanto, essa não era a única forma de manifestação das transformações sociais. Haveria, também, processos de mudança social espontânea, suscitados pela “operação de fatores estruturais e funcionais”. Conforme o autor o conhecimento desses processos teria sido proporcionado pelos estudos das consequências psico-sociais e sócio-culturais da desorganização social, realizados pelos patologistas sociais e sociólogos norte-americanos. Nessa acepção a mudança social concorreria para uma fase transitória de desorganização social; ou seja, Florestan dialogava com os autores que aceitavam a hipótese da demora cultural, mas que viam as transformações sociais pelo prisma da desordem que elas causavam em seu desenrolar (FERNANDES, 1976: 144).

Para Florestan esse não era o único aspecto da questão, os sociólogos norte-americanos teriam negligenciado a influência da organização da sociedade na produção de problemas sociais. Por isso ao estabelecer um colóquio crítico com os sociólogos norte-americanos Florestan esclareceu sua definição de mudança social espontânea:

*A mudança social provoca, inevitavelmente, uma fase de desorganização social transitória. Mas, ela é o veículo pelo qual o sistema social se diferencia e se reintegra socialmente, o que justifica encará-la como um efeito reativo que assegura a evolução do sistema organizatório, como o fez Spencer (FERNANDES, 1976: 144) – grifos nossos.*

Na visão do sociólogo paulista a mudança social espontânea era um processo que merecia a atenção dos cientistas, pois o seu estudo concorria para o controle dos efeitos por ela provocados, assegurando maior racionalidade à reorganização da sociedade em um novo patamar. Todavia, os cientistas sociais – por serem portadores de um conhecimento racional e, portanto, afinado com os imperativos da ordem social moderna – deveriam ampliar seu campo de atuação direcionando-se à promoção da mudança social provocada. Fernandes, a exemplo de Mannheim (1967), propunha aos cientistas sociais a seguinte questão: “Como intervir na organização da personalidade e preparar o homem para viver em uma sociedade secularizada e planificada?” (FERNANDES, 1976: 147).

Essa questão clarifica a dimensão sócio-cultural que Florestan atribuía à intervenção racional e, por conseguinte, ao papel dos cientistas sociais nesse processo. Tratava-se de atuar na

formação de novas mentalidades, capazes de enfrentar os desafios da transição para uma sociedade planejada e democrática. Nesse caso a intervenção racional direcionar-se-ia aos processos de socialização, tendo por objetivo criar “um novo tipo de homem”; o sistema educacional foi apontado pelo autor como o campo privilegiado para a consecução dessa tarefa.

A análise sobre a democracia brasileira realizada por Florestan em **Existe uma “crise da democracia” no Brasil?** (FERNANDES, 1954)<sup>77</sup> é um exemplo interessante da perspectiva de planejamento racional e controle da mudança (compreendida como processo sócio-cultural) e, também, do emprego da síntese teórica para o estudo e o direcionamento de processos de mudança social provocada. Trata-se de uma conferência para um público de não especialistas proferida no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política no Ministério da Educação, em 1954. Nessa palestra, além de realizar um diagnóstico sobre a democracia no Brasil salientando suas particularidades, Florestan apontou caminhos para a superação dos entraves que restringiam sua plena vigência no país.

O autor argumentava contra o que considerou um senso comum acerca da existência de uma “crise da democracia no Brasil”. Essa percepção equivocada teria sido construída em virtude do oportunismo que imperava na vida política brasileira, orientando “ações e interesses que solapam a ordem legal, a existência livre dos partidos e a influência ativa dos princípios democráticos” (FERNANDES, 1954: 451). O sociólogo referia-se aos reveses que marcaram a conjuntura política do Brasil da primeira metade da década de 1950. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) havia sido posto na ilegalidade; as disputas por projetos de desenvolvimento acirravam-se no segundo governo de Getúlio Vargas, os setores liberais (congregados em torno da UDN) mostravam seu descontentamento com o projeto de desenvolvimento nacionalista e autônomo questionando a ordem legal e conspirando em prol da derrubada do governo – tensões que culminaram no suicídio de Vargas, em agosto de 1954.

Para traçar seu diagnóstico sobre a democracia no Brasil Florestan mobilizou a tradição do pensamento social brasileiro representada por Nestor Duarte, Nunes leal, Caio Prado Júnior e Sergio Buarque de Holanda. Na sua visão as interpretações desses autores:

lançam luz sobre muitos processos até há pouco tempo ignorados ou mal conhecidos. Assim, graças a eles sabemos que *as tensões entre a ordem legal criada pela constituição e a ordem legal criada pelos costumes restringem a plena vigência dos princípios democráticos*, colorindo de modo especial toda a

<sup>77</sup> Publicado também em *Mudanças sociais no Brasil* (FERNANDES, [1959]1979)

estrutura e o funcionamento das instituições políticas de nosso meio, apesar das aparências que poderiam sugerir o contrário (FERNANDES, 1954: 452 – grifos nossos).

Com base nessas leituras Florestan concebeu a democracia brasileira como um processo em desenvolvimento. A sua construção faria parte das mudanças sociais iniciadas no final do século XIX, era um dos capítulos da transição entre a sociedade escravocrata, patrimonialista e de castas para a sociedade de classes. Portanto, o desenvolvimento da democracia brasileira seria caracterizado pelos mesmos traços que singularizavam o processo de mudança social. Nesse sentido, é que o autor apontou a existência de um descompasso entre as instituições políticas e os valores que as dirigiam na prática. Um desarranjo semelhante àquele que Fernandes identificou entre o estatuto político-jurídico do negro no Brasil (homem livre) e a sua situação real (precária integração econômica e social na sociedade de classes). Assimetria que, na visão do autor, tenderia a ser superada à medida que a sociedade de classes fosse se solidificando no país. De forma semelhante, as debilidades da democracia brasileira não seriam a expressão de uma crise, mas de um processo normal de formação das instituições políticas em uma sociedade subdesenvolvida (FERNANDES, 1954: 455).

Na acepção de Fernandes seria um erro analítico encarar o Estado brasileiro como uma organização em equilíbrio estável. Pelo contrário, a instabilidade marcaria o padrão de reintegração da estrutura social por meio do qual se daria o equilíbrio das sociedades ocidentais modernas. Como salienta Elide Rugai para Florestan Fernandes a tensão era uma dimensão constitutiva da própria realidade social e não o indício de um estado anômico (BASTOS, 2002: 201-3). Vistas por esse ângulo as vicissitudes da democracia brasileira seriam inerentes ao seu próprio desenvolvimento, já que o país estaria passando por uma fase de transição – responsável pelo edifício do padrão de civilização ocidental (democrático, racional e secular) entre nós. Por isso na avaliação de Florestan “A ordem legal tende, na sociedade brasileira, para um padrão organizatório democrático” (FERNANDES, 1954: 453). Portanto, os impasses presentes na cena democrática brasileira foram vistos pelo autor como fenômenos típicos de uma democracia em fase de elaboração sócio-cultural:

Assim, o viciamento das eleições pela influência dos ‘coronéis’ ou por fraudes inspiradas no Governo, a incapacidade aglutinadora dos partidos, a inconsistência da opinião pública, a invasão das esferas do legislativo pelo executivo ou vice-versa, etc., não aparecem primariamente, como índices da

ausência de padrões democráticos de comportamento político. Mas, sim, como ajustamentos possíveis e previsíveis, nos diversos graus em que se podem realizar na prática, tendo-se em vistas as condições mesma do controle legal ou espontâneo das ações e relações políticas em uma democracia ainda na fase de elaboração sócio-cultural (FERNANDES, 1954: 454).

Tal formulação não constrangeu o autor a constatar a existência de graves problemas em torno do processo de instauração da democracia brasileira, caracterizados, principalmente, pela exclusão das massas populares da vida política. Nessa análise está implícita uma crítica aos aspectos de continuidade do processo de redemocratização da sociedade brasileira iniciada com o fim do Estado Novo – sobretudo, à manutenção da estrutura sindical corporativista e a possibilidade do Estado intervir nas associações de classes. Contudo, na argumentação do sociólogo esses dilemas se deviam à lentidão com que se processava a substituição dos antigos hábitos da vida política por novos hábitos, mais condizentes com o padrão de organização democrático. Para sustentar esse argumento e concluir a sua apreciação sobre a democracia no Brasil Florestan Fernandes mobilizou, também, a hipótese da demora cultural<sup>78</sup>.

No Brasil, a substituição do trabalho escravo pelo livre teria promovido a abolição das castas e da ordenação estamental; todavia, a República teria conferido legitimidade a esse processo somente no âmbito das leis. Nesse sentido, o estatuto de igualdade social seria protocolar porque não havia se efetivado no plano dos valores, no horizonte cultural do homem brasileiro, principalmente, no das elites dirigentes. Para o sociólogo paulista havia um descompasso entre a norma prescrita e a cultura que guiava a prática dos brasileiros. Os problemas da democracia brasileira seriam produto da convivência de uma cultura política arcaica, moldada no seio da sociedade patrimonialista, com instituições de estatuto liberal-democrático. No plano analítico essa assimetria foi explicada pelo autor como o resultado da lentidão do ritmo de transformação da esfera cultural (valores, mentalidade e prática cotidiana); esta precisaria assimilar as inovações introduzidas no aparato institucional para que a democracia alcançasse seu pleno desenvolvimento no Brasil:

---

<sup>78</sup> “Uma das hipóteses mais penetrantes da moderna interpretação sociológica é a da demora cultural. Ela consiste na presunção de que, quando não é homogêneo o ritmo de mudança das diversas esferas culturais e institucionais de uma sociedade dada, umas esferas podem transformar-se com maior rapidez do que outras, introduzindo-se um desequilíbrio variável na integração delas entre si. Quando isso ocorre, é obvio que no período de transição se produzem atritos e tensões resultantes das próprias condições de mudança social. As expectativas de comportamento antigas e as recém-formadas coexistem inevitavelmente durante algum tempo, criando fricções nos ajustamentos dos indivíduos às situações sociais que são por elas reguladas socialmente” (FERNANDES, 1954: 458).

A implantação quase simultânea da República consagrou juridicamente essas transformações, concedendo igualdade política aos cidadãos brasileiros, sem levar em conta as distinções sociais que reproduziam o passado no presente. Essa consagração formal das transformações foi aceita pelos membros das camadas dominantes, mas não as suas conseqüências práticas. *Poucos se dispuseram a admitir que a opinião de seus colonos e camaradas ou a de seus empregados e subordinados tivessem o mesmo valor ou exercessem a mesma influência nos destinos da Nação (...) Daí resultou a inércia cultural que se revelou prematuramente, tanto na direção dos partidos, quanto na ação dos governos.* As medidas que foram tomadas, mesmo nos períodos de maior ebulição política e administrativa, que se sucederam à Revolução de 30, não eram de molde a promover as inovações necessárias. *O Estado ficou divorciado da Nação, senão em bloco, o que seria impossível, pelo menos em diversos setores, de importância vital para a existência e a sobrevivência do Brasil como comunidade política. Os progressos alcançados pela chamada legislação trabalhista ou pelas tendências a fomentar certos desenvolvimentos, no plano da produção industrial e agrícola ou no da assistência a zonas de pauperismo, mal atingiram os efeitos desejados* (FERNANDES, 1954: 459-60) – grifos nossos.

É evidente a crítica do autor à forma de condução do processo de mudança social no Brasil. Seu alvo era a mentalidade arcaica das elites dirigentes, seus “móveis egoístas”, por isso as maiores resistências à mudança se situavam no plano sócio-cultural. A mudança social estava sendo conduzida de forma unilateral, ela atenderia apenas aos interesses de uma camada da população. Daí a centralidade da democracia, de seu incremento, na sociologia da mudança social de Florestan Fernandes. A civilização ocidental – padrão para o qual tenderia a sociedade brasileira – requerer o pleno desenvolvimento do princípio democrático. O cidadão precisaria deixar de ser uma ficção no Brasil, precisaria participar de forma consciente do processo político e intervir nos rumos do processo de mudança social para que este deixasse de ser produto dos interesses das camadas dominantes – remanescentes da sociedade escravocrata (SOUZA, 2005).

O sociólogo apontou dois caminhos que poderiam guiar o processo de constituição da democracia no Brasil: “um que vem sendo seguido e pressupõem uma filosofia política baseada na crença no futuro e nos efeitos dos processos espontâneos de evolução da sociedade brasileira” (FERNANDES, 1954: 460) – seu fundamento seria o princípio liberal e a exemplo dos EUA bastaria à observância das normas do jogo democrático para que a democracia se consolidasse no país; “Outro, que implica a escolha de uma ética da responsabilidade e a decisão de ampliar, onde for possível a previsão e a intervenção racional, as articulações orgânicas que devem existir entre o Estado e a Nação na sociedade brasileira” (FERNANDES, 1954: 460).

---

Fernandes apostava no segundo caminho já que a mudança social no Brasil apresentava características de um “círculo vicioso”: os hábitos e práticas arcaicos predominantes no cenário político brasileiro seriam revitalizados pela precariedade do processo de desenvolvimento econômico e social; o qual, por sua vez, teria a própria capacidade de desenvolvimento restringida pelo mesmo horizonte cultural, sobretudo, pelos “móveis egoístas” das elites. Ou seja, as peculiaridades da formação social brasileira davam o tom do momento presente, imprimindo dilemas desconhecidos nos países desenvolvidos ao nosso processo de mudança social. Daí o imperativo da intervenção racional, da mudança social provocada como forma de fazer o país avançar rumo ao padrão de civilização que lhe era inerente – uma saída de claro viés mannheimiano.

O processo de intervenção racional se daria na sociedade civil por meio de uma reforma do sistema partidário brasileiro e também pela planificação do sistema educacional. Os partidos políticos teriam um papel central no incremento da democracia no Brasil, pois a inexistência de correntes de opinião pública fortemente fundamentadas impossibilitaria o controle do Estado por fora dos partidos (FERNANDES, 1954: 462-4). Fernandes chamava a atenção para a necessidade da reformulação da estrutura organizacional dos partidos brasileiros, de forma a torná-los aptos a revigorarem o cenário político nacional, exercendo o controle do Estado e seu papel educativo junto às massas. O autor também trouxe à tona o tema da urgência da possibilidade de expressão autônoma de todas as camadas sociais brasileiras por meio dos partidos políticos, o que implicaria na legalização dos partidos de esquerda no país.

Para o sociólogo paulista a educação também teria importância decisiva para a constituição do processo democrático brasileiro. Isso porque em um país que não possuía uma tradição democrática suficientemente arraigada no seio de suas instituições (como o Brasil) a educação teria de cumprir tarefas que vão além da simples instrução dos indivíduos. Caberia à escola a função de educar os indivíduos para que eles se tornassem aptos a cumprir o seu papel de cidadão em uma ordem democrática. A consecução desse fim demandaria o planejamento do sistema educacional, pois somente dessa forma as inovações introduzidas poderiam atingir o conjunto desse sistema, em particular a escola primária – acessível à maior parte da população brasileira:

A educação sistemática se apresenta, sociologicamente, como um fator suscetível de ser controlado, dentro de certos limites, e que exprime alterações

ocorridas ou provocáveis em uma coletividade como um todo. Isso no que diz respeito à situação brasileira. As evidências discutidas permitem supor que as possibilidades de manipular a educação como uma técnica de criação ou de controle de ajustamentos e de valores político-democráticos dependem, fundamentalmente, da organização do sistema educacional brasileiro tendo em vistas necessidades educativas de alcance nacional, que, no entanto, não foram atendidas até o presente (FERNANDES, 1954: 471).

A análise das alternativas que o autor propôs para a aceleração do processo de desenvolvimento da democracia no Brasil evidencia o viés da reforma apontado por Werneck Vianna (1997: 189) como característico da forma de intervenção social dos cientistas uspianos. A condução (ou o controle) do processo de mudança social não poderia ser prerrogativa principal (ou exclusiva) do Estado, já que este seria monopolizado pelas elites arcaicas. Entretanto, como esperar uma tarefa tão grandiosa de uma sociedade civil invertebrada? Florestan começava a se preocupar com o que seria um dos eixos de sua sociologia da mudança social: a questão da constituição das classes sociais no Brasil. Um dos obstáculos ao desenvolvimento do padrão de civilização ocidental no país seria exatamente a insuficiência (ou particularidades) dos sujeitos sociais que deveriam, tipicamente, levar o processo adiante.

As formulações de Gabriel Cohn (1986) sobre esse aspecto são elucidativas:

A busca, portanto, de agentes sociais capazes de dar conta dos problemas do momento é uma constante do pensamento de Florestan Fernandes. E, no caso que eu estou mencionando agora, a ausência primeira tem a ver exatamente com um agente social específico que tenha uma relação direta com o padrão de organização histórica de uma sociedade como a brasileira, ou seja, trata-se da ausência de uma burguesia, do burguês como tipo social capaz de desempenhar adequadamente os papéis que o padrão de organização de uma sociedade capitalista burguesa, ou, se quiserem, de uma ordem social competitiva, exige para sua plena efetivação (COHN, 1986: 142-3).

E a sociologia? Qual era o seu papel no processo de mudança social no Brasil? Ao assumir um projeto de mudança social que passava pela reforma via sociedade civil Fernandes reservou à sociologia o lugar de demiurgo. A ciência da sociedade em sua formulação pragmática – forma de conhecimento superior porque racional – seria o agente mais capacitado para dirigir um projeto de planificação, para fomentar a mudança social provocada. Da sociologia partiriam os conhecimentos que poderiam ser utilizados pelos agentes da sociedade civil na condução da mudança social. Portanto, Florestan atribuiu um sentido histórico à sociologia, como argumenta (VILLAS BÔAS, 2006b: 66).



Tais questões adquiriram maior proporção entre as reflexões de Florestan Fernandes à medida que o processo e o debate sobre o desenvolvimento se intensificaram na sociedade brasileira – expressando-se de forma exemplar em **A sociologia numa era de revolução social** (FERNANDES, 1963), como veremos adiante.

## **2.2 Costa Pinto e a marginalidade estrutural: as ambivalências da mudança social no Brasil**

No capítulo anterior analisamos a formação da perspectiva sociologia por meio da qual Costa Pinto pensou a mudança social nas décadas de 1950 e 1960, assinalando a orientação marxiana presente em suas proposições. Villas Bôas (2005) questiona a presença de uma “essência marxista” na sociologia de Luiz de Aguiar, já que ele lançou mão de conceitos extraídos de diversas tradições sociológicas, e, também, utilizou os métodos em voga na sociologia norte-americana. A autora procura distanciar as complexas formulações teóricas e interpretativas de Costa Pinto da filiação a uma única corrente de pensamento e de ortodoxias. Concordamos com seu ponto de vista, a pesquisa também nos levou ao conhecimento da diversidade das referências do autor. Entretanto, pensamos que Marx é a influência principal da sociologia da mudança social de Costa Pinto, concorrendo para a visão do autor sobre a sociedade e seu processo de transformações num registro dialético. O próprio Costa Pinto identifica esse papel de Marx em sua sociologia: “Ele [Karl Marx] sempre foi a fonte da minha inspiração para os estudos da mudança social (...) Eu li Marx em três línguas. Todas as obras completas em inglês, em francês, e em espanhol. Comecei a estudar o alemão para ler o original” (COSTA PINTO, 1989).

Em meio ao novo cenário mundial inaugurado com o fim da Segunda Guerra, à redemocratização do Brasil, à aceleração do processo de modernização capitalista impulsionado pelo projeto de desenvolvimento de Getúlio Vargas e sob os influxos desse contexto histórico social na institucionalização das ciências sociais no Brasil, Luiz de Aguiar deu um passo decisivo para a construção do conceito de marginalidade estrutural. O refinamento do escopo teórico metodológico com o qual o autor trabalhava deu-se no momento em que ele participou do Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia – Universidade de Columbia, implementado quando Anísio Teixeira era Secretário da Educação e Saúde da Bahia.

Anísio Teixeira considerava “fundamental que o conhecimento da realidade social e cultural do país precedesse o planejamento das políticas que pretendia implementar”; por isso o projeto de estudos acordado com a Universidade de Columbia objetivava o conhecimento da realidade do estado da Bahia em face ao processo de transformações pelo qual passava *vis a vis* à sociedade brasileira (CONSORTE, In. MAIO e BÔAS (orgs.), 1999: 39-40). Costa Pinto fez parte do Staff Diretor do projeto junto a Charles Wagley, antropólogo da Universidade de Columbia, e Thales de Azevedo, antropólogo da Universidade da Bahia – autores do texto do projeto **Uma pesquisa sobre a vida social no estado da Bahia** (AZEVEDO, WAGLEY e COSTA PINTO, 1950). Em conformidade com as diretrizes metodológicas em voga na época o projeto Estado da Bahia - Columbia University centrou-se nos estudos de comunidade. Josidelth Gomes Consorte participou do programa de pesquisas e nos esclarece a respeito de seu escopo e direção:

Como linha mestra, adota a divisão do estado em seis zonas ecológicas, três das quais seriam inicialmente escolhidas para a realização dos estudos de comunidade – o Recôncavo, o Sertão Nordestino e o Planalto Central ou Chapada Diamantina – e às quais seria acrescentada, posteriormente, a das Floretas do Sul, ou seja, a Zona do Cacaú.

Com a divisão do estado em áreas, o que se pretendia era resgatar, através da diversidade de cada uma, a sua história e aquilo que tinha sido responsável em termos econômicos por essa diferenciação. Em cada uma dessas áreas seriam escolhidas duas comunidades, uma representando o pólo da tradição e a outra o da mudança, o do progresso (CONSORTE, In. MAIO e BÔAS (orgs.), 1999:40-1).

A autora destaca a atuação de Costa Pinto – crítico dos estudos de comunidade como vimos no capítulo anterior – no sentido de imprimir ao projeto uma orientação mais ampla:

Como único sociólogo na direção do projeto, o prof. Costa Pinto parece, no entanto, ter assumido desde o início, a tarefa de procurar corrigir as distorções que uma abordagem de cunho ainda fortemente culturalista poderia acarretar (...) fez isso de maneira incansável, sobretudo nos seminários que pontuaram o desenvolvimento do projeto, mas também nas visitas que realizou às três áreas (CONSORTE, In. MAIO e BÔAS (orgs.), 1999:40-1).

Como pesquisador Costa Pinto ficou responsável pela sondagem na região do Recôncavo baiano, da qual resultou a obra **Recôncavo: laboratório de uma experiência humana** (COSTA PINTO, 1958). A coleta do material realizada em pesquisas de campo no Recôncavo deu-se nos anos de 1950-1951 e, também, entre 1952-1953, quando o autor voltou à região para novas observações. No entanto, os resultados da pesquisa de Luiz de Aguiar só foram publicados em

1958, pelo CLAPCS. Entre as técnicas de pesquisa utilizadas pelo sociólogo encontram-se a observação participante e os depoimentos de informantes. Os produtos do Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia - Universidade de Columbia expressam as diferentes orientações metodológicas que o marcaram. Enquanto o trabalho de Costa Pinto buscou dar conta da diversidade do Recôncavo baiano em face ao processo de transformações que o atingia devido à instalação da primeira refinaria de petróleo da Petrobrás; a pesquisa de William Huchinson (doutorando da Universidade de Columbia que participou do projeto<sup>79</sup>) centrou-se na descrição da vida que transcorriam na vila de São Francisco do Conde e em seu entorno. Nesse sentido, Consorte avalia que o projeto de pesquisas realizado na Bahia não deixou de dar “um novo impulso aos estudos de comunidade entre nós” (CONSORTE, In. MAIO e BÔAS (orgs.), 1999: 41-2)<sup>80</sup>.

A pesquisa na região do Recôncavo baiano significou para Costa Pinto o “laboratório de uma experiência humana” à medida que lhe proporcionou observar e analisar um processo acelerado de mudança social – problema que já concentrava seus esforços intelectuais; por isso Luiz de Aguiar considerou aquela região “como o campo onde hoje se desenrolam etapas decisivas de um *processus* que resume, embora em escala reduzida, um problema central da sociedade e da sociologia de nosso tempo: o problema das implicações sociais do desenvolvimento econômico e tecnológico” (COSTA PINTO, 1958: 17).

Villas Bôas (2005: 92) compreende o estudo do Recôncavo baiano como o ponto central do processo de formulação do conceito de marginalidade estrutural iniciado em **Lutas de famílias no Brasil** (COSTA PINTO, [1943]1980a), obra na qual o autor “começa a esboçar a existência de duas ordens sociais”, a qual teria sido completada em **Recôncavo** (COSTA PINTO, 1958) quando o sociólogo “relaciona a conjugação de duas ordens sociais distintas à conjugação de temporalidades diferentes”. Concordamos com a avaliação da autora, todavia, destacamos outros elementos que Costa Pinto mobilizou para o edifício do conceito de marginalidade estrutural.

---

<sup>79</sup> Outros doutorandos da Universidade de Columbia também fizeram parte do Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia - Universidade de Columbia, a saber: Marvin Harris, Benjaïm Zimmerman e Anthony Leedes (CONSORTE, In. MAIO e BÔAS (orgs.), 1999).

<sup>80</sup> Paralelamente ao programa de estudos sociais do estado Bahia também estava sendo realizado o projeto UNESCO sobre relações raciais. Na Bahia, o projeto UNESCO incorporou a equipe de pesquisadores da Universidade de Columbia dirigida por Charles Wagley; desse acordo resultaram alguns estudos etnográficos sobre relações raciais no interior da Bahia. Para uma história do convênio Columbia University-Estado da Bahia/UNESCO e seu foco nos estudos de comunidade consultar (MAIO, 2009).

Luiz de Aguiar encarou o Recôncavo baiano como uma “sociedade regional”, isto é, uma estrutura social formada pela “interdependência dinâmica e complexa de tipos sociais definidos e distintos, porém, complementares” – o que fundamentaria sua unidade como uma “síntese” e não apenas como “soma” das partes que o compõem (COSTA PINTO, 1958: 22). Com essa proposição o autor marcava sua postura analítica na contramão dos estudos de comunidade, nos quais estaria impressa uma noção simplista de estrutura social por considerá-la como segmento único.

A percepção do Recôncavo como uma estrutura síntese das diferenças de suas sub-unidades foi construída por Costa Pinto a partir de uma sondagem demográfica da região, na qual o autor estudou sua ecologia e sociografia. Nesse aspecto é evidente a influência de Jacques de Lambert sobre a perspectiva sociológica de Costa Pinto, pois o mestre francês era demógrafo e ministrou cursos dessa disciplina na Universidade do Brasil; as análises demográficas fizeram parte de outras investigações de Luiz de Aguiar, entre elas (COSTA PINTO, 1952b), (COSTA PINTO, [1948] 1980), (COSTA PINTO, [1953] 1998). O autor também utilizou a pesquisa histórica a fim de compreender os aspectos da formação social da Bahia que particularizaram o Recôncavo, estabelecendo os fundamentos sobre os quais o processo de mudanças social se desenvolveria.

A compreensão do Recôncavo baiano como uma estrutura regional teve, entretanto, seu pressuposto no conceito de estrutura social formulado pelo autor em **A estrutura da sociedade rural brasileira** (COSTA PINTO [1948], 1980) – de nítida inspiração marxiana<sup>81</sup>. Além disso, o sociólogo baiano adotou a visão de Karl Marx sobre o desenvolvimento da história humana e a perspectiva dialética nela impressa: “Nas relações dos homens com as coisas e nas relações dos homens entre si que aí se desenrolam – é que vamos encontrar os pontos de partida dos processos que aqui procuramos analisar” (COSTA PINTO, 1958: 20). Nesse sentido é que Costa Pinto concebeu os fatores de unidade e conservação do Recôncavo baiano e, também, os fatores de diversidade e mudança como:

Manifestações concretas e processos básicos do funcionamento, assim mesmo contraditório e complexo, de uma realidade única e objetiva que é a estrutura social, dentro da qual a vida social flui e decorre do jôgo dialético da

---

<sup>81</sup> O conceito de estrutura social adotado por L. A. Costa Pinto pode ser consultado no Anexo I desta Tese, no qual reproduzimos na íntegra o esquema conceitual formulado pelo autor para o “estudo sociológico das implicações sociais do desenvolvimento econômico”.

mutabilidade e da continuidade – em todos os planos (COSTA PINTO, 1958: 23).

O acabamento do conceito de marginalidade estrutural deu-se à medida que Costa Pinto uniu à sua noção de estrutura social a ideia de “contemporaneidade do não coetâneo”, extraída da obra de Willem Pinder – historiador da arte mobilizado por Karl Mannheim em **Ideologia e utopia** (1968). Gláucia Villas Bôas esclarece que “Pinder questionava a linearidade dos tempos da história da arte e insistia em uma coexistência de tempos distintos” (VILLAS BÔAS, 2005: 92). A autora avalia que ao utilizar-se da ideia de “contemporaneidade do não coetâneo” Costa Pinto “pode delinear melhor suas hipóteses e testar a simultaneidade dos vários tempos do passado e do presente na região baiana” (VILLAS BÔAS, 2005: 92); além disso, Gláucia considera aquela noção como o fundamento do conceito de marginalidade estrutural, distinguido o constructo de Costa Pinto já que a noção de temporalidade por ele adotada afastava-se da ideia linear de tempo impressa no evolucionismo vulgar.

A concepção de “contemporaneidade do não coetâneo” impressa no conceito de marginalidade estrutural permitiu ao professor da Universidade do Brasil compreender de forma singular o processo de mudança social pelo qual o Recôncavo baiano passava:

*Em diferentes esferas da vida quotidiana, com freqüência, transita-se do primitivo ao moderno, do medieval ao contemporâneo, do pré-industrial ao super-capitalista, do auto-consumo ao consumo-conspícuo – pois aqui o tempo, parece, não fluiu sincronicamente e deixou atrás de si grandes vazios, hiatos enormes, criando, em meio a uma floresta de árvores muito altas, clareiras onde apenas floresce vida rasteira, vegetativa e anônima (COSTA PINTO, 1958: 25-6) – grifos nossos.*

Nos grandes hiatos criados pelo fluxo não sincrônico do tempo, no qual se encontravam formas de organização da produção e, também, atitudes e valores referidos a diferentes ordens sociais, é que se formavam as assimetrias e contrastes que assinalavam o Recôncavo em seu processo de mudança social.

Costa Pinto analisou as transformações sociais do Recôncavo baiano a partir das relações de produção nele travadas – concebidas pelo autor como a base da estrutura social. Entretanto, não as estudou por meio de uma perspectiva econômica; pelo contrário, o autor estava interessado “na diversidade de formas de propriedade, na distinção entre as relações pessoalizadas e contratuais, nos tipos de remuneração do trabalho” (VILLAS BÔAS, 2005: 94). Da leitura de **Recôncavo** (COSTA PINTO, 1958) emergem os “homens concretos” que criam sua história e

sua sociedade a partir de seu trabalho: o pescador, o saveirista e o atravessador da produção na região litorânea; os operários e operárias da indústria do tabaco, os trabalhadores rurais (parceiros ou não), os donos de terra e/ou empresários capitalistas da zona do fumo e do tabaco; os trabalhadores industriais e os agrícolas, os engenheiros da indústria de petróleo, os proprietários de terras, os usineiros e os industriais da região do açúcar e do petróleo – tipos sociais humanizados por Luiz de Aguiar.

Ao perscrutar a coexistência de formas de sociabilidade referidas a tempos e a ordens sociais distintas o autor pôde perceber como a ambiguidade perpassava toda a estrutura social do Recôncavo baiano, não se situando apenas no plano dos valores e dos comportamentos dos agentes sociais – como expressam suas considerações sobre as relações de trabalho na sub-região fumageira:

*A coexistência de atividades agrícolas, onde persistem todos os tipos arcaicos de relações de trabalho encontrados na estrutura agrária do Brasil – lado a lado de atividades industriais, de tipo nitidamente capitalistas, onde predominam relações de trabalho puramente contratuais, é outro ângulo pelo qual se pode observar, no Recôncavo, como um microscópio, u'a amostra da dualidade estrutural da vida econômica e social tão característica do Brasil como um todo: ali na zona do fumo, os "dois Brasis" referidos por Jacques Lambert não estão um no litoral, outro no extremo sertão; estão adjacentes, vivendo numa mesma pequena área geográfica, contradizendo-se reciprocamente, nenhum dos dois possuídos da devida força para se impor como forma predominante da estrutura e de estilo de vida social (COSTA PINTO, 1958: 49).*

Para Costa Pinto a sociedade do Recôncavo baiano – pequena amostra das transformações pela qual passava todo o país – estava marginalizada entre duas estruturas sociais (formas de organização social da produção e relações sociais) que coexistiam no mesmo espaço: uma referida ao passado arcaico (à tradição), com suas formas primitivas de organização da produção, mormente agrárias e suas relações sociais pessoalizadas, baseadas no mandonismo e no paternalismo; outra relacionada à modernidade e à industrialização (ao capitalismo) com suas relações sociais fundamentadas no contrato, na impessoalidade e na secularização.

Essa marginalização seria engendrada à medida que nem a estrutura tradicional e nem a moderna possuiriam força suficiente para se imporem enquanto estilo de vida, resultando na ambivalência de alternativas que caracterizaria a sociedade em seu processo de transição para a forma de produção e de relações sociais capitalistas. Os filhos dos trabalhadores das lavouras de fumo iam laborar nas fábricas de charutos como operários e levavam ao ambiente doméstico e

local novas formas de comportamento, mais secularizadas. No entanto, o inverso também ocorria já que os operários descendentes de famílias de parceiros, meieiros ou colonos contribuíam

decisivamente, para que *nas relações industriais ainda permaneçam vivos*, ou tenham agonia mais prolongada do que seria de esperar, *certos padrões de relações sociais, certos cânones e estilos de comportamento de tipo patrimonialista tradicional e ainda predominantes na estrutura agrária*, que lhe estás próxima e adjacente, histórica e geograficamente (COSTA PINTO, 1958: 49) – grifos nossos.

A ambivalência de alternativas e as tensões que assinalavam o processo de mudança social emergiriam à medida que a desorganização do padrão tradicional não corresponderia, de imediato, a organização de um novo padrão para substituí-lo. Isso porque o processo de transição de daria de forma lenta: ele teria se iniciado com a abolição da escravatura e, no entanto, alcançava sua etapa decisiva somente na década de 1950. Para Luiz de Aguiar tratava-se de uma “agonia lenta”, pois o desenvolvimento do novo era larvário (COSTA PINTO, 1958: 112).

A lentidão do processo de mudança social criaria tensões – “as implicações sociais do desenvolvimento econômico” – que perpassariam toda a estrutura da sociedade. Para o sociólogo as tensões, crises e resistências às transformações surgiriam quando os problemas da estrutura tradicional não podiam mais ser resolvidos sem que essa estrutura se transformasse. O impulso à mudança se daria no plano das relações de produção, nas quais no Recôncavo baiano “emerge[m] quase diretamente do nível mais rústico para a civilização industrial”, resultando em “uma cadeia complexa de círculos viciosos<sup>82</sup> intrincadamente entrelaçados, que estão no plano dos fatos e dos interesses, assim como repercutem no plano das idéias e dos valores” (COSTA PINTO, 1958: 101).

Costa Pinto chamava à atenção para o aspecto multifacetado das resistências à mudança; elas seriam maiores no plano das ideias e dos valores, entretanto, sua origem estaria vinculada aos interesses das classes sociais, situadas em posições diferentes na organização da produção. O autor estabelecia, dessa forma, um diálogo crítico com a vertente culturalista de interpretação de mudança social, ancorada, sobretudo, no conceito de demora cultural. O professor da universidade do Brasil não negava a proposição de que as várias partes da estrutura social transformavam-se em ritmos distintos e nem a ideia de que as transformações introduzidas no

---

<sup>82</sup> A referência de Costa Pinto para pensar os círculos viciosos da mudança social é Gunar Myrdal (1956).

âmbito da produção repercutiriam nas outras partes da estrutura social. O que ele estava questionando era a visão mecânica do processo de mudança social.

Para Luiz de Aguiar a análise sociológica da mudança social estaria superando “as limitações do lógico-formalismo ortodoxo” ao integrar em seu campo o “estudo das assimetrias, das assincronias, dos pontos de ruptura e dos “momentos de significação” generativos de contradições e círculos viciosos” (COSTA PINTO, 1958: 101). Ou seja, as assimetrias da mudança social não seriam lineares, mas circulares, pois as camadas que participavam do processo guiariam suas ações por interesses referidos a posições sociais diversas – determinados em última instância por sua inserção no mundo da produção – o que geraria uma dinâmica de resistências à mudança que emanaria e, também, repercutiria em toda a estrutura social. A mudança social não se realizaria por uma via de mão única, por isso só poderia ser compreendida pela análise “no plano da estrutura social que, não como soma de “traços” mas como síntese dinâmica, resulta da inter-relação das diferentes configurações parciais que a integram” (COSTA PINTO, 1958: 103).

Isso porque a transição não era assinalada somente pela presença de valores arcaicos em uma sociedade urbana, industrial e capitalista; mas pela coexistência de duas estruturas sociais, uma arcaica e outra moderna, na sociedade que se modificava. Para Costa Pinto as transformações da estrutura econômica e social repercutiriam, inclusive, nas relações que as próprias camadas sociais manteriam entre si, gerando uma dinâmica marcada pelos:

*conflitos, ou acomodações, a que são conduzidas pela diversidade, ou similitude, das posições que ocupam e dos interesses que defendem; nas atitudes que cultivam e nos juízos com que reciprocamente se apreciam no trato diuturno; nos critérios e nas expectativas que se formam e se transformam como resultantes da interdependência em que encontram no sistema regional (COSTA PINTO, 1958: 109) – grifos nossos.*

Tais conflitos e acomodações foram vislumbrados pelo autor nas tensões que caracterizavam as expectativas de comportamento dos trabalhadores (tradicionais ou novos) e dos empregadores (também, tradicionais ou novos), uns em relação aos outros. As ambivalências faziam-se sentir de forma dramática na região do açúcar e do álcool, na qual as modernas refinarias de petróleo eram um contraponto, no âmbito da organização do trabalho às usinas – já fincadas há tempos naquelas paragens. Coexistiam no Recôncavo trabalhadores de tipo tradicional, portadores de mão-de-obra não qualificada porque essencialmente especializada, nem secularizada em suas concepção de mundo; com os trabalhadores novos que estavam surgindo do



processo de mudança social, estes mais qualificados e pautados por visões de mundo mais secularizadas.

Costa Pinto observou que entre os usineiros havia um dilema no que diz respeito à escolha desses dois tipos de trabalhadores. No início preferiam os trabalhadores tradicionais, pois eles eram mais fiéis aos ideais do patrão, mais passivos em suas reivindicações já que não tinham consciência de classe definida nem se associavam, embora fossem menos eficientes. Em virtude dos influxos da mudança social os usineiros começaram a manifestar sua predileção pelos trabalhadores de tipo novo devido às “mudanças ocorridas na própria estrutura das emprêsas, no sentido da racionalização e secularização das relações de trabalho e, também, na própria mentalidade patronal” (COSTA PINTO, 1958: 118). Entretanto, os traços do padrão tradicional ainda permaneceriam no Recôncavo baiano, pois o declínio do sistema de relações sociais baseado na dependência pessoal não teria correspondido à cristalização de um sistema de independência contratual.

O autor ilustrou sua afirmação tomando como exemplo os casos de um fazendeiro da zona do fumo e de um usineiro de açúcar; os dois derrotados nas eleições para o Congresso Federal dentro de suas propriedades interpretaram as ações de seus empregados como “deslealdade”. Em represália, cortaram as prebendas características das relações de trabalho de cunho pessoal e afirmaram que daí por diante tratariam os empregados dentro dos limites da lei. Luiz de Aguiar avaliou os episódios como exemplares das características da transição social que se desenrolava no Recôncavo:

Aí estão, de um lado, o tónus emocional dos candidatos que não obtiveram os votos de seus empregados, interpretando o fato como “ingratidão”, “infidelidade” e “traição pessoal” – e, de outro lado, a reação entre perplexa e revoltada dos empregados que não elegeram os seus patrões e que por isso sofreram na carne a vindita dos mesmos (COSTA PINTO, 1958: 120).

Daí a marginalidade na qual se encontrava o trabalhador do Recôncavo: transitava no mesmo espaço por relações referidas a ordens sociais distintas, sofrendo simultaneamente “o pêso da decadência de um e o ônus da *délivrance* de outro” (COSTA PINTO, 1958: 122), já que:

Copiosa legislação social procurou substituir, na prática, o funcionamento do patriarcalismo (...) mas não raro a existência dos textos legais e o florescimento de uma ideologia assistencialista a respeito da posição do Estado face às relações de trabalho redundou em aumento da insegurança efetiva. Isso porque a legislação trabalhista, com o simples fato de ser decretada, ganha a objetividade de uns tantos deveres que o antigo sistema lhe impunha – sem entretanto, adquirir, só por isto, o poder normativo suficiente para convencer o trabalhador

de que as leis e contratos lhe garantem, como direitos, o que êle antes recebia como dádiva (COSTA PINTO, 1958: 122-3).

Da ambivalência estrutural emergiriam as tensões do processo de mudança, resultando em indefinição e descontinuidade na vida social. O passado arcaico não era vista por Costa Pinto como alternativa, entretanto, o moderno não era por si só redentor da tradição, já que o tempo não fluía de forma sincrônica na sociedade brasileira. Conforme Villas Bôas:

Seus diagnósticos sobre o Brasil o levaram a concluir pela ambivalência tanto das condutas tradicionais como das condutas modernas, ambivalência que se resolvia através de conflito surdo, latente, de acomodações e resistências que levariam no futuro à imposição da sociedade moderna. *A descoberta de uma “fraqueza” nas condutas tanto tradicionais como modernas era considerada pelo autor como um verdadeiro triunfo, uma vez que seus contemporâneos costumavam hierarquizar o velho e o novo, apostando que a velha sociedade sucumbiria às novas formas de dominação modernas* (VILLAS BÔAS, 2005: 82) – grifos nossos.

Nesse ponto se situam as diferenças entre as formulações de Luiz de Aguiar e de Jacques Lambert sobre a mudança social. Para o sociólogo francês os “dois Brasis”, embora complementares (duas faces da mesma sociedade nacional), não eram contemporâneos porque referidos à tempos históricos distantes: “Entre o velho Brasil e o novo existem séculos de distância; no correr dos anos a diferença dos ritmos de evolução ocasionou a formação de duas sociedades, diferentes porque não são contemporâneas” (LAMBERT, [1958] 1976: 105). Além disso, as duas sociedades se situavam em espaços geográficos próximos, porém, distintos. A adoção da ideia de “contemporaneidade do não coetâneo” permitiu à Costa Pinto se diferenciar dessa visão; para ele as duas estruturas econômicas e sociais não eram coetâneas, pois se originaram em tempos diferentes, mas eram contemporâneas já que dividiam o mesmo espaço no mesmo momento em virtude da assincronia dos tempos históricos.

O sociólogo baiano acreditava na possibilidade de moldar o futuro com ações inteligentes (VILLAS BÔAS, 2005: 81), entretanto, desconfiava do otimismo impresso nas avaliações de muitos de seus contemporâneos. Em sua visão, o desenvolvimento era um processo cheio de pedras no caminho; caminho difícil de perseguir, pois o novo, em contato ambivalente com o tradicional, também apresentava fissuras e problemas. Já para Lambert o pólo moderno, industrial e capitalista arrastaria o país arcaico ao desenvolvimento – o que não implicava na negação de resistências à mudança, mas em atribuí-las ao “Brasil arcaico”: “Não há qualquer obstáculo, além do econômico, à transição de uma sociedade para outra, o que não impede que o Brasil precise

urgentemente difundir por todo o país os níveis e métodos de vida das regiões evoluídas” (LAMBERT, [1958] 1976: 106).

Os obstáculos à mudança emergiam, na acepção de Jacques Lambert, da estrutura arcaica – a qual resistiria à mudança devido ao seu isolamento geográfico. O “Brasil subdesenvolvido” estaria separado do “Brasil desenvolvido” pela vastidão do território. Por isso quando as distâncias geográficas entre o campo e a cidade eram menores, na região sudeste, por exemplo, o desenvolvimento se irradiaria de forma mais rápida do pólo moderno para o arcaico. Análise muito diferente da realizada por Costa Pinto no Recôncavo baiano: lá, o tradicional e o capitalista coexistiam e se apresentavam de forma ambivalente em toda a estrutura social. Todavia, o Recôncavo – concebido por Luiz de Aguiar como o “laboratório de uma experiência humana” – além de assinalar os problemas da transição (as resistências), também, apresentava suas perspectivas futuras.

A polarização de alternativas, característica da situação de marginalidade estrutural, **quase** que anulava o processo de mudança, gerando resistências, crises e tensões. A palavra **quase** possui um significado especial na análise de Costa Pinto sobre a mudança social no Recôncavo baiano – assim como o possuía no estudo das lutas de famílias no Brasil (BOTELHO, 2009) – pois ela indica que as tensões e resistências às transformações ao invés de paralisarem o processo, o particularizavam, dando a ele os contornos de lentidão que estavam sendo superados pela aceleração do desenvolvimento econômico.

Para o professor da Universidade do Brasil o desenvolvimento era um processo de mudança social que se fazia de forma intencional e racional, na expectativa de superar, pelo planejamento do desenvolvimento econômico, os índices de atraso (COSTA PINTO, 1958: 144). O desenvolvimento seria, originariamente, um processo histórico espontâneo, mas naquele contexto começava a ser promovido de forma deliberada pelas políticas de modernização – o que implicaria na aceleração da mudança social e na exacerbação das assimetrias, contradições e ambivalências que emergiam do processo

A deliberada aceleração do ritmo de transformações do regime econômico, promovida pela política de desenvolvimento, aumenta a assincronia entre as diferentes partes da estrutura, parecendo ser implícita a concepção de que isto tenderá a restabelecer; no futuro, num nível superior, um equilíbrio que teria existido no passado e cuja ruptura o desenvolvimento econômico, como intervenção no processo histórico, só faz acentuar a aprofundar (COSTA PINTO, 1958: 144).

Costa Pinto estava de olho na qualidade das transformações que se davam no Recôncavo em virtude da política de modernização posta em marcha no governo de Getúlio Vargas, bem como nas possibilidades e entraves que ela representaria não só para aquela região do estado da Bahia, mas para todo o país.

Depois de formulado, o conceito de marginalidade estrutural passou a ser a pedra angular da sociologia da mudança social de Luiz de Aguiar nos anos de 1950 e 1960. Se a pesquisa no Recôncavo baiano evidenciou ao sociólogo as ambivalências de uma sociedade regional que se transformava negociando o passado com o presente e, assim, conformando o seu futuro; a investigação sobre as relações raciais no Rio de Janeiro, patrocinada pela UNESCO e realizada paralelamente ao programa de pesquisa sobre a vida social no estado da Bahia, possibilitou a Luiz de Aguiar um ângulo para ampliar as suas reflexões sobre o processo de transformação pelo qual o Brasil passava – já que a cidade do Rio de Janeiro era uma das regiões metropolitanas que sofriam o impacto da aceleração do desenvolvimento econômico. Costa Pinto direcionou sua investigação de forma a apreender o significado e as dimensões das relações raciais na estrutura daquela cidade, compreendida em seu processo histórico de mudança social. Além de pesquisador, Costa Pinto teve uma atuação decisiva no processo de conformação do programa de estudos da agência internacional (MAIO, 1997). O projeto UNESCO começou a ser costurado quando Arthur Ramos – antropólogo, professor da FNFfi e amigo pessoal de Costa Pinto<sup>83</sup> – aceitou a Chefia do Departamento de Ciências Sociais da agência, em 1949.

Ramos já trabalhava com as questões raciais<sup>84</sup> e, de modo geral, concebia o Brasil como um “laboratório de civilização”, pois o país teria “apresent[ado] a solução mais científica e humana para o problema, tão agudo entre outros povos, da mistura de raças e de cultura” (RAMOS, 1943: 179, citado por MAIO, apud, COSTA PINTO, 1998:18). Essa perspectiva teria ido ao encontro das preocupações da UNESCO na segunda metade da década de 1940:

---

<sup>83</sup> As relações entre Costa Pinto e Arthur Ramos remontam à Bahia, uma vez que o antropólogo havia sido aluno do pai de Costa Pinto na Faculdade de Medicina daquele estado. Em 1941, Ramos articulou a criação da Sociedade Brasileira de Antropologia, na qual Luiz de Aguiar se envolveu junto ao mestre. O antropólogo baiano e o então estudante de ciências sociais também estiveram juntos na luta contra o nazismo. Em meio à ditadura do Estado Novo, à segunda guerra mundial e ao avanço da ideologia nazi-fascista no Brasil (representada pelo integralismo) Arthur Ramos escreveu artigos e manifestos contra a guerra e o avanço do racismo; Costa Pinto participou da comissão da União Nacional dos Estudantes (UNE) que elaborou a segunda edição de **Quinta Coluna e Integralismo** – uma publicação de denúncia das atividades integralistas no Brasil (MAIO, 1997: 179).

<sup>84</sup> Para um panorama da produção intelectual brasileira sobre as relações raciais, e para o aprofundamento da visão de Arthur Ramos sobre a questão, bem como sobre sua atuação no Departamento de Ciências Sociais da UNESCO consultar (MAIO, 1997).

*a UNESCO espelhava a perplexidade e a ânsia de inteligibilidade – por parte de intelectuais, comunidade científica e dirigentes políticos – dos fatores que levaram aos resultados catastróficos da Segunda Guerra Mundial em nome da raça. Esse quadro se tornou ainda mais dramático com a persistência do racismo em diversas partes do mundo, o surgimento da Guerra Fria, o processo de descolonização africana e asiática, e a perpetuação de grandes desigualdades sociais em escala planetária (...) O Brasil foi escolhido, em perspectiva comparada com a negativa experiência racial norte-americana, para ser um pólo de problematização, verificação e superação dos grandes dilemas vividos pela humanidade em matéria ética (MAIO, apud, COSTA PINTO, 1998:17) – grifos nossos.*

Na avaliação de Marcos Chôr, Arthur Ramos teria sido motivado a aceitar o cargo na UNESCO para “fortalecer institucionalmente o Departamento de Ciências Sociais da FNFi, especialmente no campo da pesquisa (MAIO, apud, COSTA PINTO, 1998:22); por isso teria reunido os professores do departamento para discutir planos e ideias para a sua atuação na agência internacional. Entretanto, o antropólogo faleceu em 31 de outubro de 1949 e Costa Pinto, seguindo os passos do mestre e amigo, passou a trabalhar junto à UNESCO para não deixar o intento de Ramos morrer (MAIO, 1997). O sociólogo baiano participou, em dezembro de 1949, na cidade de Paris, do “Comitê de Peritos sobre Relações de Raça da UNESCO” – do qual resultou a **1ª. Declaração Sobre Raça**. O documento refutou a validade científica e social do conceito de raça afirmando: que as raças possuíam capacidade mental semelhantes; que não havia possibilidade de se estabelecer correlação entre agrupamentos religiosos e/ou nacionais e tipologias raciais; que a miscigenação não implicava em degeneração; que raça era antes um mito social do que um fato biológico (COSTA PINTO, 1950: 10-11).

O Comitê convocado pela UNESCO para a avaliação do conceito de raça teve a participação de diversos cientistas sociais renomados no âmbito internacional<sup>85</sup> e seu produto – a **1ª. Declaração sobre raça** – marcou época, pois ela foi o primeiro documento oficial que rechaçou a cientificidade daquele conceito; por indicação do Comitê a “Declaração sobre a Raça” foi traduzida para diversas línguas<sup>86</sup>. A participação de Costa Pinto nesse debate, bem como nos

<sup>85</sup> Fizeram parte do comitê de peritos convocado pela UNESCO para a discussão do conceito de raça: Ernest Beaglehole (Victoria University College, Nova Zelândia), Juan Comas (Instituto Indigenista Inter-Americano, México), Luiz de Aguiar Costa Pinto (Faculdade Nacional de Filosofia e Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil), Franklin Frazier (department of Sociology, Howard University, Washington, EUA), Morris Ginsberg (London School of Economics, Londres, Reino Unido), Ashley Montagu (Departamento f Antropology, Rutgers University, New Bruswich, EUA), Humayan Kabir (State Secretary, Ministry of Education, Government of Índia, Nova Deli, Índia) e Claude Levy-Strauss (Musée de l’Homme, Paris, França) (COSTA PINTO, 1950).

<sup>86</sup> Em depoimento Luiz de Aguiar afirmou que “Umas das recomendações é que a “Declaração sobre a Raça” não fosse somente traduzida e divulgada nas línguas oficiais das organizações institucionais – inglês, francês, espanhol,

arranjos institucionais, acadêmicos e políticos que estabeleceram o escopo do projeto UNESCO sobre relações raciais podem ser considerados como elementos que concorreram para o impulso da expressiva atuação internacional do sociólogo no âmbito das ciências sociais.

A intervenção de Costa Pinto junto à UNESCO deu-se no sentido de ampliar o programa de pesquisa sobre relações raciais para regiões do Brasil em acelerado processo de mudança social, já que, originalmente, a intenção da agência era realizar a investigação somente na Bahia:

Fizemos o que esteve a nosso alcance para evitar essa limitação do campo e dos objetivos do estudo (...) [as pesquisas] ficariam por certo frustradas se nos restringíssemos ao estudo do problema numa área em que as relações de raça se desenrolam, sem alterações notáveis, dentro do quadro tradicional, sem estarem sofrendo ainda, em cheio, as conseqüências das mudanças de estrutura em processo na sociedade brasileira e que constituem exatamente o que há de novo e essencial na situação, tal como se desenvolve em outras áreas do país (COSTA PINTO [1953] 1998: 56).

Costa Pinto já se ocupava centralmente do estudo da mudança social e teve a oportunidade de levar sua perspectiva para a UNESCO. **O negro no Rio de Janeiro:** relações de raça numa sociedade em mudança (COSTA PINTO 1998) foi construído sobre dois pressupostos complementares: a crítica ao estudo do “negro como espetáculo”<sup>87</sup>, fundamentada na rejeição do *approach* culturalista, e a compreensão da cidade do Rio de Janeiro como uma estrutura social em mudança, ancorada no conceito de marginalidade estrutural. Para o sociólogo tratava-se de estudar o “brasileiro negro” nas condições objetivas de sua passagem da situação de escravo a proletário e não encará-lo como um ser exótico e diferente (COSTA PINTO 1998: 58).

Na visão de Costa Pinto os estudos afro-brasileiros estariam impregnados da mentalidade do branco sobre as distâncias sociais, econômicas, culturais e físicas entre ele e o negro; daí o segundo aparecer nessas interpretações como um “grupo estranho” e exótico. Tal perspectiva perpassaria desde a fase da “curiosidade intelectual” sobre o negro, cujo principal expoente seria Nina Rodrigues, até a “fase áurea” dos estudos antropológicos e etnográficos de cunho

---

russo. Mas que fosse também – isso era fundamental – traduzida para a língua dos povos que são vítimas do preconceito racial. E a UNESCO importou gente dos quatro cantos do mundo pra traduzir a “Declaração sobre a Raça” que nós fizemos (COSTA PINTO, 1898: 6)

<sup>87</sup> Expressão extraída pelo autor do artigo de Sergio Buarque de Holanda “Branco e Negros”, publicado na Revista Cobra de Vidro em 1944 (MAIO, apud, COSTA PINTO, 1998).

culturalista dos anos de 1930 e 1940, da qual fizeram parte Gilberto Freyre e Arthur Ramos<sup>88</sup>. (COSTA PINTO 1998: 58-60).

Para Costa Pinto havia uma contradição entre a “ideologia racial tradicional” e a “nova situação social do negro”; este teria começado a se proletarizar e urbanizar em virtude do processo de mudança social iniciado em 1888. A incongruência entre a mentalidade sobre o negro e a sua real situação na sociedade, fruto de uma *cultural lag*, seria responsável pela atitude inadequada das investigações sobre o fenômeno no país – as quais teriam continuado a estudar o “africano” e não o “brasileiro de cor” (COSTA PINTO 1998: 61). Luiz de Aguiar partiu da crítica das investigações antropológicas e etnográficas para afirmar a necessidade da pesquisa sociológica do negro “real”, compreendido “dentro do quadro total em que as relações de raça concretamente se estabelecem na área estudada” (COSTA PINTO 1998: 62).

Para viabilizar a sua pesquisa Costa Pinto lançou mão dos mais variados instrumentos de pesquisa em voga nas ciências sociais dos anos de 1950 como estatísticas, entrevistas, questionários, o índice de segregação social de Julius Jahn, Calvin Schmid e Clarece Schrag, entre outros<sup>89</sup>; e submeteu o material recolhido às hipóteses diretrizes da pesquisa, a saber: a) as diferenças étnicas não seriam o único fator de desigualdade entre brancos e negros, portanto, esse elemento não deveria ser hipertrofiado na análise; b) as relações raciais deveriam ser estudadas em si e não em seus produtos (aculturação, assimilação, acomodação), pois esses processos “desempenha[ria]m, dentro da configuração total, muito mais a função de mascarar a natureza real das relações concretas de que historicamente resultam” (COSTA PINTO 1998: 62); c) e, sobretudo, as relações raciais deveriam ser estudadas dentro das “estruturas sociais historicamente concretas” – em processo de mudança (COSTA PINTO 1998: 63).

---

<sup>88</sup> Para maiores considerações sobre a crítica de Costa Pinto ao estudo do “negro como espetáculo” consultar (MAIO, 1997).

<sup>89</sup> Os procedimentos de pesquisa adotados por Luiz de Aguiar na pesquisa sobre relações sociais na cidade do Rio de Janeiro foram: pesquisa bibliográfica de fontes nacionais (para deslocar o eixo da análise das “sobrevivências africanas”) e internacionais (a fim de estabelecer comparações e orientar a metodologia); pesquisou as teses do 1º Congresso Brasileiro Negro, artigos, discursos, conferências, ensaios, crônicas publicadas na imprensa negra ou não do Rio de Janeiro, notas editoriais, comentários, clichês, legendas, slogans e publicidade comercial impressa nos jornais negros; o índice de segregação social de Julius Jahn, Calvin Schmid e Clarece Schrag; entrevistas com líderes negros; entrevistas (a maioria informais) com negros de diversas condições sociais, níveis de instrução, categorias profissionais, geração e sexo; observação das esferas sociais negras e predominantemente brancas como clubes, escolas, obras de assistência social, repartições, famílias, etc; dados estatísticos; observação participante (COSTA PINTO 1998: 65-7).

Seguindo essas hipóteses o sociólogo baiano investigou as relações entre brancos e negros na cidade do Rio de Janeiro considerando sua demografia, estratificação social, ecologia, situação cultural e as atitudes e estereótipos que lá vigiam. Costa Pinto considerou a estratificação social como o “coração da situação racial brasileira”, por isso fundamentou sua pesquisa no argumento da interdependência entre raça e classe na estratificação social do Rio de Janeiro:

De fato, a situação social dos grupos étnicos, que coexistem no Distrito Federal, bem como as relações que entre si mantêm são fatos que não podem ser compreendidos fora do quadro da estratificação social em que se encontram, pois aqui, mais visivelmente do que em qualquer parte, circunstâncias particulares fizeram com que *estratificação de raça e estratificação de classe não sejam duas realidades independentes, mas apenas dois ângulos pelos quais pode ser observada a configuração única e total da relações de classe e raça no Brasil* (COSTA PINTO 1998: 87) – grifos nossos.

No Rio de Janeiro – cidade tipicamente metropolitana e industrial, além de Capital da República – as atividades agrícola e extrativa teriam ocupado lugar secundário na economia. Essa particularidade foi concebida por Costa Pinto como um elemento importante para a resolução da questão que norteou sua pesquisa: “qual o volume da quota de descendentes de escravos em 1872 (data do último censo antes da abolição) e libertos em 1888 que tinham conseguido passar, em 1944, à condição de membros das camadas superiormente colocadas no sistema de estratificação social?” (COSTA PINTO 1998: 98). Luiz de Aguiar queria verificar como negros, pardos e brancos se inseriam nas posições sociais de empregado e empregador – as quais segundo a conceituação por ele adotada definiam a posição dos indivíduos na estrutura social.

As investigações levaram o autor à evidência de que entre os empregadores, em todos os ramos de atividades, a quota de brancos era proporcionalmente superior – o que indicaria que “a identificação da condição social de “senhor” ou “patrão” com a condição étnica de “branco” parece não ter sofrido alterações notáveis na comunidade urbana e industrial do Rio de Janeiro na última década da primeira metade do século XX” (COSTA PINTO 1998: 112). Já entre os empregados a situação era diferente, pois a etnia negra era proporcionalmente superior à branca; e, ainda, o autor constatou que a quota de negros decaía à medida que o *status* da ocupação aumentava, ou seja, como o mercado de trabalho no Rio de Janeiro não permitia a discriminação absoluta ela se daria na ascensão na hierarquia de funções (COSTA PINTO 1998: 112).

Para Costa Pinto não havia dúvida de que “de *escravo a proletário* foi a maior distância percorrida pela grande massa dos homens e mulheres de cor no Distrito Federal nos últimos



setenta anos de mobilidade social” (COSTA PINTO 1998: 114). O uso do termo proletário, ao invés de cidadão, tem significado especial na análise de Luiz de Aguiar. Isso porque ele avaliava a fórmula cidadão, com suas prerrogativas de igualdade perante a lei, como uma ideologia utilizada para “deixar à chamada “livre concorrência” o encargo de decidir a questão fundamental da desigualdade dos *homens* reais – não dos cidadãos – perante as *situações sociais* concretas – não perante a lei” (COSTA PINTO 1998: 114).

O autor assinalou que nas condições particulares da cidade do Rio de Janeiro o negro emergia como proletário, integrando-se à vida urbana da cidade e identificando-se com as aspirações das classes trabalhadoras. Do ponto de vista da negociação do passado com o presente o processo de mudança social iniciado no final do século XIX teria concorrido para que o negro (enquanto coletividade) continuasse em posição subordinada na estratificação social do Distrito Federal. Nesse universo, os negros que conseguiram ultrapassar as barreiras sociais de classe e etnia significavam para Costa Pinto mais que a afirmação de “verdades elementares” como a capacidade e não inferioridade do negro; as “honrosas exceções” demonstrariam muito melhor, não pela minoria que ascendeu, mas pela “massa de cor, sobre cujos ombros, argamassa com seu suor e seu sangue, vai erguendo, há quatro séculos, a civilização brasileira (...) [as] barreiras, materiais umas, subjetivas outras, que tiveram e têm de vencer os homens de cor neste país” (COSTA PINTO 1998: 97).

A interdependência de classe e etnia na estratificação social do Rio de Janeiro se refletiria nos demais aspectos sociológicos da cidade. Na ecologia atuava como fator de segregação social confinando as camadas subalternas e mais pobres (majoritariamente negras) a se concentrarem nas zonas mais deterioradas (periféricas) e nas favelas da cidade. No que diz respeito à situação cultural do negro (níveis de escolarização) Costa Pinto constatou a presença de um perverso círculo vicioso: por estar econômica e socialmente situado em posições subordinadas o negro teria o acesso à educação dificultado, o que, por sua vez, contribuiria para a manutenção da etnia naquelas posições econômicas e sociais (COSTA PINTO 1998: 163). O autor teceu, ainda, duras críticas à noção de que a educação seria a única solução para o fim das distâncias sociais entre brancos e negro na sociedade de classes brasileira. O drama da população negra no país seria a expressão das contradições da estrutura social em mudança, portanto, a saída para os graves problemas sociais que acometiam o negro e as classes subalternas em geral residiria em mudanças nos fundamentos da estrutura social do Brasil.

Em suma, o processo de mudança social em curso no Brasil desde o final do século XIX estaria engendrando diversas tensões raciais já que as distâncias sociais entre brancos, negros e pardos se perpetuavam no Brasil da primeira metade do século XX. Além disso, o preconceito racial – cujo fundamento para Costa Pinto era a interdependência de classe e etnia – se manifestaria de forma cínica, por meio de sutilezas cruéis e das ambiguidades do tratamento dispensado ao negro no país da proclamada “democracia racial”:

O problema depende não só das posições sociais respectivas do branco e da pessoa de cor, considerados quer individualmente, que como grupo, mas também, e intercorrentemente, do matiz mais ou menos pigmentado do indivíduo de cor, do grau e natureza da relação a ser estabelecida e, também, das circunstâncias mais ou menos públicas ou privadas dentro das quais as relações se vão estabelecer. Assim, por exemplo, as relações de companheirismo num plano de igualdade relativamente formal, frequentemente existem entre brancos e pessoas de cor (...) Não raro, entretanto, muitas delas tendem a fracassar, e até a se transformarem em incompatibilidade, exatamente quando se tornam menos formais, penetram em círculos mais estreitos de aproximação, obrigam a freqüentar, a apresentar a família, em suma, ganham maior intimidade (...) o que daí resulta é que o branco não se sente racista por isto, já que admite o companheirismo com pessoas de cor; esta, porém, dificilmente deixa de se considerar de alguma forma estigmatizada por saber que sua cor influiu como fator de limitação de sua capacidade de participação em determinadas esferas sociais. Um profundo *ressentimento* por parte da pessoa de cor (...) e uma relativa paz e tranqüilidade de consciência por parte do branco (...) é o que resulta na prática, como forma precária de acomodação, obtida através da obediência a essas regras de etiqueta racial (COSTA PINTO 1998: 181-2).

Para Luiz de Aguiar a natureza das tensões raciais no Brasil só poderia ser bem compreendida em face dos fatores que estavam alterando o padrão tradicional da sociedade. Embora o negro se conservasse em posição subordinada na estrutura social, essa estrutura estava em franco processo de transição integrando o negro à sociedade de classes como proletário. Ao adentrar à dinâmica da vida urbana e industrial o negro teria começado a se qualificar enquanto mão-de-obra no mercado de trabalho, a participar dos influxos da mobilidade profissional, a secularizar sua mentalidade e suas aspirações – o que teria concorrido para a diferenciação social dentro do grupo étnico, engendrando uma elite negra:

*Hoje é menos fácil, como até meio século ou menos atrás, pensar no negro como uma massa homogênea e indiferenciada, que em bloco se distinguiria em tudo e por tudo do estrato branco a ela superposto. Depois da Abolição, o funcionamento das instituições republicanas e liberais, a urbanização do negro, a crescente complexidade de uma sociedade de base industrial em desenvolvimento criaram sérias assimetrias e profundas contradições na forma e*

no conteúdo da estrutura social dentro da qual coexistem e convivem no Brasil pretos e brancos. (COSTA PINTO 1998: 181-2).

Os negros estariam diferenciados entre uma massa proletária e uma pequena elite de classe média, mormente intelectual – a qual representaria a formação de quadros negros e mestiços gerados pelas próprias tensões raciais. Por isso o movimento negro foi concebido por Luiz de Aguiar como uma autêntica expressão das mudanças estruturais da sociedade brasileira na primeira metade do século XX, já que ele seria o resultado das transformações que vinham se operando no quadro das relações raciais; e, por conseguinte, os desdobramentos daquele movimento antecipariam as perspectivas que as relações raciais teriam diante de si, para o futuro (COSTA PINTO 1998: 213).

Como produto das mudanças estruturais da sociedade brasileira e de suas implicações sobre os ajustamentos inter-raciais o movimento negro foi concebido por Costa Pinto como expressão da tomada de consciência daquelas transformações por parte de setores da população negra; e, também, das resistências e contradições engendradas pelo processo de mudança social e dos problemas dela decorrentes. Para o autor os diversos grupos da sociedade, localizados em posições diferentes na estrutura social, preconizariam soluções distintas para os problemas da mudança. Por isso o estudo do movimento negro permitiria a apreensão das formas de consciência “mais ou menos nítidas, mais ou menos deformada, da irresolução dos problemas relativos aos seus interesses materiais, seu *status*, seus valores, suas aspirações e suas perspectivas” (COSTA PINTO 1998: 214-5).

O professor da Universidade do Brasil identificou dois tipos de associações negras, as tradicionais e as novas. O primeiro tipo de associação (agremiações populares como as gafieiras, por exemplo) exprimiria o padrão tradicional de relações entre brancos e negros; suas atividades eram recreativas ou religiosas e assinalavam a contribuição africana à estética, à música, à culinária, enfim, à cultura de *folk* brasileira. Já as associações de novo tipo, seriam os produtos das alterações pelas quais a sociedade brasileira passava, principalmente a partir da década de 1930, e por isso pretenderiam imprimir um novo rumo àquelas mudanças. O autor concebeu o novo movimento negro como

genuínas associações de *negro brasileiro*, ou, como talvez fosse melhor dizer, do *brasileiro negro*, pois nelas, na sua estrutura, função e ideologia, o que se exprime não é a saga do africano na terra estranha que para ele, era a nossa terra – mas a história viva e contemporânea das aspirações, das lutas, dos problemas,

do sentir, do pensar e do agir de *brasileiros*, social, cultural e nacionalmente brasileiros, *eticamente negros* (COSTA PINTO 1998: 181-2).

Além disso, as associações negras de novo tipo foram caracterizadas por Costa Pinto como movimentos de elite por excelência. O autor foi buscar nas características das relações sociais historicamente constituídas no Brasil a gênese das elites negras de novo tipo. A ascensão social do negro no Brasil se daria, em regra, no campo cultural, típico canal de capilaridade social entre nós. Era um caminho individual, para poucos que conseguiam por meio das artes, das letras, da erudição e da ilustração cruzar as barreiras de cor. Esse mecanismo de ascensão social se explicaria pela natureza não legal das barreiras raciais no Brasil, nesse registro, transpô-las implicava na aceitação dos valores e do comportamento do branco:

*Para estes, ao que parece, a premissa, consciente ou inconscientemente aceita, tem sido a de que o sistema de posições sociais em que historicamente se situam pretos e brancos em nossa sociedade, como está, está certo. Trata-se então, de conformar-se às regras do jogo, obedecê-lo à risca e, cada um por si, esforçar-se para ser, na medida do possível, uma das “honrosas exceções” – assimilando o padrão e valores dos grupos dirigentes, inclusive, não raro, os estereótipos sobre o negro que integram aquele padrão (COSTA PINTO 1998: 237) – grifos nossos.*

Ao utilizar essa brecha para a ascensão social as elites negras tradicionais – ligadas ao contexto da abolição – buscavam se “branquear” o máximo possível e “esquecer” que eram negras, por isso não se associavam enquanto negros. Atitude muito diversa das novas elites negras, as quais buscavam a solução para o agravamento dos seus problemas sociais reagindo de forma “mais agressiva, menos passiva e mais organizada, menos pessoal” (COSTA PINTO 1998: 241). As novas elites negras pretendiam “ascender como elites negras, sem deixarem de ser negras, negras mais do que nunca, declarada e orgulhosamente negras, apologéticas da *negritude*” (COSTA PINTO 1998: 241).

Formadas em meio ao processo de mudança social do Brasil as novas elites negras refletiriam as características das transformações em curso, assim como a emergência de suas associações estaria ligada à dinâmica dos acontecimentos que marcaram a vida política brasileira após 1930. Conforme Luiz de Aguiar a estrutura social do Brasil se transformava marginalizando a sociedade entre dois mundos, o passado escravista arcaico e a modernidade capitalista. Na avaliação do autor os negros teriam sido historicamente colocados em uma posição social que lhes faria exprimir “por diversas formas de comportamento e de atuação na vida social, tudo o

que há de injusto, de contraditório, de falso e de errado na organização social de que são membros” (COSTA PINTO 1998: 164). Nesse sentido, as elites negras se caracterizariam pela mesma dualidade da estrutura social em transformação, pois estariam marginalizadas entre os padrões de ajustamento inter-racial e as expectativas de comportamento oriundas de duas ordens sociais, a tradicional e a moderna, coexistentes na mesma sociedade em transformação. Daí:

*O intelectual de cor tende[r] a viver boa parte da vida num status que reflete, de modo, ora mais, ora menos intenso, o peso de sua posição dual. Seu desenvolvimento intelectual multiplica sua sensibilidade a esse problema, mas ele é, em suma, o mesmo que tende a sentir um número cada vez maior de negros, intelectuais ou não. Por isso mesmo, na medida em que o problema pessoal dos homens de cor evoluídos é apenas um reflexo de um problema social de um número crescente de negros que se diferencia das massas de cor, o intelectual negro habilita-se a exprimir esse problema e faz-se o porta-voz natural das angústias e das aspirações de seu grupo étnico enquanto grupo social (COSTA PINTO 1998: 242).*

Entretanto, as elites negras agiriam e reagiriam como todas das elites em face de qualquer massa – fato que teria, na visão de Costa Pinto, profunda significação para a análise das tensões raciais na sociedade brasileira em processo de mudança, pois as atitudes da elite negra em relação à massa de cor proletária representariam novos elementos dentro do quadro daquelas tensões.

Luiz de Aguiar chamou a atenção para a função de liderança que a elite negra procurava desempenhar à testa da massa de cor e, também, para as contradições entre as aspirações daquelas elites e as das massas. Como movimentos de cúpula as associações negras encontrariam nas massas de cor indiferença ou antagonismo, já que as últimas estariam identificadas econômica e socialmente, no Brasil, com o proletariado. Por isso as massas negras tenderiam em termos políticos, associativos e ideológicos a atuarem na sociedade brasileira muito mais no registro de sua classe do que de sua raça. O descompasso entre os interesses dos dois grupos se daria à medida que eles se situariam em posições diferentes no sistema de estratificação social do Rio de Janeiro, daí os *slogans* da elite negra soar para a massa proletária como alienígenas:

*A elite que se forma nessas associações e, que as formou para si, para resolverem problemas seus, de status, de aspirações, de mobilidade e de resistência que encontra à sua mobilidade e às suas aspirações, sofre, por sua vez, do mal incurável de não saber falar outra linguagem que não seja a do seu horizonte de extrato médio, duplamente asfixiado por sua condição de raça e de classe (COSTA PINTO 1998: 245) – grifos nossos.*

Para Costa Pinto as elites negras e suas associações pretenderiam resolver, portanto, “um problema de extrato pigmentado superiormente colocado”. Nesse registro, tais elites não conseguiriam se abstrair da sua condição de classe e enxergar as distâncias entre seus interesses e os da massa negra proletária. Por isso atuariam como todas as vanguardas radicalizadas, distantes da realidade e das aspirações objetivas do grupo do qual pretendem dirigir. Ou seja, para o sociólogo a classe começava a dividir o que a etnia e a casta anteriormente unificavam. Por isso o discurso da união em torno da etnia obnubilaria as contradições de classe – daí a crítica de Luiz de Aguiar à ação do movimento negro em relação às massas negras. O autor não se posicionou contra as reivindicações da classe média negra em si, mas contra a identificação que elas faziam entre os seus interesses de classe e os interesses da massa negra proletária.

A base empírica das observações do sociólogo sobre o movimento negro foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado em 1944 no Rio de Janeiro, cuja principal liderança era Abdias Nascimento. O grupo surgiu como uma trupe de artistas negros com o objetivo de protestar contra as linhas de cor e, na avaliação do autor, tornou-se um movimento, um grupo de pressão, devido à própria dinâmica das relações raciais. Por compreender que as associações negras não representavam os interesses reais da massa de cor proletária que buscavam arregimentar para sua causa Costa Pinto teceu críticas implacáveis ao TEN:

Em verdade, significa a existência de negros de classe média querendo se adestrar nos estilos de sua classe; significa a existência de barreiras às possibilidades objetivas deste adestramento e o conseqüente aparecimento de um estado de angústia entre esses negros; significa a racionalização da luta frontal contra essas barreiras, que não fazem para “não se confundirem com o tipo de reivindicador contumaz”, e a tentativa de contornar emocionalmente essas barreiras por meio de um mecanismo dramático de *faz de conta que somos brancos*; significa, finalmente, que *a angústia psicológica da cor e as limitações ideológicas da classe juntam-se aqui para preparar o terreno no qual florescia a utópica aspiração de sair pelos morros, favelas e pelos subúrbios levando a mensagem redentora da catarsis, o segredo da purgação dos recalques, a chave mágica do extravasamento de tudo o que a fome, e o salário de fome, o baixo padrão de vida, a herança da escravidão, a “casa do cachorro”, o analfabetismo, a doença, o preconceito e a linha de cor puseram na alma do homem do povo desta cidade, deste País, e deste mundo* (COSTA PINTO 1998: 245) – grifos nossos.

Luiz de Aguiar posicionava-se contra as avaliações de Guerreiro Ramos (sociólogo e militante do movimento negro) sobre o TEN. Guerreiro considerava o TEN como “uma das iniciativas de maior gravidade e profundidade na vida cultural do país” já que representaria “uma

pista jamais suspeitada entre nós, ou seja, a de, pelo teatro, adestrar os [de] cor nos estilos de comportamento da classe média e superior”, retomando “a significação original do teatro como processo catártico” o que em sua visão teria permitido “transformar a luta de classes num processo de cooperação” (RAMOS, 1949: 7, citado por COSTA PINTO, 1998: 254). Cooperação essa muito problemática na visão de Costa Pinto, pois concorria para a solução de questões sociais ligadas aos interesses da classe média negra intelectualizada e não do negro proletário. Após a publicação de **O negro no Rio de Janeiro**, Guerreiro Ramos acusou Costa Pinto de racista devido às críticas que ele teceu ao TEN e à ideia de negritude - formulada, inicialmente, por Ramos e Abdias Nascimento. Trata-se de mais um episódio das polêmicas entre cientistas sociais na década de 1950 em torno das concepções de sociologia e de seu papel no processo de mudança social pelo qual a sociedade brasileira passava<sup>90</sup>.

Em suma, para Costa Pinto as contradições do esquema ideológico do movimento negro resultavam do fato de eles serem a expressão racional, em termos étnicos, das aspirações de um grupo de classe média “que pretende ascender não étnica mas socialmente” (COSTA PINTO 1998: 288). Nesse ponto, aliás, está a chave para a compreensão das concepções de Costa Pinto sobre as tensões raciais no Brasil. Para o autor as tensões sociais representariam

a) uma fase de um processo em desenvolvimento, b) que resulta de um conflito virtual ou potencial existente no fundo da situação social considerada, e c) que vem à tona, de diversos modos e em diversos graus de intensidade, sob a forma de “descarga de tensão”, até que o conflito encontra um desfecho sob a forma de crise, aberta e declarada (COSTA PINTO 1998: 271-2).

Tais tensões gestar-se-iam de forma lenta, apresentando as características de um círculo vicioso no Brasil, já que produziriam os fatores de seu crescimento e agravamento. Nas condições sociais específicas do Brasil, diferentes daquelas presentes na sociedade norte-americana, as tensões raciais exprimiriam conflitos cuja base não era a etnia, mas sim as classes sociais:

[as] situações de tensão racial, que se formam sempre que problemas mais gerais e mais profundos ligados à *transformação social* assumem *expressão racial* (...) quando falamos de conflito de raças, o fundamental está na palavra *conflito* e

<sup>90</sup> Para apreciação da polêmica de Costa Pinto e Guerreiro Ramos em torno da questão racial e do TEN consultar: (MAIO, 1997a) – o autor analisou as posições de Guerreiro Ramos sobre a questão racial, especialmente na sua fase de militância política e intelectual no movimento negro, como um “contraponto” às pesquisas resultantes do projeto UNESCO; e (MAIO, 1997b) – trata-se de um exame das trajetórias, das posições distintas de Costa Pinto e Guerreiro Ramos sobre as relações raciais e da significação deste tema em face à concepção de sociologia dos dois cientistas sociais.

não na palavra *raça*. Noutros termos, e no caso concreto, isto significa que ao estudarmos o estado atual das tensões raciais no Rio de Janeiro, manipulando, para isto, todo o material e conceitos já expostos nos capítulos anteriores deste trabalho, o que precisamos ter sempre claro no espírito é que estamos analisando as formas de expressões raciais assumidas pelas tensões *sociais* que resultam das mudanças no bojo da sociedade brasileira como um todo (COSTA PINTO 1998: 276).

A partir dessa perspectiva o sociólogo analisou o preconceito racial no Brasil como a expressão dos problemas decorrentes do processo de mudança social. Para Costa Pinto o preconceito racial tinha a “função de mecanismo de defesa de situações ameaçadas” (COSTA PINTO 1998: 27), por isso ele não tinha uma função social definida no Brasil escravocrata, já que naquele contexto as posições sociais eram bem marcadas e aparentemente imutáveis ao ponto de não suscitarem entre os membros da classe superior branca o problema de defesa da sua situação social em face de uma ameaça negra. Nesse registro, o preconceito racial teria assumido uma função social específica em virtude da transição operada na sociedade brasileira. Ao afastar-se das posições que tradicionalmente ocupava na sociedade escravocrata em decorrência dos influxos de diferenciação social típicos do capitalismo o negro teria começado a representar uma ameaça aos brancos na ordem social baseada na competição. Por isso o preconceito racial visava reconduzir ao seu lugar – o lugar que tradicionalmente ocupava no sistema relações sociais e que lhe era reservado na ideologia do grupo socialmente dirigente e etnicamente diferenciado – o negro que historicamente saiu daquelas posições sociais.

Paradoxalmente a ascensão social do negro por meio da diferenciação profissional teria concorrido para que ele sofresse preconceito na sociedade de classes. Isso porque

Hoje, os negros encontram obstáculos e impedimentos na porta de carreiras, instituições, ambientes sociais e tantas outras esferas de convivência com brancos, precisamente porque já existem negros em condição de aspirar essas oportunidades à luz de todos os critérios exigências, menos o da condição étnica do Branco (COSTA PINTO 1998: 276).

Nesse registro, o preconceito racial representava para Luiz de Aguiar um fator de resistência da ordem social aos efeitos de sua própria transformação, e como toda resistência tinha em sua raiz um fundo de “conservantismo estrutural”. A associação que Costa Pinto fez entre preconceito, tensão racial e classes sociais na dinâmica das mudanças da sociedade brasileira é bem exemplificada pelo seguinte trecho:



O aspecto racial da questão comparece, do ponto de vista sociológico, como “bode expiatório, como mecanismo de descarga das tensões causadas pelo conflito virtual que ali está presente. De uma dona de casa, branca de classe média, ouvimos o seguinte comentário, a respeito do assunto, que é bem expressivo dessa racionalização, em termos raciais, de problemas que nada têm de intrinsecamente étnicos: “Se tenho de suportar uma cozinheira metida a granfina, ao menos que seja branca. Além de negra, metida a granfina, é demais. O ‘*granfinismo*’, no caso, referia-se a todas essas mudanças de comportamento em face do patrão branco, que vão desde o uso do batom nos lábios até o pedido de férias remuneradas! (COSTA PINTO 1998: 276) – grifos nossos.

Luiz de Aguiar analisou a situação racial brasileira em suas conexões com o processo de mudança social em curso no país desde o final do século XIX. Nesse registro, a resposta para os desafios que assinalavam não só as relações raciais entre brancos e negros, mas toda a *gestalt* da estrutura social em transformação estaria nas ações dos grupos humanos que compunham o presente – ações essas guiadas por interesses (contraditórios, conflituosos, mas também acomodatórios) definidos pelas posições sociais que os grupos ocupavam na organização social da produção. A originalidade de seu exame sobre as relações raciais no Brasil se apresenta, principalmente, na interpretação das tensões raciais engendradas pela diferenciação social do grupo étnico negro. Sua perspectiva analítica essencialmente ligada à mudança social o permitiu lançar questões que só o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira poderia responder: “Dentro desses amplos limites, o que importa é saber qual dos dois termos se transformará em ritmo e cadência mais rápido: a questão racial ou a evolução social necessária para evitá-la?” (COSTA PINTO 1998: 294). Pergunta essa que nós, brasileiros do século XXI, sabemos exatamente a resposta.

### **2.3 O debate intelectual na transição dos anos de 1950 a 1960**

O momento histórico da transição da década de 1950 a 1960 foi marcado pela exacerbação dos conflitos econômicos, políticos e sociais e das disputas de projetos em torno do processo de modernização capitalista do país. O projeto desenvolvimentista, hegemônico na década de 1950, teve seu auge no governo de Juscelino Kubitschek. O plano de metas proporcionou um crescimento intenso da economia entre os anos de 1956-1961, expressando-se na taxa anual média de aumento do PIB (7,4%) e na taxa de expansão industrial (10,1%). Entretanto, havia “um consenso de que se chegava ao final da constituição básica da nova

estrutura econômica do país, numa etapa em que, pela primeira vez, o planejamento econômico tinha efeitos decisivos sobre a economia” (BIELSCHOWSKY, 1988: 466-7). Os sinais de crise do projeto de desenvolvimento faziam-se sentir no Brasil: os anos de 1961 a 1964 foram assinalados por “grandes dificuldades monetárias, financeiras e cambiais e, a partir de 1962 (sobretudo 1963), acentuado declínio das taxas de crescimento” (BIELSCHOWSKY, 1988: 474-5).

A crise se apresentou, também, no campo político, a começar pelo breve e conturbado governo de Jânio Quadros. A tradição de questionamento das instituições democráticas permaneceu já que setores militares e a direita (liberais, UDN) se posicionaram contra a posse do Vice-Presidente João Goulart – tais setores temiam a radicalização política e a “ameaça comunista”. A saída para o impasse deu-se com a aprovação, no Congresso, da passagem do sistema presidencialista para o parlamentarista, o que facilitaria o controle político do presidente pelos extratos privilegiados da sociedade.

Os indícios de colapso do ciclo de crescimento econômico e a instabilidade política foram acompanhados por grandes agitações no seio da sociedade. Ocorria um movimento de ascenso popular, representado pelas reivindicações de reforma agrária impulsionadas pelas ligas camponesas; reclamações por melhores moradias nas cidades; politização crescente do movimento operário – expresso pelo aumento do número de greves e pelas movimentações de caráter político dos sindicatos, como o protesto contra o capital estrangeiro e o imperialismo; o PCB aumenta significativamente sua influência sobre o movimento operário – processo que culminou na criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), organização autônoma liderada pelos comunista (AGGIO, et al, 2002: 66).

Ou seja, impulsionado pelo elemento democratizador do processo de desenvolvimento o “embrião de sociedade civil” (COUTINHO, 2000) começou a se fortalecer e a atuar mais incisivamente na vida política do país. Isso porque “camadas sociais cada vez mais amplas sentiam poder participar mais do desenvolvimento social, econômico e político” em curso (BENEVIDES, 1979: 254). O ano de 1963 foi marcado pelas agitações dos setores populares e progressistas em torno das reformas de base. Por outro lado, também ganhavam força órgãos ligados ao espectro conservador da sociedade:

O instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) são dois exemplos de entidades que se empenharam na articulação política com vistas à interrupção do ascenso de massas que havia

no governo João Goulart. Da mesma forma, os quadros formados pela Escola Superior de Guerra cumpriram papel importante na formulação de uma alternativa política elitista para o país (AGGIO, et al, 2002: 67).

O processo de radicalização da sociedade teve desdobramentos no campo da cultura com a intensificação do debate sobre o desenvolvimento do capitalismo no país. O PCB teve uma atuação vigorosa na discussão intelectual do período. Na **Declaração de Março**, de 1958, estava impressa uma mudança radical de posicionamento e de condução política em relação às posições mais sectárias do início da década:

*O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país (...)* O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual mas incessante, de reformas profundas e conseqüentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando-se até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação (In. AGGIO et al, 2002: 63) – grifos nossos.

“O caminho pacífico da revolução brasileira” se daria por meio de uma aliança da nação (representada pelos setores sociais progressistas, como os trabalhadores, os estudantes, a burguesia nacional) contra a anti-nação, as forças reacionárias do latifúndio e do imperialismo. Em registro semelhante, nos marcos da proposta de desenvolvimento nacional e autônomo do Brasil, caminharam as proposições do Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB)<sup>91</sup>. Seus pensadores assumiram a tarefa de formular a ideologia que iria presidir a revolução brasileira, atuando, portanto, como ideólogos, não no sentido de produzir uma representação deformada da realidade, mas de construir um conjunto de ideias-força que possibilitasse formular os “sentimentos das massas” (PECAULT, 1990). Isto é, evocaram para si a posição de organizadores da sociedade civil emergente buscando interpretar os interesses “objetivos” dos grupos sociais e equacioná-los como interesse “geral” e mediar a relação dessa sociedade civil com o Estado. Este – fundamentado na representação legítima dos interesses – efetivaria o interesse “geral” (BARIANI, 2008: 86).

---

<sup>91</sup> O ISEB foi criado em 1955, por um decreto do governo interino de Café Filho, e fechado em 1964 em virtude do golpe militar (PECAULT, 1990: 107)

É complicado falar do ISEB<sup>92</sup> enquanto um órgão homogêneo, pois foi composto de intelectuais de diversos matizes como Roland Corbisier, Guerreiro Ramos e Cândido Mendes (ligados à tradição dos pensadores da década de 1930), o filósofo Álvaro Vieira Pinto, economistas como Roberto Campo e Inácio Rangel, o militante historiador Nelson Werneck Sodré, o cientista político Hélio Jaguaribe (PECAULT, 1990: 111). Entretanto, para além dessa diversidade a proposta de superação do atraso econômico e social e da alienação cultural para a construção de um Brasil autônomo, cujas decisões e processos econômicos, políticos e culturais viessem de dentro (da nação) davam certa unidade às interpretações que vigiam no instituto.

Outra iniciativa de organização da sociedade civil naquele contexto foram os Centros Populares de Cultura (CPC's) da UNE, associação de estudantes universitários que tinham por objetivo transformar a arte em um meio de conscientização popular. Influenciados pelo ISEB, pelo PCB e pelas teses da Cepal agiam no sentido de transformar a massa (alienada, disforme) em povo (consciente, sujeito da revolução social em curso) por meio da produção teatral, cinematográfica, musical, etc.. Seus integrantes eram, em linhas gerais, estudantes e artistas que queriam atingir a massa e fazer da cultura um instrumento de transformação social (PECAULT, 1990: 111)<sup>93</sup>.

A união de perspectivas do PCB, do ISEB e do CPC's<sup>94</sup> em torno do projeto de desenvolvimento autônomo (nacional) do capitalismo no Brasil foi caracterizada pela comunhão

---

<sup>92</sup> O ISEB é um dos capítulos da história do pensamento social brasileiro que causaram mais controvérsias entre os estudiosos. Há uma gama de interpretações sobre o instituto que gravitam desde a crítica ácida àquelas que procuraram compreendê-lo em face ao contexto histórico social no qual estava inserido, entre elas: (PECAULT, 1990), (TOLEDO, 1982), (CAHUÍ e FRANCO, 1985), (ORTIZ, 1994), (LAMOUNIER, 1978).

<sup>93</sup> Os CPC's, como todas as iniciativas de organização da cultura compreendidas nos marcos do chamado nacional-desenvolvimentismo, também causaram controvérsias entre os analistas. As interpretações sobre os centros vão desde as críticas que se pautaram na desconstrução da "ideologia" e do "autoritarismo" de uma "vanguarda de classe média" até as que viram sua atuação no campo cultural de forma mais positiva. Sobre os CPC's consultar: (BERLINSK, 1984), (CHAUÍ, 1983), (FAVERO, 1983), (HOLLANDA, 1981), (MARTINS, 1962)

<sup>94</sup> É preciso, entretanto, considerar a particularidade de cada um desses atores sociais. Os CPC's, órgãos que se articulavam em torno da produção cultural em sentido amplo, e o ISEB, destinado à formulação de ideias (produção cultural em um sentido específico), podem ser concebidos como uma *intelligentia* que visava representar e conscientizar a sociedade civil para a ação política transformadora do país. Já o PCB, por ser um partido, atuava em um registro político propriamente dito – o que não implica afirmar que o partido não tivesse uma produção cultural, pelo contrário, suas ideias transitavam de forma vigorosa por meio da Revista Brasiliense, por exemplo. O que estamos querendo assinalar é que o PCB foi o formulador da tese da revolução democrático burguesa, a qual se difundiu entre os intelectuais nacionalistas progressistas como os do ISEB e CPC's, nesse sentido o PCB teve um papel de direção política entre aqueles setores intelectuais. Tão pouco pretendemos recortar a realidade em campos político e cultural intercambiáveis ou estanques, apenas registrar as particularidades e, também, as proximidades entre os intelectuais que se articularam em torno do projeto de desenvolvimento nacionalista naquele momento ímpar da história do Brasil. Nesse sentido, cabe lembrar que tanto o PCB, quanto o ISEB e os CPC's dialogaram

das ideias de a) “ida ao povo” com o objetivo de conscientizá-lo (rompendo com a alienação) e transformá-lo em sujeito da história (da revolução nacional em curso); b) a identificação do principal entrave ao desenvolvimento nacional na contradição entre a nação e a anti-nação (relegando para segundo plano a contradição capital/trabalho, não por desconhecimento, mas por uma estratégia baseada na análise da conjuntura brasileira como propícia à união dos setores progressistas); c) a noção de que o Estado era o *locus* privilegiado para a condução da transformação social brasileira, daí a proposição de aproximar Estado e sociedade civil.

Para Daniel Pecauly os “intelectuais nacionalistas” (ISEB e CPC’s, em particular) se viam como uma *intelligentzia* – na tradição russa – já que “estavam seguros de ter vocação para desempenhar, como categoria social específica, um papel decisivo nas mudanças políticas” (PECAULT, 1990: 103). Werneck Vianna (1997: 198) aponta as relações entre as ciências sociais e a “ida ao povo” desencadeada não apenas pelos CPC’s, mas também pelo Movimento de Cultura Popular (MCP), no Recife, e pelo movimento de alfabetização popular idealizado por Paulo Freire. O cientista político salienta o viés transformista da intelectualidade carioca:

Não há, para essa *intelligentzia*, uma oposição insanável entre o Estado nacional e a sociedade, que deva culminar em uma ruptura revolucionária. Sob a intervenção da *intelligentzia*, Estado e povo podem ser aproximados, transformismo ativo que quer fazer do Estado a agência de aceleração das “modificações moleculares” no tecido social, e, por meio da ação popular, provocar a reforma democrática dessa instituição. O programa intelectual da Sociologia seria, então, o de viabilizar essa política (VIANNA, 1997: 196).

A ciência social a que Werneck Vianna se refere tem seu maior expoente em Alberto Guerreiro Ramos, propositor de uma sociologia voltada para o desenvolvimento nacional. Na acepção de Guerreiro a sociologia nos países periféricos deveria se dedicar a auto-compreensão de suas “estruturas nacionais e regionais”, visando à elaboração de um conhecimento que servisse aos propósitos de redenção nacional. Para isso a ciência da sociedade deveria levar em conta os recursos disponíveis da nação ao propor medidas para a reforma social e, também, elaborar-se *vis a vis* ao nível de consciência nacional. Ao postular uma sociologia diretamente ligada ao desenvolvimento nacional Ramos tornou-se crítico fervoroso da transplantação de teorias e métodos de pesquisa dos países desenvolvidos, pois entendia que os procedimentos válidos

---

positivamente com as teses da Cepal, que teve no economista brasileiro Celso Furtado um de seus maiores expoentes.

naqueles contextos não teriam eficácia em outras formações sociais por serem incompatíveis com seus graus de desenvolvimento (RAMOS, A. G., 1995).

Guerreiro Ramos chamou de “sociologia enlatada” a produção que visava acompanhar ou submeter-se aos cânones científicos internacional; ela não passaria de mais um “episódio da expansão cultural dos países da Europa e dos Estados Unidos” (RAMOS, A. G., 1995: 107). Daí a necessidade de uma revisão crítica das teorias sociológicas importadas a fim de adequá-las às exigências de desenvolvimento do país – procedimento por ele denominado como “redução sociológica” (RAMOS, A. G., 1965). No que diz respeito à concepção de sociologia e às formas de conexão desta com a mudança social Guerreiro tinha em Florestan Fernandes seu principal opositor.

O nacionalismo foi a ideia-força no debate intelectual sobre o desenvolvimento. Entretanto, não só de nacionalistas se fez a discussão sobre o processo de modernização capitalista do Brasil, outros setores progressistas da intelectualidade, mormente das ciências sociais, participaram e contribuíram para formação do rico caldo cultural das décadas de 1950 e 1960 no país. Luiz de Aguiar Costa Pinto foi um dos expoentes da intelectualidade brasileira que se posicionou de forma cética (não alquebrada) em relação ao otimismo que pairava sobre a sociedade (VILLAS BÔAS: 2005). Sua sociologia, desde cedo voltada para o estudo da mudança social, e seu trabalho na direção do CLAPCS expressam uma postura desconfiada em relação aos projetos de desenvolvimento nacionalistas da década de 1950, mas, ao mesmo tempo, essencialmente comprometida com o processo de transformação em curso na sociedade brasileira e Latino-Americana.

O CLAPCS foi criado em 1957 por decisão da Conferência Latino-Americana de Ciências Sociais, convocada pela UNESCO e realizada na cidade do Rio de Janeiro. Nas reuniões internacionais da ONU e da UNESCO, na década de 1950, já figuravam demandas pela criação de organismos para a aplicação das ciências sociais ao planejamento econômico na América Latina:

*A América Latina constitui uma região em pleno processo de desenvolvimento econômico e social. Está passando do nível de um subdesenvolvimento secular a um nível de industrialização, cujas conseqüências sociais saltam aos olhos. A solução de uma série de problemas concretos de natureza social, econômica ou mesmo política dependerá em grande parte do grau de desenvolvimento efetivo a que tenham chegado as ciências do homem naquela região cultural. A formação de um número suficiente de especialistas em todos os ramos das Ciências Sociais e a realização de programas organizados de pesquisa coletiva e*

individual neste domínio impõem-se com urgência. Só desta maneira poder-se-á enfrentar, e superar, os graves problemas que este continente tem que resolver (LANGROD, 1958: 73, citado por OLIVEIRA, 1995a: 268) – grifos nossos.

A iniciativa da UNESCO ao criar o Centro de Pesquisas na América Latina estava ligada ao projeto de ampliação de uma rede de organismos internacionais de investigação sobre as regiões em desenvolvimento<sup>95</sup>. O CLAPCS tinha por objetivo estudar e integrar dados e recursos humanos em uma perspectiva internacional, respeitando a particularidade de cada realidade regional e orientando suas pesquisas pela investigação dos diversos fatores sociais que se relacionavam ao desenvolvimento. A UNESCO almejava unir a investigação sobre a América Latina (principal objetivo do CLAPCS) à formação de profissionais na área de ciências sociais – tarefa atribuída à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), com sede em Santiago, no Chile, e criada paralelamente ao CLAPCS.

O centro foi composto por cientistas sociais de várias nacionalidades e oriundos de distintos meios intelectuais, como: Gino Germani, Isaac Ganon, Pablo Gonzalez Casanova, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Manuel Diegues Júnior, entre outros<sup>96</sup>; suas pesquisas foram, portanto, assinaladas pela diversidade dessas contribuições (ALMEIDA, 1989), (OLIVEIRA, 1995), (OLIVEIRA, 2005). A existência do CLAPCS deu-se entre os anos de 1957 a 1975, suas atividades e sua produção intelectual foram bastante variadas e, também, descontínuas ao longo desse período. A divulgação das atividades do centro (cursos, seminários, projetos de pesquisa em andamento, conclusão ou iniciados) começou por meio do **Boletim**, veículo de caráter majoritariamente informativo, mas que a partir de 1959 começou a publicar alguns artigos. As publicações do CLAPCS se ampliaram a partir de 1962 quando o **Boletim** cedeu lugar à revista **América Latina**.

A revista **América Latina** era editada trimestralmente e reunia artigos sobre os diversos países da região, reflexões comparadas sobre as realidades regionais e textos que versavam sobre América Latina de forma geral – todos centrados nos vários aspectos de seu desenvolvimento<sup>97</sup>. Além da publicação de textos, a revista do CLAPCS dedicou-se a informes e noticiários sobre

<sup>95</sup> Nos anos de 1950 a UNESCO já havia estabelecido um centro de pesquisa em ciências sociais em Colônia, na Alemanha, e outro no sudeste asiático, em Calcutá (OLIVEIRA, 1995a: 268)

<sup>96</sup> O quadro, formulado por (OLIVEIRA, 1995a: 271), dos cientistas sociais que fizeram parte do CLAPCS foi reproduzido nesta tese no Anexo b - Integrantes do Comitê Diretor do CLAPCS e da Flacso 1958/65.

<sup>97</sup> “A temática maior da revista foi mesmo a Sociologia do Desenvolvimento, fortemente marcada pelas orientações cepalinas: a noção de sociedade dual (arcaico versus moderno) e a análise dos indicadores deste processo – grau de

congressos, reuniões, cursos, revistas e, também, abriu espaço a resenhas de livros e apresentou os principais projetos de pesquisa em andamento sobre a região Latino-Americana (OLIVEIRA, 1995: 272-3). É interessante notar que a publicação de artigos na revista **América Latina** foi ampliada a pesquisadores que não faziam parte do CLAPCS – o que concorreu para que ela se tornasse um importante instrumento de união e divulgação de reflexões sobre as mais variadas facetas da América Latina.

A experiência do CLAPCS vicejou junto ao espírito das décadas de 1950 e 1960 e, também, sucumbiu com o mesmo. Seu fim deu-se em meio à crise dos projetos de desenvolvimento desenhadas pelas quedas das taxas de crescimento econômico e pela instauração das ditaduras militares no Brasil e em outros países da América Latina, acompanhada da crítica teórico-metodológica aos procedimentos científicos em voga e ao projeto de desenvolvimento esboçado no período anterior (MOTA, 1986: 291-5). O CLAPCS resistiu oficialmente até 1975, todavia, imergiu na sobrevida a partir de 1970, quando ocorreu o corte de subsídios do governo brasileiro e a revista **América Latina** passou a ser publicada irregularmente (OLIVEIRA, 1995: 303-4).

O CLAPCS representa uma experiência singular e inovadora dentro do contexto histórico-social e léxico-linguístico no qual surgiu, e também, no campo institucional das ciências sociais no Brasil e na América Latina. Nas palavras de Lúcia Lippi:

O CLAPCS inaugurou uma dimensão nova, se tomarmos o escopo de sua temática. Até então tínhamos tido centros brasileiros, institutos nacionais, e foi com o CLAPCS que tivemos um momento de “integração” dos estudos sobre América Latina (OLIVEIRA, 1995a: 271).

Luiz de Aguiar Costa Pinto foi o primeiro diretor do CLAPCS (entre os anos de 1957-1961) e nessa posição pôde influenciar os rumos das atividades desenvolvidas pela instituição. O sociólogo brasileiro, gozando o prestígio de uma carreira balizada pela realização de diversas investigações e pela passagem em várias instituições de pesquisa nacionais e internacionais<sup>98</sup>,

---

urbanização e industrialização; índices de mobilidade social; de analfabetismo; integração da população na economia formal, além de aspectos comportamentais tratados como mudança de mentalidade” (OLIVEIRA, 2005: 8).

<sup>98</sup> L. A. Costa Pinto foi pesquisador na Divisão de Pesquisas do Instituto Mauá, órgão vinculado à Confederação Nacional do Comércio, entre os anos de 1948 e 1952; participou do Comitê de Peritos convocados pela UNESCO do qual resultou a **1ª. Declaração sobre a Raça**, em 1949; fez parte da definição do escopo do projeto de estudos sobre relações raciais da UNESCO; participou do Staff dirigente do programa de pesquisa sobre a vida social no estado da Bahia realizado pelo convênio Estado da Bahia-Columbia University; foi membro do Comitê Executivo da International Sociological Association (ISA), entre 1951 e 1953 e exerceu o cargo de vice-presidente da instituição com a morte de Louis Wirth, em 1953; foi diretor, entre os anos de 1955-1957, da Divisão de Estudos Sociais do



exerceu o papel de orientador privilegiado da política de programas e dos planos de trabalhos realizados pelo CLAPCS entre 1957 e 1961.

Entre 1959 e 1960, o centro dedicou-se ao plano de trabalho aprovado pelo comitê diretor do CLAPCS e da FLACSO, no ano de 1958, o qual contava com as seguintes pesquisas: 1) Estado atual das ciências sociais, 2) Implicações sociais do desenvolvimento, 3) Urbanização; 4) Estratificação e mobilidades social; 5) Educação e desenvolvimento; 6) Carreiras ocupacionais; 7) Estrutura agrária na América Central; 8) Seminário sobre estratificação social; 9) Censo da população universitária (BOLETIM: 1960: 8). Destes nove projetos três vinham de períodos anteriores – dos planos de trabalho de 1957-1958 e 1958-1959 – e incluíam doze países da região: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Guatemala, Haiti, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Peru, Uruguai e Venezuela (BOLETIM: 1960: 8).

Em consonância com a orientação presente nos anos anteriores, o quarto período de sessões do centro estabeleceu o plano de trabalho para os anos de 1960-1961, composto pelos seguintes projetos de pesquisa: 1) Estrutura agrária e as condições de trabalho agrícola na América Central; 2) Estratificação e mobilidade social na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai; 3) Educação e desenvolvimento na América Latina; 4) Urbanização e industrialização; 5) Estudo anual sobre a situação social na América Latina; 6) Bibliografia anual de periódicos sobre a América Latina (BOLETIM, 1960: 10). Dos quatro primeiros projetos, três estavam em fase de andamento ou conclusão, sendo os demais projetos novos. Estes foram realizados pelo centro nos períodos posteriores e divulgados na revista **América Latina**.

Os projetos de pesquisa levados adiante pelo centro durante a gestão de Costa Pinto são exemplares dos temas presentes no debate internacional, em especial Latino-Americano, na passagem dos anos de 1950 a 1960. Além disso, em um contexto marcado pelo nacionalismo o CLAPCS pode ser concebido como uma espécie de contraponto às reflexões sobre o desenvolvimento realizadas naquele registro. Uma grande parte das interpretações sobre o pensamento social brasileiro das décadas de 1950 e 1960 ressalta apenas a atuação dos cientistas sociais da USP em contraposição às análises e propostas de desenvolvimento de cunho nacionalista; e, ainda o fazem, em alguns casos, de forma um tanto quanto laudatória das proposições dos cientistas sociais paulistas à medida que concebem as produções realizadas no

---

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (órgão ligado ao INEP), criado em 1955, sob o comando de Anísio Teixeira. Informações extraídas de (COSTA PINTO, 1989), (OLIVEIRA, 1995a), (MAIO, pud, COSTA PINTO, 1998),

âmbito do ISEB, por exemplo, como meramente ideológicas ou políticas, minimizando seu caráter científico (MICELI, 1989) (MOTA, 1994).

Em entrevista, Costa Pinto teceu a seguinte análise sobre o nacionalismo em suas conexões a mudança social:

O nacionalismo é absolutamente insuficiente para ser ideologia de um processo de *nation changin* que tem muita coisa de comum e muita de diferente com o processo de *nation bulding*. O nacionalismo põe toda a ênfase na inimigo externo. É anti-imperialista – isso eu também sou. Mas eles subestimam – o que eu não faço – os obstáculos internos ao desenvolvimento. As classes dirigentes desses países, os Collor são mais inimigos do desenvolvimento do que qualquer CIA do mundo. A CIA estava lá na base de Guantánamo em Cuba há anos, antes, durante e depois da revolução e não fez nada. Estava na Grécia, estava nos Açores, em suma... Concentrou-se no ISEB – essa é a dolorosa verdade – O ISEB do Álvaro Vieira Pinto, do Guerreiro Ramos, do Jaguaribe, do Cândido Mendes (...) O nacionalismo dificilmente consegue florescer sem acabar numa ditadura de direita. Nazismo era nacional e socialista. O Mussolini dizia que o nacionalismo era o egoísmo *della nazione*. Quer dizer, nacionalismo tem uma porção de conotações que não fazem sentido, que são negativos, são improdutivos, são mesmo perigosas. O nacionalismo de Perón, o nacionalismo de Vargas, o nacionalismo de Rojas Pinilha, o nacionalismo de todos os regimes militares que se estabeleceram na América Latina por aquela época foram intensamente, profundamente nocivos ao desenvolvimento nacional (COSTA PINTO, 1989: 34-5).

É claro que para avaliar a visão do autor na transição dos anos de 1950 a 1960 as considerações acima devem ser examinadas com cautela. Isso porque se trata de uma entrevista concedida em 1989 (anos depois do período estudado) e, mais que isso, é preciso considerar que o autor estava versando sobre sua posição em um contexto histórico no qual todas as propostas progressistas de mudança social (nacionalistas ou não) foram vencidas, ou melhor, atropeladas pela união das elites modernas ou tradicionais. Se havia divergências entre os setores progressistas que debatiam a mudança social, é óbvio que o comunicante tende a advogar em prol ao seu lado. Entretanto, a fala de Costa Pinto expressa sua visão crítica e, ao mesmo tempo, negativa sobre o nacionalismo e sobre o papel do ISEB. Nesse sentido ele se aproxima das interpretações dos cientistas sociais da USP como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, e, também, de muitos dos expoentes da geração por eles formada.

O Seminário Internacional **Resistências à Mudança:** fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento (SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIA À MUDANÇA. ANAIS,

1960) – organizado pelo CLAPCS<sup>99</sup> e realizado em 1959, na cidade do Rio de Janeiro – é um elemento importante para o estudo do debate sobre a mudança social naquele contexto. Participaram do evento uma gama de cientistas das várias áreas humanas, majoritariamente das ciências sociais, vindos da América Latina, Europa e Estados Unidos, entre eles vários cientistas sociais renomados como Wright Mills, Jacques Lambert, Alfred Mettraux, Gino Germani, Aldo Solari, Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso, Milton Santos, Victor Nunes Leal, Florestan Fernandes, entre outros<sup>100</sup>. Apenas um membro do ISEB participou do Seminário – Michel Débrun, também professor da FGV – fato que pode ser considerado um indicativo das diferenças entre as concepções sobre o desenvolvimento/mudança social dos membros do instituto do entendimento que tinham sobre aquele processo os componentes do CLAPCS (os brasileiros) e os intelectuais da cadeira de sociologia I da FFCL-USP – esta representada por seus principais quadros no debate sobre as resistências à mudança.

O seminário do CLAPCS é um episódio que indica a participação das ciências sociais no debate sobre o desenvolvimento (processo que assinalou e mobilizou a sociedade brasileira), nesse sentido indica a forte presença do protagonismo intelectual na esfera pública, assim como o papel missionário que as ciências sociais chamaram para si nas décadas de 1950 e 1960. Isto é, exprime o sentido histórico que aqueles cientistas sociais atribuíram às suas atividades, pois compreendiam a ciência como uma potência capaz de orientar racionalmente os processos de mudança social. Obviamente, esse era o “espírito da época” e não pairava somente entre os participantes do seminário internacional, mas entre os diversos grupos intelectuais (acadêmicos ou não) que fizeram parte daquele processo de mudança social. A reunião internacional afirmou, sobretudo, a vocação pragmática das ciências sociais “De fato, a escolha do tema do Seminário obedeceu à intenção de colher a opinião e confrontar a experiência sobre os fatores e condições que podem comprometer a execução prática de políticas concebidas para promover o progresso econômico e social” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIA À MUDANÇA. ANAIS, 1960: 7).

---

<sup>99</sup> Janaina Ferreira (1999) dá um panorama analítico da construção do Seminário e dos debates nele realizado, contextualizando-o nas discussões sobre a mudança social e o desenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960. A autora chama a atenção para o protagonismo de Costa Pinto e da equipe de pesquisadores brasileiros por ele liderada na concepção e organização do evento. Fizeram parte dessa equipe Waldoniro Bazzanella, Thomaz Pompeu Acciolly Borges, Joaquim Costa Pinto e Anita Hirsch (FERREIRA, 1999: 7).

<sup>100</sup> A lista de participantes do Seminário foi reproduzida nesta tese no Anexo C – Lista dos Participantes do Seminário Internacional Resistência à Mudança: Fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento.

Villas Bôas (2005: 83) avalia que o ceticismo de Luiz de Aguiar em relação ao otimismo que perpassava a sociedade brasileira no final na década de 1950 foi expresso na realização do seminário **Resistência à Mudança**. A própria forma de abordagem da mudança social, pelo viés das resistências que caracterizavam o processo, revelaria as inquietações do autor em face ao processo em curso e às produções de cunho nacionalistas. As afirmações de Costa Pinto na introdução dos Anais do Seminário corroboram a interpretação da autora:

*Foi evidentemente deliberada, por parte dos organizadores do Seminário – a inversão dialética que aparece na formulação do tema escolhido para debate; e só temos que nos felicitar pelo ensejo que oferecemos aos autores das teses sobre o desenvolvimento de pensarem sobre a antítese – ou seja, sobre as resistências que o impedem ou dificultam.*

*O fecundo resultado que daí adveio foi o alto nível científico das discussões, a seriedade e a multiplicidade de ângulos e, sobretudo, a enorme distância que logo se estabeleceu entre a sociologia do desenvolvimento nacional, que ali de fato foi debatida por inteligente e eficiente grupo que, em muitos países da região, certos grupos de pressão ruidosamente procuram apresentar como análise séria e científica dos problemas do desenvolvimento*

*É como aspiração, sobretudo, que o desenvolvimento tem sido sentido e falado na América Latina. A intenção dos promotores do Seminário, que também compartilham daquela aspiração, foi não somente repetir um brado ou enunciar uma reivindicação; mas que isso, foi pensar cientificamente no problema do desenvolvimento (SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIA À MUDANÇA. ANAIS, 1960: 7) – grifos nossos,*

Os grifos do autor (sublinhados) opõem “sociologia do desenvolvimento nacional” a “pensar cientificamente”. Ao que tudo indica a “sociologia do desenvolvimento nacional”, representada no Brasil pelo ISEB, era vista por Luiz de Aguiar como ideológica – daí suas proposições serem encaradas pelo autor como “brado” ou “reivindicação”. A assertiva de Costa Pinto parece estabelecer uma distinção entre os cientistas sociais que pensa[vam] cientificamente sobre o desenvolvimento e aqueles que militavam em prol ao desenvolvimento. Militavam no sentido de que trabalhavam ou estavam associados à órgãos do Estado e por isso pensavam o desenvolvimento por meio de uma perspectiva mais próxima ou mais comprometida com as políticas governamentais postas em prática durante a década de 1950. A proximidade/comprometimento com a política governamental obnubilava os aspectos problemáticos do processo de mudança social. Daí o encaminhamento do seminário ter se dado pelo ângulo da inversão, das resistências ao desenvolvimento.

Os trabalhos do evento foram organizados em sete sessões nas quais foram discutidas quarenta e três comunicações<sup>101</sup>: 1ª. Sessão – Introdutória, abordou o tema do seminário de forma geral; 2ª. Sessão – “Os grupos indígenas e alienígenas e o desenvolvimento econômico da América Latina: fatores demográficos”; 3ª. Sessão – “As estruturas agrárias e o desenvolvimento econômico”; 4ª. Sessão – “Obstáculos institucionais ao desenvolvimento econômico”; 5ª. Sessão – “Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento”; 6ª. Sessão – “A educação, a instrução e as mudanças sociais”, 7ª. Sessão – Plenária, na qual os membros do CLAPCS e da FLACSO apresentaram memorandos sobre pesquisas que poderiam vir a ser realizadas na América Latina e discutiram os papéis das duas instituições para colocar as propostas de pesquisa em prática (SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIA À MUDANÇA. ANAIS, 1960), (FERREIRA, 1999).

A diversidade de temas e de comunicações presentes na reunião internacional e as polêmicas nelas travadas assinalam a variedade de visões sobre a mudança social e as resistências e obstáculos que a ela se impunham (FERREIRA, 1999). Entretanto, os participantes do evento convergiam na avaliação de que na América Latina estava em curso um processo histórico e sem precedentes de mudança social; que esse processo se caracterizava pelas diferenças de ritmos pelos quais as diferentes partes de estrutura social se transformavam; mas que todas as partes da estrutura social se transformavam; que as resistências faziam parte do processo de mudança social e eram causadas pelas assimetrias decorrentes da forma de transformação das sociedades; que o impulso à mudança partia do regime econômico; que as maiores resistências ao processo vinham das instituições e dos valores; que as ciências sociais tinham um papel essencial ao estudar cientificamente o processo de mudança social e os seus entraves. A concordância sobre essas questões teve raiz na premissa de que “a aspiração de melhoria e de progresso expressa de diversa forma, é algo universal” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIA À MUDANÇA. ANAIS, 1960: 8-9).

Uma das maiores polêmicas do seminário gravitou em torno da afirmação ou da crítica ao dualismo – puxadas por Fernando Henrique Cardoso e por Otávio Ianni. As considerações dos dois sociólogos<sup>102</sup> na sessão que discutia a questão agrária são exemplares a esse respeito:

---

<sup>101</sup> No anexo D desta Tese consta uma tabela que permite visualizar todas as sessões de Seminário Internacional, os participantes de cada uma delas, as instituições ao qual eram filiados, e suas formas de participação.

<sup>102</sup> Conforme redação do relator da sessão (SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIA À MUDANÇA. ANAIS, 1960: 163).

*O Dr. Otavio Ianni disse que o Dr. Accioly se apoiou, de forma excessiva, no esquema do Prof. Lambert, discutindo o problema agrário e considerando a estrutura agrária em termos de sociedade arcaica. Julga isso uma simplificação inaceitável. Já existem, acentuou, emprêsas capitalistas no campo, particularmente em São Paulo e no Paraná (...) Frizou, por último, o Dr. Ianni que, quando se fala em obstáculos ao desenvolvimento econômico na sociedade brasileira, não se deve pensar apenas na dicotomia um tanto simples entre o que é arcaico e o que é moderno. O moderno traz também problemas de natureza social que precisam ser encarados igualmente em termos de obstáculos e resistências (...) O Dr. Fernando Cardoso apresentou, a seguir, as objeções à tese do Dr. Accioly semelhantes às do Dr. Ianni, acrescentando que não há dúvida que a criação do mercado interno depende de modificações profundas no campo e que estas são desejáveis e devem ser provocadas. Mas, com isso não se resolverão outros problemas, como a existência de um começo de crise na produção industrial, sintoma, aliás, de que estamos entrando no sistema de expansão capitalista (SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIA À MUDANÇA. ANAIS, 1960: 163-4) – grifos nossos.*

Ao que Accioly replicou:

*Por último falou o Dr Accioly, rebatendo as objeções levantadas no transcurso das discussões. Concorda com os Drs. Ianni e Cardoso quando afirmam que já existem, em diversas zonas do Brasil, de forma incipiente, alguns tipos de propriedades cultivadas em bases capitalistas, mas acentua que elas não constituem a nota dominante em nossa paisagem agrária. Por outro lado, êsse processo de penetração capitalista é lento e não será capaz de acelerar por si só o desenvolvimento econômico sem que haja uma ação dirigida e consciente no sentido de modificar a estrutura agrária (SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIA À MUDANÇA. ANAIS, 1960: 165) – grifos nossos.*

Os problemas do moderno e os obstáculos e resistências que ele acarretava à mudança, assinalados por Ianni, já haviam sido e estavam sendo explorados por Luiz de Aguiar. O movimento negro, autêntica expressão da mudança social, também causava novos tipos de tensões na sociedade (COSTA PINTO, 1953); as relações de trabalho contratuais levada ao Recôncavo baiano pelas refinarias da Petrobrás também causavam angústias e problemas ao trabalhador daquela região (COSTA PINTO, 1958). Entretanto, a obra do professor da Universidade do Brasil não costuma ser lembrada e nem discutida pelos intérpretes da sociologia paulista. Não pretendemos com essa afirmação preterir a originalidade dos intelectuais da cadeira de sociologia I da FFCL-USP, e, também, não se trata de negar ou relegar para segundo plano o peso que a produção do grupo teve sobre as ciências sociais no Brasil. Apenas salienta que os intelectuais da USP não estavam sozinhos quando se trata de sociologia crítica e de referência à

---

obra de Marx num registro metodológico; embora tenham formado um grupo que fez escola e marcou as futuras gerações de cientistas sociais. Também não estamos sugerindo que Costa Pinto seja a única referência crítica da sociologia brasileira além da “escola paulista de sociologia”.

A comunicação apresentada por Florestan Fernandes na 5ª. Sessão do Seminário Internacional “Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento” (FERNANDES, In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIA À MUDANÇA. ANAIS, 1960: 219-259) sintetiza suas elaborações teóricas e interpretativas sobre a mudança social realizadas durante a década de 1950. O autor definiu desenvolvimento como “mudança social progressiva ao nível histórico”, já que mudança social, por ser um conceito genérico, “aplica-se a quaisquer espécies de alteração do sistema social, vistas independentemente de condições particulares de tempo e de espaço. A mudança social pode ser progressiva ou regressiva” (FERNANDES, In. ANAIS, 1960: 221 – grifos do autor).

O texto de Fernandes foi conduzido por sua perspectiva de síntese teórica para o estudo da mudança e dos obstáculos e resistências a ela. As especificidades das contribuições do estrutural funcionalismo, da sociologia compreensiva e do materialismo histórico foram apresentadas pelo sociólogo. Entretanto, Fernandes dedicou maior atenção para as contribuições de Marx e apontou os desdobramentos que Mannheim e Freyer deram às ideias do primeiro. Salientou que naquele contexto o conflito teria menos eficácia no processo de desenvolvimento devido à complexificação da vida social. Isso porque as técnicas de controle social filtrariam os influxos positivos dos setores inconformistas. Daí a necessidade do recurso ao planejamento ancorado nos conhecimentos científicos:

Nos períodos de formação e de reintegração na sociedade de classes, estudados por Marx, o elemento racional inerente à mudança social espontânea oferecia base apropriada para o controle eficiente das forças sociais domesticadas pelo homem. No presente, isso já não ocorre, porque a rede de reivindicação se estendeu e ampliou em todas as direções. Não só se precisa de conhecimentos prévios mais sólidos e profundos sobre a situação, como se torna indispensável saber-se, de antemão, quais são as mudanças que se pretendem provocar e como desencadeá-las, tendo-se em vistas as condições favoráveis ou desfavoráveis da intervenção (FERNANDES, In. ANAIS, 1960: 244).

As críticas às camadas dominantes também fizeram parte de sua contribuição ao debate internacional junto à questão das relações entre sociologia e mudança social:

resta a pergunta, que nos parece crucial: **o sociólogo deve aceitar, passivamente, a condição de apologista das “tendências de desenvolvimento” que, no fundo, asseguram vantagens certas às camadas**

**que se beneficiam diretamente da ordem social existente?** O que nos interessa é que tais camadas, em regra, não é tanto o “progresso social”, como a continuidade de sua posição na estrutura de poder em transformação. Por isso, sua ideologia contém um elemento dinâmico invariável: a valorização das técnicas e dos métodos de desenvolvimento social congruentes com a ordem social estabelecida (FERNANDES, In. ANAIS, 1960: 244) – grifos do autor.

Com essa pergunta o autor se enveredava pela crítica ao nacionalismo “Nos países subdesenvolvidos, em particular, o nacionalismo tolhe ou elimina ponderações dessa natureza” (FERNANDES, In. ANAIS, 1960: 244). O que indica que em seu juízo alguns sociólogos aceitavam ou, ainda, faziam “apologia” das “tendências de desenvolvimento” que “asseguravam vantagens” às “camadas que se beneficiam da ordem existente”. Embora Fernandes não explicita, ao que parece, sua crítica se endereçava aos cientistas sociais que se filiavam ao nacionalismo.

Tais reflexões foram retomadas num registro mais radicalizado pelo sociólogo paulista em **A sociologia numa era de revolução social** (FERNANDES, 1963). Esse livro reúne escritos elaborados entre o final da década de 1950 e início dos anos de 1960. É uma obra marcada pelas reflexões em torno do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, das particularidades do processo de mudança social em curso, e, também, das tarefas históricas da sociologia e dos cientistas sociais naquele contexto. As análises desenvolvidas por Florestan Fernandes nesse livro são impregnadas do “espírito da época” (MANNHEIM, 1981) e por isso espelham os desafios de uma sociedade que ansiava ser moderna.

Vários setores da sociedade brasileira pensavam, discutiam e se articulavam em torno de projetos de desenvolvimento para o país. Florestan Fernandes e seus assistentes na cadeira de Sociologia I da FFCL-USP começaram a se armar para participar desse debate a partir de meados da década de 1950. Nesse contexto ocorreram alguns movimentos entre a intelectualidade uspiana que também são importantes para a compreensão da nova orientação que Florestan Fernandes imprimiu às suas reflexões sobre a mudança social no Brasil. A análise dos textos do sociólogo paulista do início da década de 1960 revela um deslocamento no eixo das questões com as quais ele lidava. O trabalho teórico em torno do projeto de consolidação da sociologia no Brasil enquanto ciência empírico-indutiva começava a ceder espaço às reflexões sobre a mudança social no Brasil e na América Latina. Isso não significa que Fernandes abandonou seus postulados científicos. A universalidade da reflexão sociológica e seus “alvos centrais” continuam presentes em suas análises. Entretanto, “numa era de revolução social”, Florestan



passou a conceber o cientista de gabinete como uma espécie de artefato arqueológico, quando não, um entrave ao processo de mudança social.

Entre os movimentos da intelectualidade uspiana que fizeram parte do cenário no qual Florestan estabeleceu suas ‘opções’ intelectuais no início da década de 1960 estão: o grupo de O Capital, formado em 1958 por alguns de seus assistentes na cadeira de sociologia I e a implantação do Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), em 1961.

O grupo de estudos da obra de Karl Marx, formado por alguns professores assistentes de Florestan na cadeira de sociologia I e liderado por José Arthur Giannotti<sup>103</sup>, representou um movimento intelectual em busca de uma compreensão crítica do Brasil, apoiada no rigor científico e na metodologia dialética. Sua afirmação deu-se em contraposição ao marxismo oficial (ditado pelos partidos comunistas sob a direção da URSS); à orientação teórica eclética de Florestan Fernandes; às ciências sociais e econômicas produzidas pela CEPAL; e às teses nacionalistas, tanto as isebianas quanto às do PCB, cujo foco eram as contradições entre a nação e a antinação:

A aposta no rigor e na superioridade intelectual de Marx, embora suscitada pelo atoleiro histórico do comunismo, era redefinida em termos da agenda local, de superação do atraso por meio da industrialização (...) Quando os jovens professores se puseram a estudar **O Capital**, pensavam mexer com a Faculdade. Queriam promover um ponto de vista mais crítico e também uma concepção superior, ainda que meio esotérica no ambiente. O Brasil entrava por um processo de radicalização, e a reflexão sobre a dialética e a luta de classes parecia sintonizar com a realidade, ao contrário das outras grandes teorias sociais, mais voltadas para a ordem e o equilíbrio do que para a transformação. (SCHWARZ, 1998, p.101-2).

A principal contribuição do seminário sobre Marx foi “articular a peculiaridade sociológica e política do país à história contemporânea do capital, cuja órbita era de outra ordem”, essa novidade teria sido possível devido à análise dialética da realidade brasileira. Ela teria sido o fator diferencial presente nos trabalhos dos intelectuais envolvidos com o seminário (SCHWARZ, 1998: 105). Ao analisar o trabalho de doutoramento de Fernando Henrique Cardoso - **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional** (1962), Schwarz aponta o problema

---

<sup>103</sup> Da formação inicial do grupo de estudos de O Capital participaram José Arthur Giannotti, Fernando Novais, Paul Singer, Octávio Ianni, Ruth Cardoso e Fernando Henrique Cardoso; e também alguns estudantes, entre eles Bento Prado Junior, Francisco Weffort, Michel Löwi, Gabriel Bolaffi e Roberto Schwarz. As reuniões do grupo foram realizadas entre 1958 e 1964 e foram interrompidas em virtude da repressão decorrente do golpe militar de 1964.

central do estudo (a investigação das conexões entre capitalismo e escravidão) e apresenta a novidade nele impressa:

Antes que o Senhor, ou a Liberdade, o *outro* da escravidão é o capitalismo, e este de modo muito relativo, já que é também a causa dela (...) Se em última análise o capitalismo é incompatível com a escravidão, e acaba por liquidá-la, por momentos ele também precisou, para desenvolver-se, desenvolvê-la e até implantá-la. De sorte que nem ele é tão avançado, nem ela tão atrasada. Assim, *a escravidão podia ter parte com o progresso*, e não era apenas um vexame residual. É claro que não se tratava aqui de elogiá-la, mas de olhar com imparcialidade dialética os paradoxos do movimento histórico, ou, ainda, as ilusões de uma concepção linear do progresso (SCHWARZ, 1998, p. 105).

A nova perspectiva analítica aberta pelos seminários sobre Marx teria possibilitado a elaboração de uma nova “interpretação do Brasil” – ancorada em uma leitura da obra máxima de Karl Marx que enfatizou o rigor teórico metodológico em contraposição à relação entre teoria e prática. A partir desse fato é possível compreender a influência que a abordagem do grupo de O Capital exerceu sobre o pensamento de Florestan Fernandes, já que a nova “interpretação do Brasil” foi desenvolvida por seus assistentes sem a sua colaboração, pois ele não foi convidado a participar dos seminários sobre Marx.

Milton Lahuerta situa essa influência dentro dos marcos da disputa pela liderança no campo científico, pois a nova perspectiva interpretativa aberta pelo grupo de O Capital teria se afirmado, entre outros fatores, no sentido de adquirir autonomia intelectual frente à orientação eclética impressa por Florestan Fernandes às pesquisas sociológicas na USP:

*Em face da ameaça de ser colocado num plano secundário, Florestan Fernandes não abandona a preocupação com a implantação de novos padrões de trabalho científico, mas radicaliza as inquietações com relação ao papel do cientista social diante da emergência das revoluções sociais, sintonizando-se com as correntes de pensamento que se pretendem socialmente mais avançadas, além de procurar responder ao movimento de seus discípulos. Em suas próprias palavras, “diante de um grupo orgânico de sociólogos-pesquisadores que se dispunham a interpretar o Brasil e a periferia capitalista à luz de novas categorias sociológicas, eu precisava refazer as minhas metas para ter o direito de continuar à testa do grupo” (Fernandes, 1980:192) (...) Para enfrentar esse desafio, ele [Florestan Fernandes] colocava-se na “pista de corrida”, ainda que como um companheiro mais velho, mas no fundo com a perspectiva de preservar sua condição de liderança intelectual e de se manter no centro dos acontecimentos e processos (LAHUERTA, 1999: 50 – grifos nossos).*

A essa altura Florestan havia adquirido a liderança incontestável na sociologia paulista em virtude dos resultados oriundos do rígido padrão de trabalho científico por ele formulado e,

também, por ter constituído um seleto grupo de assistentes em torno da cadeira de sociologia I – responsável pela produção da maior parte do trabalho sociológico desenvolvido na universidade entre os anos de 1953 a 1964 (ARRUDA, 1995, p. 194-5). A consolidação da hegemonia da equipe de pesquisadores liderada por Florestan Fernandes deu-se com a criação do Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), em 1961<sup>104</sup>. A constituição do CESIT encerra o movimento pelo qual a cadeira de sociologia I consegue mobilizar recursos humanos e financeiros para o estudo do “Brasil moderno” – objetivado nos projetos **A empresa industrial em São Paulo e Economia e Sociedade no Brasil**. Portanto, a criação do CESIT representa a consolidação da liderança intelectual da cadeira de sociologia I nas ciências sociais da USP e, ao mesmo tempo, a criação das condições institucionais que permitiriam aos seus pesquisadores colocarem-se, por meio dos estudos sobre o capitalismo no Brasil, no debate nacional sobre o desenvolvimento (ARRUDA, 1995: 200).

A problemática do desenvolvimento/subdesenvolvimento adentrou a agenda de Florestan Fernandes e pautou as suas análises na década de 1960, definindo a sua abordagem sobre os obstáculos à mudança social. Por meio dessa perspectiva o autor buscou apreender as “necessidades sócio-culturais” de uma sociedade situada na periferia do mundo capitalista. Em face dessa questão as reflexões sobre o papel dos cientistas sociais em uma sociedade em mudança emergem com toda a força, expressando uma reorientação no entendimento de Florestan Fernandes sobre a intervenção social do cientista. A rigidez do padrão de trabalho científico não foi abandonada pelo autor, contudo, a teoria sociológica deveria concorrer diretamente para a superação do subdesenvolvimento. O sociólogo deveria atuar no processo de mudança social não só como cidadão, mas também como cientista.

Florestan Fernandes caracterizou o subdesenvolvimento como o atraso econômico, social, político e cultural da sociedade brasileira em relação ao padrão de civilização ocidental. Essa circunstância particularizaria o desenvolvimento e o papel da ciência no país, pois “Tanto a escassez de recursos financeiros, quanto as limitações da tradição cultural criam barreiras especiais à expansão da ciência” (FERNANDES, 1963: 11); mas, também, atuam no sentido inverso já que “como *nação subdesenvolvida*, a sociedade brasileira acha na ciência e na

---

<sup>104</sup> O Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho foi criado com os recursos do governo estadual na gestão de Carvalho Pinto, contando também com um financiamento da Confederação das Indústrias de São Paulo, obtido por Fernando Henrique Cardoso. Nesse processo de afirmação institucional o centro pôde, ainda, se beneficiar

tecnologia científica os meios indicados para realizar avanços culturais que a coloquem no limiar dos tempos modernos” (FERNANDES, 1963: 11-2).

No início da década de 1960 o sociólogo paulista reafirmou sua crença no uso da ciência para a solução racional dos problemas sociais. A ciência, em especial as sociais, foram vistas pelo autor como elemento basilar à superação do subdesenvolvimento social e à projeção do país no âmago da civilização. No entanto, para fazer frente a essa potencialidade a sociologia deveria readequar sua conduta, atuando de forma mais incisiva no processo de mudança social – o que implicaria em conferir atenção especial às suas relações como a sociedade (o meio ambiente externo ao campo científico)<sup>105</sup>. Necessidade gerada pelas alterações da estrutura social motivadas pelo próprio desenvolvimento do pensamento científico – as quais teriam projetado o planejamento como um imperativo capaz de definir novos papéis intelectuais aos sociólogos<sup>106</sup>.

As necessidades históricas da sociedade brasileira exigiriam dos cientistas sociais uma postura voltada ao desenvolvimento da sociologia; mas que fosse, ao mesmo tempo, responsável com o processo de mudança social:

Não basta fazer pesquisas rigorosas e contribuir, através delas, para o alargamento do campo empírico ou teórico da ciência, para ser *cientista*. A “pesquisa” não é um fim nem um valor em si mesma (...) O mínimo que se pode dizer do protótipo do “*homem de laboratório*” isolado é que ele foi superado pelas novas condições de vida, criadas pela ciência e pela tecnologia científica. A “*sua*” contribuição à ciência perde de vista o que se está tornando essencial: a responsabilidade inevitável do cientista na reconstrução das bases materiais e morais da vida humana (FERNANDES, 1963, p. 45) – grifos nossos.

Isso porque o subdesenvolvimento engendraria condições especiais para os sociólogos brasileiros, propiciando-lhes experiências e conformando-lhes papéis diferentes dos requeridos nos contextos europeus e norte-americanos:

Éle arranca o sociólogo do “gabinete”, integrando-o nos processos de mudança social, fazendo-o sentir-se como alguém que possui o que dizer e que, eventualmente, poderá ser ouvido (...) Enfim, a sociedade, que não lhe pode conferir sossêgo e segurança, coloca-o numa posição que o projeta no âmago

---

com a criação da FAPESP – que acabou por se constituir na maior agência financiadora do CESIT. Para maiores informações sobre o CESIT consultar: (ARRUDA, 1995) e (ROMÃO, 2003).

<sup>105</sup>Para o autor a realização da ciência demandaria duas bases; uma interna ao campo científico, constituída pelo aparato institucional (os recursos materiais e a formação de pessoal qualificado), outra externa (o meio ambiente social). Em sua avaliação os requisitos internos à produção do saber científico teriam progredido razoavelmente no Brasil; entretanto, o segundo aspecto, o emprego prático dos conhecimentos científicos, teria sido negligenciado (FERNANDES, 1963: p.15-6).

<sup>106</sup>Para maiores considerações sobre a questão do intelectual em Florestan Fernandes consultar (MARTINS, 2002).

dos grandes processos históricos em efervescência (FERNANDES, 1963: 1-2) – grifos nossos

A avaliação do sociólogo paulista sobre a participação dos cientistas sociais na Campanha em defesa da escola pública<sup>107</sup>, expressa, de forma exemplar, sua nova compreensão das conexões entre sociologia e mudança social. Nesse processo Florestan pôde entrar em contato com os diversos setores da sociedade brasileira que debatiam a reformulação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da educação; realizando diversas conferências no Estado de São Paulo (estimadas entre 55 ou 60) e concedendo entrevistas à imprensa escrita e falada. Por ter proporcionado uma relação direta como o “homem comum”, a atuação dos cientistas sociais naquele movimento proporcionou, segundo Fernandes, a percepção de que: “a “fome de instrução” é tão boa conselheira quanto o tirocínio do especialista” (FERNANDES, 1963: 119).

Essas reflexões do autor indicam como a radicalização do contexto histórico-social do início da década de 1960 foi crucial para a conformação do novo ponto de vista pelo qual ele passou a discutir a sociologia em face à mudança social:

*Graças à Campanha de Defesa da Escola Pública, alguns meses após participar desse simpósio [Seminário Internacional Resistência à Mudança], tive a oportunidade de sair do relativo isolamento a que ficam condenados, por contingências da carreira e por outros motivos menos louváveis, os professores universitários (FERNANDES, 1963: 204) – grifos nossos.*

Florestan também ressaltou a sua participação no Seminário Internacional **Resistências à Mudança**: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento, organizado por Costa Pinto e pelo CLAPCS. Nesse sentido, é possível identificar a importância do contexto léxico-linguístico da transição dos anos de 1950 a 1960 para a (re)configuração da perspectiva do sociólogo paulista. Em outras palavras, a saída do isolamento acadêmico proporcionada pela participação ativa em um movimento social e a dimensão que o processo e o debate sobre o desenvolvimento (ou sobre os rumos da mudança social) alcançaram no Brasil foram fatores capitais para a

---

<sup>107</sup> A campanha em defesa da escola pública se desenrolou entre os anos de 1958 e 1961 em virtude dos embates estabelecidos entre os setores conservadores (o clero católico ligado à educação e a iniciativa privada) e os progressistas (intelectuais, estudantes, líderes sindicais, etc., articulados em torno da liderança dos educadores) no processo de alteração da Lei de Diretrizes e Bases da educação. Florestan Fernandes e seus assistentes na cadeira de sociologia I da FFCL-USP participaram do movimento. O sociólogo analisa o movimento como expressão da luta de interesses de grupos conflitantes dentro da estrutura social, no qual o conservadorismo visava barrar as modificações estruturais no ensino brasileiro propostas pelos educadores, as quais visariam “o controle efetivo para os educadores [do sistema educacional brasileiro] e criar uma educação mais democrática e de melhor qualidade”. A campanha teria sido uma resposta dos setores progressistas à influência conservadora no processo de discussão da LDB (FERNANDES, 1975).

reformulação do entendimento de Florestan Fernandes sobre a mudança social no país. O tom pelo qual o sociólogo inicia o texto “Reflexões sobre a mudança social no Brasil” (FERNANDES, 1963) não deixa dúvidas a esse respeito:

Ao submeter essas opiniões à ponderação dos leitores, move-me uma única ambição: suscitar questões que desafiam a nossa coragem intelectual e a nossa capacidade de atuação política organizada. *Não podemos aguardar, indefinidamente, que as investigações dos cientistas sociais nos esclareçam sobre tais questões, enquanto se agravam e se complicam os problemas práticos a que elas dizem respeito. Urge debatê-las, com conhecimento de senso comum ou com o amparo precário no conhecimento científico, se não houver outra alternativa* (FERNANDES, 1963: 202) – grifos nossos.

Ao que parece, não havia. Excetuando-se a afirmação sobre a precariedade do conhecimento científico para o estudo da mudança social, essas proposições de Fernandes aproximam-se muito das ideias defendidas por Costa Pinto em **Sociologia e mudança social** (COSTA PINTO, 1947); ideias essas que foram duramente criticadas por Florestan em 1947, quando os dois jovens sociólogos travaram acirrada polêmica sobre as concepções e relações entre a sociologia e a mudança social.

Além disso, Florestan esclareceu que as suas análises não se submetiam à pretensa neutralidade científica, mas também, que não se situavam entre as “fórmulas, de teor nitidamente ideológico” como “desenvolvimento rápido”, “aceleração do crescimento econômico” ou “intensificação do progresso social” (FERNANDES, 1963: 201). É notável a intenção do autor de diferenciar-se do senso comum sobre o desenvolvimento – impresso, mormente, nas fórmulas governistas daquele contexto e, também, e das proposições dos intelectuais nacionalistas.

No início da década de 1960, Florestan Fernandes direcionou suas reflexões às resistências a mudança social; o autor avaliou a necessidade de aprofundar as considerações que ele fez sobre o tema no Seminário do CLAPCS “Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento” (SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIAS À MUDANÇA, ANAIS, 1960). Por isso lançou-se à análise dos fatores psicossociais e socioculturais que concorreriam “para manter um apêgo irracional ao *status quo* ou para impedir iniciativas inovadoras de teor construtivo para o desenvolvimento econômico” (FERNANDES, 1963: 203).

O sociólogo paulista apontou a reação conservadora como o substrato de resistência a mudança. As atitudes conservadoras em relação à mudança social emanariam e expressariam os interesses das camadas dominantes remanescentes da “velha ordem social patrimonialista” – as

quais não pretenderiam conservar os valores essenciais à coesão social da nação, mas preservar os privilégios que lhes eram facultados no passado. Daí sua resistência a qualquer mudança substancial, que alterasse de fato a estrutura da sociedade brasileira:

*Círculos sociais culturalmente obnubilados para as exigências do presente propagam sua cegueira e fazem dela um instrumento normal, de desajustamento dos homens, das instituições e da política. Graças à sua atuação, afastamo-nos cada vez mais das técnicas sociais que deveríamos mobilizar, para mantermos nossa herança cultural e adapta-las às condições emergentes de vida (...) Aquelas forças trabalham contra isso [mudança social], porque se sentem obscuramente ameaçadas pelos rumos previsíveis da história dos povos e temem não encontrar um novo lugar ao sol na estrutura de poder de uma sociedade brasileira renovada. Só aceitam as inovações que conseguem dominar e dirigir e aproveitar, ou seja, as inovações que não modificam a estrutura da situação e suas perspectivas de desenvolvimento (FERNANDES, 1963: 207-8).*

A partir dessas considerações Florestan empreendeu uma análise sobre o “dilema brasileiro”, na qual caracterizou o padrão de mudança social no país. Gabriel Cohn (1986) afirma que a busca de padrões e dilemas era uma constante no pensamento de Florestan Fernandes. No decorrer desta pesquisa tivemos a oportunidade de aprofundar o estudo da obra de Fernandes iniciada no mestrado (SOUZA, 2005) e reconhecer nos apontamos de Gabriel Cohn uma pista interessante para a interpretação da mudança social na obra do autor. Segundo Cohn padrões:

diria respeito à sempre continuada busca de caracterização de formas de organização, e de regularidades dinâmicas que tenham a ver com o desenvolvimento dessas formas de organização suscetíveis de serem reconstruídas, discernidas, identificadas com clareza e apanhadas no seu modo próprio de articulação (COHN, 1986: 141).

Portanto, os padrões definiam a forma de organização da sociedade e os mecanismos pelos quais ela se atualiza. Na visão do sociólogo paulista o padrão que a sociedade brasileira compartilhava com a civilização ocidental e o qual ela tendia aperfeiçoar em seu desenvolvimento era a sociedade de classes, baseada na economia capitalista, na livre competição entre seus membros e na democracia; isto é a “ordem social competitiva”. Entretanto, as particularidades da sociedade brasileira (subdesenvolvida) atualizadas em seu processo de mudança social geravam dilemas: “os dilemas teriam a ver com condições geradas pelas próprias condições dinâmicas desses modos de organização da sociedade, que introduzem no seu interior obstáculos à realização daquilo que seja próprio a essa forma de organização” (COHN, 1986: 141). Nesse sentido, as condições geradas pela dinâmica da organização social no Brasil produziram obstáculos em seu processo de mudança – caracterizados por Fernandes como

“dilemas” porque implicavam em opções. Daí a preocupação do autor em desvelar os obstáculos estruturais à plena realização da ordem social competitiva no Brasil.

O sociólogo paulista considerou dilema como “um tipo de inconsistência estrutural e dinâmica que nasce da oposição entre o comportamento social concreto e os valores morais básicos de determinada ordem social” (FERNANDES, 1963: 208). O dilema que assinalaria o processo de mudança social no Brasil diz respeito à incongruência entre a ênfase verbal no progresso e a prática caracterizada por inovações ínfimas – das quais resultaria uma resistência sistemática à mudança. A atitude verbal progressista predominante na sociedade brasileira desde o império preencheria complexas necessidades do “super-ego nacional”, isto é, ela camuflaria os aspectos indesejáveis de uma modernização postiça, conferindo “segurança no plano da afirmação coletiva de comunidade nacional” (FERNANDES, 1963: 210).

Dessa forma, os fatores que configurariam o equilíbrio da sociedade brasileira não seriam provenientes de forças sociais inovadoras, mas das forças conservadoras. Nas palavras do autor:

*Aí está o dilema social brasileiro (...) Ele consiste numa resistência residual untra-intensa à mudança social, que assume proporções e conseqüências sociopáticas. O seu principal traço negativo está no fato de não envolver uma ligação emocional e moral íntegra e produtiva com o passado; o empenho maior volta-se para a preservação pura e simples do status quo, sem nenhuma preocupação de salvar a herança social por meio de sua renovação. Tudo se passa como se pessoas e grupos humanos colocassem acima de tudo as posições alcançadas na estrutura de poder da sociedade (FERNANDES, 1963: 207-8) – grifos nossos.*

O principal obstáculo à mudança social no Brasil viria, portanto, da reação conservadora às transformações, caracterizada por um apego irracional ao passado aliado à ilusão de progresso, engendrando uma situação de resistência sistemática à mudança. Isso porque as camadas conservadoras ao impulsionarem a dinâmica da sociedade brasileira converteriam a sua perspectiva no padrão de mudança social no Brasil. Esse era, para Florestan Fernandes, o drama pelo qual o Brasil passava em seu processo de modernização capitalista. O novo olhar sobre a mudança social no Brasil levou o sociólogo a refutar a hipótese da demora cultural – utilizada por ele para interpretar a mudança social durante a década de 1950 – como fator explicativo das tensões que marcavam aquele processo. A hipótese de Ogburn seria corretamente aplicada somente a “comunidades urbanas da era industrial”, as quais não preponderariam na sociedade brasileira, salvo em alguns centros urbanos. Portanto, sua utilização para a análise do processo de



mudanças sociais no Brasil geraria graves distorções, comprometendo o conhecimento da realidade social (FERNANDES, 1963: 211).

A desintegração da herança tradicional estaria apenas começando no Brasil. Essa percepção levou o autor a defender a necessidade de uma “revolução copernicana” no estudo da mudança social no país. Era preciso, em sua avaliação, centrar a análise na “qualidade da mudança” que estava em curso e, também, no que se poderia esperar dela. Florestan Fernandes buscou as causas da resistência sociopática à mudança social no passado escravocrata, argumentando que havia uma dissociação entre o processo de secularização do pensamento e a realidade social – base que permitiu às camadas dominantes criarem uma tradição de manipulação da mudança social. Historicamente esse processo teria se dado à medida que as técnicas sociais que concorriam para a secularização do pensamento, como os ideais liberais e republicanos, teriam sido utilizados pelas elites dirigentes em função de seus interesses – os quais não levavam em conta as necessidades reais do país. Portanto, o ideário liberal e republicano introduzido em um chão social patrimonialista não pôde se converter em fator de democratização política; as camadas subalternas continuaram à margem das decisões sobre os rumos do país (FERNANDES, 1963: 215-6).

Daí o processo de mudança social ser conduzido de forma exclusivista no Brasil, em função dos interesses das camadas dominantes remanescentes do passado escravista e patrimonial. As transformações engendradas pela dissolução da ordem social escravocrata como a emergência de novos elementos nas camadas dominantes não foi suficiente para romper com o horizonte cultural patrimonialista. Por isso o passado da sociedade brasileira se atualizava no presente; as antigas camadas dominantes se transfiguravam por meio da incorporação de novos componentes, mas mantinham a mentalidade configurada no seio da ordem social escravocrata e patrimonialista. Desse processo teria resultado uma opção de mudança social perversa, conservadora e irracional:

*temos uma opção de mudança social que pretende submeter as forças que alteram a estrutura e a organização da sociedade brasileira aos interesses e aos valores sociais de camadas tradicionalmente acostumadas à estabilidade social e ao que ela sempre ocultou no Brasil: extrema iniquidade na distribuição de terra, da renda e das garantias sociais; operação automática de controles sociais que regulavam ou dissimulavam as tensões sociais, por meio da dominação autocrática dos poderosos e da acomodação passiva dos subordinados; identificação das fontes de lealdade através de relações pessoais e diretas, objetiváveis no âmbito da família, da parentela ou de grupos locais e regionais. Os que tinham a iniciativa da opção possuíam também as condições para dela*

*tirar todo o proveito possível. Ou as coisas não se alteravam; ou elas se alteravam sem modificar o padrão fundamental da integração da ordem* (FERNANDES, 1963: 207-8) – grifos nossos.

Para Florestan Fernandes a particularidade do processo de mudança social no Brasil era o seu monopólio pelas elites dirigentes. Estas, por terem um horizonte cultural estreito, marcadamente patrimonialista, conduziam o processo no sentido da preservação de privilégios incompatíveis com uma ordem social competitiva e democrática – engendrando os dilemas da mudança social no Brasil. Esta análise nos permite qualificar o padrão de mudança social no Brasil identificado pelo autor como: exclusivista e unilateral, por se dar em função dos interesses das camadas dominantes – caracterizados pelos anseios de redefinição de posições privilegiadas na estrutura da sociedade; formalista, por alterar somente os aspectos da realidade que não modificam de fato a estrutura social; irracional, porque o apego ao passado concorria contra a realização plena da civilização ocidental no país, o que geraria graves problemas sociais e propiciaria a emergência de revoluções devido ao acúmulo de tensões criadas pela mudança; antidemocrático, porque excluía os setores subalternos e as classes médias dos processos de decisão, excluindo da cena outras opções de mudança social para o país.

A inspiração do sociólogo paulista para a análise das “opções” de mudança foi extraídas do diálogo com Marx, Weber e, sobretudo, com Mannheim (1968). Esse aspecto fica evidente nas propostas que o autor apresentou para a superação dos obstáculos à mudança social no Brasil. Para romper com o padrão de mudança social exclusivista era preciso, segundo Fernandes, modificar as bases a partir das quais a sociedade orienta suas opções de mudança social. O passo principal a se dar nesse caminho seria a democratização do acesso ao poder, pois é nesse âmbito que operam as opções de mudança social.

A democratização do poder foi vista pelo autor como o pré-requisito indispensável para que o povo e a classe média pudessem converter-se em atores sociais e para que as diversas polarizações ideológicas (conservantismo, liberalismo e socialismo) pudessem vigorar com liberdade e igualdade no campo político (FERNANDES, 1963: 218). Sem essa transformação na estrutura da sociedade o padrão irracional de mudança social continuaria em vigor, deformando o progresso da civilização no Brasil.

Para que a democratização do poder pudesse se efetivar seria preciso modificar o padrão de inovações culturais da sociedade brasileira. A questão central que o autor apresenta nessa

reflexão diz respeito à diferenciação estrutural da sociedade: a superação do padrão exclusivista de mudança social requereria a afirmação dos sujeitos sociais típicos da sociedade de classes – capazes de conduzir o processo mediante as exigências do presente e com os olhos no futuro (ARRUDA, 2001), (BASTOS, 2002) e (CONH, 1896). No entanto, como a sociedade de classes brasileira era incipiente demais para que suas forças operassem no sentido das modificações necessárias, seria preciso preparar/educar o povo para que ele pudesse se converter em sujeito de opções econômicas e sociais e para que estas, dessa forma, pudessem ser reguladas socialmente. Ou seja, o cidadão precisaria ser uma realidade para que ele pudesse participar das estruturas de poder.

Essa participação social consciente, formadora de cidadãos, só poderia ser levada a cabo na sociedade brasileira por meio da modificação do horizonte cultural do homem comum. A educação é apresentada por Florestan Fernandes como um meio ideal para que o homem passasse a tomar consciência das formas de manipulação prática dos problemas sociais; além disso, a formação de canais para a livre expressão e o diálogo entre as diversas opções de mudança social também seria imprescindível nesse contexto. Trilhando o mesmo raciocínio o autor assinalou a necessidade de mudanças institucionais que regulassem o uso do poder, impedindo a sua manipulação pelas camadas sociais dominantes. Em suma, Fernandes propôs um conjunto de modificações nucleares na estrutura da sociedade brasileira para que ela pudesse avançar, por meio da democracia, na constituição da ordem social competitiva (SOUZA, 2005: 72-4).

Como outrora, a sociologia foi apontada pelo autor como peça fundamental para a constituição de cidadãos (os sujeitos típicos da sociedade de classes). Nesse sentido a ciência da sociedade teria um papel central na superação do dilema brasileiro, apresentando-se como o elemento capaz de orientar a mudança social provocada. Entretanto, para cumprir sua tarefa histórica aos intelectuais brasileiros, especialmente os cientistas sociais, teriam que redefinir suas relações com o povo:

O intelectual terá de arcar com suas tarefas, misturar-se com a “plebe ignorante” e elevar-se junto com ela a um novo padrão de civilização. Democratização da cultura significa reconstruir a relação do intelectual com o mundo, pôr fim a um estado de coisas que fez do saber sistematizado um privilégio social e dar início a uma era de proscrição da ignorância como fonte de dominação do homem pelo homem (FERNANDES, 1963, p. 234).

No mesmo momento em que Florestan Fernandes revia suas posições sobre as relações entre a sociologia e a mudança social, Luiz de Aguiar reafirmava as suas. O sociólogo baiano publicou, em 1963, um livro que reúne trabalhos realizados ao longo de quinze anos de carreira: **Sociologia e desenvolvimento** (COSTA PINTO, 1980b) – obra de grande repercussão – teve ao todo oito edições. Nela foi republicado o artigo “Sociologia e mudança social” – que desencadeou a polêmica com Florestan Fernandes e Emílio Willems acerca das relações entre sociologia e mudança social; e também o trabalho “A estrutura da sociedade rural brasileira”, de 1948, no qual o autor apresentou pela primeira vez o conceito de estrutura social com ele laborou desde então. Em linhas gerais, o sociólogo baiano recolocou as teses desenvolvidas e refinadas no decorrer de sua carreira. As apreciações críticas à antropologia cultural estavam presentes, embora o autor considerasse que os efeitos negativos de seu impacto sobre as ciências sociais já estivessem praticamente superados. Na visão de Costa Pinto, o culturalismo era um produto da adjetivação da antropologia, isto é, da fragmentação de seu objeto de estudo em virtude da emigração deste “para o campo de outras disciplinas, em consequência e na medida em que nas áreas colônias e subdesenvolvidas do mundo moderno, diferentes populações se foram integrando na estrutura e nos estilos da economia e da sociedade urbana” (COSTA PINTO, 1980b: 81). Daí a incapacidade do *approach* culturalista para o estudo da mudança social, em especial nos países subdesenvolvidos, já que ela encararia o homem civilizado como se fosse primitivo.

Várias das formulações de Luiz de Aguiar em sua obra mais conhecida retomam os argumentos do “esquema conceitual para o estudo das implicações sociais do desenvolvimento” (COSTA PINTO, 1958) e, também, os apontamentos da introdução que ele escreveu para os Anais do Seminário Resistência à Mudança. A tese da ambivalência da estrutura social continua sendo a linha mestra de sua sociologia da mudança, entretanto: “a idéia de processo toma conta do discurso de Costa Pinto, deixando o autor fora do escopo de sua análise os diferentes grupos e indivíduos, envolvidos nas mudanças sociais, para examinar os processo de industrialização, urbanização e secularização” (VILLAS BÔAS, 2005: 96).

A autora considera que Luiz de Aguiar tenha passado para uma fase de instrumentalização do conceito de marginalidade estrutural. Gláucia esclarece que utilizou a noção de fase mais para assinalar “as bases históricas e empíricas” da construção do conceito de marginalidade estrutural e, também, para “examinar o lugar de Costa Pinto em meio à transformação radical que se operava no campo do pensamento social brasileiro com o uso crescente, entre as décadas de 1950

e 1960, da idéia de processo histórico e social” (VILLAS BÔAS, 2005: 97). Deixando de lado a discussão de “fases”, pensamos que o uso mais esquemático que Costa Pinto passou a fazer do conceito de marginalidade estrutural está diretamente relacionado à sua atuação como diretor do CLAPCS e ao papel de articulador da sociologia do desenvolvimento que ele passou a exercer no âmbito internacional. O que, por sua vez, associa-se às proporções que o debate sobre o desenvolvimento alcançou na transição das décadas de 1950 a 1960.

Para Luiz de Aguiar o estudo do desenvolvimento econômico era a tarefa da sociologia, esta “deveria cumprir a sua função de ciência máter, vendo o bosque enquanto cada uma das outras disciplinas vê a sua árvore” (COSTA PINTO, 1980b: 81). Isso porque o que se transformava era “uma realidade humana, um conjunto de relações sociais quotidianas e concretamente vividas, em uma estrutura social e um estilo de vida” (COSTA PINTO, 1980b: 101). Caberia à sociologia fazer o estudo do processo de mudança social. Esse processo englobaria: a) as condições do desenvolvimento; b) as implicações sociais do desenvolvimento; c) e o processo histórico social em si – estudo de natureza mais abstrata e teórica. A este último é que Costa Pinto se dedicava no começo da década de 1960.

As condições do desenvolvimento seriam dadas pelos fatores anteriores a ele, isto é: a formação econômica e social na qual a mudança social se realizaria, o padrão tradicional a partir do qual o homem construiria um novo tipo de homem e sociedade. Já as implicações sociais do desenvolvimento econômico diziam respeito aos seus efeitos, consequências ou repercussão na estrutura social. As formulações de Costa Pinto sobre os obstáculos, ou as resistências à mudança, estão permeadas pelo diálogo com as proposições apresentadas no Seminário Internacional Resistências à Mudança (ANAIS, 1960) – o autor citou Lynn Smith, Métraux, J. A. Silva-Michelena, cientistas sociais que participaram da reunião internacional.

As resistências e obstáculos ao desenvolvimento surgem no seu próprio processo, emergindo da própria estrutura social que se transforma: primeiro, pela inércia das situações estabelecidas, depois, pela “dinâmica regressiva” dessas mesmas situações, que procuram reforçar seus controles sobre os fatores de impulso, para eliminá-los ou para reduzir seus efeitos (COSTA PINTO, 1980b: 104).

Entre as resistências à mudança o autor salientou o interesse no estudo da estratificação social, da política e da representação, da família, da empresa, da educação e da própria ciência. Em colóquio com a comunicação de Wright Mills, Costa Pinto afirmou que não eram apenas as classes dirigentes do regime arcaico e tradicional que resistiam à mudança, mas também:

*as classes superiores e “desenvolvidas” das sociedades subdesenvolvidas costumam, muitas vezes, ser o principal fator de resistência ao desenvolvimento, ou seja, de resistência a um desenvolvimento mais conseqüente e maior do que aquele do qual essas mesmas classes emergiram. Mais do que a “tradição”, a “inércia” e outros valores simbólicos do passado, é preciso, em cada caso particular, analisar a situação e os interesses concretos de cada classe social de uma sociedade em desenvolvimento, a fim de compreender sua posição em face dele e de suas conseqüências (COSTA PINTO, 1980b: 108) – grifos nossos.*

Costa Pinto reafirmava a sua ideia de que o novo também era problemático, distanciando-se do dualismo. Há, também, nas proposições do sociólogo baiano um diálogo com as considerações de Florestan Fernandes em (FERNANDES, In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIAS À MUDANÇA. ANAIS, 1960: 244). A afirmação de Luiz de Aguiar de que as classes superiores “desenvolvidas” apresentavam grandes resistências às transformações sociais mais conseqüentes se emparelha à proposição de Fernandes, segundo a qual as classes dirigentes estão interessadas nas mudanças que assegurem os seus privilégios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos de 1940 foram concebidos neste trabalho como o período de formação das perspectivas sociológicas por meio da qual Florestan Fernandes e Costa Pinto pensaram a mudança social na década de 1950. O que não implica em conceber que à perspectiva dos autores não se acoplaram outros elementos no período que se estende de 1950 a 1964 – o que não poderia deixar de acontecer já que o pensamento é algo vivo, em constante formação e transformação a partir de suas relações (determinadas e determinantes) com o contexto histórico, social, econômico, político, cultural e léxico-linguístico do qual ele faz parte.

Os dois sociólogos teceram suas formulações teóricas e interpretativas sobre a mudança social a partir do ponto de vista estrutural. Florestan Fernandes concebeu a sociedade como uma estrutura diferenciada em suas partes, as quais por meio de sua dinâmica de integração e reintegração funcional garantiam o equilíbrio do sistema social (a estrutura social), em sua continuidade ou em sua mudança. A visão de sociedade pela qual o sociólogo paulista estudou a mudança filiava-se ao estrutural funcionalismo. Por isso ele valorizou o método de interpretação funcionalista não apenas como recurso para o estudo da organização social, mas também para a compreensão dos aspectos da mudança determinados pela primeira. O autor também acreditava que o método de interpretação funcionalista era o mais adequado (porque mais refinado) à investigação empírica, por isso adoto-o na pesquisa sobre relações raciais na cidade de São Paulo. Ou seja, o recurso ao método funcionalista está intimamente ligado à concepção de sociologia de Florestan – ciência em fase de elaboração empírico-indutiva.

A compreensão da sociedade como uma estrutura diferenciada e integrada em suas partes levou o sociólogo paulista a analisar a mudança social no Brasil, durante a década de 1950, por meio do conceito de demora cultural. Assim, as resistências à mudança viriam da diferença dos ritmos de transformação das partes da estrutura social. A esfera cultural – o plano dos valores – demorava para assimilar as transformações geradas pela industrialização e pela urbanização. Por isso os problemas oriundos da mudança, como os vícios da democracia brasileira, foram vistos pelo autor como aspectos normais da mudança que se operava na sociedade e não como um caso de anomia. Nesse registro, as tensões faziam parte do processo de mudança, mas ainda não eram o centro de suas análises, ou melhor, não eram vistas de forma tão problemática como passaram a ser no início da década de 1960.

O autor já considerava o conservadorismo das elites dirigentes como o principal entrave à mudança. Esse aspecto está claramente delineado em seu exame sobre a forma de condução da transição do trabalho escravo para o livre – nele permaneceram os interesses dos setores dominantes, os quais concorreram para a precária inserção do negro na sociedade de classes e para a manutenção do preconceito de cor e de privilégios sociais aos grupos dominantes, ambos incompatíveis com a sociedade de classes. O recurso à análise histórica também foi um elemento importante para a compreensão de Florestan Fernandes sobre o processo de mudança social no Brasil.

Nesse registro, a mudança pela qual a sociedade brasileira passava era sociocultural e o conservadorismo uma espécie de resquício do padrão de organização social tradicional (escravocrata e patrimonialista). Nesse ponto a sociologia emerge como ator privilegiado; ela colaborava com a aceleração da mudança sociocultural e com a remoção dos obstáculos à transformação da sociedade porque era um saber racional compatível com o padrão de civilização para o qual o Brasil tendia.

Para Fernandes a sociedade brasileira transitava para o padrão de civilização ocidental baseado na ciência, na democracia e no planejamento. O diálogo profícuo com a obra de Karl Mannheim levou Florestan a tornar-se um dos maiores defensores da ideia de que a ciência, em especial a sociologia, seria um instrumento privilegiado para orientar a mudança social. A mudança social espontânea não correspondia aos imperativos da era da ciência e do planejamento. Era preciso provocar a mudança com base nos conhecimentos científicos. Daí seus esforços de construção teórica de uma sociologia aplicada – fomentadora da mudança social provocada. Ao optar por uma proposta de mudança social realizada por meio da ação humana consciente e organizada Florestan Fernandes distanciou-se de certo mecanicismo presente no estrutural funcionalismo.

O colóquio com Mannheim foi crucial na conformação da sociologia da mudança social de Florestan Fernandes. É dessa inspiração que emergiu sua síntese teórica para o estudo da mudança social. Assim, Florestan aproveitou as contribuições do estrutural funcionalismo, da sociologia compreensiva e do materialismo histórico para o estudo das transformações da sociedade brasileira. Mais que isso, o diálogo com Mannheim permitiu ao professor da USP formar uma visão de futuro orientadora de seus esforços teóricos e interpretativos sobre a mudança social no Brasil. A sociedade brasileira caminhava para um padrão de organização



social democrático, típico da ordem social competitiva e da economia capitalista. Há, no pensamento de Florestan Fernandes, uma visão positiva sobre as possibilidades de democratização dos benefícios da civilização ocidental (democrático-burguesa) no Brasil, o que não o impediu de reconhecer seus aspectos problemáticos.

O autor pensava em democratização social, econômica, política e cultural dentro dos limites da sociedade capitalista, sem qualificar (como melhor ou ideal) essa forma de organização social. Tratava-se de detectar, por meio da análise científica, o padrão de organização social para o qual o Brasil tendia e utilizar-se dos recursos abertos pelas descobertas das ciências sociais para conferir o máximo de racionalidade ao processo. Para Florestan o papel do sociólogo não era traçar planos de uma sociedade ideal, mas estudar o processo de mudança social em curso para poder conduzi-lo racionalmente – o que abria perspectiva para a solução dos problemas sociais que acompanhavam o processo de mudança.

O núcleo da sociologia da mudança social de Costa Pinto é o conceito de marginalidade estrutural. A concepção de que a sociedade brasileira se marginalizava entre duas estruturas, uma tradicional e arcaica, a outra moderna e capitalista, levou o autor a conferir atenção especial as ambiguidades e assimetrias do processo de mudança social desde o início dos anos de 1950. A concepção de sociedade do autor foi extraída do diálogo com a obra de Karl Marx. Para Luiz de Aguiar a sociedade é uma estrutura fundamentada nas relações sociais de produção, a partir das quais os homens criam seu sistema de estratificação social bem como seus valores e suas instituições. As partes dessa estrutura social relacionavam-se de forma dialética a partir das ações e relações sociais de classe dos homens concretos. Essa visão de sociedade é nítida em seu estudo sobre o Recôncavo baiano.

Entretanto, o conceito de marginalidade estrutural – formulado durante a pesquisa no Recôncavo, mas já anunciado no estudo sobre as lutas de famílias no Brasil – não se fundamenta apenas em Marx. A incorporação da noção de contemporaneidade do não coetâneo, de Willem Pinder, foi o elemento que permitiu a Luiz de Aguiar perscrutar de forma original as ambiguidades e assimetrias da estrutura social em mudança (VILLAS BÔAS, 2005). A sociedade brasileira estava marginalizada entre duas formas de organização econômica e social, entre dois estilos de vida – o que conferia um aspecto dramático ao seu processo de mudança social, já que essas alternativas chegavam a se anular, fazendo da transição um processo lento e penoso. Na visão do autor a mudança social se caracterizava pelos conflitos, mas também pela acomodação

entre as condutas sociais referidas à tradição e à modernidade. Por meio desse entrelaçamento é que o homem brasileiro construía seu futuro.

Costa Pinto não negou a ideia – largamente utilizada por Florestan Fernandes – de que as partes da estrutura social se transformavam em ritmos distintos e que essa assimetria implicava em resistências à mudança. Todavia, o sociólogo baiano pensava que as resistências à mudança não partiam somente da esfera cultural da sociedade, embora se fizessem sentir de forma mais aguda nesse plano, já que coexistiam no processo de transição duas estruturas econômicas e sociais. Para ilustrar sua visão das conexões entre as partes de estrutura social evocou a ideia de círculo vicioso – nesse registro é que se davam as resistências à mudança. Por isso não eram apenas os impulsos da mudança social que se refletiam em toda a estrutura social, mas também as resistências a ela.

Para Luiz de Aguiar a modernidade não era redentora da tradição, isso porque ela também estava em crise, era problemática. As relações contratuais introduzidas pela Petrobrás no Recôncavo baiano não resolviam por si só os conflitos engendrados pela visão de mundo patrimonialista. Os novos movimentos negros – fruto das mudanças estruturais da sociedade e de suas implicações sobre os ajustamentos raciais – exprimiam novas assimetrias e contradições da estrutura social em transformação. Ao conceber a modernidade como problemática Costa Pinto se afastava das concepções dualistas em voga na década de 1950. Nesse registro, a oposição arcaico/moderno não se encerrava em mecanicismo nas suas interpretações.

A compressão das ambivalências do processo de mudança social levou Luiz de Aguiar a atribuir um sentido histórico à sociologia. A ciência da sociedade – compreendida como ciência *mater*, globalizante – teria um papel fundamental no processo de transformação da sociedade. Compreendida como ciência crítica porque não laudatória da ordem social vigente – a sociologia deveria apontar os problemas da mudança e as inconsistências do *status quo*. Daí sua crítica à “sociologia acadêmica” – o estudo da obra de Costa Pinto revela que suas armas se dirigiam a ideia de imutabilidade da ordem social. A mudança era a lei fundamental da sociedade, por isso a sociologia deveria se sincronizar com os movimentos da realidade e centrar-se no estudo das transformações sociais. Costa Pinto foi um dos primeiros sociólogos brasileiros a assinalar as conexões entre sociologia e mudança social. Enfatizou esse aspecto antes que Fernandes, inclusive.

Costa Pinto não caiu na armadilha de analisar a mudança social no Brasil pela ótica da demora cultural, como o fez Florestan Fernandes. Pensamos que isso se deve especialmente ao fato do sociólogo baiano ter adotado em suas análises uma visão de estrutura social balizada pelas concepções de Karl Marx. A noção de estrutura social impressa na dialética marxiana é mais complexa que a visão organicista do estrutural funcionalismo e permitiu à Costa Pinto perceber desde cedo as complicadas relações de multideterminação entre as várias partes que compõem a estrutura social, e, também, a realizar uma crítica das teorias sociológicas norte-americanas. Sem dúvida, Marx é a maior referência de Luiz de Aguiar, entretanto, não se trata de caracterizá-lo como marxista, ou marxista ortodoxo, já que o autor trabalhou com noções e metodologias que transcendem o marxismo. Além disso, pensamos que esse tipo de classificação, quando não é bem aplicado, concorre mais para obnubilar o estudo das ideias que para esclarecê-las.

Em Florestan Fernandes, a ideia de uma circularidade que unia o passado ao presente estava esboçada na década de 1950; ela começou a emergir em suas análises da mudança social por meio da percepção crítica do conservadorismo. A mentalidade arcaica ajudava a retardar o processo de mudança econômico e social, já que resistia a ele. A noção de circularidade foi mobilizada por Elide Rugai Bastos (2002) para pensar a sociologia de Florestan Fernandes e de seus assistentes na cadeira de sociologia I na FFCL-USP: “em lugar de uma explicação linear opera como se as duas pontas do *continuum* se encontrassem e esse encontro gerasse, simultaneamente, o objeto, a unidade de pesquisa, o desafio à compreensão, a busca de um suporte teórico e o método de investigação” (BASTOS, 2002).

A autora concentrou sua análise na produção do grupo, por isso focalizou a obra de Florestan Fernandes a partir do final da década de 1950. Pensamos que a noção de circularidade se completa, se torna mais nítida e passar a constituir-se em um dos pilares da sociologia da mudança social de Fernandes a partir do início da década de 1960. **A sociologia numa era de revolução social** (FERNANDES, 1963) é expressiva do movimento de reformulação das concepções de Florestan Fernandes sobre a mudança social no Brasil e sobre as relações desse processo com a sociologia. A radicalização do contexto histórico social e o aprofundamento do processo e do debate intelectual sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil foram fatores essenciais para o redirecionamento das reflexões do autor.

A situação de subdesenvolvimento impunha ao sociólogo obrigações que transcendiam o estudo científico da mudança social, era preciso participar mais incisivamente desse processo

para combater o atraso cultural. A mudança social continuou a ser concebida por Florestan como um processo sociocultural e seu estudo científico permaneceu como a principal tarefa da sociologia. Entretanto, em uma era de revolução social, o sociólogo deveria participar do combate ao atraso cultural não apenas como cidadão, mas como cientista. O autor radicalizou sua noção da vocação pragmática da sociologia, estabelecendo fronteiras menos rígidas entre teoria e prática e entre ciência e política.

Nesse momento Fernandes reviu suas posições sobre a mudança social no Brasil. Ela não era apenas um caso de demora cultural – aqui a ideia de circularidade é basilar – já que o horizonte mental das elites arcaicas se convertia no padrão de mudança da sociedade brasileira. Nesse registro, o passado se atualizava no presente e singularizava o processo de transformação do país, as resistências à mudança eram tão intensas que assumiam uma dimensão sociopática. Daí a sociologia precisar se adequar aos imperativos da era de revolução social para fazer jus a sua tarefa de orientar o processo para além dos interesses das camadas dominantes.

As maiores proximidades entre as análises de Florestan Fernandes e Costa Pinto, na década de 1950, se deram em torno das pesquisas sobre relações raciais. Os dois sociólogos identificaram o fundamento do preconceito e da discriminação racial nas classes sociais. Para ambos havia uma interdependência ou justaposição entre classe e raça na estratificação social do Brasil – originada no passado escravista. O negro se situava nas posições menos privilegiadas da sociedade brasileira devido à condição de escravo que lhe foi imposta no passado. Na transição para a sociedade de classes a posição do grupo étnico no sistema de estratificação social não foi alterada, isto é, o processo de mudança social não se deu de forma a desvincular raça e classe na estratificação social.

A pesquisa de Florestan demonstrou que as particularidades da transição da ordem escravocrata para a sociedade de classes, na cidade de São Paulo, concorreram para a eliminação parcial do negro do regime de trabalho. Isto é, o processo de mudança social naquela cidade não agiu no sentido de integrar o negro, enquanto grupo, nas posições de proletário ou empregador, típicas da sociedade de classes – o que implicou no desajustamento social do grupo e em sua lenta reabsorção ao regime de trabalho capitalista. Entretanto, o sociólogo paulista assinalou a incipiência do processo e apontou tendências que indicavam a maior integração do negro à sociedade de classes.

Nas condições específicas do Rio de Janeiro o processo de mudança social concorreu para que o negro se inserisse na vida urbana e industrial da cidade como proletário, identificando-se com as aspirações dessa classe e, mais que isso, havia propiciado o início da diferenciação dentro do grupo étnico – o que acabou por gerar novas tensões raciais. Para Costa Pinto a classe começava a dividir o que a etnia aproximava. Aqui encontramos diferenças nas análises dos autores. Florestan não centrou sua investigação nos conflitos de classe dentro do grupo negro, talvez porque esse processo estive em seu começo na cidade de São Paulo. Entretanto, precisamos considerar que os sociólogos conduziram suas investigações por métodos distintos, embora houvessem utilizado várias técnicas de pesquisa semelhantes como: as análises estatísticas, as entrevistas, os questionários abertos e fechados, a observação participante, enfim, as pesquisas sobre relações raciais em São Paulo e no Rio de Janeiro se deram sobre sólidas bases empíricas.

Fernandes utilizou o método de interpretação funcionalista para analisar o preconceito de cor em São Paulo. Nesse registro, assinalou que a forma de condução do processo de mudança social pelas elites concorreu para que o preconceito de cor permanecesse em São Paulo. No passado escravista a discriminação e o preconceito racial asseguravam a integridade do grupo étnico dominante com todos os privilégios que essa condição social lhe facultava. Como a mudança social foi dirigida unilateralmente pelas elites do regime escravista as transformações se deram no sentido de manter as regalias daquele grupo, bem como o padrão de ajustamentos inter-raciais no qual elas se assentavam. Entretanto, a manutenção do preconceito de cor e dos privilégios de castas era incompatível com uma ordem social baseada na competição e na democracia.

Costa Pinto focalizou as relações raciais de outro ângulo: a premissa da marginalidade estrutural guiou sua pesquisa, por isso as ambivalências, inclusive dentro do grupo étnico, figuraram com mais força em sua análise. Enfim, ao adotar o método de interpretação funcionalista Florestan Fernandes analisou as relações raciais enfatizando os aspectos de continuidade do passado no presente, o que não o impediu de identificar as tendências de transformação em curso. Na investigação de Luiz de Aguiar os aspectos de continuidade, embora assinalados, não se constituíram no centro da investigação. Para ele a mudança social se dava marginalizando a sociedade entre duas estruturas econômicas e sociais e entre dois estilos de

vida, talvez por isso a presença de elementos do passado nos ajustamentos inter-raciais não lhe tenha causado tanta estranheza.

De qualquer forma, Florestan Fernandes e Costa Pinto inovaram no estudo das relações raciais ao trazerem para ele o ponto de vista sociológico – o que os permitiu identificar a interdependência de classe e raça e, também, apontar a natureza sutil e por isso perversa do preconceito e da discriminação racial no Brasil (MAIO, 1997).

Os dois autores também convergiam no que diz respeito a uma proposta universal de sociologia<sup>108</sup>. E nesse ponto se distanciaram de Guerreiro Ramos – proponente de uma sociologia voltada para o desenvolvimento nacional. Aliás, Costa Pinto e Florestan Fernandes estavam na mesma trincheira da crítica ao nacionalismo. Para eles a proximidade ou o comprometimento dos intelectuais do ISEB, por exemplo, com as políticas de desenvolvimento nacional obnubilavam a visão das contradições internas do processo de desenvolvimento. Por isso qualificaram a produção dos intelectuais nacionalistas como ideológica, opondo-as ao “estudo científico” da mudança social em processo – esta realizada por eles e pelos intelectuais desvinculados das políticas governamentais, das esferas propriamente “políticas” do debate. Nesse registro, Costa Pinto e Fernandes estabeleceram fronteiras entre a ciência e a política.

Os dois autores acreditavam que o “estudo científico” do processo de mudança social era a tarefa da sociologia e que esta era sua forma de contribuição às transformações sociais em curso. Ou seja, a forma típica de participação da ciência da sociedade no processo de mudança social era o seu “estudo científico” (o que eles consideraram como científico) – o qual abriria a possibilidade de orientar a mudança de forma racional, desvelando os obstáculos estruturais que a entravavam ou a retardavam. Por isso tanto Florestan como Costa Pinto optaram pela mudança social provocada. Florestan foi mais incisivo nas discussões sobre a mudança social provocada, propondo uma construção teórica especial (a sociologia aplicada) para orientar o processo. A proximidade com as formulações de Karl Mannheim foi decisiva para o aprofundamento dessa dimensão nas análises de Florestan Fernandes.

Em meio ao processo de transformações sociais pelo qual o Brasil passava em um momento decisivo de sua modernização capitalista a geração de cientistas sociais da década de

---

<sup>108</sup> Para uma comparação entre as visões de sociologia e mudança social de Florestan Fernandes, Costa Pinto e Guerreiro Ramos consultar Villas Bôas (2006). A autora discute as divergências e proximidades entre as visões dos sociólogos, assinalando que para ambos a sociologia tinham um papel histórico porque era um instrumento privilegiado para a transformação da sociedade.

1950 exerceu um forte protagonismo intelectual. Colocaram-se nos debates que perpassavam a esfera pública, pesando a transformação da sociedade, procurando formas de superar o atraso, a alienação, o neocolonialismo, ou o subdesenvolvimento econômico, social e cultural. Nesse sentido, a despeito e junto as diferenças de suas concepções atribuíram um sentido missionário à atividade intelectual, imprimiram um sentido histórico às suas atividades e à sua ciência. Isso porque compreendiam a ciência como uma potência capaz de orientar racionalmente o processo de mudança social. Tomada pelo espírito de sua época, a produção dos cientistas sociais das décadas de 1950 e 1960 expressa os dilemas, os erros, os acertos, os desafios, as ambivalências de uma sociedade que ansiava ser moderna, capitalista, democrática, competitiva.

Os cientistas sociais, nacionalistas ou não nacionalistas, desejavam o desenvolvimento – compreendido como melhoria do homem e da sociedade humana num sentido geral – pensando e propondo a mudança social em um registro progressista. Embora convergissem nesse ponto, divergiam quanto à caracterização dos sujeitos sociais que levariam à cabo o processo de desenvolvimento no Brasil, e, também, quanto ao papel dos cientistas sociais nesse processo. Nesse contexto, Florestan Fernandes e Costa Pinto constituíram-se em construtores privilegiados do léxico-linguístico pelo qual a sociologia pensou a mudança social no Brasil e na América Latina. Por meio de suas formulações teóricas e interpretativas sobre a mudança social, das polêmicas metodológicas que travaram e das posições institucionais que ocuparam, tanto Fernandes quanto Costa Pinto edificaram um *approach* conceitual, metodológico e teórico para o estudo da mudança. Além disso, suas interpretações sobre o processo assinalaram o debate intelectual nos anos de 1950 e 1960 e, também, nas décadas posteriores.

A ideia de que o moderno também é problemático e por isso implica em obstáculos à mudança social progressiva, assim como o tradicional – utilizada primeiro por Costa Pinto e depois por Fernandes – tornou-se uma referência obrigatória para pensar o processo de modernização capitalista no Brasil. Também foi mobilizada pela geração posterior (em especial pelos cientistas sociais da USP<sup>109</sup>) para criticar o que eles consideraram como os equívocos do nacionalismo, principalmente a proposição de uma aliança entre as forças progressista da nação contra a anti-nação.

---

<sup>109</sup> Entre eles Fernando Henrique Cardoso, Otavio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho e Franco, Marilena Chauí, Francisco Weffort.

A discussão desenvolvida nesta Tese indica que houve uma convergência entre as sociologias praticadas nas universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro nas análises desenvolvidas no pré-1964. Nos anos de 1940, havia uma distinção mais nítida entre um projeto de sociologia empírico-indutiva (em São Paulo) e uma sociologia macro estrutural (Rio de Janeiro). Entretanto, a compreensão da sociologia brasileira como um “estilo de pensamento” que tem uma “unidade interna” e reflete o “espírito de sua época” nos permite identificar a aproximação dos dois projetos de sociologia e sua convergência para o estudo da mudança social (com fundamentos empíricos e no registro macro estrutural). Nesse registro, as duas modalidades de sociologia contribuíram por meio de suas especificidades, das contendas que travaram e do seu entrelaçamento para uma compreensão científica e crítica do processo de modernização capitalista do Brasil, de suas particularidades e dos focos de resistência a ele. Isso porque mesmo a partir das diferenças entre as concepções de sociologia e de seu papel no processo de mudança social – as quais devem ser compreendidas – os desafios daquele momento histórico, impostos pela implantação do capitalismo no Brasil, foi o foco de unidade dos intelectuais dos anos de 1950 – 1964.

O processo de democratização social, político e cultural, assim como a rica batalha de ideias que vigoravam no período, foram interrompidos pelo golpe militar que instaurou a ditadura. Golpe esse que foi articulado pelas elites dirigentes do Brasil associadas às elites internacionais, em especial norte-americanas. Carlos Nelson Coutinho (2000) assinala as fragilidades do processo de formação da democracia brasileira entre os anos de 1950 e 1964:

Isso se tornou evidente quando, em 1964, uma aliança entre os vários segmentos das classes dominantes conseguiu truncar o processo de democratização em curso, impondo mais uma vez uma solução “prussiana” para os problemas decorrentes da necessidade de levar o país a um novo patamar de acumulação capitalista. O novo regime ditatorial, particularmente no período que se seguiu ao AI-5, tentou por todos os meios destroçar o embrião de sociedade civil autônoma que se vinha esboçando. E é evidente que a organização da cultura não foi poupada. Não é causal que, entre as primeiras medidas do regime ditatorial implantado em 1964, estivesse o fechamento dos principais institutos democráticos de organização da cultura da época, os CPC’s e o ISEB, bem como a dissolução do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (o CTI) (COUTINHO, 2000: 32).

O autoritarismo do regime militar também incidiu sobre as universidades, o CESIT foi fechado, o grupo de estudos de O Capital dissolvido, processo que se intensificou com as aposentadorias compulsórias em virtude do AI – 5. O golpe militar interrompeu as carreiras de



Florestan Fernandes e Costa Pinto no Brasil. Florestan Fernandes se exilou nos Estados Unidos e no Canadá (países nos quais trabalhou como professor visitante), saiu do Brasil em 1969 e retornou em meados da década de 1970, mesmo assim nunca retomou as atividades junto à Universidade de São Paulo. Na ocasião do golpe militar Costa Pinto trabalhava como professor visitante na Universidade de Berkeley, na Califórnia, EUA, e não voltou a trabalhar na Universidade do Brasil, também se exilou nos EUA e no Canadá, onde exerceu atividades como professor visitante em várias universidades, além de trabalhar como pesquisador nas Nações Unidas.

Nesse processo Florestan Fernandes radicalizou progressivamente suas posições. A crítica ao poder conservador no Brasil se acentuou, o autor passou a negar a possibilidade de democracia (política, cultural, econômica e social) dentro da ordem social burguesa. Os benefícios da civilização ocidental não poderiam mais se realizar no Brasil por meio do processo de revolução burguesa. Isso porque o país sempre fora marcado por sucessivas formas de dependência em relação aos países dirigentes do sistema capitalista internacional – colonial, neo-colonial, subdesenvolvido – articuladas e associadas à dominação das elites internas. Essa situação de dependência teria sido perpetuada pelas classes dominantes internas no momento do golpe militar, engendrando um tipo de dominação burguesa autocrática (FERNANDES, 1989).

As fronteiras entre ciência e política romperam-se e Florestan Fernandes passou a criticar de forma veemente a sociologia praticada na universidade por seu conservadorismo e ligação com o *status quo* – a exemplo de Costa Pinto, em 1947, no artigo **Sociologia e mudança social**. Costa Pinto intensificou sua crítica ao nacionalismo (COSTA PINTO, 1972), continuou dedicando-se ao estudo da mudança social, focado mais na América Latina de forma geral do que o Brasil. Continuou cético em relação à política, afirmando em 1989, enquanto Florestan era candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT): “Eu estou convencido de que intelectual não dá para a política. Ele paira numa galáxia acima do dia-a-dia da política” (COSTA PINTO, 1989).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, A. et all. **Política e sociedade no Brasil** (1930-1964). São Paulo: Annablume, 2002.

ALMEIDA, M. H. T. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In. MICELI, S. (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: IDESP/Vértice/FINEP, 1989, v. 1, pp. 188-216.

ALEXANDER, J. O novo movimento teórico. In. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, n. 4, v. 2, p. 5-28, jun/1987.

ARRUDA, M. A. do N. A sociologia no Brasil – Florestan Fernandes e a “escola paulista” de sociologia. In. MICELI, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v. 2. São Paulo: Ed. Sumaré: FAPESP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX**. Bauru, SP: EDUSC, 2001 (Coleção Ciências Sociais).

AZEVEDO, F. **Princípios de sociologia: pequena introdução ao estudo da sociologia geral**. 11ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

BARAN, P. **A economia política do crescimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

BARIANI, E. **A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias** (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos). Dissertação de mestrado. Araraquara: FCL – UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil**. Tese de Doutorado. Araraquara/SP: UNESP – FCL, 2008.

\_\_\_\_\_. e SEGATTO, J. A. **A fundação das ciências sociais no Brasil: trajetória histórica e institucional**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: 2009.

BASTIDE, R. e FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**. 2ª. ed. São Paulo: Editora nacional, [1953]1959 (Brasiliana, 305).

BARBER, W. J. **Uma história do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

BASTOS, E. R. Florestan Fernandes e a construção das ciências sociais. In: MARTINEZ, P. H.. (Org.). **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 143-156.

\_\_\_\_\_. e RÊGO, W. (orgs.). **Intelectuais e política, a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d'água, 1999.

\_\_\_\_\_. Pensamento social da escola sociológica paulista. In. **O que ler na ciência social brasileira**. MICELI, S. (org.) São Paulo: ANPOCS: Ed. Sumaré; Brasília, DF: CAPES, 2002.

\_\_\_\_\_. UNESCO/ANMHEIMBI: um debate sobre a situação do negro no Brasil. In. **Colóquio internacional o projeto UNESCO no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois**. UFBA, ABA, ANPOCS, UNESCO: 2004. Disponível em: <http://www.ceao.ufba.br/unesco/03paper-Elide.htm> - acessado em 02/05/2011.

\_\_\_\_\_. e BOTELHO, A. Para uma sociologia dos intelectuais. In. **Seminário. “A sociologia da cultura no Brasil e a obra de Sergio Miceli”**. São Paulo: mimeografado, 2005.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA/INPE, 1998 (Série PNPE – 19).

BEIRED, J. L. B. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, A. **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

BENEVIDES, M. V. M. **O governo Kubitschek; desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

BERLINCK, M. T. **O Centro Popular de Cultura da UNE**. Campinas: Papyrus, 1984

BIRNBAUM, P. e CHAZEL, F. **Teoria sociológica**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1977.

BLANCO, A. **Razon y modernidad: Gino Germani y La sociologia em la Argentina**. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI, 2006.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectivas, 1974.

\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

\_\_\_\_. O campo científico. In. ORTIZ, R. (org.). **Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983a (Grandes cientistas sociais).

\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco zero, 1983b.

BOTELHO, A. Passagens para o Estado-nação: a tese de Costa Pinto. In. **Lua Nova**, 77. São Paulo: 2009. pp. 147-177.

CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. In. **Tempo social** – revista de sociologia da USP. v. 18, n. 1, jun. 2006. p.p. 271-301.

CARDOSO, I. A. R. **A universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Autores associados: Cortez, 1982.

CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difusão européia do livro, 1964.

CARDOSO, F. H. **Mudanças sociais na América Latina**. São Paulo: difusão Européia do Livro, 1969 (Corpo e alma do Brasil).

\_\_\_\_ e FALLETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1985.

CARONE, E. **A república liberal: I instituições e classes sociais (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1985.

\_\_\_\_. **A república liberal: II evolução política (1945-1964)**. São Paulo: Difel, 1985.

CEPÊDA, V. A. Celso Furtado e a interpretação do Brasil. In. **Perspectivas**. v. 28 São Paulo: UNESP, 2005.

COHN, G. Padrões e dilemas no pensamento de Florestan Fernandes. In. MORAES, R. (org.) **Inteligência brasileira**, São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. O ecletismo bem temperado. In. **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. D' INCAO. M. Â. (org.) Rio de Janeiro: Paz e terra. São Paulo: UNESP, 1987.

COSTA PINTO, L. A. O ensino das ciências sociais no Brasil. In. **Sociologia**: Revista didática e científica. v. 6, n. 1. São Paulo: 1944a. p.p. 15-21.

\_\_\_\_\_. e LAMBERT, J. **Problèmes démographiques contemporains**. Rio de Janeiro: Lês publications savantes de L'école libre dès hautes études au Brésil-Atlântica Editora. 1944b.

COSTA PINTO, L. A. Sobre as classes sociais. In **Sociologia**: Revista didática e científica. v. 8, n. 4. São Paulo: 1946. p.p. 242-258.

\_\_\_\_\_. Sociologia e mudança social. In **Sociologia**: Revista didática e científica v. 9, n. 4. São Paulo: 1947. p.p. 287-331.

\_\_\_\_\_. A estrutura da sociedade rural brasileira. In. **Sociologia**: Revista didática e científica v. 10, n. 2-3. São Paulo: 1948. p.p. 146-193.

\_\_\_\_\_. O ensino da sociologia nas escolas secundárias. In. **Sociologia**: Revista didática e científica v. 11, n. 3. São Paulo: 1949a. p.p. 290-308.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa sobre o padrão de vida do comerciário no Distrito Federal**. Rio de Janeiro: Instituto de economia da Fundação Mauá. 1949b.

\_\_\_\_\_. Sobre as relações de raça. **Sociologia**. v. 12, n. 1. São Paulo: 1950. p.p. 3-21.

\_\_\_\_\_. **Análise das profissões comerciais**. Rio de Janeiro: Senac. 1952a.

\_\_\_\_\_. **Migrações internas no Brasil**: estudo preliminar. Rio de Janeiro: Instituto de economia da Fundação Mauá. 1952b.

\_\_\_\_\_. **O Balconista**: estudo sociológico de uma ocupação. Rio de Janeiro: Senac. 1954.

\_\_\_\_\_. **As ciências sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: CAPES, 1955.

\_\_\_\_. **Recôncavo: laboratório de uma experiência humana.** Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de pesquisas em ciências sociais, n. 01, 1958.

\_\_\_\_. **La sociologia del cambio y el cambio de la sociologia.** Buenos Ayres: Eudeba, 1963.

\_\_\_\_. **Estructura de clases y cambio social.** Buenos Ayres: Eudeba, 1964.

\_\_\_\_ e BAZZANELLA, W. (orgs.). **Teoria do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

\_\_\_\_ e BAZZANELLA, W. **Problemas e implicações do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

\_\_\_\_. **Desenvolvimento econômico e transição social.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.

\_\_\_\_. Nacionalismo y militarismo. 2ª. ed. Buenos Aires, Argentina: Siglo XX editores, 1972.

\_\_\_\_. **Lutas de famílias no Brasil:** introdução ao seu estudo. 2ª. ed. São Paulo: Editora Nacional. [1943]1980a. (Brasiliana).

\_\_\_\_. **Sociologia e desenvolvimento.** 8ª. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b (Retratos do Brasil, 20).

\_\_\_\_. **Entrevista** para OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Rio de Janeiro: 1989 – mimeografado.

\_\_\_\_. **O negro no Rio de Janeiro:** relações de raça numa sociedade em mudança. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1953]1998.

CORBISIER, R. **Formação e Problema da Cultura Brasileira.** Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

CORREA, M. **As ilusões da liberdade:** a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Edusf, 487 p. 1998.

COULON, Alain. **A escola de Chicago**. Trad. Tomás R. Bueno, Campinas: Papirus, 1995.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre idéias e formas. 2ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CHAUÍ, M. **O nacional e o popular na cultura brasileira** - Seminários. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. e FRANCO, M. S. C. **Ideologia e mobilização popular**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses**: Estado e industrialização no Brasil (1930-1960). São Paulo: Paz e Terra, 1985.

DOSSE, F. **História do estruturalismo**: o campo signó – 1945/1966. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1993. (v. 1)

FAORO, R. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

FAVERO, O. (org.) **Cultura popular e educação popular** – memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FERNANDES, F. O problema do método na investigação. In. **Sociologia**: Revista didática e científica v. 9, n. 4. São Paulo: 1947. p.p. 332-345.

\_\_\_\_\_. Existe uma “crise da democracia” no Brasil? **Anhemi**, São Paulo: v. 16, n. 48, nov/1954.

\_\_\_\_\_. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**: Anhemi, 1961.

\_\_\_\_\_. **A organização social dos Tupinambás**. 2ª. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963a.

\_\_\_\_\_. **A sociologia numa era de revolução social**. São Paulo: Ed. Nacional, 1963b.

- \_\_\_\_\_. **Educação e sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus/UDUSP, 1966.
- \_\_\_\_\_. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá.** 2ª. ed. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1970a.
- \_\_\_\_\_. **Elementos de sociologia teórica.** São Paulo: Ed. Nacional, 1970b.
- \_\_\_\_\_. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica.** São Paulo: Ed. Nacional, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio de sociologia geral e aplicada.** 3ª. ed. São Paulo: Pioneira, [1959]1976.
- \_\_\_\_\_. Sobre o trabalho teórico. **Transformação.** Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis-SP, Departamento de Filosofia, n. 2, p. 5-86, 1975.
- \_\_\_\_\_. **A sociologia no Brasil** Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.
- \_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes.** 3ª.ed., São Paulo: Ática, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Mudanças sociais no Brasil.** 3ª. ed., São Paulo: DIFEL, 1979.
- \_\_\_\_\_. **A natureza sociológica da sociologia.** São Paulo: Ática, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 4ª.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil.** 3ª. ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FERREIRA, J. **Resistência à mudança:** um debate dos cientistas sociais na década de 50. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1966.



\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil.** 27ª. Ed. São Paulo: Ed. Nacional/Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

FREYRE, G. **Casa grande & Senzala.** 36ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, [1933]1999.

GARCIA, S. G. **Liberalismo e radicalismo no ‘período de formação’ de Florestan Fernandes (1941-1953).** Tese de Doutorado. São Paulo. FFLCH – USP, 1997.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOLLANDA, H. B. **Impressões de Viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970.** 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HOROWITZ, I. L. **Ascensão e queda do projeto Camelot: estudo sobre as relações entre ciências sociais e a prática política.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1969.

IEB. **Fernando de Azevedo: Trajetória de vida e de profissão.** São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2000.

IANNI, O. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional.** São Paulo: Difusão européia do livro, 1962.

\_\_\_\_\_. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1963.

\_\_\_\_\_. **Estado e capitalismo no Brasil: estrutura social e industrialização no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. **Pensamento social no Brasil.** Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2004.

JACOBY, R. **Os últimos intelectuais:** a cultura americana na era da academia. São Paulo: EDUSP, 1990.

JAGUARIBE, H. A crise brasileira. In. SCHWARTZMAM, S. (sel. e introd.). **O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo.** Brasília: Editora da UnB, 1979, p. 131-70 (Biblioteca do pensamento político e republicano).

LAHUERTA, M. **Intelectuais e transição:** entre a política e a profissão. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH – USP, 1999.

\_\_\_\_\_. O século XX brasileiro: autoritarismo, modernização e democracia. In. \_\_\_\_\_. e AGGIO, A. (orgs.). **Pensar o século XX.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. C., COSTA, W. P. (Orgs.) **A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 93-114.

LAMBERT, J. **Dois Brasis.** 8ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973 (Brasílianas, v. 55).

LAMOUNIER, B. O ISEB: notas à margem de um debate. In: **Discurso** n° 9, São Paulo: LECH, 1979.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. 2ª. ed. São Paulo: Alfa-ômega. 1975.

LIMONGI, F. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In. MICELI, Sergio (org.) **História das ciências sociais no Brasil.** v. 1. 2ª. ed. São Paulo: Sumaré, 2001. pp. 153-222.

\_\_\_\_\_. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In. MICELI, Sergio (org.) **História das ciências sociais no Brasil.** v. 1. 2ª. ed. São Paulo: Sumaré, 2001. pp. 257-276.

LEPENIES, W. **As três culturas.** São Paulo: Edusc, 1996.

LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e mudança social:** formação da sociedade urbano industrial no Brasil. 4ª. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

MAIO, M. C. **A História do projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997a.

\_\_\_\_\_. Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais. In: **Dados**. v. 40 Rio de Janeiro, 1997b.

\_\_\_\_\_. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. vol.14, n.41, 1999. pp. 141-158. ISSN 0102-6909. doi: 10.1590/S0102-69091999000300009.

\_\_\_\_\_. Estudos de Comunidade e relações raciais: o convênio Columbia University-Estado da Bahia/UNESCO na década de 1950. In: **Cadernos de Campo**, n. 18, São Paulo: 2009, pp. 257-271.

\_\_\_\_\_. e VILLAS BÔAS, G. (orgs.). **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto.** Porto Alegre. Ed. Da Universidade/UFRGS, 1999.

MANNHEIM, K. **Libertad, poder y planificación democrática.** 1ª.ed., México: Fondo de cultura económica, 1953.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico de nosso tempo.** 2ª.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

\_\_\_\_\_. **Ideologia e Utopia.** 2ª. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da cultura.** São Paulo: Perspectiva, 1974 (Estudos, 32).

\_\_\_\_\_. "O pensamento conservador". In: MARTINS, J. (Org.) **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, 1981.

MARTINS, C. E. **Anteprojeto do manifesto do CPC.** In: Arte em Revista 1, anos 60 jan/mar, 1979.

MARTINS, L. A. Gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920-1945. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 4. vol. 2, jun. 1987.

MARTINS, T. G. **Raízes da sociologia brasileira:** Florestan Fernandes e a questão do intelectual. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH – Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos:** para além de um debate. Tese de Doutorado. Campinas/SP: Unicamp – IFCH, 2008.

MAZZA, D. **A produção sociológica da Florestan Fernandes e a problemática educacional:** uma leitura (1941-1964). Tese de Doutorado. Campinas – SP. IFCH, 1997.

MERTON, R. K. **Sociologia:** Teoria e Estrutura. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1970.

MICELI, S. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, S. (org.). **História das ciências sociais no Brasil.** São Paulo: IDESP/Vértice/FINEP, 1989, v. 1.

\_\_\_\_\_. Intelectuais brasileiros. In: \_\_\_\_\_. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).** 2ª. Ed. São Paulo: Editora Sumaré; ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILLS, C. W.. **A imaginação sociológica.** 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MYRDAL, G. **Solidariedad e desintegration.** México: Fondo de Cultura Econômica, 1956.

MOTA, C. G.. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974).** 4ª. Ed. São Paulo: Ática, 1980.

\_\_\_\_\_. Ciências sociais na América Latina. In: MORAES, R. (org.). **Inteligência brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

NOGUEIRA, M. A. **O encontro de Joaquim Nabuco com a política:** as desventuras do liberalismo. São Paulo: paz de terra, 2010.

OGBURN, William. **Social change:** With respect to the culture and original nature. Nova York, B. W. Huebsch, 1922.

OLIVEIRA, L. L. As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (org.) **História das ciências sociais no Brasil.** v.2. São Paulo: Ed. Sumaré/FAPESP, 1995a.

\_\_\_\_. **A sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995b.

\_\_\_\_. Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América latina. In: **Sociologias**. N. 14. Porto Alegre: jul/dez 2005.

ORTIZ, Renato. Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Ciências Sociais e trabalho intelectual**. São Paulo: Olho D'Água, 2002. p. 175-196.

PARSONS, T. O conceito de sistema social. In: CARDOSO, F.H. e IANNI, O. (org.). 8ª. ed. **Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral**. São Paulo: 1973 (Biblioteca Universitária. Série 2ª., Ciências Sociais, v. 5).

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PEIXOTO, F. Á. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, S. (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. v. 1. 2ª. ed. São Paulo: Sumaré, 2001. pp. 477-532.

\_\_\_\_. e SIMÕES, J.A. A revista de antropologia e as ciências sociais em São Paulo: notas sobre uma cena e alguns debates. **Revista de Antropologia**. v. 46, n. 2. São Paulo: USP, 2003.

\_\_\_\_. Roger Bastide e Florestan Fernandes: duas perspectivas sobre as relações raciais na metrópole, dois enfoques sobre a modernização brasileira. In: **Colóquio internacional o projeto UNESCO no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois**. UFBA, ABA, ANPOCS, UNESCO: 2004. Disponível em: <http://www.ceao.ufba.br/unesco/03paper-Elide.htm> - acessado em 02/05/2011.

PEREIRA, L. **Ensaio de Sociologia do desenvolvimento**. São Paulo: Pioneira, 1970.

PIERSON, D. **Teoria e Pesquisa em sociologia**. 16ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, [1945]1975.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2003.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. 3ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

\_\_\_\_\_. **Evolução política do Brasil**: colônia e império. 21ª. ed. São Paulo: Brasiliense, [1933]1994.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 24ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, [1942]1996.

PREBISCH, R. **Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano**. Mar del Plata: CEPAL, 1963.

QUEIROZ, M. I. P. Fernandes de Azevedo: o sociólogo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiro**. São Paulo, 1994, v. 37, pp. 53-69

RAMOS, A. G. **O processo da sociologia no Brasil**: esquema de uma história das idéias. Rio de Janeiro: [s.n.], 1953.

\_\_\_\_\_. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

\_\_\_\_\_. **O problema nacional do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

\_\_\_\_\_. **A redução sociológica**: introdução ao estudo da razão sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1965 (Tempo Novo 2).

RAMOS, A. **O negro brasileiro**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1934] 1940.

\_\_\_\_\_. **A aculturação negra no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1942.

ROMÃO, W. **A experiência do Cesit**: sociologia e política acadêmica nos anos de 1960. Dissertação de mestrado. São Paulo: Departamento de sociologia, FFLCH – USP, 2003.

SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SCHWARZ, R. **Que horas são?** Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. Um seminário sobre Marx. In. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: n. 50, março/ 1998, p. 99-114.

\_\_\_\_\_. Cultura e política, 1964-1969. In. **Cultura e política**. São Paulo: Paz e terra, 2001 (Coleção leitura).

\_\_\_\_\_. As idéias fora do lugar. In. **Cultura e política**. São Paulo: Paz e terra, 2001 (Coleção leitura).

SCHWARTZMAM, S. (sel. e introd.). **O pensamento nacionalista e os Cardernos de Nosso Tempo**. Brasília: Editora da UnB, 1979 (Biblioteca do pensamento político e republicano).

SEMINÁRIO INTERNACIONAL **RESISTÊNCIAS À MUDANÇA**: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960.

SINGER, P. I. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Ed. Nacional/Ed. Da Universidade de São Paulo, 1968.

SKDMORE, T. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. 4<sup>a</sup> Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SOUZA, P. O. **Os dilemas da democracia no Brasil**: um estudo sobre o pensamento de Florestan Fernandes. Dissertação de Mestrado. Araraquara/SP: UNESP – FCL, 2005.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.

TOLEDO, C. N. de. **O ISEB**: fábrica de ideologias, Ed. Ática, São Paulo, 1981.

VILLAS BÔAS, G. Por que rever mais uma vez o conceito de marginalidade estrutural de L. de A. Costa Pinto? In. **Perspectivas. Revista de ciências sociais**. UNESP: São Paulo, jul/dez, 2005, p. 79-104.

\_\_\_\_. **A recepção da sociologia alemã no Brasil.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2006a.

\_\_\_\_. **Mudança provocada. Interpretações do moderno no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006b.

VIANNA, L. W. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WAGLEY, C, AZEVEDO, T e COSTA PINTO. L. A., **Uma pesquisa sobre a vida social na Bahia.** Salvador. Publicações do Museu do Estado, n. 11, 1950.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações.** 10<sup>a</sup>. ed., São Paulo: Cultrix, 1998.

WILLEMS, E. Sociologia “acadêmica” e Sociologia “socialista”. In. **Sociologia: Revista didática e científica.** v. 9, n. 4. São Paulo: ELSP, 1947. pp. 346-349.

WILLIAMS, R. **Cultura.** 2<sup>a</sup>. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.



**ANEXOS**

## **ANEXO A – ELABORAÇÃO DE UM ESQUEMA CONCEITUAL BÁSICO PARA O ESTUDO SOCIOLÓGICO DAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO\***

Pretendemos agora, à guisa de desfêcho, elaborar um esquema conceitual básico a que fomos conduzidos pela pesquisa e pela análise dos fatos e processos que estão ocorrendo no Recôncavo, e que constituíram o objeto das primeiras partes dêste trabalho. Êsse esquema conceitual, embora já implícito, em grande parte, nas hipóteses de trabalho que orientaram a coleta e a interpretação do material, - quer no trabalho de campo, que na utilização de outras fontes e documentos – definiu-se e integrou-se, principalmente, como resultado das pesquisas feitas e das análises procedidas, o que nos autoriza a apresentá-lo como conclusão metodológica dêste estudo. Por ter sido assim extraído das investigações procedidas em torno de situações concretas, em uma área definida – aumenta, por sua vez, a probabilidade, e também a nossa esperança, de que êle possa servir como quadro de referências para o estudo sociológico mas aprofundado das implicações do desenvolvimento econômico e das mudanças sociais dêles decorrentes, na mesma área outra ou em outra qualquer onde o mesmo processo tenha lugar.

1) Partimos da noção de estrutura social, realidade complexa, conceito chave, utilizando uma conceituação por nós já proposta noutra oportunidade<sup>110</sup>. Ali dissemos que tôda estrutura social contém, no mínimo, três partes;

- a) – um regime econômico, que lhe serve;
- b) – um sistema de estratificação social, que é o seu corpus;
- c) – e um conjunto de instituições e de valores, que naquelas instituições se cristalizam, constituindo a sua cúpula.

Dir-se-ia que no regime econômico encontramos o conjunto das relações entre os homens e as coisas materiais que os cercam, relações que têm lugar na atividade social de produzir e reproduzir as condições de sobrevivência de produzir e reproduzir as condições de sobrevivência; que no sistema de estratificação social está o conjunto das relações dos homens entre si; e que nas instituições e valores sociais encontramos historicamente sedimentados, os produtos do funcionamento da estrutura social.

---

\* Extraído de **Recôncavo**: laboratório de uma experiência humana (COSTA PINTO, 1958).

<sup>110</sup> Cfr. L. A. Costa Pinto – “A estrutura da Sociedade Rural Brasileira” – Revista “Sociologia”, Simposium sôbre classes sociais, (1948) – S. Paulo

O fundamental interesse que nos guiou em nossa pesquisa consistiu, em última análise, em compreender o mecanismo das relações recíprocas que concretamente se estabeleciam entre aquelas três partes na estrutura social do Recôncavo.

2) Colhido o material e analisado à luz das hipóteses formuladas, o que em primeiro lugar confirmamos foi a estreita e complexa interdependência que existe entre aquelas partes da estrutura social. De fato, como julgamos haver deixado amplamente comprovado, ali não encontramos departamentos estanques, realidades autônoma; o que encontramos foi uma gestalt, foi o “continuum” da vida social, a trama das relações humanas assegurando, por sua mutabilidade, a sua própria continuidade.

Ao lado dessa interdependência existente entre as diferentes partes de uma estrutura social, que faz com que as transformações iniciadas numa delas tarde ou cedo repercutem nas demais – outro característico saliente, e fundamental, é que tôdas elas estão em permanente mudança. De fato, se nada existe de imutável na realidade objetiva, muito menos as estruturas sociais. Entretanto, esta pesquisa nos convenceu de à análise científica, o que aparece com característica fundamental não é apenas o fato das diferentes partes da estrutura social estarem, todas elas, em permanente mudança – mas, sobretudo, o fato de mudarem em ritmo diversos. Na verdade a diferença de cadência e de ritmo, a falta de sincronia e de uniformidade com que muda as diferentes partes de uma estrutura social e o fato fundamental a ser compreendido por quem pretenda analisar cientificamente o processo e o sentido da transformação das estruturas sociais. A significação operativa dêste conceito julgamos ter ficado amplamente demonstrada nas páginas anteriores.

Se tôdas as partes de uma estrutura social se transformassem sincrônicamente, os produtos históricos da mudança social e o próprio desenvolvimento seriam simétricos, o que está muito longe de acontecer. É precisamente nos pontos de ruptura, nas brechas abertas pelo ritmo diverso da transformação das diferentes partes – que emergem as contradições, as assimetrias, os círculos viciosos, numa palavra – os problemas, as tensões e as crises de estrutura.

Assim observadas, vê-se que aquelas partes que se transformam num ritmo mais acelerado agem como fatores de impulsão, enquanto que as que se transformam em ritmo menos acelerado agem como fatores de contenção e de contrôle da mudança social.

Esta noção é igualmente fundamental pois nos permite observar as contradições que nascem no bôjo das estruturas sociais não como resultados do fato de algumas de suas partes se

transformarem e outras ficarem estagnadas. O que acontece, ao contrário disso, é que tôdas se transformam, porém, em ritmos não coincidentes.

3) Em regra, partem do regime econômico as transformações básicas que repercutem, tarde ou cedo, em toda a estrutura. Isto acontece porque, naquele plano das relações dos homens com as coisas materiais, as inovações são estimuladas e facilitadas sobretudo por um critério de eficiência e utilidade. A necessidade de produzir e reproduzir constantemente as condições de existência e subsistência; a tecnologia e os instrumentos de domínio e utilização do mundo físico; o “meio artificial”, criado pelo trabalho e pela tecnologia, que se superpõe ao meio natural e singulariza o caráter ativo da adaptação humana; toda a base material das relações humanas é criada e historicamente transformada sob o império da adaptação e da satisfação de necessidades, o que torna prioritários, neste plano, os critérios de utilidade e eficiência, permitindo que do regime econômico partam as mais fortes impulsões às transformações sociais.

Nos outros planos da estrutura social encontram-se as relações dos homens em ter si e as instituições e valores, que delas resultam como produtos sociais e históricos. Aqui, os conteúdos emocionais são muito mais profundos e essenciais, as ações e reações se regulam por normas e princípios de significação valorativa, e são maiores as resistências às transformações. Não seria preciso argumentar longamente para demonstrar porque uma sociedade substitui mais facilmente u’a máquina do que uma norma, um princípio ou uma atitude diante da vida.

Se esse é o processo espontâneo, tal como ocorre na história e na vida social, fácil é compreender que as contradições e assimetrias que resultam dessa diferença de ritmos de transformação tornam-se ainda mais agudas e profundas quando intervem no processo uma ação consciente e deliberada no sentido da aceleração do ritmo da mudança do regime econômico. Êste é o caso das sociedades de economia menos desenvolvidas, em que a promoção da transformação se faz intencional e racional, como meio de suprir, pelo planejamento do desenvolvimento econômico, os índices de atraso, que se procura superar a curto prazo.

4) O que antes resultava do processo histórico, passa a gora a ser promovido e, por assim dizer, perseguido como meta e como objetivo. A deliberada aceleração do ritmo de transformação do regime econômico, promovida pela política de desenvolvimento, aumenta a assincronia da mudança, acentua a assimetria entre as diferentes partes da estrutura, parecendo ser implícita a concepção de que isto tenderá a restabelecer; no futuro, num nível superior, um equilíbrio que

teria existido no passado e cuja ruptura o desenvolvimento econômico, como intervenção intencional no processo histórico, só faz acentuar e aprofundar.

Continuando em ritmo apenas reflexo, pois é no regime econômico que a mudança intencional se concentra, a transformação lenta das outras partes da estrutura social parece mais lenta ainda, passando a atuar quase como fator de resistência e de controle. Esta situação contraditória pode chegar até um ponto em que a impressão que se tem é que os avanços do desenvolvimento econômico passam a ser os principais fatores gerativos dos problemas sociais.

5) Teoricamente, a solução que se imporia dentro deste esquema, para obter o mesmo resultado evitando-se essas contradições, seria o planejamento total, pela aceleração do desenvolvimento de todos os planos da estrutura social e não apenas do regime econômico. Em esferas parciais, não estritamente econômicas, isto é muitas vezes tentando mesmo sem intentar um planejamento total. Quando a política de desenvolvimento penetra na esfera educacional, por exemplo, é isto o que faz, embora ainda procurando justificar o planejamento educacional como uma exigência do próprio desenvolvimento econômico, que exige mão-de-obra qualificada, quadros técnicos, elevação do nível cultural médio, etc. e não como planejamento educacional em si, porque contra esse levantam-se resistências de toda ordem.

Na situação particular e concreta que estudamos no Recôncavo essas perspectivas mais gerais estão de todo ausente e não têm nenhuma probabilidade imediata de serem tentadas, o que nos dispensa de maiores preocupações sobre esse aspecto da questão, mesmo porque esse aspecto interessa muito mais à discussão das soluções do que à análise dos problemas e implicações sociais das transformações econômicas – que é, este último, sejam quais forem as futuras e possíveis soluções, o aspecto que particular nos interessa aqui.

6) O estudo sociológico dos problemas de desenvolvimento econômico não teria interesse, nem mesmo talvez tivesse objeto, se o que estivesse em desenvolvimento não fosse uma realidade humana, um conjunto de relações sociais quotidianas e concretamente vividas, uma estrutura social e um estilo de vida. É isto o que realmente se transforma e como tudo isso constitui o campo da sociologia, resulta que o desenvolvimento econômico é um problema muito mais sociológico do que estritamente econômico.

Além da abordagem mais teórica e especulativa sobre o próprio *processus* histórico do desenvolvimento – entendemos que duas ordens de problemas constituem o foco do interesse

sociológico na análise do desenvolvimento econômico, na sua técnica e na sua política: o primeiro é o estudo das **condições sociais do desenvolvimento**, o segundo é o estudo das implicações sociais do desenvolvimento.

7) Na primeira ordem de problemas se inclui o estudo de todos os fatores anteriores ao desenvolvimento, dos quais êle depende; quando falamos no desenvolvimento de uma economia e na transformação de uma sociedade é essencial analisar os padrões e as formas econômicas e sociais pré-existentes pois são elas que se transformam. Não é de interêsse puramente acadêmico, portanto, conhecer o que pré-existe ao desenvolvimento pois é nesse padrão tradicional que se vai encontrar a matéria-prima social e histórica, a argamassa com que se vai moldar um novo padrão; matéria-prima que consiste, antes de tudo, num homem, num tipo histórico de homem com o qual e a favor do qual o desenvolvimento é promovido. Êsse homem do padrão tradicional, seus costumes, suas tradições, suas técnicas e sistemas de trabalho, suas instituições e valores, a estratificação e a estrutura social que lhe enquadra a vida – tudo isso é essencial analisar e compreender, pois é com o trabalho, o esforço, o entusiasmo, a fé, as virtudes e, talvez, principalmente, com as insuficiências de um homem pré-desenvolvimento que uma economia e uma sociedade se desenvolvem.

8) Na segunda ordem de problemas se encontram reunidos todos os aspectos e implicações que o processo de desenvolvimento econômico, quando iniciado, acarreta sôbre a vida social, em todos os seus planos. Aqui, o interêsse se volta para os efeitos e conseqüências dêsse processo e sôbre a ação moldadora que êle exerce no sentido de criar um novo padrão de economia e de sociedade, atuando sôbre a estrutura profissional e as classes sociais, sôbre os usos e costumes, sôbre a distribuição geográfica, a composição e a dinâmica da população, sôbre a educação e a mobilidade social, sôbre os níveis de vida, o comportamento político, o regime de trabalho, as instituições, as ideologias e os valores sociais.

9) O conjunto das implicações sociais do desenvolvimento econômico e tecnológico é constituído de problemas que recaem no campo de diferentes disciplinas e analisá-lo é encargo comum a tôdas elas; à Sociologia a tarefa específica que incumbe parece ser, mais uma vez, cumprir a sua função e vocação de ciência-mater — vendo o bosque enquanto cada uma das outras disciplinas vê a sua árvore e tomando para si a responsabilidade de analisar e compreender, como síntese de uma série de problemas simultâneos, o processo global de gestação de uma nova economia, uma nova sociedade e um novo homem.

Todos êsses aspectos nitidamente sociológicos que surgem quando encaramos o desenvolvimento econômico não apenas como uma operação técnica mas como uma profunda experiência humana, carecem de ser estudados com a mesma acuidade e rigor científico com que são considerados os aspectos estritamente econômicos e tecnológicos.

10) Não há, na estrutura íntima dos fenômenos que constituem o campo de interesse sociológico do desenvolvimento econômico, nada que impeça a sua análise científica. Essa análise é possível e é necessária; mais que isso, é urgente e recomendada pois o vazio deixado por sua ausência está sendo preenchido, em nosso meio, pela demagogia ruidosa e confusa de indivíduos e cliques que procuram apresentar como sociologia do desenvolvimento racional a sua ideologia de aproveitamento pessoal.

Não sendo impossível, o que acontece, entretanto, é que a análise séria e cientificamente feita dos aspectos sociológicos do desenvolvimento econômico é, com certeza, muito mais difícil do que a de qualquer outro aspecto. Essa dificuldade, entretanto, longe de desanimar — fascina e estimula o desejo de alcançar aquela suprema aspiração de evitar que o progresso material signifique, mais uma vez, uma catástrofe no plano das relações humanas. E, para isto, confiar na ciência é o único meio de não resvalar para a mística ou o desespero.

**ANEXO B - INTEGRANTES DO COMITÊ DIRETOR DO CLAPCS E DA FLACSO  
1958/65.**

<b>Integrantes do Comitê Diretor do CLAPCS e da Flacso 1958/65</b>			
<b>Integrantes</b>	<b>1958</b>	<b>1962</b>	<b>1965</b>
Eduardo Hamuy	X	-	-
Gino Germani	X	X	-
Isaac Ganon	X	X	-
Lucio Medieta Y Nuñez	X	-	-
Orlando de Carvalho	X	X	X
Oscar Chavez Esquiuel	X	X	X
José Rafael Arboleda	X	X	X
J. L. Salcedo-Bastardo	X	X	X
L. A. Costa Pinto	X	-	-
Gustavo Lagos Matus	X	X	-
Pablo Gonzalez Casanova	-	X	X
Humberto Diez Contreras	-	X	X
Manuel Diegues Jr.	-	X	X
Jorge Gracierena	-	-	X
Alberto Rioseco	-	-	X
Rodolfo Stavenhagem	-	-	X
Jean Casimir	-	-	X

**Tabela 1.** Dados extraídos de (OLIVEIRA, 1995) os quais possuem como fonte as listas do Comitê Diretor do CLAPCS e da Flacso publicados no **Boletim** (1958) e na **América Latina** (1962 e 1965).



**ANEXO C - LISTA DE PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
RESISTÊNCIA À MUDANÇA: FATORES QUE IMPEDEM OU DIFICULTAM O  
DESENVOLVIMENTO\***

ABRAHAM MONHK

American Jewish Committee — Seção Brasileira

ACÁCIO FERREIRA

Universidade da Bahia

ALFRED MÉTRAUX

Unesco

AURELIUS MORGNER

Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fullbright)

CANDIDO PROCÓPIO FERREIRA DE CAMARGO

SESI — Seção São Paulo

CLAUDIO F. ACCURSE

Universidade do Rio Grande do Sul

C. WRIGHT MILLS

Universidade de Columbia – USA

DARCY RIBEIRO

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — Rio de Janeiro

DINAH M. DE SOUZA CAMPOS

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — Rio de Janeiro

DJACIR MENEZES

Universidade do Brasil

EDUARDO HAMUY

Instituto de Sociologia, Universidade do Chile

ENRIQUE ARBOLEYA

Universidade de Madrid

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Universidade de São Paulo

---

\* Extraída de (SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIA À MUDANÇA. ANAIS, 1960).

FLORESTAN FERNANDES

Universidade de São Paulo

GINO GERMANI

Universidade de Buenos Aires

GUSTAVO LAGOS MATUS

Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – Santiago – Chile

HELÊNE BRULÉ

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – Rio de Janeiro

HÉLIO PORTUGAL SILVA

Universidade do Rio Grande do Sul

ISAAC GANÓN

Universidade da República – Montevideo – Uruguai

J. A. SILVA MICHELENA

Universidade Central de Caracas – Venezuela

JACQUES LAMBERT

Faculdade de Direito de Lyon – França

J. CASTRO FARIA

Museu Nacional – Rio de Janeiro

JEAN LABBENS

Faculdade Católica de Filosofia – Lyon – França

JOÃO MENDONÇA

Universidade da Bahia

J. ROBERTO MOREIRA

CENTRO

JOSÉ ARTHUR RIOS

SAGMAGS – Rio de Janeiro

JUAREZ BRANDÃO LOPES

Escola de Sociologia e Política de São Paulo

LAUDELINO MEDEIROS

Universidade do Rio Grande do Sul

LUIZ ERASMO MOREIRA

Campanha de Erradicação do Analfabetismo – MEC – Rio de Janeiro

LUIZ LEGAZ

Universidade de Santiago de Compostela – Espanha

MANOEL DIÉGUES JUNIOR

Universidade Católica do Rio de Janeiro

MARIA JULIA POURCHET

Serviço de Antropologia do Instituto de Pesquisas Educacionais – Rio de Janeiro

MARIO WAGNER VIEIRA DA CUNHA

Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo

MICHEL DEBRUN

Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro

MILTON SANTOS

Faculdade de Filosofia de Universidade da Bahia

MOYSES ROZENTAL

Conselho Nacional de Economia – Rio de Janeiro

OCTÁVIO IANNI

Universidade de São Paulo

ORLANDO CARVALHO

Universidade de Minas Gerais

OSCAR CHAVES ESQUIVEL

Universidade da Costa Rica

PABLO GONZALES CASANOVA

Universidade de México

PASCHOAL LEME

Ministério da Educação e Cultura

ROGER SEGUIN

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – Rio de Janeiro

ROMULO CAVINA

Universidade Rural – Brasil

SEGUNDO V. LINHARES QUINTANA

Universidade de Buenos Aires

SZCZERBA-LIKIERNIK

Unesco

THEMISTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI

Universidade do Brasil

THOMAZ POMPEU ACCIOLY BORGES

CENTRO

VICTOR NUNES LEAL

Universidade do Brasil

## ANEXO D\*

<b>Sessões e programa do Seminário Internacional Resistência à Mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento</b>			
	<b>Participantes</b>	<b>Instituição</b>	<b>Participação</b>
<b>Introdutória</b>	Jacques Lambert	Faculdade de Direito de Lion França	Comunicação - Lês obstacles au developpement provenant de la formation d'une société dualiste
	Jean Labbens	Faculdade Católica de Filosofia de Lyon França	Comunicação - Lês obstacles sócio-culturals au development econômico: rapport d'introduction
<b><u>2ª. Sessão</u></b>  <b>Os grupos indígenas e alienígenas e o desenvolvimento econômico da América Latina. Fatores demográficos</b>	Isaac Ganón	Universidade da República – Montevideu Uruguai	Presidente/Comunicação – Factores demográficos que retardan el desarrollo econômico del Uruguay
	Alfred Métraux	UNESCO	Relator
	Manuel Diegues Júnior	Universidade Católica do Rio de Janeiro - Brasil	Relator/Comunicação – Resistência á imigração como contribuição ao desenvolvimento
	Abraham Monk	American Jewish Comitee –  EUA	Comunicação - Integracion de inmigrantes. Resistência al cambio y agentes cataliticos de la aculturacion. Observaciones preliminares sobre la reciente inmigracion judia al Brasil.
	Aldo Solari	Universidade do Uruguai	Comunicação - El “envejecimiento” de la población em el Uruguay y sus consecuencias.
	Aníbal Buitrón	Universidade do México	Comunicação - La investigación y el mejoramiento de las condiciones de vida.
	Luiz Leite de Vasconcelos	Representante da SUDENE Brasil	Comunicação - A controvérsia sobre a influência da estrutura demográfica como fator de resistência ao desenvolvimento econômico e social.

\* Formulada a partir de dados extraídos de (SEMINÁRIO INTERNACIONAL RESISTÊNCIA À MUDANÇA. ANAIS, 1960) e (FERREIRA, 1999: 7)

	<b>Participantes</b>	<b>Instituição</b>	<b>Participação</b>
<p data-bbox="281 537 420 570"><b><u>3ª. Sessão</u></b></p> <p data-bbox="233 760 468 899"><b>As estruturas agrárias e o desenvolvimento econômico</b></p>	Eduardo Hamuy	Instituto de Sociologia - Universidade do Chile	Presidente
	J. A. Silva Michelena	Universidade Central de Caracas Venezuela	Relator Comunicação – Factores que dificultam y han impedido la reforma agrária em Venezuela
	Tomaz Pompeu Accioly Borges	CLAPCS	Relator Comunicação – obstáculos estruturais – demográficos – econômicos e sociais – ao desenvolvimento do Brasil e de ouytras áreas subdesenvolvidas.
	José Arthur Rios	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Brasil	Comunicação – O latifúndio, barreira ao desenvolvimento
	Moisés Rozenhal	Conselho nacional de Economia Rio de Janeiro Brasil	Comunicação – Economia regionais
	Lynn Smith	Universidade do Estado de Louisiana EUA	Comunicação – The Cohesiverness of social change

	<b>Participantes</b>	<b>Instituições</b>	<b>Participação</b>
<b>4ª. Sessão</b>  <b>Obstáculos institucionais ao desenvolvimento econômico</b>	Orlando de Carvalho	Universidade de Minas Gerais	Presidente
	Aurelius Morgner	Escola de sociologia e Política São Paulo Brasil	Relator Comunicação – Institucional obstacles to economic development
	Jorge Graciarena	Universidade de Buenos Aires Argentina	Relator
	Gino Germani	Universidade de Buenos Aires Argentina	Comunicação – Secularización y desarrollo econômico
	Mario Wagner Vieira da Cunha	Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo Brasil	Comunicação - Resistências da burocracia às mudanças sociais no setor público e no setor privado
	Michel Debrun	Fundação Getúlio Vargas Rio de Janeiro Brasil	Comunicação - Attitudes et motivations défavorables au développement dans la société brésilienne actuelle.
	Milton Santos	Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia Brasil	Comunicação - Fatores que retardam o desenvolvimento da Bahia: a falta de indústrias
	Segundo V. Linares Quintana	Instituto de Ciência Política da Argentina	Comunicação - Obstáculos institucionales al desenvolvimiento econômico.
	Thales de Azevedo	Universidade da Bahia Brasil	Comunicação - Implicações culturais e estruturais do desenvolvimento.
	Themistocles Brandão Cavalcanti	Universidade do Brasil Brasil	Comunicação - Fatores institucionais que impedem ou dificultam o desenvolvimento.

	<b>Participantes</b>	<b>Instituição</b>	<b>Participação</b>
<b>5ª. Sessão</b>  <b>Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento</b>	Gino Germani	Universidade de Buenos Aires Argentina	Presidente Comunicação – Secularización y Desarrollo econômico
	Florestan Fernandes	Universidade de São Paulo Brasil	Comunicação – Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento
	Writh Mills	Universidade de Columbia EUA	Comunicação – Remarks on the problem of industrial development
	Acácio Ferreira	Universidade da Bahia Brasil	Comunicação – A concepção paternalista do Estado e a mudança social Relator
	Fernando Henrique Cardoso	Universidade de São Paulo Brasil	Comunicação – Resistência à mudança: fatores que dificultam o desenvolvimento Relator
	João Mendonça	Universidade de Bahia Brasil	Comunicação – Motivações e Atitudes do operário e o desenvolvimento econômico
	Juarez Lopes Brandão	Escola Livre de Sociologia e Política São Paulo Brasil	Comunicação – Motivações e Atitudes do Operário e o Desenvolvimento Econômico: observações sobre a restrição de produção
	Michel Débrun	Escola de Administração FGV e ISEB Brasil	Comunicação – Attitudes et Motivaciones Défavorable au Développement das La Societé Bréslienne Actuelle
	Octavio Ianni	Universidade de São Paulo Brasil	Comunicação – Dilemas da burocratização no Brasil



	<b>Participantes</b>	<b>Instituição</b>	<b>Participação</b>
<p data-bbox="281 537 415 570"><b><u>6ª. Sessão</u></b></p> <p data-bbox="233 724 470 824"><b>A educação, a instrução e as mudanças sociais</b></p>	Issac Ganón	Universidade da República Montevideu Uruguai	Presidente
	Hélène Brulé	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais Brasil	Relator Comunicação – L’education, l’instruction et La résistance à l’evolution sociale
	J. Roberto Moreira	CLAPCS	Relator Comunicação – A educação e as resistências à mudança social – hipóteses diretrizes
	Dinah de Souza Campos	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais Brasil	Comunicação – Classes sociais e aprendizagem: o problema da educação escolar das classes inferiores
	Roger Seguin	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais Brasil	Comunicação – Recherches sur La Promotion et l’apprentissage scolaires dans l’enseignement primeire au Brésil
	Luiz Erasmo de Moreira	MEC Brasil	Comunicação – Educação e habitação como condições ou fatores de planejamento de mudança social
	Cândido Procópio Ferreira	SESSI – Seção de São Paulo Brasil	Comunicação – Educação para o desenvolvimento

	<b>Participantes</b>	<b>Instituição</b>	<b>Participação</b>
<b>7ª. Sessão</b> <sup>111</sup>	Issac Ganón	Universidade da República Montevideu Uruguai	Presidente Comunicação – Factores jurídicos que impedem o retardan el desarrollo
	Lucio Medieta y Nunes	Participante desconhecido	Comunicação – Influencia Del factor jurídico em dessarrollo economico
	Orlando de Carvalho	Universidade de Minas Gerais Brasil	Comunicação – Relatório sobre ciência política no Brasil
	Oscar Chaves Esquivel	Universidade de Costa Rica Costa Rica	Comunicação – Necesidad de técnicos em administration em los países insuficientemente desarrollados
	Pablo González Casanova	Universidade do México México	Indeces de desarrollo economico
	Luiz de Aguiar Costa Pinto	CLAPCS	Implicações Sociais do desenvolvimento econômico: áreas preferenciais de estudo básico
	Gustavo Lagos Matus	FLACSO	El papel de la FLACSO em los estudios sobre el desarrollo econômico

<sup>111</sup> Essa sessão não consta nos anais do Seminário, pois ela foi uma plenária na qual os membros do CLAPCS e da FLACSO apresentaram memorandos sobre pesquisas que poderiam vir a ser realizadas na América Latina e discutiram os papéis das duas instituições para colocar as propostas de pesquisa em prática (FERREIRA, 1999: 32-3)